

Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 51 | Aracaju-SE | 2021



ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

VOLUME 1:
Dossiê Espaço Urbano

VOLUME 2:
Dossiê Culturas Populares

Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 51. v. 1 | Aracaju-SE | 2021



ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

VOLUME 1:
Dossiê Espaço Urbano

Editores

Tereza Cristina Cerqueira da Graça (IHGSE)
José Vieira Cruz (UFS/IHGSE)
Cristiano Ferronato (UNIT/IHGSE)

Conselho Editorial

Antônio Fernando de Araújo Sá (UFS/IHGSE)
Giliard da Silva Prado (UFU/IHGSE)
Joaquim Tavares da Conceição (UFS/IHGSE)
João Paulo Gama Oliveira (UFS/IHGSE)
Josefa Eliana Souza (UFS/IHGSE)
Lourival Santana Santos (UFS/IHGSE)
Maria Neide Sobral (UFS/IHGSE)
Samuel Albuquerque (UFS/IHGSE)
Terezinha Alves Oliva (UFS/IHGSE)
Vera Lúcia Alves França (UFS/IHGSE)
Wagner Gonzaga Lemos (IFPE/IHGSE)

Conselho Consultivo

Ângela de Castro Gomes (UNIRIO)
Beatriz Góis Dantas (UFS)
Carla Mary S. Oliveira (UFPB)
Diogo da Silva Roiz (UEMS)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eliana Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Jaime de Almeida (UnB)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
José Ibarê Costa Dantas (UFS/IHGSE)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Líliã Moritz Schwarcz (USP)
Lisiane Sias Manke (UFPel)
Luiz Alberto Romero (Universidad San Martin, Argentina)
Luisa Tombini Wittmann (UDESC)
Mara Regina do Nascimento (UFU)
Maria Emilia Porto (UFRN)
Mary Del Priore (UNIVERSO/IHGB)
Martha Campos Abreu (UFF)
Mauro Passos (PUC-MG)
Olga Rosa Cabrera Garcia (UFG)
Peter Burke (Cambridge University)
Regina Célia Gonçalves (UFPB)
Roger Chartier (Collège de France)
Roselusia Teresa de Moraes Oliveira (UFS)
Solyane Silveira Lima (UFRB)

Projeto Gráfico | Capa |

Débora Santos Santana
Jeane de Santana

Ilustração de Capa e Miolo

Heli Natá Alcântara Silva

Supervisão

Saulo Almeida Cabral

Brasão da capa

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Diagramação

Adilma Menezes

APOIO



Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual no 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução no 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal no 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

NÚMERO 51

VOLUME 1:

Dossiê: Espaço Urbano

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

EDITORA

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Aracaju-SE | 2021

Ficha catalográfica elaborada por Rosângela Soares de Jesus - CRB5/1701

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE
Vol. 1. n. 50 (2021) - Aracaju, SE: O Instituto, 1913-

Anual

Dossiê: Espaço Urbano

ISSN: Edição impressa 1981-7347

1. Sergipe. 2. História. 3. Geografia. 4. Urbanismo

I. Título II. Assunto III. IHGSE

CDU 94(813.7)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: Sumários de Revistas Brasileiras - <http://www.sumarios.org/revistas/revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-sergipe>



Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

*Rua Itabaianinha, nº 41,
Aracaju - Sergipe, 49010-190.*

Fundado em 6 de agosto de 1912

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Governador do Estado de Sergipe
Belivaldo Chagas Silva

Presidente da Assembleia do Estado de Sergipe
Deputado Luciano Bispo de Lima

Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe
Des. Edson Ulisses de Melo

DIRETORIA

Presidente
Agláé D'Ávila Fontes

Primeiro Vice-Presidente
Igor Leonardo Moraes Albuquerque

Segundo- Vice-Presidente
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

Secretário-Geral
Jose Rivadálvio Lima

Primeiro- Secretário
Adriano Torres de Azevedo

Segundo Secretário
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo

Oradora
Terezinha Alves de Oliva

Primeiro- Tesoureiro
Ancelmo de Oliveira

Segundo- Tesoureiro
Paulo Amado Oliveira

Diretora do Arquivo e da Biblioteca
Rosângela Soares de Jesus

Diretor do Museu e da Pinacoteca
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo

QUADRO SOCIAL

Sócios Honorários
Jackson da Silva Lima (Pesquisador)
Josué Modesto dos Passos Sobrinho
(Secretário de Estado da Educação de SE)

Sócios Beneméritos
Antônio Carlos Valadares
(Ex-Governador de Sergipe)

João Alves Filho
(Ex-Governador) Falecido

João Gomes Cardoso Barreto
(Ex-Secretário de Educação de Sergipe) Falecido

José Carlos Mesquita Teixeira
(Ex- vice- Governador) Falecido

Luiz Eduardo de Magalhães
(Ex-vice Presidente da ACESE) Falecido

Maria do Carmo Nascimento Alves
(Senadora)

Itamar Freitas de Oliveira
(Professor)

Verônica Maria Menezes Nunes
(Professora)

Gilton Feitosa Conceição
(Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe)

José de Oliveira Junior
(Conselheiro da AGRASE)

Francisco Guimarães Rollemberg
(Ex-senador)

Sócios Efetivos

Adailton dos Santos Andrade
Adriano Torres de Azevedo
Afonso Barbosa de Souza
Aglaré d'Ávila Fontes
Albano do Prado Pimentel Franco
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria Fonseca Medina
Ancelmo de Oliveira
Andréa Torres de Azevedo
Anita Rocha Paixão Sotero
Antônio Carlos dos Santos
Antônio Carlos Sobral de Souza
Antônio Fernando de Araujo Sá
Antônio Francisco de Jesus
Antônio Lindvaldo Souza
Antônio Porfirio de Matos Neto
Antônio Samarone de Santana
Beatriz Góis Dantas
Bruno Gonçalves Álvaro
Carlos Pina de Assis
Claudefranklin Monteiro Santos
Claudiomiro Alves Rocha
Clea Maria Brandão de Santana
Cleber Vieira Silva
Clóvis Barbosa de Melo
Cristina de Almeida Valença
Darcilo Melo Costa
Djalmino Mota Moreno
Edmilson Menezes Santos
Ednalva Freire Caetano
Edson Ulisses de Melo
Eduardo Antônio Seabra
Eugênia Andrade Vieira da Silva
Eva Maria Siqueira Alves
Evande dos Santos
Fabrícia de Oliveira Santos
Fernando Jose Ferreira Aguiar
Francisco Jose Alves dos Santos
Gerson Vilas Boas
Gilvan Rodrigues dos Santos
Hélio José Porto
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Irineu Silva Fontes Júnior
Jane Alves Nascimento Moreira de Oliveira
Jane Guimarães Vasconcelos Santos
Jean Marcel d'Ávila Fontes de Alencar
João Francisco dos Santos
João Paulo Gama Oliveira
Joaquim Tavares da Conceição
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson do Nascimento
José Antônio Santos
José de Oliveira Brito Filho
José Eduardo de Santana Macedo
José Francisco da Rocha
José Hamilton Maciel Silva
José Hamilton Maciel filho
José Ibarê Costa Dantas
José Lima Santana
José Vieira da Cruz
Josefa Eliane Souza

Juvenal Francisco da Rocha Neto
José Iran Barbosa
Jodoval Luiz dos Santos
José Rivadálvio Lima
Kleber Luiz Gavião Machado de Souza
Lenalda Andrade Santos
Lilian de Lins Wanderley
Lorena de Oliveira Souza Campello
Lourival Santana Santos
Lúcio Antônio Prado Dias
Luiz Eduardo Alves de Oliva
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo
Luiza Maria da Costa Nascimento
Marcelo da Silva Ribeiro
Márcio Carvalho da Silva
Marcos Antônio Almeida Santos
Marcos Antônio de Melo
Maria Socorro Soares dos Santos
Maria Izabel Carregosa de Carvalho Vieira
Maria Neide Sobral da Silva
Mário Luiz Britto Aragão
Marlene Alves Calumby
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Manoel Alves de Souza
Natalia Amado
Neuza Maria Góis Ribeiro
Patrícia Verônica Sobral Carvalho de Souza
Paulo Amado Oliveira
Petrônio Andrade Gomes
Renata Ferreira Costa Bonifácio
Rômulo de Oliveira Silva
Rosângela Soares de Jesus
Rusel Marcos Batista Barroso
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Sandra Maria Natividade
Saumineo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Suely Cristina Silva Souza
Sura Souza Carmo
Tadeu Cunha Rebouças
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Valéria Aparecida Bari
Vera Lúcia Alves França
Vilder Santos
Wagner Gonzaga Lemos
Wanderfranklin Rolim de Almeida Santos
Wanderlei de Oliveira Menezes

Quadro de Funcionário

José Carlos de Jesus (Serviços Gerais)

Estágio Remunerado:

Glauco Ferreira Gomes (História)
Josieli Santos Oliveira (Administração)
Júlio Cezar dos Santos Barbosa (Biblioteconomia)
Milena Rocha da Conceição (História)

Estágio Curricular Supervisionado:

Daniel Porciuncula dos Santos Pereira (Biblioteconomia)
Franklin Gabriel Souza dos Anjos (Biblioteconomia)
Kende dos Santos Duarte (Biblioteconomia)
Luane Messias da Costa (Biblioteconomia)
Rayssa Maria Souza Santos (Biblioteconomia)

Sumário

Editorial

Volume 1

Dossiê: Faces do Espaço Urbano à Luz da História, da Geografia e do Urbanismo

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

DOSSIÊ

Olhai, olhai para as ruas desta cidade:
os discursos médicos na produção
do Recife enquanto espaço urbano
insalubre (1831-1845)

Origens da urbanização de Aracaju no
Atlas do Império de 1868

A cidade republicana nas atas da
Câmara Municipal de Mariana de 1889
a 1930

11 *Tereza Cristina Cerqueira da Graça
José Vieira Cruz
Cristiano Ferronato*

13 *Vera Lúcia Alves França*

19 *Ana Lúcia do Nascimento Oliveira
Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior
Suely Cristina Albuquerque de Lima*

49 *Amâncio Cardoso Neto*

65 *Flávia Caroline Fidellis da Cruz
Carla Aparecida Nunes*

A Trajetória do Desenho Urbano de
Aracaju: uma leitura cartográfica

95 *Fernanda Monteiro*
José Wellington Carvalho Vilar

Territórios de segregação
socioespacial na Região Metropolitana
de Aracaju (RMA): Estado e políticas
de habitação

121 *Mário Jorge S. Santos*
Ana Rocha dos Santos

Que cidade estamos desenhando no
século XXI? Reestruturação urbana e
contradições sociais em Aracaju-SE

155 *Sarah Lúcia Alves França*
Catharina Nunes Cruz
Viviane Luise de Jesus Almeida

SEÇÃO LIVRE

Das Disposições Legais: uma breve
análise das leis educacionais do
Império (1827-1854) – 59.405c

185 *Gleidson Santos da Silva*

SEÇÃO IHGSE

Discurso comemorativo aos 30 anos
de promulgação da Constituição do
Estado de Sergipe

217 *Igor Leonardo Moraes Albuquerque*

VII CONGRESSOS DOS INSTITUTOS
HISTÓRICOS DO NORDESTE
Documento final

223

HOMENAGEM PÓSTUMA
Homenagem à memória de quem
cuidou da nossa memória

233 *Terezinha Alves Oliva*

Editorial

Este ano de 2021, continuamos vivenciando a pandemia do Coronavírus. Mas agora, com o uso de máscaras, vacinas e avanços nas pesquisas, a esperança de superação desta crise sanitária tem se fortalecido. Neste contexto, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, além dos poucos recursos, tem enfrentado dificuldades para adaptar-se as recomendações emitidas pelas autoridades de saúde – distanciamento social, uso de álcool em gel e de máscaras. Não obstante este cotidiano, o sodalício continua servindo à coletividade, especialmente àqueles que acessam nosso acervo para seus estudos, pesquisas e conhecimento.

A Revista do IHGSE, por sua vez, desde sempre, tem sido um importante repositório de fontes, publicações e notícias a respeito dos estudos e pesquisas locais, nacionais e estrangeiros. Este foral, nos últimos anos, também conquistou a avaliação *Qualis A* por parte da CAPES, figurando no salão de entrada das publicações de instituições congêneres. Sem perder de vista a qualidade conquistada, ela, através de seu conselho editorial, tem promovido mudanças. A atual edição ganhou uma nova equipe editorial, recompôs seu Conselho Editorial e, embora mantenha o *design* gráfico anterior, diminuiu o tamanho físico para ajustes de custos. Inaugurando atual fase editorial, dois temas importantes, mas até então esparsos e/ou pouco recorrentes na trajetória histórica da Revista vieram a lume: “FACES DO ESPAÇO URBANO À LUZ DA HISTÓRIA, GEOGRAFIA E DO URBANISMO”, no número 51, volume 1 (2021), e “CULTURAS POPULARES: RESISTÊNCIAS, IDENTIDADES CULTURAIS, DINÂMICAS E PLURALIDADES”, no volume 2 (2021). Acrescidos, conforme normativo de natureza institucional, de informes, discursos, obituários, balanços de gestão e outros textos.



Neste primeiro volume, o espaço urbano ganha um dossiê específico pela primeira vez. Na primeira edição da Revista, em 1913, o pesquisador Elias Montalvão publicou um texto em que discute os limites do Estado; um tema que aparece em números subsequentes pela lavra de outros autores. Nos anos de 1925, 1926 e 1942; os rios Sergipe e Real também tem estudos e documentos publicados no periódico, com Elias Montalvão, Clodomir Silva e Felte Bezerra. Felte, professor catedrático de Geografia do Colégio Estadual de Sergipe (atual Atheneu Sergipense) publica os textos “Fronteiras” e “Conceituação da Geografia Humana” nas edições de 1948 e 1955, respectivamente. Em 1978, a geografia retorna as páginas da revista com o texto “A Sequência das Chuvas” de Emmanuel Franco, professor de Biogeografia da Universidade Federal de Sergipe.

Na década de 1980, os temas da citricultura e do cooperativismo no campo figuram no periódico pelos escritos da professora e geógrafa Adelci Figueiredo, nas edições de 1982 e 1987. Somente vinte anos depois, já no século XXI, os temas da seca no Nordeste, da economia sergipana, políticas de habitação, ordenação de espaço urbano, entre outros, aparecem dispersos em diversas edições da Revista do IHGSE.

Aprovado em reunião do Conselho Editorial, por propositura da Professora Dra. Vera Alves França, o tema do Espaço Urbano à luz da Geografia, da História e do Urbanismo denomina o dossiê deste volume. A mobilização resultou em mais de uma dezena de artigos submetidos à apreciação de avaliadores. Desses, seis integram essa publicação, trazendo ao leitor temas de grande atualidade e interesse: as origens e a produção dos espaços urbanos, com suas contradições e resultados, quase sempre voltados para a segregação territorial. Em torno dessa discussão estão presentes textos relativos às cidades de Mariana em Minas Gerais, Recife no Estado de Pernambuco e de Aracaju em Sergipe.

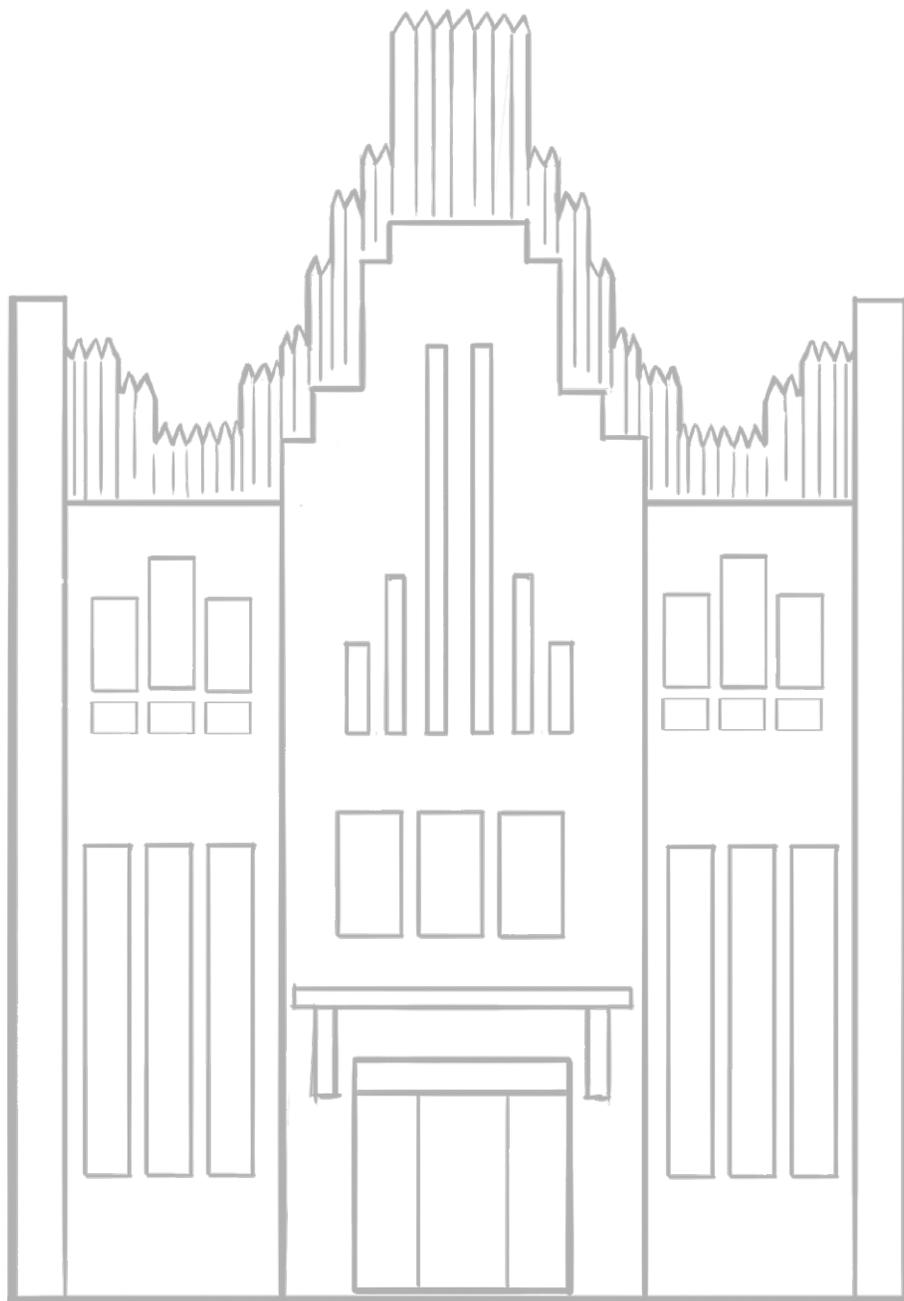
Um texto sobre as leis educacionais do Império integra a Seção Livre. Na Seção IHGSE, textos homenageando sócios falecidos nos anos de 2020 e 2021; por fim, a diretoria apresenta um balanço das ações do quadriênio.

A todos uma ótima leitura!

Os Editores

Nº 51 / Volume 1

Dossiê Espaço Urbano



Apresentação: Dossiê: Faces do Espaço Urbano à Luz da História, da Geografia e do Urbanismo

Uma das marcas do século XX foi a intensa urbanização que se verificou em todo o mundo e, de forma especial, na América Latina a partir do período pós Segunda Guerra Mundial. No Brasil, esse fenômeno começou a se destacar nos anos de 1930, entretanto, foi a partir dos anos 1960 que se acentuou, ocorrendo em todo o território nacional com intensidades diferenciadas a partir das peculiaridades regionais e locais.

De forma desordenada, esse crescimento tem acarretado problemas que afligem a população, especialmente aquela mais carente, desencadeando uma diversidade de processos como segregação, periferização, metropolização, entre outros. Grandes aglomerações urbanas resultam na existência de metrópoles e cidades de porte médio que se caracterizam pela fragilidade da infraestrutura urbana, pela carência de serviços públicos e com intensa desigualdade social.

Em decorrência disso, o fenômeno da urbanização passou a ser tema de interesse de estudiosos e pesquisadores dos diversos ramos das Ciências Sociais, a exemplo da História, da Geografia, da Sociologia. Incontáveis trabalhos vêm sendo produzidos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros que se debruçam sobre o problema, procurando desvelar os processos pelos quais as cidades estão sendo submetidas.

A proposta desse dossiê vem nessa direção. Está composto por seis estudos que tratam de questões urbanas do passado e da contemporaneidade, se constituindo numa contribuição para o conhecimento de problemas das cidades, especificamente no Recife (PE), em Mariana (MG) e em Aracaju (SE).



Olhai para as ruas desta cidade: os discursos médicos na produção do Recife enquanto espaço urbano insalubre (1835-1845), da autoria de Ana Lucia do N. Oliveira e Jonas Clerisson Pereira, trata das condições urbanas da cidade do Recife na primeira metade do século XIX. A análise é feita a partir do discurso médico, relatando as precárias condições sanitárias da cidade, destacando o higienismo como possibilidade para melhorá-las.

Flávia Fidelis, no artigo intitulado *A cidade republicana nas Atas da Câmara Municipal de Mariana de 1889 a 1930: Entre o núcleo urbano colonial e as visões do moderno*, apresenta como os principais elementos da modernização de Mariana (MG) eram discutidos na Câmara Municipal. A principal fonte documental são as atas das reuniões, nas quais foi possível constatar os anseios das elites locais e da população; apresenta também uma breve discussão sobre a formação da cidade, revisando estudos anteriores, além de destacar os conflitos decorrentes de posições conservadoras que interceptaram o avanço das ideias e propostas modernistas para a economia e para o espaço urbano local.

Amâncio Cardoso Neto, no seu artigo *Origens da Urbanização de Aracaju no Atlas do Império de 1868*, recupera informações de um importante estudo realizado no século XIX que traz um dos primeiros mapas da cidade nascente: a planta original elaborada por Sebastião Basílio Pirro. A descrição minuciosa dos espaços ocupados e dos equipamentos existentes à época propiciam um maior conhecimento das origens da urbanização da capital sergipana.

O artigo *A Trajetória do Desenho Urbano de Aracaju: Uma Leitura Cartográfica*, da autoria de Fernanda Monteiro e José Wellington Carvalho Vilar, traz a constatação, a partir de uma acurada revisão bibliográfica, que “a trajetória urbana de Aracaju está marcada por diferenciações sócioespaciais e pelas fragmentações territoriais”. A partir da Cartografia, os autores propiciam o conhecimento de toda a trajetória urbana da cidade, de forma sintética e bem didática.

Sarah Lucia Alves França, Catarina Nunes Cruz e Viviane de Jesus Almeida trazem, no artigo *Que Cidade Estamos Desenhando no Século XXI: Reestruturação Urbana e Contradições Sociais em Araca-*



ju, uma preocupação com a contemporaneidade e o futuro da cidade, em decorrência das novas formas de uso do solo, com predomínio da verticalização e da construção de condomínios fechados. As autoras destacam as intervenções do Estado, através das políticas de habitação e das obras de infraestrutura, além das ações do mercado imobiliário voltadas para as classes de renda mais elevada.

A última contribuição da autoria de Mário Jorge S. Santos e Ana Rocha dos Santos tem como temática: *Territórios de Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju*. O estudo define nove territórios de segregação sócioespaciais dispersos pelos diferentes municípios que integram a Região Metropolitana de Aracaju, destacando o papel do Estado com suas políticas de habitação que contribuem para a formação de espaços segregados; evidenciam também as fragilidades e carências de serviços e de infraestrutura que resultam em precárias condições de vida da população.

Que este dossiê seja o primeiro de uma série que contemple as questões urbanas, tão intensamente presentes na vida das sociedades contemporâneas e tão carentes de explicações. Boa leitura.



Profa. Dra. Vera Lúcia Alves França

Organizadora



DOSSIÊ

Espaço Urbano

“Olhai para as ruas desta cidade”: os discursos médicos na produção do Recife enquanto um espaço urbano insalubre (1831-1845)

Ana Lúcia do Nascimento Oliveira*
Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior**
Suely Cristina Albuquerque de Lima***

Resumo

Objetivando analisar o processo de produção do Recife como um espaço insalubre pelo discurso médico, este estudo lança olhares sobre o estabelecimento de uma nova ordem urbana no Brasil, o cotidiano insalubre do Recife e o papel do higienismo na produção de novos sentidos acerca dos espaços desta cidade durante a primeira metade do século XIX. Mediante a bibliografia consultada e a documentação histórica analisada, percebemos que esse processo se inseriu dentro de um projeto, que buscou ordenar e higienizar os espaços públicos do Recife, como forma de combater as doenças que acometiam a população. A discussão aqui apresentada, reforçando o que uma historiografia já produzida sobre as questões de saúde pública do Recife oitocentista tem apontado, considerou que se inserido nas diferentes esferas da vida pública e privada, o higienismo se consolidou como caminho para “civilizar” o Recife.

Palavras-Chave: Higienismo, Urbanização, Recife na primeira metade do século XIX.

* Pós-Doutora em História pela Faculdade de Letras do Porto (2016). Doutora em História com área de concentração em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Docente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: ananascimentoufrpe@gmail.com

** Graduado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2021). Professor de História vinculado à Secretaria de Educação de Itapissuma – PE. Membro colaborador do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ) da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: clevisonjonas@gmail.com

*** Pós-Doutora em Arqueologia, Cultura e Patrimônio pela Universidade Federal de Sergipe (2015). Doutora em História com área de concentração em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Docente do Departamento de História e coordenadora do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: suely.luna@ufrpe.br



**“Look at the streets of
this city”: medical
discourses in the
production of Recife as
an unhealthy urban space
(1831-1845)**

**“Mira las calles de esta
ciudad”: los discursos
médicos en la producción
de Recife como espacio
urbano insalubre
(1831-1845)**

Abstract

In order to analyze the production process of Recife as an unhealthy space for medical discourse, this study looks at the establishment of a new urban order in Brazil, the unhealthy daily life of Recife and the role of hygiene in the production of new meanings about the spaces of this city during the first half of the 19th century. Through the consulted bibliography and the mobilized historical documentation, we realized that this process was part of a project, which sought to order and sanitize public spaces in Recife, as a way to combat the diseases that affected the population. The discussion presented here, reinforcing what a historiography already produced on public health issues in nineteenth-century Recife has pointed out, considered that if inserted in the different spheres of public and private life, hygienism was consolidated as a way to “civilize” Recife.

Keys-World: Hygienism, Urbanization, Recife in the first half of the 19th century.

Resumen

Con el objetivo de analizar el proceso de producción de Recife como un espacio insalubre para el discurso médico, este estudio analiza el establecimiento de un nuevo orden urbano en Brasil, la vida cotidiana malsana de Recife y el papel de la higiene en la producción de nuevos significados sobre los espacios de esta ciudad durante la primera mitad del siglo XIX. A partir de la bibliografía y la documentación histórica consultada, podemos ver que este proceso formaba parte de un proyecto que buscaba ordenar y sanear los espacios públicos de Recife, como una forma de combatir las enfermedades que afectaban a la población. La discusión aquí presentada, reforzando lo que una historiografía ya producida sobre las cuestiones de salud pública en el Recife del siglo XIX ha señalado, consideraba que si se insertaba en las diferentes esferas de la vida pública y privada, el higienismo se consolidó como una forma de “civilizar” Recife.

Palabras clave: Higiene, Urbanización, Recife en la primera mitad del siglo XIX.



Introdução

Neste artigo analisamos os discursos da medicina social sobre a insalubridade presente no espaço urbano do Recife e as ações adotadas pela administração municipal durante a primeira metade do século XIX, especificamente entre os anos de 1831 e 1845. O marco inicial desta pesquisa se justifica por ser o ano no qual foi promulgada o Código de Posturas da Câmara Municipal do Recife, que estabeleceu um conjunto de determinações que buscou ordenar e higienizar os espaços desta cidade. Já o marco final justifica-se por ser o ano no qual a Sociedade de Medicina de Pernambuco, primeira instituição representante da elite médica local, foco de nossa análise, foi substituída pelo Conselho Geral de Salubridade Pública, que intensificou as intervenções médico-higienistas no espaço urbano do Recife.

Para isso, compreendemos esses discursos como produtos das relações de poder estabelecidas no seio da sociedade recifense, que possibilitaram o surgimento de novos sentidos acerca do espaço da cidade. Os discursos, na análise de Jacques LE GOFF (2008), adotada neste estudo, são produções históricas de uma época ou sociedade, marcadas por intencionalidades, que resultam de experiências conscientes ou inconscientes, contribuindo de forma voluntária ou involuntária para a construção de imagens de si e do outro, mediante relações de poder.

Em relação ao espaço urbano, adotou-se a concepção proposta por Michel CERTEAU (2008), que considera que os espaços são produtos das relações sociais, que resultam do caminhar dos sujeitos que se apropriam de paisagens, ruas, praças e edifícios por meio de leituras, como se fossem textos a serem interpretados por seus leitores. O espaço da cidade resulta dos modos de fazer e viver, consistindo em uma produção estratégica da vida cotidiana, cujas características evidenciam o uso que seus habitantes fazem dela (CERTEAU, 2008). Assim, adotamos como modelo de cidade para nossas análises, o discutido por Sidney CHALHOUN (1996) em sua obra “Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial”, na qual analisa o estabelecimento de uma ideologia da higiene que contribuiu para a consolidação de um modelo de cidade higiênica a ser adotada no Brasil no século XIX.

Buscamos dialogar com a produção historiográfica referente às questões de saúde pública no contexto urbano do Recife oitocentista. Desta-



cam-se os trabalhos de Carlos MIRANDA (2001 e 2020), sobre a ofensiva médica contra o curandeirismo popular e a implantação de um urbanismo higiênico; Vanessa de CASTRO (2007), acerca da criação do primeiro cemitério público desta cidade; Manuela Arruda dos SANTOS (2009), que discute as concepções médicas acerca da insalubridade presente no cotidiano do Recife; Sandro SILVA (2011), acerca das mudanças nos costumes da população recifense; Williams SOUZA (2018), que analisa as ações da administração local nas questões de saúde pública; e Wellington SILVA (2018), sobre os “melhoramentos materiais” vivenciados no Recife ao longo do século XIX.

O corpus documental consistiu em relatos de viajantes que estiveram no Recife, a legislação sanitária municipal e o periódico criado pela Sociedade de Medicina de Pernambuco, referentes à primeira metade do século XIX. Os relatos de Daniel Kidder, George Gardner, Henri Koster, Louis-François de Tollenare e Maria Graham, possibilitaram observar o cotidiano da cidade, especificamente as características sanitárias e os costumes de sua população. A legislação sanitária municipal, representada pelo Código de Posturas da Câmara Municipal do Recife (1831), permitiu entender as medidas adotadas em termos de saúde pública pela administração municipal. Já o periódico da Sociedade de Medicina de Pernambuco, intitulado *Annaes da Medicina Pernambucana* (1842–1844), possibilitou compreender as ideias da classe médica local acerca dos problemas de saúde pública.

Através dos discursos da medicina social, que influenciaram as ações da administração municipal na resolução dos problemas de saúde pública, enunciados pela classe médica local através de consultas e de publicações em seu periódico, ao longo do artigo discutimos o estabelecimento de uma nova ordem urbana para o Brasil, as características do cotidiano insalubre do Recife e o diagnóstico médico acerca dessa insalubridade. Buscamos evidenciar o processo de produção do Recife enquanto um espaço urbano insalubre pelo discurso médico ainda na primeira metade do século XIX.



Uma nova ordem urbana

“(…) a **saúde pública** é o resultado de uma civilização avançada (…)” (JOBIM, 1830, p. 17, grifo nosso).

A fala acima, proferida pelo médico José Martins da Cruz Jobim durante a sessão de inauguração da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, destaca a importância que a saúde pública passou a ter na primeira metade do século XIX. Representando o pensamento da classe médica, o Dr. Jobim ressaltou a necessidade de melhoria nas condições de saúde do Brasil. A ideia central era de que a atuação dos médicos, que compunham essa instituição, ajudaria a colocar a nação nos “trilhos” do progresso e da modernização (EUGÊNIO, 2008).

Fundada em 1829, essa instituição consistiu numa corporação voltada para prestar consultoria às autoridades governamentais acerca das questões sanitárias (MIRANDA, 2001). Buscou, através de seu saber, “(...) promover a ilustração, progresso e propagação das ciências médicas (...)”, bem como “(...) beneficiar a humanidade favorecendo e zelando pela conservação da saúde pública” (EUGÊNIO, 2008, p. 47). Representando uma, entre as muitas instituições médicas fundadas no Brasil, essa corporação teve papel fundamental no processo de constituição do pensamento médico brasileiro e no estabelecimento de uma nova ordem, que embasada pelos princípios higienistas, buscou normatizar e higienizar o espaço urbano.

No início do século XIX as doenças que afligiam a população brasileira representavam um desafio para a administração pública, já que o Brasil, apresentando más condições de higiene de seus espaços e contando com poucos médicos, ainda vivia a realidade colonial no plano da saúde. Com a chegada da família real no Brasil em 1808, a corte portuguesa pôde atestar a falta de higiene existente no Rio de Janeiro, com a presença de entulhos e todo o tipo de imundícies nas ruas, iniciando melhorias na estrutura urbana desta cidade. Igualmente chamaram atenção os serviços médicos precários, na maioria dos casos exercidos, devido à falta de médicos formados, por curandeiros sem nenhuma formação acadêmica, cenário que se repetia nas outras cidades brasileiras.



O fenômeno da urbanização, no princípio do século XIX, provocou significativas mudanças nos principais centros urbanos do ocidente, modificando a própria mentalidade acerca das funções do espaço da cidade (BRESCIANI, 1982). Na Europa, continente no qual esse fenômeno se manifestou ainda em fins do século XVIII, as cidades passaram por um processo de expansão que, segundo René RÉMOND (1974), objetivou atender as demandas por novas áreas a serem ocupadas pelo contingente populacional que passou a migrar do campo para a cidade em busca de novas oportunidades decorrente do crescimento das indústrias.

Esse fenômeno, segundo RÉMOND (1974), resultou na origem de um conjunto de novos problemas para aquele momento, eram eles subsistência, abastecimento, evacuação, circulação, alojamento, administração e ordem pública, representando um grande desafio para o governo das cidades, cada vez mais preocupado em promover melhorias no espaço urbano. BRESCIANI (1982), ao analisar a situação de Londres e Paris, explica que o aumento populacional nas grandes cidades europeias, ao acarretar pobreza e alta mortalidade, contribuiu para o aumento da criminalidade. Era, segundo a autora, o espetáculo das ruas, encenado pelas multidões que se amotinavam no espaço urbano, que ao oferecer perigo para o corpo social, passaram a ser enquadradas como classes perigosas, tendo suas vidas constantemente vigiadas.

Os fatores decorrentes desse fenômeno de urbanização desordenado contribuíram para que no plano da saúde pública emergissem os conceitos de salubridade e insalubridade, que nesse contexto, referia-se “ao estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos”, sendo a salubridade compreendida como “a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos” (FOUCAULT, 1979, p. 93). Desta forma, o aumento da densidade demográfica em um espaço urbano insalubre, era um dos fatores considerados responsável pelo aparecimento das sucessivas epidemias que acometiam os grandes centros urbanos da Europa.

Analisando o fenômeno da urbanização nas cidades francesas, Michel FOUCAULT (1979) observou o desenvolvimento de uma medicina social, que buscou promover melhorias nas condições de sa-



lubridade dessas cidades. Através da implantação de um conjunto de métodos de vigilância, essa medicina social, ao se projetar como caminho para resolver os problemas das urbes, estabeleceu três grandes objetivos: analisar no espaço urbano os possíveis locais de acúmulo de tudo o que poderia provocar doenças, com atenção especial para os cemitérios e locais de despejo de lixo; o controle da circulação das coisas e dos elementos, especificamente da água e do ar que, uma vez contaminados, contribuíam para a propagação de doenças; e a organização dos espaços públicos das cidades (FOUCAULT, 1979).

No Brasil esse fenômeno encontrou como cenário um conjunto de cidades coloniais marcadas por uma estrutura urbana deficitária, que puderam se desenvolver como pontua Emília COSTA (1999), a partir da abertura dos portos em 1808. Nesse contexto, D. João VI, estabelecido com a corte portuguesa no Rio de Janeiro, mas acompanhando as mudanças já em processo na Europa, buscou promover melhorias nas condições dos serviços de saúde pública no Brasil. Permitiu inicialmente que em 1808 fossem criadas as Escolas de Anatomia, Cirurgia e Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Em 1813 e 1815 essas escolas foram transformadas nas Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia, respectivamente, contribuindo para a institucionalização do ensino e do saber médico no Brasil (MIRANDA 2001; PIMENTA, 2003).

Apesar do retorno de D. João VI para Portugal em 1821 e o consequente processo de independência do Brasil no ano de 1822, que coroou Pedro I imperador, as ações no plano da saúde pública não foram extintas, ficando a cargo de médicos que permaneceram no recém-fundado Império do Brasil (EUGÊNIO, 2008). Foi nesse contexto, que a classe médica atuante na corte, buscando fortalecer o seu campo de atuação, fundou a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, já mencionada.

As mudanças no quadro das instituições médicas prosseguiram com a aprovação do projeto de lei de 03 de outubro de 1832, solicitado pelo governo imperial e elaborado pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. O projeto estabelecia a reforma do ensino médico, transformando as Academias Médico-Cirúrgicas nas Faculdades de



Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (PIMENTA, 2003). Confrontadas com a necessidade de melhorias no seu currículo, essas instituições passaram a seguir um estatuto semelhante ao da Faculdade de Medicina de Paris, o que demonstra a influência da medicina social francesa no processo de institucionalização do saber médico brasileiro (MIRANDA, 2001).

Com a criação das faculdades de medicina, a classe médica tornou-se cada vez mais requisitada pela administração imperial. Assim, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, que na década de 1830 reunia os principais profissionais de saúde atuantes na esfera pública e nessas instituições de ensino, foi rebatizada em 1835, sob a recomendação e apoio do governo, com o nome de Academia Imperial de Medicina. Desta forma, passou a integrar o quadro das instituições oficiais do Império, contando inclusive com o apoio financeiro do governo imperial (KURY, 1990; EUGÊNIO, 2008), o que evidencia o prestígio alcançado por essa instituição e a crescente proximidade com o Estado (MACHADO, 1978; KURY, 1990).

Com a consolidação dessas instituições, o projeto higienista, que visava colocar a nação nos “trilhos” do progresso e da modernização, pôde prosseguir. Pautado pela “medicina das luzes”, ao buscar normatizar o espaço da cidade, contribuiu para o estabelecimento de uma nova ordem urbana, definida por um modelo de cidade higiênica (CHALHOUB, 1996). Nesse intento, se apoiando em tradições científicas, esse projeto defendia que era preciso “higienizar” para “civilizar”, fazendo com que a saúde da população passasse a figurar como objetivo das ações do Estado (MACHADO, 1978; COSTA, 1979).

O processo de institucionalização do saber médico iniciado na corte imperial, não aconteceu de modo isolado, influenciando decisivamente as capitais provinciais do império. Entretanto, é importante destacar que as ações higienistas realizadas nessas capitais não aconteceram *pari passu* às ações realizadas na corte, em virtude das especificidades desse processo em cada uma delas ao longo do século XIX, como será analisado no caso do Recife.



O cotidiano de um Recife insalubre

Apesar da beleza natural e dos motivos que, num clima como este, impõe o maior asseio possível, **algumas ruas e caminhos dos subúrbios podem rivalizar com a parte baixa da Bahia, em sujeira e mau cheiro** (KIDDER, 2008, p. 104, grifos nossos).

O relato acima, escrito por Daniel Kidder, missionário que estive em Pernambuco no final da década de 1830, compara as cidades do Recife e Salvador, demonstrando a insalubridade presente em ambas na primeira metade do século XIX. Como a própria corte e as demais capitais do império, o Recife apresentava uma estrutura urbana deficitária em termos de salubridade de seus espaços públicos. Possuindo um importante porto comercial, representava um dos principais centros urbanos do Brasil. Uma leitura de suas características demográficas e urbanas permite perceber as questões sanitárias que marcavam o cotidiano insalubre da capital pernambucana nesse período.

No plano demográfico, o Recife encontrava-se em processo de crescimento populacional. Analisando dois censos realizados em 1828 (ver Quadro 1) e 1856 (ver Quadro 2), que dizem respeito às três principais freguesias – São Frei Pedro Gonçalves (atual bairro do Recife), Santo Antônio e Boa Vista – que formavam o núcleo urbano da cidade, Marcus CARVALHO (2010) demonstra esse processo de crescimento populacional¹.



1 O autor ressalta que os dados não permitem afirmar com exatidão quantas pessoas viviam no Recife, apenas, não obstante, compreender o perfil populacional desta cidade na primeira metade do século XIX.

Quadro 1: Censo da população do Recife (1828)

Freguesia	Classificação	Quantitativo	Habitantes por freguesia
São Frei Pedro Gonçalves	Pessoas livres	3.270	5.910
	Escravos	2.640	
Santo Antônio	Pessoas Livres	10.403	13.422
	Escravos	3.019	
Boa Vista	Pessoas Livres	4.070	6.346
	Escravos	2.276	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados presentes em Carvalho (2010).

Quadro 2: Censo da população do Recife (1856)

Freguesia	Classificação	Quantitativo	Habitantes por freguesia
São Frei Pedro Gonçalves	Pessoas livres	5.968	7.976
	Escravos	2.008	
Santo Antônio	Pessoas Livres	8.734	10.904
	Escravos	2.170	
Boa vista	Pessoas Livres	8.244	10.651
	Escravos	2.407	
São José	Pessoas Livres	10.324	11.446
	Escravos	1.122	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados presentes em Carvalho (2010).

No primeiro censo, realizado por Jeronymo Martiniano Figueira de Mello em 1828, no qual se contabilizou 25.678 habitantes, CARVALHO (2010) pôde observar na freguesia de São Frei Pedro Gonçalves uma maior concentração de escravos em relação à população livre, se comparada com os dados das outras freguesias, nas quais a diferença entre as pessoas livres e os escravos é significativa. O autor explica que esse fator estava relacionado à maior necessidade da mão de obra escrava nas atividades desenvolvidas no porto. Já nas freguesias de Santo Antônio e Boa Vista havia uma maior concentração de pessoas livres em relação aos escravos, em virtude de serem consideradas residenciais, com a presença de um comércio de fino trato.

No segundo censo, publicado em 1856, no qual se contabilizou 40.977 habitantes, uma alteração observada é a inserção da freguesia de São José na contagem, cujo espaço foi desmembrado de parte da freguesia de Santo Antônio no ano de 1844, passando a integrar o núcleo urbanizado da cidade. CARVALHO (2010), analisando esse censo, pôde perceber que as características de distribuição em relação ao primeiro permaneceram semelhantes, encontrando-se os habitantes distribuídos de modo desigual entre as freguesias, em ambos os censos. Observou ainda que o aumento populacional experimentado nas três freguesias – São Frei Gonçalves, Santo Antônio e Boa Vista –, juntamente com a recém-fundada freguesia de São José, foi de cerca de 59,5% em três décadas. Enquanto a população cativa quase não aumentou de quantidade, a população livre cresceu cerca de 85%, incluindo possivelmente os libertos.

Observando os dados apresentados, percebe-se o crescimento significativo da população presente no núcleo urbanizado do Recife durante a primeira metade do século XIX. Esse crescimento trouxe inúmeros desafios para a administração municipal em virtude do inchaço populacional na área urbana, em um momento no qual se tornava cada vez mais necessário resolver o problema da falta de espaço disponível para ser ocupado por essa população em rápido crescimento.

A falta de áreas secas e consolidadas na área de implantação da cidade do Recife para a construção de edificações, especificamente no seu eixo inicial representada pela Freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, representou um problema já no século XVII. Este fator acarretou a busca por novos espaços, ocasionando a realização de sucessivos aterros em todas as direções do istmo original, o que provocou mudanças significativas na paisagem do Recife entre os séculos XVII e XIX, como se observou no estudo da cartografia histórica (MENEZES, 1988) e nas pesquisas arqueológicas realizadas na área (NASCIMENTO; LUNA; SILVA JÚNIOR, 2003). Desse modo, a expansão do espaço urbano, com a realização de aterros e novas construções, foi direcionada para a Ilha de Antônio Vaz, com a formação das freguesias de Santo Antônio e São José, e o continente, com a formação da freguesia da Boa Vista.



No plano urbanístico, a parte mais urbanizada da cidade era formada, como já mencionado, pelas freguesias de São Frei Pedro Gonçalves, Santo Antônio e Boa Vista. As áreas no entorno desses bairros – Várzea, Afogados, Caxangá, Poço da Panela e Casa Forte –, conhecidas como arrabaldes do Recife, constituíam-se enquanto povoações rurais na época da independência e, com a expansão da malha urbana, subúrbios no final do século XIX. Representando áreas de antigos engenhos que movimentavam a economia açucareira, os arrabaldes, sobretudo o Poço da Panela e de Casa Forte, constituíam espaços de veraneio aos quais as famílias ricas do Recife se direcionavam nos períodos mais quentes do ano (FREYRE, 1996; CARVALHO, 2010).

A freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, na qual se localizava o porto marítimo da cidade, possuía considerável número de estabelecimentos comerciais de caráter atacadista e armazéns de grande porte, com ruas estreitas e construções altas, dispostas umas ao lado das outras. Expandindo-se, alcançou a área conhecida como “fora das portas”, localizada no início do istmo de terra que ligava Recife a Olinda nos períodos de baixa maré (CASTRO, 2007; CARVALHO, 2010).

A freguesia de Santo Antônio, juntamente com a de São José, representava uma região insular no início do século XIX, perdendo essa característica com a construção de uma passagem que ligava Santo Antônio ao povoado conhecido como Afogados. Concentrava significativo número de armazéns e residências que também abrigavam estabelecimentos comerciais – normalmente no térreo –, como miudezas, tabernas ou armazéns de secos e molhados (CASTRO, 2007; CARVALHO, 2010).

A freguesia da Boa Vista, a maior, era formada por comércio de gêneros de primeira necessidade e residências – dispostas nas ruas principais – com quintais espaçosos e murados. No entorno dessas residências existiam ruas mais estreitas formadas por casinhas de um só pavimento, ocupadas por crioulos e negros livres, que prestavam serviços domésticos e atuavam no comércio local (CASTRO, 2007; CARVALHO, 2010).

Na época da independência a parte mais urbanizada da cidade possuía três pontes. A primeira ligava São Frei Pedro Gonçalves a



Santo Antônio. A segunda conectava Santo Antônio à Boa Vista. Já a terceira o bairro de Santo Antônio à região conhecida por Afogados (CARVALHO, 2010). A presença dessas pontes está associada à formação geográfica do Recife, composta por áreas de planícies cortadas pelos afluentes dos rios Capibaribe e Beberibe, por onde escoavam produtos e pessoas.

Esse Recife, marcado por altos e estreitos sobrados, pontes com arcos majestosos, extensos rios e uma concentração populacional significativa, convivia com uma realidade herdada do período colonial: a insalubridade de seus espaços públicos. Observando as narrativas de viajantes que passaram pelo Recife na primeira metade do século XIX, é possível notar aspectos dessa insalubridade.

Henri Koster, que veio a Pernambuco em 1809, tornando-se senhor de engenho, observou chegando à cidade a intensa movimentação no porto, relatando que havia “(...) desembarcado no cais da Alfandega, em um dia de grande azafama, e aí também **os clamores e a agitação dos negros se faziam notar**” (KOSTER, 1942, p. 32, grifo nosso). Da mesma forma, o francês Louis-François de Tollenare, que esteve em Pernambuco entre 1816 e 1817, observou que “(...) em geral o serviço de toda esta gente de côr, homens e mulheres, é desagradável por causa do cheiro nauseabundo que espalham, por pouco que se agitem” (TOLLENARE, 1905, p. 249, grifo nosso).

Diante dessas narrativas percebe-se a agitação presente na região portuária, a qual, embora comum para a população local, como pontuado por Santos (2009), mostrava-se desagradável para a sensibilidade desses europeus “civilizados”, em razão dos odores provenientes do trabalho escravo. Ao lado de cidades como Rio de Janeiro e Salvador, que possuíam importantes portos escravistas, a paisagem do Recife era marcada pelo incessante movimento de corpos negros que constituíam a força de trabalho das principais atividades desenvolvidas no perímetro urbano.

Uma dessas atividades era o transporte de pessoas e mercadorias realizadas por escravos e libertos em canoas que ocupavam o leito dos rios. O transporte de pessoas, segundo CARVALHO (2010),



era feito por negros libertos em canoas que possuíam vários tamanhos. As canoas atendiam além do perímetro urbano, as povoações rurais, como observou Tollenare, descrevendo que “(...) a maioria das casas de campo está situada á margem dos dous rios [Capibaribe e Beberibe] e **são acessíveis por canoas**” (TOLLENARE, 1905, p. 248, grifo nosso).

Da mesma forma era o transporte de mercadorias, como a água potável consumida no Recife, que era coletada pelos chamados “aguadeiros” na foz do rio Beberibe – na divisa entre Recife e Olin-da –, já que as cacimbas existentes no Recife minavam água barrenta e imprópria para o consumo (MELLO, 1991). Maria Graham, inglesa que chegou ao Brasil em 1821, observando as atividades do transporte de água, descreveu que “(...) tôda a **boa água** usada no Recife é conduzida **diariamente em canoas (...)**” (GRAHAM, 1956, p. 120, grifos nossos). Essa atividade passou a chamar a atenção da administração municipal, na medida em que a possibilidade de contaminação da água, transportada em baldes de madeira e canoas consideradas imundas, passou a oferecer riscos à saúde da população.

Outras atividades, segundo aponta Maciel SILVA (2004), eram as ligadas ao comércio urbano e às casas senhoriais, realizadas por escravas e libertas. Destacavam-se o ofício das vendeiras, que com seus tabuleiros saíam pelas ruas vendendo produtos como doces, frutas e miudezas; das lavadeiras de roupas, que ocupavam as margens dos rios durante grande parte do dia; das “aguadeiras”, que se direcionavam para os chafarizes com baldes de madeira para pegar água para as residências senhoriais; e das domésticas, que ocupavam as casas senhoriais realizando os afazeres importantes para a manutenção dessas residências. O autor pontua que essas atividades, denominadas “portas afora”, permitiam maior mobilidade urbana para essas trabalhadoras, tornando-se foco do controle social realizado pela administração municipal (SILVA, 2004).

Uma atividade que merece especial atenção, realizada diariamente pelos escravos, consistia na coleta e descarte dos dejetos produzidos nas residências do Recife, já que não havia serviços de



saneamento básico até meados do século XIX². Armazenados nos chamados tigres, barris de madeira – na maioria dos casos sem tampa –, os dejetos fecais provenientes das residências eram levados e jogados no leito dos rios e praias pelos escravos, que em sua passagem pelas ruas anunciavam “*Vira! Vira! Abra o olho!*” (MELLO, 1991). A passagem desses tigres causava grande insatisfação à população, em virtude do cheiro desagradável que espalhavam, despertando a atenção da administração municipal (CASTRO, 2007; SILVA, 2011).

As ruas do Recife, nesse contexto, eram marcadas pela insalubridade proveniente do cotidiano agitado dessa cidade. Andando pelas ruas da freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, Tollenare observou que “o bairro da península, ou o Recife propriamente dito, é o mais antigo e movimentado, e **também o mais mal edificado e o menos asseiado**” (TOLLENARE, 1905, p. 24, grifo nosso). Maria Graham, visitando um mercado na freguesia de Santo Antônio, observou a mesma questão, relatando que:

Fui hoje ao mercado, onde há pouca cousa: carne de vaca rara e cara, não há carneiro, poucas aves, escasos porcos, repugnantes, porque são alimentados **na rua, onde se atira tudo, e onde eles e os cães são os únicos encarregados da limpeza**. (GRAHAM, 1956, p. 117, grifo nosso).

Retificando a falta de asseio presente nas ruas e estabelecimentos, o médico escocês George Gardner, que esteve em Pernambuco no ano de 1837, relatou que:

A cidade de Pernambuco é **pouco recomendável** aos que não têm negócios a tratar. **As casas são** mais altas que as do Rio, as mas pela maior parte ainda mais estreitas e, por certo, **igualmente sujas**. Em quase tôdas

2 Acerca da implantação de serviços de saneamento e abastecimento de água no Recife ao longo do século XIX, Silva (2011) aponta quatro fases: 1) a de atuação dos tigres (dos séculos anteriores a meados do século XIX); 2) a da Companhia do Beberibe (1842-1848); 3) a de construção de galerias de esgotos e águas pluviais pela Repartição de Obras Públicas (ROP) (1859); e 4) a de atuação da *Recife Draynage Company* (1783).



as cidades e capitais do Brasil **são as chuvas o único varredor que as conserva sofrivelmente limpas**, quando construídas em declive, o que, infelizmente, não é o caso com Pernambuco: **na estação das águas as ruas enchem-se de água e lama; durante a sêca, a lama converte-se em nuvens de poeira** (GARDNER, p. 1942, p. 65, grifos nossos).

Representando um olhar estrangeiro, os relatos fornecidos por esses viajantes sobre a falta de asseio e a presença de todo tipo de imundícies nas ruas, casas e estabelecimentos comerciais da cidade do Recife, atestam insalubridade que marcava diariamente seu cotidiano, em um momento no qual se começava a organizar sua política sanitária. No relato de Gardner, percebe-se ainda a ênfase no acúmulo de água e lama nas ruas, as quais segundo esse viajante se transformavam em nuvens de poeira durante a seca, algo que, para os conhecimentos da época, contaminava o ar e causava doenças.

Esse Recife insalubre, observado com estranhamento pelo estrangeirado europeu, despertou a atenção da administração municipal e da classe médica local, na medida em que começou a oferecer perigo à população. Interessada em colocar a capital nos “trilhos” do progresso e preocupada com as questões de saúde pública, essa administração, apoiada pelos médicos, passou a desenvolver seu projeto higienista. As ações realizadas por esse projeto passaram a ser executadas ainda na primeira metade do século XIX, como será discutido.

O diagnóstico médico e a produção de um Recife insalubre

(...) Há um ano que instalamos esta sociedade para (...) conferenciarmos acerca dos meios que devem produzir o filantrópico fim a que nos propusemos, (...) **minorar e aliviar os males que afligem a humanidade; prevenir ou desviar as influências deletérias; auxiliar com as luzes da Ciência a ação da justiça na averiguação da existência de certos delitos; e indicar ao Governo os meios mais eficazes de manter a salubridade pública** (...). Vós sabeis que é melhor prevenir os males, do que curá-los, que **a higiene tem bases mais seguras do que a Terapêutica.**



(...) Olhai para as ruas desta cidade: **no verão cheias de pó subtil incômodo e sufocante; no inverno encharcadas de lama e de águas lodosas, que por falta de conveniente esgoto só desaparecem lentamente, e por evaporação, depois de haver infeccionado a atmosfera.** (...) Lançai finalmente as vistas pelas margens dos rios e pelas praias: **asquerosos objetos se vos entulharam: imundícies, lixo, despejos de casas, animais mortos [sic], e até (horrorizo-me a dizer) cadáveres aí jazem insepultos! Os açougues imundos, os empestados matadouros onde o sangue das rezes derramado fica empoçado e coagula-se por falta de escoador difundindo horrível cheiro; (...)** as mal asseadas canoas e depósitos impuros de d'água potável: **tudo confirma a ausência absoluta da polícia sanitária em nosso país.** (...) As sepulturas ali [nas igrejas] (...) constantemente entulhadas, recebendo uns quando outros dos finados não estão ainda consumidos. **A casa de Deus, a Casa de Oração se torna assim uma morada de horror, aonde em vez de aspirar-se fragrância de aromas e puro incenso, aspira-se mefíticas exalações.**

[...] Tudo atesta a nossa indolência, e apática indiferença para com **os mais preciosos bens – a existência da saúde** (*ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA*, ano I, n. I, 1842, p. 56-60, grifos nossos).

O discurso acima, proferido na ocasião da comemoração de um ano da fundação da Sociedade de Medicina de Pernambuco, pelo Dr. José Eustáquio Gomes, vice-presidente desta associação, evidenciava o objetivo dessa instituição e os problemas presentes no espaço urbano do Recife. Com um discurso potente, enfatizou questões que, além de representar as principais ideias desses higienistas, constituíam os focos fundamentais da ação da Sociedade de Medicina de Pernambuco.

Primeiro, fez questão de ressaltar o papel da associação na resolução dos problemas sanitários do Recife, na indicação de ações a serem tomadas pela administração pública, mediante “as luzes da ciência”, e dos conhecimentos do campo da Higiene. É importante



notar que, segundo o anunciante, a Higiene, considerada científica, possuía conhecimentos mais efetivos do que a terapêutica, de caráter popular. Em seguida, o palestrante chamou a atenção para os inúmeros problemas presentes no espaço urbano, relacionados à infraestrutura e aos costumes da população, fazendo uma descrição dos fatores que contribuíam para o aparecimento de doenças. Por fim, destacou a falta de ação do próprio corpo médico em cuidar do que chamou de mais precioso bem, a saúde pública.

Na primeira metade do século XIX, a principal teoria que explicava o papel dessas “mefíticas exalações” na proliferação de doenças no Brasil, segundo Carlos MIRANDA (2001), era a Teoria dos Miasmas. Essa teoria determinava que “(...) a inalação e o contato com o ar proveniente da putrefação de cadáveres e da matéria pútrida dos lixos, pântanos, mangues, matadouros, chiqueiros, curtumes, esgotos, eram os grandes responsáveis pelas doenças nas cidades” (MIRANDA, 2001, p. 107). É possível imaginar, como discutido por CASTRO (2007), que o “ar do Recife” devia ser insuportável, como se percebe na descrição dos viajantes mencionados e na fala do Dr. José Eustáquio Gomes.

No início do século XIX, a Teoria dos Miasmas adentrou o Brasil e permaneceu até o final desse século, associando-se à higiene urbana, em um primeiro momento, e à higiene corporal e mental em seguida. Segundo Williams SOUZA (2018), essa teoria representou a principal explicação encontrada pela administração municipal para compreender os problemas de saúde pública. Associada a Teoria dos Miasmas havia a perspectiva infeccionista, que defendia que as doenças eram resultado da ação de substâncias animais ou vegetais em putrefação que contaminavam o ar. Em contraposição, havia a perspectiva contagionista, que defendia que a transmissão de doenças acontecia pelo contato entre uma pessoa doente e outra saudável, do contato com objetos contaminados e pelo hálito doentio que era exalado.

A percepção em relação ao perigo da propagação do ar impuro e doentio contribuiu para a adoção de medidas profiláticas a serem desenvolvidas pela administração municipal, em um momento no qual as “sensibilidades olfativas” passaram a notar os problemas



desse ar miasmático presente no Recife. Discutindo as possibilidades de mudanças nas "sensibilidades olfativas" do Recife, CASTRO (2007) explica que elas "(...) respondem ou a mecanismos biológicos de adaptação, que fazem com que as pessoas se acostumem com os cheiros que estão longamente expostas, ou a mecanismos culturais de aceitação" (p. 51).

Nesse contexto, uma maior intervenção sobre os problemas sanitários do Recife, por parte da gestão pública, começou a ganhar força, sobretudo com a publicação da lei de 1 de outubro de 1828, que regulamentou a atuação dos municípios brasileiros, conferindo às câmaras municipais o poder de legislar sobre os diferentes assuntos das cidades, incluindo as questões de saúde pública (SOUZA, 2002). Cada vez mais preocupada com as doenças que atingiam a população, a Câmara Municipal, embasada por essa lei, promulgou no ano de 1831 um Código de Posturas para a capital pernambucana. Composto por 17 títulos, as posturas presentes nesse código estabeleciam algumas medidas sanitárias (ver Quadro 3).

Analisando as determinações presentes nesse código, nota-se que este buscou atender às demandas presentes no espaço urbano, buscando combater a insalubridade e tudo o que fosse prejudicial ao corpo social. Os títulos referentes à higienização do Recife (títulos 1º, 3º, 4º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 12º e 13º) tratavam da limpeza dos espaços públicos, com o objetivo "[...] de prover a "saúde pública" dos cidadãos e combater a insalubridade citadina" (SANTOS, 2009, p. 17). Esses títulos enfatizavam o problema do acúmulo de lixo nas vias públicas, casas e estabelecimentos, causados pela má estrutura urbana e pelos costumes da população (SOUZA, 2018). Segundo Manuela Arruda dos SANTOS (2009), o código de posturas, enquanto documento normalizador, não buscou apenas ordenar o espaço público, normatizando a limpeza das ruas, calçadas e estabelecimentos comerciais, mas também as próprias relações sociais (títulos 11º e 14º), aplicando punições para as práticas contrárias à ordem pública, no intuito de controlar os comportamentos individuais e coletivos dos cidadãos.



Quadro 3: Código de Posturas da Câmara Municipal do Recife (1831)

Título	Assunto
1º	Saúde Pública.
2º	Sobre os boticários e droguistas e vendas de remédios relativos.
3º	Esgotamento de pântanos e águas infectas e tapamento de terrenos abertos, calçadas e limpezas públicas.
4º	Do asseio, regularidade dos matadouros, açougues públicos e, particulares e vendas de carnes.
5º	Sobre hospitais, segurança de sanidade, doentes contagiosos e loucos que vagam.
6º	Sobre colocação de curtumes, salgadeiras de couro, estabelecimento de fábricas e depósitos de imundícies que possam corromper o ar atmosférico.
7º	Sobre diferentes objetos que prejudicam ao público.
8º	Sobre o alinhamento das ruas e edificações.
9º	Sobre edifícios ruinosos, escavações, armações e quaisquer precipícios de varandas ou ruas que prejudiquem o público.
10º	Sobre desempachamento das ruas, praças e providências contra a divagação de embriagados e de animais que podem incomodar o público.
11º	Sobre vozerias, injúrias, indecências e palavras obscenas nas ruas, contra a modéstia pública e política sobre os pretos.
12º	Sobre estradas, plantações de árvores e outros objetos relativos a comodidade pública.
13º	Sobre a polícia dos mercados, portes de embarque, pescarias, padarias.
14º	Sobre diversos meios de comodidade, e de manter a segurança e sossego dos habitantes.
15º	Sobre vacina e expostos.
16º	Disposições gerais para pronta execução do município.
17º	Sobre adiconamentos.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das informações presentes no Diário de Pernambuco

3

Uma questão observada no Código de Posturas é a presença de títulos relacionados aos serviços de saúde oferecidos à população (títulos 2º, 5º e 15º), que versavam sobre a comercialização de remédios, a estrutura e funcionamento dos hospitais, as doenças contagiosas e a vacinação. Esses títulos buscavam atender as de-

3 O Código de Posturas da Câmara Municipal do Recife foi aprovado no ano de 1831 e seus respectivos títulos, como já observado por SANTOS (2009), foram publicados ao longo de diferentes edições do Diário de Pernambuco, entre os meses de agosto de 1831 e janeiro de 1832, nas quais foram mapeadas as informações presentes nestes títulos.



mandas por atendimento médico e melhor controle dos serviços de saúde prestados à população do Recife, que vivia diariamente uma cruzada contra as muitas doenças que a assolavam.

Inicialmente as questões de saúde pública estiveram a cargo das Câmaras Municipais, que passaram a elaborar projetos de higienização do espaço urbano, como observado com o código de posturas. Utilizando-se de suas atribuições legais e dos saberes médicos do período, SOUZA (2018) explica que as Câmaras se colocavam no *front* da cruzada higienista contra os males que assolavam o Recife. Esta posição, segundo o autor, contribuiu para o desenvolvimento de conflitos entre a municipalidade e a classe médica que, contrária às atribuições dadas à Câmara, buscou estabelecer um lugar de atuação através de críticas à falta de competência técnica da vereança municipal.

Nesse contexto, buscando institucionalizar sua atuação e se colocar a serviço da sociedade no combate aos problemas de saúde pública, um grupo de médicos, cirurgiões e farmacêuticos fundaram em 4 de abril de 1841 a Sociedade de Medicina de Pernambuco, já mencionada. Segundo SOUZA (2018), essa sociedade consistiu em “(...) uma associação para tratar de assuntos ligados à prática médica, com função consultiva e que se colocava à disposição do Estado (...)” (p. 130). A principal missão era elaborar relatórios acerca dos assuntos de saúde pública, sugerindo ações a serem adotadas pela administração municipal.

No levantamento realizado por SANTOS (2009), os médicos reunidos nessa sociedade tiveram formação majoritariamente europeia – com exceção dos formados pela escola de cirurgia do Recife –, sendo os mais antigos formados na Faculdade de Coimbra e os mais novos na de Paris. Segundo a autora, ao beber da fonte francesa esses médicos passaram a defender o estabelecimento de uma medicina social como caminho para resolver os problemas da urbe. Tal formação em universidades europeias permaneceu como característica do corpo médico atuante em Pernambuco, segundo Rozélia BEZERRA (2010), até o final do século XIX, mesmo com a presença de faculdades de medicina no Brasil já na década de 1830.



Essa medicina social, desenvolvida na Europa e adotada no Brasil, inseriu-se, segundo SANTOS (2009), no projeto de modernização da sociedade pensado pelas elites governantes. Era compreendida como uma forma de alcançar o progresso e a civilização, influenciando os discursos das classes governantes na justificativa de suas ações. Segundo a autora, a partir dessa medicina social a nova concepção acerca da prática médica se baseou “(...) no equilíbrio das relações entre saúde e sociedade, com a adoção de medidas profiláticas e disciplinadoras da população (...)” (SANTOS, 2009, p. 18), que passaram a permear o pronunciamento da administração municipal.

Buscando propagar suas ideias, os membros dessa sociedade criaram os *Annaes da Medicina Pernambucana*, publicado entre 1842 e 1844, somando um total de seis números (edições). Dentre os trabalhos publicados nesse periódico, destacam-se, pelas informações apresentadas acerca do espaço urbano do Recife: *Topographia da Cidade do Recife* (ano I, n. II, 1842), elaborado por Joaquim Jeronymo Serpa; *Memória sobre as causas prováveis da freqüência da hidrocele nesta Cidade do Recife* (ano II, n. II, 1843), de autoria de Manoel Pereira Teixeira; e *Constituição médica ou moléstias reinantes* (ano I, n. II, 1842; ano II, n. III, IV, 1843), elaborado por Simplicio Antônio Mavigner.

Em seu estudo topográfico, Joaquim Jeronymo Serpa discutia a situação em que se encontrava a região do varadouro de Olinda, na qual os aguadeiros coletavam parte da água que era consumida no Recife. Explicava que havia apresentado dois projetos à Câmara Municipal, propondo a abertura do paredão do varadouro para que fosse possível manter as águas do rio Beberibe correntes desaguardo conseqüentemente no pântano da Santa, contribuindo para que as águas ali encontradas não permanecessem paradas. Como justificativa, argumentava que:

**Os pantanos vizinhos das povoações são conhecida-
mente nocivos, desde a mais remota antiguidade, e
por essa justíssima causa as Nações cultas de todo
o mundo procurão meios de os desalagar, e de os
entulhar, a fim de se obter a salubridade do ar, tão**



importante ás funcções do bofe, órgão da respiração, e conseqüente da vida, assim como é para o estomago, e vias digestivas, o bom e digesto alimento (ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA, ano I, n. II, 1842, p. 76-77, grifos nossos).

Destacando o perigo da permanência de áreas pantanosas nas proximidades da cidade, o autor considerava a salubridade do ar o melhor caminho para prevenir as doenças que acometiam a população. Continuando, ressaltou que:

(...) além disto acresce **o grande mal das continuas febres intermitente, que aparecem nesta Cidade, e ainda mesmo na do Recife, de que é uma das causas mais poderosas a agua estagnada, a multidão de substancias vegetaes, e mesmo de alguns animaes em estado de putrefacção, nella existentes cujos miasmas, difundindo-se no ar, causão, além de outros, aquelle mal (ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA, ano I, n. II, 1842, p. 77, grifos nossos p. 77).**

Para esse médico, o fator responsável pelos desequilíbrios no corpo humano e no aparecimento das febres intermitentes recorrentes no Recife, eram os miasmas exalados desses pântanos e da matéria orgânica em putrefacção presente nos espaços públicos da cidade. Desta forma pontuava que em virtude dessas condições era que surgiam moléstias como as febres, boubas (*framposia* ou *pian*), tétano, anemias intestinais, pústulas, entre outras.

Em outra publicação, Manoel Pereira Teixeira discutia as causas da hidrocele no Recife, ressaltando que para os conhecimentos da época essa moléstia resultava em “(...) inflamações nos testículos, nos epididymos, ou nos cordões spermaticos (...)” (ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA, ano II, n. II, 1843, p. 63). Acometendo um número considerável de pessoas, considerava que “(...) o grande calor, que se soffre dentro da zona tórrida, é a principal causa, ou a causa primordial do desenvolvimento espantoso do hydrocele” (ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA, ano II, n. II, 1843p. 68). Além das questões climáticas, acusava os aspectos das casas do Recife, pontuando que:

(...) em vez de construirmos nossas cazas largas e espaçosas, e de modo que sejam bem arejadas, as edificamos mui estreitas e apertadas, mui forradas, de muitos andares, e mui envidraçadas, sem aberturas suficientes para entrada da luz e do ar, e mui apinhadas umas sobre as outras: condições estas que as tornão mui quentes, não ventiladas, não alumia-das pela luz solar, e mui pouco salubre (ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA, ano II, n. II, 1843, p.70, grifos nossos).

Na análise de Manoel Pereira Teixeira, percebemos que do espaço público, a classe médica chegava ao espaço privado, destacando os aspectos insalubres das residências do Recife e dos costumes de sua população. Desta forma, os médicos buscavam atuar na saúde da população, no intuito de assegurar a saúde do corpo social.

Simplicio Antônio Mavignier, em sua análise sobre as moléstias reinantes na cidade do Recife, elaborou um levantamento das principais doenças que acometiam a população. Buscando explicar as possíveis causas das doenças respiratórias e febres inflamatórias, o médico destacou que estas se tornavam epidêmicas durante o verão:

(...) quando as aguas, de todo corrompidas, os sedimentos destas, e os depositos de materias pútridas, de que já falamos, exallem com a maior intensidade os miasmas pestilenciaes que ahi se formavão, e os outros fòcos miasmaticos com maior força lançassem na atmosphaera aquelles miasmas deletérios que tanto mal causão (...) (ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA, ano I, n. II, 1842, p. 55, grifos nossos).

As doenças que acometiam a população do Recife eram uma preocupação constante, para a administração municipal e a classe médica. Nos discursos desses médicos, percebe-se o lugar da teoria miasmática nas concepções acerca das causas das doenças. É importante ainda notar que, se antes os ares do Recife eram considerados benéficos para a saúde em virtude de seu clima tropical, fazendo com que, por exemplo, Henri Koster viesse a Pernambuco



para se curar de tuberculose, nessas novas concepções médicas tornara-se prejudicial.

Pela ordem do discurso, os médicos do Recife buscavam legitimar seu lugar de atuação. A Sociedade de Medicina de Pernambuco, se projetando como detentora dos conhecimentos científicos, apresentava à administração municipal, por meio dos *Annaes da Medicina Pernambucana*, os caminhos necessários para resolver os problemas presentes no espaço urbano. Desta forma, a classe médica tornou-se fundamental no processo de mudança de sentidos em relação à cidade, produzindo-a enquanto um espaço insalubre, em virtude de suas ruas sujas, suas casas estreitas e sua população doente, que precisava ser remodelado, organizado, higienizado e normatizado.

Não tardou para que os discursos médicos produzissem efeitos nas ações da administração pública. O governo de Francisco do Rego Barros, presidente da província de Pernambuco entre 1837 e 1844, por exemplo, foi marcado por um conjunto de reformas na infraestrutura urbana do Recife que dialogavam com os princípios estabelecidos pelas posturas municipais e os preceitos médicos do período (MIRANDA, 2020). Segundo Sílvio ZANCHETTI (1989), esse governo foi marcado pela abertura de estradas que ligavam a área central aos arrabaldes do Recife; pelo aterramento de pântanos; por melhorias no Porto; pelo ordenamento do espaço urbano, com a definição de plano de alinhamento das ruas e casas; pela construção de espaços culturais como teatros, jardins e passeios públicos; além da construção de edificações modernas destinadas a abrigar órgãos públicos da administração local e embelezar o Recife.

Segundo Sandro SILVA (2011), o governo de Rego Barros buscou modernizar a cidade e oferecer às classes dominantes um ambiente de prosperidade cultural, influenciado por padrões culturais importados da França. A partir dessa política de melhoramentos materiais da cidade, realizadas por esse governo, representou o início do projeto de modernização e “afrancesamento” do Recife (SILVA, 2018). Deste modo, reformas passaram a ser empreendidas ao longo do século XIX, que segundo MIRANDA (2020), objetivou a implantação de um urbanismo higiênico, que buscou ordenar e higienizar os espaços públicos do Recife, tornando-a uma cidade higiênica.



Considerações finais

De modo geral, o que se pode observar no Recife da primeira metade do século XIX é que, nessa cidade miasmática, marcada por um cotidiano insalubre, a recorrência de doenças que acometiam a população era constante, fazendo com que administração municipal, atenta aos preceitos higienistas, buscasse atender as demandas por melhorias nas condições sanitárias de seus espaços. O caminho encontrado foi o estabelecimento de leis, como o Código de Posturas (1831-32), destinado a ordenar e vigiar a cidade, bem como melhorias na infraestrutura urbana, como observado com as reformas empreendidas durante o governo de Rego Barros (1837-1844).

A classe médica, por sua vez, utilizando-se de seu saber, se projetou como solucionadora dos problemas que precisavam ser resolvidos para a melhoria da saúde pública, articulando-se e distanciando-se em alguns momentos das ações da Câmara Municipal. Nesse Recife insalubre, os médicos, percebendo as múltiplas doenças que acometiam a população, voltaram sua atenção para o corpo social, buscando entender as possíveis causas dessas moléstias. O Recife dessa forma, por meio do discurso médico, tornou-se um espaço urbano insalubre, a ser higienizado.



Fontes

ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA (1842-1844) – Biblioteca Nacional. (Hemeroteca Digital).

CÓDIGO DE POSTURAS DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE (1831-1832) (Presente no Diário de Pernambuco entre os meses de agosto de 1831 e janeiro de 1832) – Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

GARDNER, George. **Viagens no Brasil**: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante, durante os anos de 1836-1841. Trad. Albertino Pinheiro. 1. Ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma Viagem ao Brasil**. Trad. Américo Jacobina Lacombe. 1 Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

JOBIM, José Martins da Cruz. **Discurso inaugural da sessão pública de instalação da sociedade de medicina do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1830.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: províncias do Norte**. 1. Ed. Brasília: Senado Federal, 2008.

KOSTER, Henry: **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. Luiz da Câmara Cascudo. 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.

TOLLENARE, Louis-François de. **Notas dominicaes**. Trad. Alfredo de Carvalho. 1. Ed. Recife: O Jornal do Recife, 1905.

Referências

BEZERRA, Rozélia. **A Higiene escolar em Pernambuco: espaços de construção e os discursos elaborados**. 2010. 283 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRESCIANI, Maria S. M. **Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza**. 6. Ed. São. Paulo: Brasiliense, 1996.

CARVALHO, Marcus. J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. 2. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CASTRO, Vanessa de. **Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife no século XIX**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Emília V. da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6. Ed. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, Jurandir F. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 1. Ed. São Paulo: Graal, 1979.

EUGÊNIO, Alisson. **Reforma dos costumes: Elite médica, progresso e combate às más condições de saúde no Brasil do século XIX**. 2008. 231 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. 18. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.



KURY, Lorelai B. **O império dos miasmas**: a Academia Imperial de Medicina. 1990. 164 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MACHADO, Roberto. *et al.* **Danação da norma**: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MELLO, Virgínia. P. de. **Água vai!** História do saneamento em Pernambuco, 1537 - 1837. Recife: Compesa, 1991.

MENEZES, José. L. da M. **Atlas Histórico Cartográfico do Recife**. Recife: Editora Massangana, 1988.

MIRANDA, Carlos. A. C. Curandeiros e a Ofensiva Médica em Pernambuco na primeira metade do século XIX. **CLIO - Série História do Nordeste (UFPE)**, Recife, v. 19, n. 1, p. 95-110, 2001.

MIRANDA, Carlos. A. C. Médicos e Engenheiros no Recife Oitocentista: Higienismo, Implantação de Projetos Arquitetônicos e de Serviços Urbanos. **CLIO - Série História do Nordeste (UFPE)**, Recife, vol. 38, n. 2, p. 278-302, 2020.

NASCIMENTO, Ana; LUNA, Suely; SILVA JÚNIOR, Luiz S. da. Forte da Madre de Deus e São Pedro: resgate de uma história. **CLIO - Série Arqueológica (UFPE)**, Recife, v. 1, n.16, p. 167-174, 2003.

PIMENTA, Tânia. S. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)**. 2003. 256 f. Tese (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

RÉMOND, René. **O século XIX: 1815-1914**. Trad. Frederico Pessoa de Barros. 2. Ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

SANTOS, Manuela A. dos. **Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura, 1831-1845**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, Maciel. H. C. da. **Pretas de honra**: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX(1840-1870). 2004. 299 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.



SILVA, Sandro V. **O costume da praça vai a casa: as transformações urbanas e suas influências sobre os costumes da classe burguesa do Recife oitocentista (1830-1880)**. 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVA, Wellington B. da. “A locomotiva do progresso”: cotidiano e “melhoramentos materiais” no Recife oitocentista (1830-1889). In: SILVA, Wellington B. da. (Org.). **O Recife no século XIX: outras histórias (1830-1890)**. Jundiá: Paco Editorial, 2018, p. 15-52.

SOUZA, Maria. Â. de A. **Posturas do Recife imperial**. 2002. 266 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SOUZA, Willian. A. de. A câmara e os médicos: entre a insalubridade e o governo da cidade (Recife, século XIX). In: SILVA, Wellington. B. da (Org.). **Recife no século XIX: outras histórias (1930-1890)**. Jundiá: Paco Editorial, 2018, p. 113-142.

ZANCHETI, Silvio. M. **O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)**. 1989. 307 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.



Origens da Urbanização de Aracaju no Atlas do Império de 1868.

*Amâncio Cardoso Neto**

Resumo

Uma das representações cartográficas mais antigas de Aracaju, capital de Sergipe, é a planta editada no Atlas do Império do Brasil. A obra foi organizada pelo professor Cândido Mendes, e publicada no Rio de Janeiro, em 1868. O objetivo desse artigo é examinar a planta impressa de Aracaju, anexa ao mapa de Sergipe no Atlas do Império, como fonte histórica fundamental para entender o processo de ocupação urbana do espaço da cidade, compreendido pelo poder público durante a primeira década após a fundação da capital da província. A abordagem será realizada através da própria planta no Atlas como fonte primária, e utilizaremos relatórios e falas dos presidentes da província como fontes acessórias.

Palavras-chave: Espaço urbano, Aracaju, **Século XIX**.



* Professor do Instituto Federal de Sergipe, desde 1994. Mestre em História pela Unicamp-SP, em 2001. Especializado em Geografia Agrária pela UFS, em 1996. Licenciado em História pela UFS, 1990. Tem publicado artigos em revistas acadêmicas, congressos científicos, capítulos de livros e livros.

Origins of the Urbanization of Aracaju in the Atlas of the Empire of 1868.

Orígenes de la Urbanización de Aracaju en el Atlas del Imperio de 1868.

Abstract

One of the oldest cartographic representations of Aracaju, capital of Sergipe, is the plan edited in the Atlas of the Empire of Brazil. The work was organized by Professor Cândido Mendes, and published in Rio de Janeiro in 1868. The objective of this article is to examine the printed plant of Aracaju, annexed to the map of Sergipe in the Atlas of the Empire, as a fundamental historical source to understand the process of urban occupation of the space of the city, undertaken by the government during the first decade after the founding of the provincial capital. The approach will be carried out through the plant itself in the Atlas as primary source, and we will use reports and speeches of the presidents of the province as ancillary sources.

Keywords: Urban space, Aracaju, 19th century.

Resumen

Una de las representaciones cartográficas más antiguas de Aracaju, capital de Sergipe, es la planta editada en el Atlas del Imperio del Brasil. La obra fue organizada por el profesor Cândido Mendes, y publicada en Río de Janeiro, en 1868. El objetivo de este artículo es examinar la planta impresa de Aracaju, anexa al mapa de Sergipe en el Atlas del Imperio, como fuente histórica fundamental para entender el proceso de ocupación urbana del espacio de la ciudad, emprendido por el poder público durante la primera **década** después de la fundación de la capital de la provincia. El abordaje se realizará a través de la propia planta en el Atlas como fuente primaria, y utilizaremos informes y charlas de los presidentes de la provincia como fuentes accesorias.

Palabras clave: Espacio urbano, Aracaju, Siglo XIX.



Introdução

Uma das representações cartográficas mais antigas de Aracaju, capital de Sergipe, é a planta editada no “Atlas do Império do Brazil”. A obra foi organizada pelo professor Cândido Mendes, e publicada no Rio de Janeiro, em 1868. Neste ano, Aracaju contava apenas com treze anos de fundação.

O Atlas de Cândido Mendes, como ficou conhecido, foi o primeiro desse gênero no Brasil, tornando-se marco da cartografia nacional e servindo de base para trabalhos posteriores. Além dos mapas das províncias, a obra retrata questões de fronteira, apresenta um quadro sobre os donatários das capitanias hereditárias e a distribuição de seus territórios; bem como traz informações geográficas, estatísticas da população e diversos dados administrativos, eleitorais, eclesiásticos e históricos de nosso país.

A obra, medindo 50 x 33 cm, é ilustrada com mapas coloridos. Ela foi dedicada ao Imperador Dom Pedro II (1825-1891), que incentivava a melhoria da qualidade do ensino no Brasil imperial. O Atlas de Cândido Mendes foi destinado, portanto, ao ensino público do Império, e mais especificamente, à instrução dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II, na Corte do Rio de Janeiro.

O autor do Atlas do Império do Brazil, Cândido Mendes de Almeida, nasceu em Anapurus-MA, em 1818. Ele foi professor, advogado, jornalista e político, tendo sido deputado geral, em cinco legislaturas, e senador do Império de 1871 a 1881, pelo Maranhão. O intelectual maranhense faleceu no Rio de Janeiro em 1881.

Quanto à planta da cidade de Aracaju, o objeto da análise aqui empreendida está anexa ao mapa da província de Sergipe. O ilustre maranhense afirmou que, para confeccionar seu projeto, consultara a planta manuscrita levantada em 1855 pelo capitão de engenheiros Sebastião José Basílio Pirro. Ou seja, ele afirma ter acessado a planta original manuscrita do engenheiro que primeiro projetou Aracaju no ano da mudança da capital.

Assim, o objetivo desse artigo é examinar a planta de Aracaju, anexa ao mapa de Sergipe, no Atlas do Império do Brasil de 1868, como fonte histórica fundamental para entender o processo de



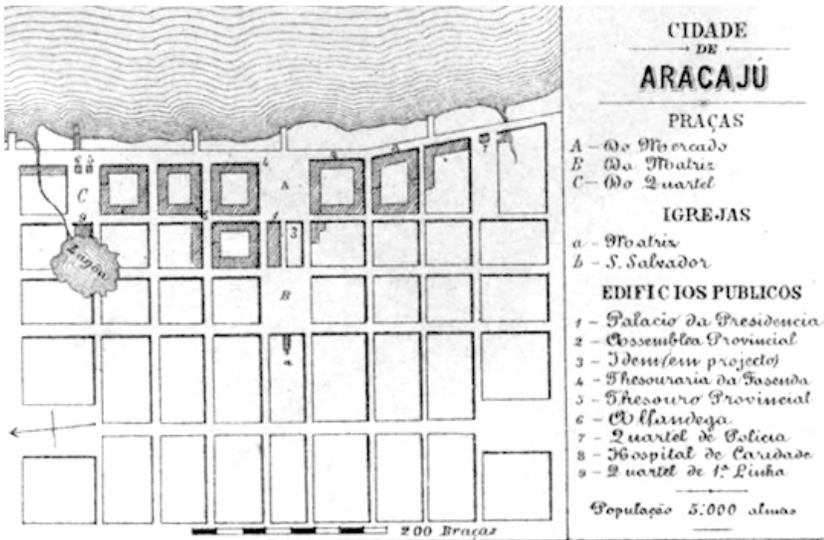
urbanização de origem da cidade. Este é um documento precioso sobre a capital sergipana, na medida em que é um dos primeiros retratos cartográficos da década inicial de formação urbanística da capital sergipana. Portanto, ela é uma fonte preciosa para os pesquisadores de nossa história urbana, sobretudo porque o autor alegara ter acessado o projeto manuscrito original para basear seu registro no Atlas.

1 – A Planta de Aracaju no Atlas do Império de 1868.

A planta de Aracaju, publicada no Atlas do Império, de 1868, é um quadrilátero com quarenta e um (41) quarteirões em forma de quadrados e retângulos. O conjunto da malha urbanística do projeto assemelha-se a um tabuleiro de xadrez, como ficou conhecida a configuração original do centro histórico de Aracaju.



Figura 1: Planta de Aracaju no Atlas do Império do Brasil, 1868.



Fonte: Acervo do Senado Federal.
 Autoria: Cândido Mendes de Almeida.

Ao lado direito da planta, lê-se a legenda dos equipamentos urbanísticos da capital, assinalados por letras e números, divididos em praças, igrejas e edifícios públicos. E logo abaixo, vê-se o número da população de Aracaju à época: “5.000 [cinco mil] almas” ou habitantes.

Quanto às praças, eram apenas três: do Mercado, da Matriz e do Quartel.

A praça do “Mercado”, assinalada na legenda com a letra “A”, está localizada onde hoje é a praça Fausto Cardoso. O nome praça do Mercado foi seu primeiro topônimo, porque ali ocorria a primeira feira livre da recente capital, num quadrante de areia e gramíneas. Esta é a praça mais importante no projeto por sua centralidade, pois divide o projeto em norte e sul. Ela é fronteira ao então rio Cotinguiba (atual Sergipe). Aliás, este importante curso d’água da capital ocupa todo o alto do quadrilátero da planta de Aracaju no Atlas do Império, pois à época era a principal via de transporte e comércio da província, cujo leito relativamente profundo e largo, fora um dos motivos para a mudança da capital em 1855.

A segunda praça que aparece na planta de Aracaju de 1868 é a da Matriz, assinalada com “B”. Hoje, ela se chama praça Olímpio Campos. A antiga praça da Matriz está situada na velha planta de Aracaju logo abaixo, e contígua, ao quadrante da praça do Mercado. As duas áreas contíguas formam uma espécie de núcleo urbano da capital. Por sinal, foi neste espaço onde se instalaram as edificações mais representativas dos poderes político e religioso.

A terceira e última praça de Aracaju, representada no Atlas de Cândido Mendes, é a do Quartel, marcada com “C”. Pois, como revela o seu nome, ali se situava o Quartel de Primeira Linha, o qual abrigava a tropa regular do Exército Imperial, estacionada em Aracaju. Este prédio é um dos edifícios públicos legendados na planta.

Antes, a “praça do Quartel” era chamada de “praça da Alfândega”, porque esse órgão público foi um dos primeiros a serem construídos na nova capital. Já em 1869, um ano após a edição do Atlas do Império, foi inaugurada a “Casa de Prisão” de Aracaju naquela mesma praça. Daí em diante, o lugar passou a ser denominado de “praça da Cadeia”.



Entretanto, a partir de 1873, a antiga praça da Alfândega passa a ser chamada “24 de outubro”, porque nela ocorriam os folguedos em comemoração à Emancipação Política de Sergipe. Tempos depois, no século XX, mais especificamente no ano de 1927, esta praça passou a ser denominada de “Ciro de Azevedo”, presidente do Estado falecido nesse mesmo ano. Em 1931, a praça muda mais uma vez de nome, para o atual General Valadão, homenageando o militar do tempo do Império e um dos líderes políticos da República Velha em Sergipe.

Depois das praças, vemos na Planta de Aracaju, do Atlas do Império, as duas primeiras igrejas católicas: a da Matriz, sinalizada com a letra “a”, e a de São Salvador legendada com a letra “b”.

A igreja de São Salvador, inaugurada em 1857, foi o primeiro templo católico no projeto da capital. À época, ela era uma “simples capela”, como registrou o Imperador D. Pedro II (1825-1891), quando visitou Aracaju em janeiro de 1860, oito anos antes da publicação do Atlas de Cândido Mendes.

Um fato singular sobre a Igreja de São Salvador, e ligado ao fundador de Aracaju, é que entre 1858 e 1917, ela abrigou o túmulo que guardava os restos mortais de Inácio Barbosa (1823-1855). Ele fora sepultado três anos antes, outubro de 1855, na matriz da cidade de Estância, sete meses depois de realizar a mudança da capital; de São Cristóvão para Aracaju.

A outra igreja marcada na Planta do Atlas do Império, é a Igreja Matriz. O templo foi edificado em 1862, e inaugurado em 1875, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Portanto, ela ainda estava em construção quando da publicação do Atlas, em 1868. Na planta de Cândido Mendes, a Matriz está situada no centro do projeto urbanístico da capital. Desde 1910, essa igreja é a sede da Catedral Metropolitana de Aracaju.

Depois das praças e igrejas, a Planta do Atlas de Cândido Mendes traz a legenda de nove “Edifícios Públicos”, assim enumerados: 1- Palácio da Presidência; 2- Assembleia Provincial; 3- Idem (em projeto); 4- Tesouraria da Fazenda; 5- Tesouro Provincial; 6- Alfândega; 7- Quartel de Polícia; 8- Hospital de Caridade; 9- Quartel de 1ª Linha. Comentemos cada uma dessas edificações.



O primeiro edifício público é o Palácio da Presidência. Ele é a antiga sede do Governo Provincial, e foi inaugurado em 1863. Em 1920, o velho casarão sofreu grande reforma por ser o ano de comemoração do centenário da Emancipação Política de Sergipe, em relação à Bahia. Essa reforma, realizada por uma equipe de artistas e construtores italianos, deu a feição arquitetônica atual do prédio. O palácio funcionou como sede do governo do estado até 1995. E em 2010, foi reaberto ao público como palácio-museu, após restauração.

O segundo edifício público na Planta do Atlas, trata-se da primeira edificação onde funcionou a Assembleia Provincial de Sergipe. Após a mudança da capital, os deputados provinciais passaram a se reunir nesta casa improvisada para reuniões parlamentares. Ela se localizava, como está apontado na Planta, no primeiro quarteirão ao sul da “praça do Mercado” (A), na rua da Aurora, trecho da atual av. Ivo do Prado.

O funcionamento da Assembleia Provincial nessa casa da rua da Aurora não está de acordo com a informação que se encontra no sítio eletrônico oficial da atual Assembleia Legislativa de Sergipe. Ali, e noutros endereços da web, afirma-se que “com a mudança da Capital para Aracaju, em 17 de março de 1855, sua nova sede [da Assembleia Provincial] foi instalada no Palácio Fausto Cardoso”. Entretanto, vê-se que este “Palácio” ainda estava “em projeto” no ano de 1868, conforme a Planta aqui analisada e outros documentos que apresentaremos.

O funcionamento da Assembleia Provincial numa casa improvisada na rua da Aurora, até que se construa o Palácio definitivo (atual Fausto Cardoso), pode ser comprovado através dos Relatórios de Presidentes da Província de Sergipe. No relatório de 1859, por exemplo, apresentado aos deputados provinciais pelo presidente Manuel da Cunha Galvão, ele escreve que pagou “seis contos de réis” ao proprietário do imóvel, José Gomes Ribeiro, como pagamento de cinco anos de aluguel para que ocorram as sessões da Assembleia.

Já sobre o prédio onde funcionará definitivamente a Assembleia Provincial, o Relatório de agosto de 1868, apresentado pelo presi-



dente Antônio Bulcão, registra que a construção do “Palacete da Assembleia Provincial” foi iniciada em abril daquele ano, e que a obra estava “em andamento”; como podemos conferir também na Planta do Atlas de 1868.

E, por fim, no Relatório de 1870, o então presidente declarou que seu antecessor rescindira o contrato da obra celebrado em 1868, e que mandara levantar nova planta, novo orçamento e um novo edital de contrato para continuar a construção do Palacete da Assembleia. Ele alegara que as proporções do edifício, na planta original, eram “acanhadas e defeituosas”; mas que aproveitaria o que fosse possível dos alicerces já feitos. Assim, em abril do ano anterior, 1869, celebrou-se novo contrato para construção do Palacete do Poder Legislativo.

Ainda no ano de 1872, o arrematante da obra da Assembleia, Manoel Joaquim da Costa, requereu rescisão do contrato porque seu fiador lhe retirara a fiança. E em novembro desse mesmo ano, a morosa obra do Palácio Legislativo passou para o comando de outro contratante, José Agostinho do Nascimento.

Por fim, no final do ano de 1873, o Palácio da Assembleia Provincial foi concluído. E quanto à velha casa, na rua da Aurora, onde funcionou primeiramente o Corpo Legislativo Provincial, ela passou a abrigar, a partir de 1874, o recém-criado Asilo Nossa Senhora da Pureza, dedicado a órfãs desvalidas.

Voltando para a análise da Planta de Aracaju de 1868, vemos na legenda de número 3 a expressão “Idem, em projeto”, referindo-se ao Palácio que estava em construção e que irá abrigar a Assembleia Legislativa Provincial em 1873; e que no século XX se chamará Palácio Fausto Cardoso, em homenagem ao deputado republicano assassinado em 1906.

Continuando a apresentação das edificações públicas na Legenda de número 4, lê-se Tesouraria da Fazenda. Neste imóvel de propriedade do Governo Central funcionou primeiramente o “Palacete Provisório do Governo”, que serviu de residência e casa de trabalho para a presidência da província. Em 23 de março de 1855 sua obra foi contratada e foi concluída em março de 1857.



Esta edificação, que era uma casa construída de pedra e cal, foi reformada para se tornar um “palacete”, passando a possuir quatro quartos, duas salas na frente, um gabinete, uma sala de jantar com telha vã, uma dispensa e uma cozinha.

Entre outubro e dezembro de 1859, o Palacete provisório foi mais uma vez reformado, ampliado e mobiliado para servir de Palácio Imperial a Dom Pedro II, à Imperatriz Tereza Cristina e às suas comitivas, durante a visita de Suas Majestades a Sergipe, entre 11 e 20 de janeiro de 1860.

A antiga casa, localizada na esquina da rua da Aurora com a face norte da praça do Palácio, deixou de ser o palacete residencial do presidente da província a partir da inauguração do palácio oficial permanente, em 1863 (atual palácio Olímpio Campos).

A partir de então, a casa que serviu de palacete passou a abrigar a Tesouraria da Fazenda, como está na planta de 1868. Esta casa foi demolida no início do século XX. Em seu lugar foi construído o atual prédio da Delegacia Fiscal do Ministério da Fazenda, em estilo neoclássico, inaugurado em 1º de setembro de 1906 pelo governo federal.

Seguindo a numeração da legenda da planta de Aracaju no Atlas de 1868, vemos os números 5 e 6, que correspondem respectivamente ao prédio da Tesouraria Provincial e da Alfândega.

A edificação do prédio da Tesouraria Provincial foi totalmente concluída em fins de 1859. Ele ficava num largo vizinho à Alfândega, onde hoje se encontra a praça General Valadão, que na planta de 1868 está assinalado com a letra “C” e legendado como praça do Quartel, porque ficava defronte ao Quartel de 1ª Linha.

O serviço da tesouraria era de grande importância para a cidade que estava em plena construção, pois era preciso controlar as despesas e receitas das obras em andamento, sobretudo por conta da precariedade da arrecadação e dos cofres da pequena província, motivos de constante reclamação dos diversos presidentes que assumiram a província.

Quanto à obra do prédio vizinho, o da Alfândega, ela foi iniciada em maio de 1855. E em outubro de 1856, essa repartição geral



passou a funcionar. Anteriormente, a Alfândega funcionava num precário barracão provisório de palha e taipa, muito comum numa capital cuja fundação foi realizada de imediato após sanção do governo provincial.

Porém, após várias intervenções na obra da Alfândega, a partir de 1858, o prédio só foi concluído em 1861. A nova planta e orçamento para melhoria das instalações da Alfândega ficou sob a responsabilidade do major de engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, famoso por confeccionar a primeira planta do projeto da capital. Ele prestava serviço na província de Sergipe desde 1848. Quanto à sua construção ficou encarregado o empresário José Valente de Queiroz.

Retornando ao número 7 da legenda da planta de Aracaju no Atlas de 1868, temos o Quartel de Polícia.

A obra do Quartel de Polícia foi contratada em abril de 1855 e concluída em julho de 1856. Esta edificação se localizava no extremo sul do quadrante Pirro, na rua da Aurora - hoje av. Ivo do Prado, popularmente conhecida como rua da Frente; próximo onde hoje se encontra o terreno onde está instalado o Museu da Gente Sergipana.

Voltando-se para a legenda de número 8 da planta de Aracaju, contida no Atlas do Império, lê-se: Hospital de Caridade.

Desde a fundação da capital que todos os presidentes reclamavam a falta desta instituição de caridade. A obra deste estabelecimento pio provincial foi contratada em 1858, mas só foi concluída em 16 de fevereiro de 1862, devido à “penúria dos cofres provinciais”.

A obra desse hospital foi a única que não paralisou devido à carência de um serviço médico humanitário na recente capital. Ela foi empreendida pelo contratante Joaquim José Alves Guimarães. Já o dr. Francisco Sabino Coelho de Sampaio, um dos médicos mais experientes da província, foi nomeado como o primeiro médico do Hospital de Caridade de Aracaju. Quanto à compra do material hospitalar para funcionar a entidade, ficou a cargo do Tenente Coronel Manoel Antônio de Faro por um contrato estabelecido com a tesouraria provincial.

Mas para inaugurar o Hospital de Caridade de Aracaju foi preciso o presidente da província solicitar donativos em dinheiro, além da cobrança de impostos sobre a contribuição marítima e a cobrança de “10% sobre cada canada de aguardente exportada”. Só assim foi possível abrir as portas do Hospital de Caridade da Capital para os “enfermos desvalidos”.

A legenda de “Edifícios Públicos” do documento em análise se encerra com o número 9, que corresponde ao “Quartel de 1ª Linha”, ou quartel da Companhia Fixa do Exército Imperial. Ele se localizava na praça do Quartel, cujo topônimo na planta alude a esta mesma instituição militar.

No primeiro ano da nova capital, entre março de 1855 e agosto de 1856, o Quartel de 1ª Linha se instalou num “tosco barracão de palha” em que as águas pluviais invadiam o seu interior, totalmente inadequado para este serviço público, comprometendo ademais a saúde e a disciplina da corporação. Essa situação se agravou durante a epidemia de cólera, entre agosto de 1855 e fevereiro de 1856, quando alguns soldados ficaram doentes ou morreram com atendimento e instalações de enfermaria inadequadas.

Mas a construção de um Quartel permanente para a Companhia Fixa de 1ª Linha do Exército em Aracaju foi autorizada em fevereiro de 1858. A planta desse Quartel foi elaborada pelo capitão do imperial corpo de engenheiros Francisco Pereira da Silva. Esse engenheiro foi substituído pelo tenente de engenheiros Manoel Gomes Borges.

Quanto à construção do então novo quartel do exército em Aracaju, ela foi arrematada pelo dr. Guilherme Pereira Rebelo, atuante médico e também empreendedor no ramo da construção civil no tempo em que a capital sergipana estava em sua origem urbanística. Pereira Rebelo construiu o prédio do quartel de 1ª Linha em três etapas ou seções, encerrando a terceira etapa da obra do Quartel de 1ª Linha no fim do ano de 1862.

Voltando à planta aqui analisada, vê-se próximo ao fundo do prédio do Quartel de 1ª Linha, é observa-se uma lagoa cujo córrego desemboca no rio Sergipe. Esse acidente geográfico assinalado



ocupava o que hoje corresponde à área do fundo do prédio do antigo hotel Palace de Aracaju e do edifício do estado de Sergipe (o Maria Feliciano), no Largo Esperanto, no atual centro comercial da capital.

Percebe-se também na planta do Atlas que a referida lagoa desaguava ou esgotava por detrás da praça do Quartel, onde está construído o Palácio Serigy, e onde posteriormente foi construída a antiga Cadeia de Aracaju, inaugurada uma década depois da publicação do Atlas de Cândido Mendes. Por isso, a antiga praça do Quartel será denominada, posteriormente, de praça da Cadeia, a partir da década de 1870.

O Quartel do Exército da Companhia Fixa de Caçadores ou de 1ª Linha, se localizou neste quadrante de praça até o início da década de 1960. Pois em seu lugar foi construído pelo governo do Estado o edifício do Hotel Palace de Aracaju, inaugurado em 1962.

60



Conclusão

A planta de Aracaju no Atlas do Império do Brasil do professor Cândido Mendel, publicado em 1868 não assinala as edificações residenciais. Ele assinala apenas três praças e onze edificações públicas (09 civis e 02 religiosas). Das nove edificações civis, uma estava “em projeto”, onde funcionaria a Assembleia Provincial.

Nem todos os quarteirões ainda estavam ocupados. Dos 41, apenas 10 estão representados por quadriláteros com bordas escuras ou hachuradas, talvez representando um sinal da ocupação urbanística das edificações públicas.

Dentre as obras públicas de certa importância para o serviço público, no ano de 1868, não havia sido ainda construído na capital um mercado público, nem uma cadeia e nem tampouco uma matriz. Pois a praça do mercado se referia ao largo aberto e descampado em frente ao palácio; e quanto à matriz, ela estava em construção, sendo inaugurada em 1875.

Na planta lê-se que Aracaju possuía uma população estimada em cinco mil pessoas. Este número de habitantes não comportaria no quadrante urbanísticos nuclear e residencial da novel capital.

Portanto, este é mais um forte indício, confirmadas por outras fontes, de que a maior parte da população residia fora do quadrante Pirro, em casas de palha ou de taipa coberta de palhas, em condições insalubres de moradia. Pois os aluguéis da área projetada, e representada na Planta do Atlas, eram caros e o preço de terrenos e imóveis também propiciava uma divisão sócio/espacial entre os moradores de Aracaju das primeiras décadas.

Aracaju nesse período retratado no Atlas do Império enfrentou vários problemas que foram obstáculos para sua urbanização regular. Citemos como exemplo, a falta de uma repartição de obras públicas para administração e fiscalização das contratações e construções empreendidas nos primeiros anos.

Outro problema foi a paralisação das obras na década de 1860 devido tanto à epidemia de cólera quanto à exiguidade dos cofres da província. Acrescenta-se a isto falta de material de qualidade e também de mão de obra qualificada para as construções públicas, as quais muitas vezes eram refeitas ou reparadas por má execução.

É bem verdade que outro fator importante para a demora e/ou paralisação das obras foi a construção simultânea de prédios públicos, devido à emergência de se urbanizar a capital, diminuindo os imóveis improvisados de palha e taipa de muitas repartições, e com isto encorajar a vinda de moradores do interior que não acreditavam no futuro da nova urbe nascida sobre dunas e pântanos insalubres, que vitimaram de febres e outras doenças os poucos moradores, empregados e autoridades públicas, a exemplo de seu fundador Inácio Joaquim Barbosa (1823-1855).

Por fim, a planta de Aracaju impressa no Atlas do Brasil de 1868, publicada por Cândido Mendes, é uma fonte preciosa para compreender as dificuldades enfrentadas pelos primeiros administradores da capital da pequena província, os quais além de permanecer pouco tempo no poder, para servir as necessidades do Imperador, tinham que enfrentar muitos problemas, como vimos, de ordem urbanística.



Referências

BROTERO, João Dabney d’Avelar. **Relatório com que foi aberta a Assembleia Legislativa de Sergipe**. Bahia: Typographia de A. Olavo de França Guerra, 1858. p. 38.

BULCÃO, Antônio D’Araújo D’Aragão. **Relatório com que passou a administração da Província, no dia 11 de agosto de 1868**. Aracaju: Typ. do Jornal de Sergipe. p. 10.

CARDOSO JUNIOR, Francisco José. **Relatório com que abriu a 1ª Sessão da 19ª Legislatura da Assembleia de Sergipe**. Aracaju: 04 de março de 1870. p. 67.

COELHO e MELO, Antônio Dias. **Relatório com que foi entregue a província pelo segundo vice-presidente no dia 31 de julho de 1863**. Aracaju: Typ. Provincial, 1863. p. 11.

GALVÃO, Manuel da Cunha. **Relatório apresentado à Assembleia de Sergipe em 15 março de 1860**. Bahia: Typographia Poggetti de Catellina, 1860. p. 23.

História [da Assembleia Legislativa de Sergipe]. Disponível em: <https://al.se.leg.br/>. Acesso em: 14/10/20.

MACEDO, Luiz Álvares de Azevedo. **Relatório apresentado perante a Assembleia Provincial de Sergipe**. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 04 de março em 1872. p. 21.

MENDES, Cândido. **Atlas do Império do Brazil**: compreendendo as respectivas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitorais e judiciarias. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

MENDONÇA, Joaquim Jacinto de. **Fala com que foi aberta a 1ª sessão de 14ª legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1862**. p. 15-16.

MIRANDA, Antônio dos Passos. **Relatório com que abriu a Assembleia Legislativa de Sergipe**. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 01 de março de 1875. p. 41-42.

PORTO, Fernando. **Alguns nomes antigos do Aracaju**. Aracaju: J. Andrade, 2003. p. 121-122.

SÁ e BENEVIDES, Salvador Correia de. **Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da Assembleia Provincial no dia 02 de julho de 1856**. Bahia: Typographia de Calos Poggetti, 1856. p. 14.



SÁ e BENEVIDES, Salvador Correia de. **Relatório com que abriu a Assembleia Legislativa em fevereiro de 1857**. Sergipe: Typographia Provincial, 1857. p. 13-20.

SEBRÃO, Cypriano d'Almeida. **Relatório com que abriu a Assembleia Legislativa de Sergipe**. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 01 de março de 1873. p. 24.



A cidade republicana nas atas da Câmara Municipal de Mariana de 1889 a 1930: Entre o núcleo urbano colonial e as visões do moderno

Flávia Caroline Fidellis da Cruz*
Carla Aparecida Nunes**

Resumo

Este artigo verifica quais os principais elementos da modernização e urbanização marianense nos anos de 1889 a 1930, no contexto da Primeira República, e de qual forma estes empreendimentos apareciam como projetos políticos a serem debatidos no interior das reuniões camarárias. Bem como de que maneira esses programas modernizadores eram incorporados no corpo social e urbano da cidade. Ressaltando que as principais investigações historiográficas lançam luz ao século XVIII, deixando a temporalidade em questão relegada.

Palavras-chave: Mariana, Primeira República, Modernização.

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, vinculada à iniciação científica “O processo de modernização e urbanização da cidade de Mariana na Primeira República: uma análise por meio dos inventário *post-mortem*”, ligada ao grupo Impérios e Lugares do Brasil, amparados pelo Cnpq. Bolsista pelo Programa de Incentivo à Pesquisa.

** Graduanda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, vinculada à iniciação científica “O processo de modernização e urbanização da cidade de Mariana na Primeira República: uma análise por meio dos inventário *post-mortem*”, ligada ao grupo ILB, amparados pelo CNPq. Voluntária do Arquivo Aberto, projeto de extensão.

The republican city in the minutes of the Municipality of Mariana of 1889 to 1930: Between the colonial urban nucleus and the visions of the modern.

La ciudad republicana en las actas del Municipio de Mariana de 1889 a 1930: Entre el núcleo urbano colonial y las visiones de lo moderno.

Abstract

This article verifies which are the main elements of the Marianense modernization and urbanization in the years 1889 to 1930, in the context of the First Republic, and in what way these undertakings appeared as political projects to be debated within city council meetings. As well as how these modernizing programs were incorporated into the social and urban body of the city. Emphasizing that the main historiographic investigations shed light on the 18th century, leaving the temporality in question relegated.

Keywords: Mariana, First Republic, Modernization.

Resumen

Este artículo, verifica cuales fueron los principales elementos de la modernización y urbanización de la ciudad de Mariana en los años de 1889 a 1930, en el contexto de la primera república y de que forma estos emprendimientos aparecieron como proyectos políticos para ser debatidos en el interior de las reuniones de la cámara. Bien como, de que forma estos programas modernizadores eran incorporados en el cuerpo social y urbano de la ciudad. Resaltando que las principales investigaciones historiográficas orientaron el siglo XVIII dejando a la temporalidad en una situación de irrelevancia.

Palabras claves: Mariana, Primera República, Modernización.



Este artigo¹ apresenta uma síntese do processo de modernização e urbanização da cidade de Mariana-MG, nos limiares da Primeira República. As fontes documentais analisadas são as *atas das reuniões camarárias* que abordam todo o período em questão. O conjunto documental é referente a parcela das atividades administrativas dos poderes públicos municipais e encontra-se conservado no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana².

Este conteúdo concentra-se no domínio da História Econômica e identifica a realidade econômica e sociocultural dos marianenses no contexto da Primeira República, compreendendo que as ferramentas de análise disponíveis nesta área permeiam e encaminham os demais suportes metodológicos. Visto que as questões econômicas reveladas nessa documentação permitem compreender as interações no espaço urbano e desvelar os anseios de modernização das elites locais, em primeira instância, mas também da população como um todo, tanto pelas interações descritas em relação às obras públicas e particulares, quanto pelas tensões em torno da arrecadação de impostos, evidenciando os projetos de desejo do corpo político e civil.

A empreitada de compreensão do universo de transformações que permeiam o ambiente urbano é transdisciplinar, dado que apenas o campo da História se apresenta como uma especialidade por demais sintética, especialmente, no que se refere a produções historiográficas tangentes à urbanização de Mariana no período investigado. De maneira que o campo da História da Arquitetura no Brasil Republicano fornece uma carga referencial que contribui com a investigação e a maturação das questões envolvidas, já que por meio dos marcos conceituais e dos elementos espaciais que este domínio explora, é possível compreender fenômenos históricos da urbanização e seus impactos econômico-sociais na cidade com maior profundidade. Este campo do saber permite observar quais eram os pensamentos, valores e teorias que rondavam as mentali-



- 1 Este conteúdo foi produzido com amparo financeiro provido pela Cnpq.
- 2 Endereço do AHCM: R. Cônego Amando, 183 - Mariana, MG, 35420-000. Para mais informações consultar o site da instituição, disponível em: <https://lph.ichs.ufop.br/arquivo-hist%3fb3rico-1>

dades e os interesses daqueles sujeitos responsáveis por construir novos símbolos materiais no regime republicano, assim, é possível compreender as formas de constituição e de transformação da paisagem cultural marianense.

Os registros das reuniões camarárias dos anos 1889 a 1930 permite averiguar as intenções, escolhas e prioridades dos sujeitos responsáveis pelo registro legislativo de seu contexto vigente, a seleção deste documento solene é de relevância ímpar, uma vez que comportam as deliberações camarárias. A obra cânone “Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal”, permite averiguar as condições que permitiram a Casa de Câmara e Cadeia se estabelecer e permanecer secularmente na cidade, pois a presente produção investiga as dimensões do espaço e do poder que possibilitaram as elites locais e camadas populares interagirem em diferentes temporalidades e circunstâncias.

68

Através desse conjunto de fontes, é possível acessar a configuração do legislativo e parte do cotidiano administrativo. Essa parcela da documentação, apresenta os cargos ocupados dentro do espaço público, que nesse período estão divididos entre: presidente da câmara municipal, vice-presidente, vereadores, secretário, procuradores e comissões, sendo elas: obras públicas, indústria e agricultura, instrução pública, higiene, polícia, entre outras. Diante do recorte que a pesquisa abrange é importante salientar que não havia a figura do prefeito, mas sim, o presidente da câmara ocupava um espaço central nas deliberações e relações políticas municipais, essa figura ocupa o cargo de Agente Executivo dentro da instituição, eleito pelos seus pares em uma sessão ordinária.

Cabe destacar que juntos as atas estão presentes as cópias de relatório dos Agentes Executivos, registro que elenca os principais pontos de sua gestão, observações gerais sobre o município e apreciações pessoais sobre o momento da cidade republicana. Essa parte da documentação permite aprofundar as compreensões desses personagens em seus períodos de mandato e observar as demandas locais. A partir da leitura acurada das fontes é notável os interesses de determinados grupos e sujeitos políticos em enaltecer certos aspectos de sua gestão, assim como, em ocultar determinadas facetas de sua administração.

Outro corpo documental presente é as atas eleitorais. Nas quais é possível acompanhar todos os indivíduos que participaram dos pleitos, como articulam-se, número de votos, como a eleição se deu nos distritos, enfim, permite acessar o cenário político local e compreender os trâmites do processo eleitoral do período. É notório a manifestação de discordâncias e conflitos entre as diferentes alas políticas, onde conchavos, apesar de estarem subentendidos, dão margem para compreender as tensões existentes no interior da Câmara Municipal.

Em vista disto, foi realizada a apuração e sistematização dos principais assuntos discutidos pelos agentes camarários que se apresentam como profundamente relevantes para compreender tanto a área de competência da administração municipal quanto às transformações da infraestrutura urbana, econômica e dos modos de vida no período. Estão separados nos seguintes eixos: *terras*, em que são apurados os pedidos de aforamento³ e as demandas da comissão de obras públicas. Na sequência, o eixo é a *iluminação* que identifica os contratos, termos de arrematação e petições, sendo estes públicos e privados. Por fim, o último eixo é *serviço*, no qual se encontram mineração, comércio, indústria e telefonia, sendo pedidos de pessoas físicas e jurídicas.

Enquanto as maiores partes documentais já arroladas, em inúmeras pesquisas sobre Mariana, referem-se à porção dos espaços públicos, religiosos e de civis notórios, é possível a partir do manuseio das atas das reuniões camarárias obter informações relativas aos contornos da malha residencial do período. Diante das informações contidas nestas fontes oficiais verifica-se o nome completo do morador que formaliza determinada solicitação, juntamente com a informação da localização da residência, bairro ou área em questão, indicando em certos casos as respectivas atividades a serem realizadas no local. Esse elemento possibilita acessar as disputas no

3 O termo refere-se ao instrumento jurídico de acesso e uso das terras urbanas, que foi profundamente comum no Brasil até o início do século XX. Nos dias atuais apresenta-se em desuso, mas ainda faz parte das possibilidades jurídicas. Nesse arranjo, os terrenos do município ficam dispostos para um cidadão ou empresa mediante ao pagamento de taxas. Esses espaços seguem como propriedade do poder local e o “foreiro” tem direito de uso, edificação e de passar para um terceiro.



tecido urbano e as mudanças em relação a configurações anteriores, bem como a ocupação de certas áreas. Destaca-se que apesar das informações relativas à localidade dos pedidos, nem todos são compatíveis com as atuais áreas correspondentes, não sendo possível confirmar plenamente, visto a ausência de fontes cartográficas disponíveis para consulta.

Por meio da leitura desses documentos pode-se identificar conflitos nas ideologias, valores e anseios de modernização de atores políticos e civis, através dos presentes registros se identifica as condições que subjazem as intenções registradas e que ainda fazem parte da experiência do presente da cidade. As fontes primárias permitem aos pesquisadores embasar o suporte teórico e corroborar as hipóteses formuladas sobre o passado, nos quais as figuras legislativas e civis marianenses integravam. As inquietações diante deste passado republicano buscam compreender: De qual forma os conflitos entre diferentes alas políticas chocaram-se e se arranjaram a fim de comportar os “ares modernos”? De qual forma as relações de nível clientelista no âmbito político prevaleceram ou não diante das propostas que visavam o melhoramento da infraestrutura pública? De qual forma as disputas políticas e socioeconômicas do período influenciaram as transformações do espaço urbano de Mariana? Dado que o município possui uma trajetória secular e as manifestações de cada período atuam como meio de acessar a constituição desse espaço.

É necessário antes, compreender um breve panorama sobre a formação da cidade de Mariana em sua trajetória secular para assimilar de qual forma o espaço urbano se transformou no período republicano. O principal trabalho empregado por diversos pesquisadores é a dissertação de mestrado elaborada em 1995 pela arquiteta e urbanista Cláudia Damasceno Fonseca, intitulada “Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural”, este é um estudo metuculoso que proporciona uma historicização de longa data do município. Juntamente com o artigo “O espaço urbano de Mariana: sua formação e sua representação”, produzido pela mesma autora, serve como subsídio para uma compreensão delicada das condições pelas quais a cidade se transformou em sua experiência no tempo



e no espaço, este último artigo encontra-se na obra cômica “Termo de Mariana”.

As primeiras povoações que ocuparam a porção da margem esquerda do ribeirão do Carmo a fizeram de forma bastante irregular, onde foram construídas algumas cabanas ao longo da margem do rio que consolidaram os povoados mais antigos da Vila de Nossa Senhora do Carmo, sendo as seguintes regiões: São Gonçalo, Mata Cavalos e Monsus, que foram as primeiras áreas ocupadas no sítio minerador que abrigaram os habitantes notáveis. Posteriormente, com o programa urbanístico vindo da metrópole para consolidar a cidade, os moradores mais vultosos desceram os morros e ocuparam as partes mais planas da cidade. As regiões primitivas passaram a ser abandonadas gradativamente e foram ocupadas por trabalhadores livres, vindo a se tornar localidades de preocupação da ordem policial. Entretanto, no período republicano algumas dessas áreas de ocupação secular que eram tratadas com alarde pelo policiamento colonial vieram a ganhar um novo perfil de tratamento, passando a ser respeitadas como regiões ocupadas por trabalhadores. (TERMO DE MARIANA, 1998:33) (FONSECA, C. 1995: 11-61-65).

Ao longo do século XVIII e início do século XIX se deu a formação da paisagem colonial que corresponde a atual área patrimonial da cidade, as condições que permitiram a formação da face setecentista do espaço urbano estavam intimamente ligadas às questões de cunho econômico-social da colônia. Uma vez que a ocupação primitiva da cidade começava a se deslocar dos arredores do ribeirão do Carmo para se acomodar em uma região mais estável em termos topográficos do território. A imposição da metrópole na colônia mineira se deu de forma expressiva, mesmo que a vila não tivesse condições efetivas de se tornar uma cidade. Como indica Francisco Iglésias:

O auge da centralização verifica-se quando a Metrópole está sob a direção de Pombal, que se orienta sob o signo da unidade, submetendo a nobreza, os fatores dispersivos, para engrandecimento da Coroa. O ministro teve domínio sem contraste por mais de vinte e cinco anos (1750-77). Sua obra não é mero empirismo,



pois obedeceu a toda uma filosofia, que se inscreve na linha do déspota de luzes, inspirada no pensamento do mercantilismo (IGLÉSIAS, F. s/d: 267).

Para as elites provincianas era de grande interesse a elevação da vila à condição de cidade, as quais solicitavam à Coroa a instalação do corpo político-administrativo, pois através deste elemento é que podiam formalizar a emancipação do município junto ao Conselho Ultramarino. Quando o sítio estava em uma condição econômica vultosa iniciou-se a empreitada de transformação da vila à condição de *urbes* colonial, no ano de 1745 a vila foi elevada à condição de cidade para abrigar o primeiro bispado da província de Minas. Nesse momento a cidade necessitou de uma nova estrutura urbana que veio se concretizar através de um projeto urbanístico iluminista vindo do reino, sendo o traçado regular uma das características singulares de Mariana, colocando-a em distinção com demais formações urbanas mineradoras setecentistas. Nas palavras de Cláudia Damaceno:

Mariana apresentou, inicialmente um processo de urbanização muito semelhante aos outros núcleos mineiros, processo este caracterizado pela polarização social e espacial, exercida pelas primeiras capelas. Entretanto, em meados do século XVIII, a primeira capital administrativa das Minas, ao ser transformada, desta vez, em capital religiosa, ganhou uma nova estrutura urbana, caracterizada pela regularidade de seus espaços públicos, por um traçado quase ortogonal, semelhante aos implantados nos principais núcleos da costa brasileira é radicalmente oposta às formas “caóticas” e “espontâneas” dos outros núcleos de mineração. Esta intervenção foi possibilitada pela forte concentração de poder - religioso e civil “umbilicalmente” ligados - naquele espaço. (FONSECA, D. 1995: 184).

Este programa, embora, acompanhasse princípios de origem lusitanas partindo de ideais renascentistas era constantemente adaptado às condições construtivas locais, se adequando de maneira autônoma à mão de obra e aos materiais disponíveis, os quais eram



dissonantes daqueles presentes no planejamento metropolitano. Diante deste projeto ficou definida a paisagem cultural de Mariana, “determinando a sequência de suas ruas, bairros, da construção de seus elementos singulares e de seus monumentos históricos”. (FONSECA, C. 1995:20) (SALGUEIRO, H. 1996:130).

A principal operação entre as intervenções reguladoras empreendidas no período tem destaque para a construção do poder legislativo na cidade que se estendeu dos anos de 1743 a 1798, por meio da construção da Casa de Câmara e Cadeia e a instalação do Pelourinho, símbolo efetivo da justiça nas noções escravistas dos tempos coloniais. Neste ínterim setecentista foi que a porção tratada como “monumento histórico” ganhou seus contornos formais. Muitas dessas determinações setecentistas estão conservadas no tempo presente, sobretudo, por meio dos traçados das ruas que conservam as fachadas singulares dos domicílios, pela formação de bairros que abrigam diferentes classes sociais, das instituições e dos espaços públicos para usufruto dos habitantes. Destaca-se a permanência dos aquedutos coloniais até as primeiras décadas do século XX, quando houve uma Comissão de Melhoramento Municipal responsável pela implementação de uma rede de esgotamento atualizada na cidade. O conjunto de melhorias visava amenizar o problema secular de inundações de várias partes do município, dessa maneira permitindo a urbanização desses espaços. (TEDESCHI, D. 2016: 121).

O traçado urbano elaborado para aquele sítio partia das demandas político-econômicas e socioculturais daquela sociedade mineiradora, marcando a permanência da *urbes* colonial que orientou os novos traçados que atravessaram os séculos seguintes. A inscrição setecentista em Mariana veio a se eternizar enquanto “fatos urbanos”, mas nem por isso os séculos seguintes deixaram de formular sua marca, permitindo que houvesse a ressignificação sociocultural do espaço colonial. (ROSSI, A. 1982:13).

Já no século XIX com a decadência da extração aurífera a principal fonte de renda se tornou a produção agrária, fortalecendo a movimentação da economia interna do município, juntamente com o desenvolvimento de artesanatos e atividades manufatureiras domésticas. Sendo:



Indispensável para a análise das Minas oitocentista, o conceito de uma economia em acomodação evolutiva, estabelecido por Douglas Colle Libby, passou a figurar na maioria dos trabalhos sobre a província de Minas Gerais. Sua obra foi fundamental ainda, para determinar os padrões de concentração da propriedade escrava na província de Minas que revelaram a preponderância dos pequenos plantéis. Tais conclusões, por sua vez, confirmaram que o “regime escravista mineiro dos oitocentos é algo singular, ou pelo menos excepcional, no contexto do escravismo moderno. (GONÇALVES, L. 1998:21).

O que indica que o município se respaldou na economia interna para concentração endógena, fomentando o enriquecimento dos comerciantes e de proprietários mineiros. Entretanto, a economia agrária não conservava o objetivo de melhoramento das vias urbanas, deixando a cidade resguardada a fisionomia setecentista. Para a pesquisadora Cláudia Damasceno Fonseca:

Em 1906, quando Mariana era elevada a Arquidiocese, a “cidade dos bispos” apresentava praticamente a mesma feição do século XIX, com suas “mil torres” e “suas paisagens exaustas”, a vida na cidade [era] calma e melancólica (FONSECA, C. 1995: 145).

Na passagem do século XIX e início do XX a cidade conservou a maior parte de suas características coloniais, não tendo alterado significativamente sua malha urbana, embora alguns trechos tidos como rurais passassem a ser utilizados pelo setor público-privado para instalação de infraestrutura urbana moderna. É nas primeiras décadas do século XX que algumas teorias urbanísticas europeias começam a ganhar espaço nas preocupações dos agentes legislativos, transformando a paisagem cultural marianense e orientando novas medidas à frente das atividades a serem desenvolvidas em alguns trechos da cidade. Assim, inspirando novos significados às formas urbanas da cidade, apesar que nem sempre estas aspirações pudessem ser executadas em Mariana, devido a imensa crise econômica em que o governo republicano estava inserido, não conseguindo meios para a consolidar todos os anseios.



Além do mais, por conta da estrutura urbana já consolidada não havia a necessidade de edificação de novos prédios públicos, uma vez que mesmo por parte das alas progressistas era de bom tom usar os espaços públicos que guardam o símbolo do poder tradicional. Situação diferente das novas cidades que se fundaram a partir da dinâmica econômica agroexportadora emergente, as quais, tinham a necessidade de construir espaço públicos para abrigar o poder legislativo e policial da época. Bem como é o caso do espaço em que foi planejada a cidade de Belo Horizonte que, *a priori*, não havia uma estrutura, possibilitando a construção de um espaço para materializar os anseios republicanos de ser o eixo industrial, comercial e de serviços responsável pelo desenvolvimento da região central da província.

O cenário marianense, aqui abordado, se estende à porção correspondente ao atual “centro histórico” da sede do município, incorporando as poucas novas regiões ocupadas por trabalhadores livres nas adjacências da área considerada “monumental”⁴. A propósito, na transição do século XIX para o XX não existiam fronteiras claras entre a área considerada urbana e rural da cidade, pois estes marcos eram fluidos. (FONSECA, C. 1995: 70).

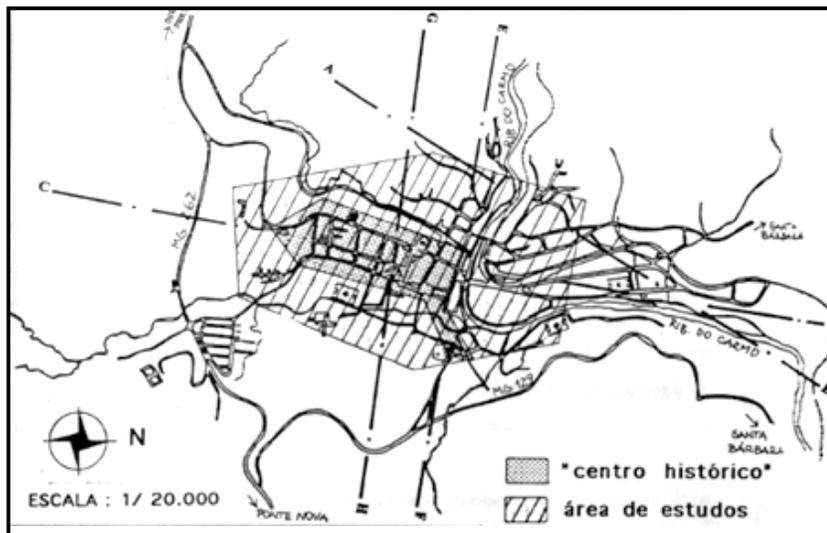
O mapa-síntese⁵ abaixo identifica de forma esquemática a porção ocupada além do perímetro compreendido atualmente como “parte monumental”, nesta nova porção é possível identificar através das atas o perfil dos interessados nestas regiões ociosas, sendo a maior parte trabalhadores assalariados. A parte hachurada é relativa aos bairros São Gonçalo, Santana, Chácara do Quintanilha, os limites do São Pedro e do Rosário.

4 Algumas das regiões atualmente consideradas suburbanas correspondem a áreas de ocupação secular e não são consideradas patrimoniais, permitindo indagar qual ou quais culturas são convenientes à preservação. É importante salientar que no período ainda não havia o órgão SPHAN e apesar das preocupações vindouras no período republicano não havia uma preocupação com a preservação de bens coloniais, pois as intenções republicanas partiam da nova linguagem eclética e de suas vertentes.

5 Esta imagem foi retirada da dissertação desenvolvida pela pesquisadora Cláudia Damasceno, a qual busca compreender a formação da face colonial de Mariana.



Fig. 1 - Planta e cortes topográficos da área de estudo.



De acordo com esta figura fica evidente as intenções de atualização do espaço segundo os preceitos modernizadores do “programa civilizador” operado no imaginário dos agentes públicos que têm respaldo em suas decisões legislativas, pois, no período republicano, haviam a preocupação de sintonizar a infraestrutura da cidade as novas práticas modernizadoras, a fim de criar na cidade o aspecto de um “álbum de projeções” desse novo tempo. Este mapa apresenta a cisão entre a Mariana da parte sul que conservava o *lócus* colonial em contraste com a “nova” cidade que se delineava na porção norte (naquele tempo consideradas como uma porção rural), na qual as edificações “modernas” eram incentivadas pelo poder público. Destaca-se que no contexto urbanístico da Mariana republicana as fronteiras entre a área rural e a urbana passaram por um processo de fluidez, uma vez que regiões afastadas receberam incentivo municipal para serem ocupadas. (COSTA, M. 2012) (ELIAS, N. 1994).

O aspecto natural da cidade pronunciava esta diferença entre as tradições ali cultivadas, na margem direita do rio do Carmo ficaria conservado o poder reacionário monárquico, enquanto na parte esquerda as aspirações republicanas podiam ganhar seus contor-

nos por meio de edificações do “tipo moderno”⁶. Sendo que poucas destas construções sobreviveram até a atualidade e as poucas que atravessariam para o século XXI passaram por profundos processos de descaracterização.

No primeiro ano que inaugurou a entrada do século XX, Mariana contava com uma densidade⁷ considerável de habitantes e se deve, em parte, ao chamariz que a mina aurífera inglesa no distrito de Passagem se tornou aos trabalhadores das diversas regiões mineiras. Apesar disto, a cidade preservava sua condição de *urbes* colonial, permanecendo praticamente a mesma dos setecentos até o início do XX. A exemplo da prática de divisão de terras que se preservou, vindo a se modernizar apenas no vintém dos noventa, quando houve uma modernização legislativa na Câmara Municipal em compasso com os ideais de engenharia dos profissionais que ali circulavam por conta da mina da Passagem, sendo alguns formados na Escola de Minas de Ouro Preto, os quais eram carregados de ideias progressistas e positivistas. Segundo Luiz Cota “esse turbilhão de conhecimento despejado pela escola nutria a juventude mineira com ingredientes necessários para que ela pudesse operar as mudanças exigidas pelo seu tempo” (COTA, L. 2017:41).

Os impactos da transferência da capital de Ouro Preto para a nova Cidade de Minas, nomeada posteriormente de Belo Horizonte, através de um decreto da Constituição Federal em 1891, que reverberou em Mariana e além de ofuscá-la em termos de expressão do poder eclesiástico aos veres dos republicanos, acabava por distanciar a do centro irradiador da capital. As elites republicanas que estavam à frente para construir uma cidade símbolo de suas aspirações progressistas, a máxima de uma sociedade mineira civilizadora perante o “caudal dos ideais modernos”, reforçaram que a antiga capital não comportava as aspirações de um novo regime político. Discurso que ficava evidente através de seu próprio traçado que

6 Esse termo é empregado em virtude de menções nas atas, as quais deixam entrever os ares do tempo.

7 Conforme o recenseamento de 1920, Mariana possuía, nesta época, 52.750 habitantes. Cf. Anuário Estatístico *de Minas Gerais* de 1921, Anno I, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925, pg.60. Disponível em: <https://archive.org/details/anuario1921img2/page/n59/mode/2up?view=theater>.



condensava o *lócus* da tradição colonial, enquanto os novos empreendimentos seriam símbolos de uma nova experiência no mundo, uma vez que as experiências da vida privada e pública estavam se transformando cotidianamente nos primórdios da sociedade moderna. (NEVES, M. 2008:18).

No recorte, os conflitos estabelecidos entre as alas conservadoras e as elites republicanas, ambas locais, eram refreados pela condição econômica da cidade, refletindo diretamente no alinhamento da cidade com as demandas dos novos tempos. Tratando de Mariana, vale ressaltar que, o reflexo do ideal de modernização republicano surge em meio à miragem do período colonial. O novo universo simbólico almejado demandava trazer os novos padrões de vida, de modernização técnica e de apropriação de diferentes símbolos conjugados com as noções herdadas do passado colonial.

78

A historiadora Manuela Areias traz algumas contribuições acerca dos estilos de vida na Mariana do início do século XX, indicando que “nos primeiros anos do período republicano também culminou a *Belle Époque* brasileira”, sem tardar as elites locais trataram de se arranjar ao novo universo simbólico, ressignificando à sua maneira os códigos do exterior já praticados pelas elites da Capital Federal. Com o advento da modernidade os jornais e revistas circulavam pela cidade estimulando novos hábitos de consumo no comportamento urbano, agora mais sofisticados. Para a pesquisadora Patrícia Junqueira, na Capital Federal as classes abastadas deixavam entrever seus desejos de consumo nas páginas dos jornais, segundo a autora: “a necessidade de estar de acordo com a moda europeia fez surgir colunas nos jornais que tratavam dos estilos e do comportamento social”, o que não é diferente no âmbito local, no qual as elites tentavam se alinhar a tais práticas. (SCHETTINO, P. 2012: 144).

O seguinte fragmento deixa entrever alguns dos produtos consumidos pela população marianense, indicando que o setor comercial começava a ganhar impulso nos primeiros anos do novo século:

Completo sortimento de fazendas, armarinhos, feragens, calçados, chapéus de sol (guarda-chuva) e de cabeça, arreios, couros, artigos para sapateiros, tin-

tas, ferro em brasa, máquinas para costura, formicida, Capanema, molhados e gêneros do país. Aceitam encomendas para o Rio mediante pequena comissão. Tem sempre escolhido sortimento de artigos para enxovais de casamento e batizado. Rua 4 e 13. Cidade de Mariana. (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Jornal, Rio Carmo. Mariana, 25 dez. 1901, ano II, nº 1, p. s/p).

Para compreensão desse momento é necessário perceber as reverberações pelo país, pautadas, em sua maioria, no modelo da Capital Federal. A qual transitava e se materializa nos pensamentos republicanos sobre a modernidade, respaldados no ideal de “projeto civilizatório”. Enquanto, em nível internacional, as altas classes podiam desfrutar da era do consumo e da paz em termos políticos, em nível nacional se experimentava um inovador regime político que permitia o desfrute de ideais e de experiências do exterior, proporcionando uma nova relação com a vida urbana diante da atmosfera do capitalismo industrial. Mesmo que houvesse uma ruptura com a condição *juris* política imperial foi um momento em que as classes dominantes puderam se respaldar no argumento de pertencimento patrimonialista, garantindo a continuidade de grupos reacionário monárquicos no poder, apesar do endosso à tradição haviam discursos que favoreciam os elementos do novo tempo, ancorando-se em ideologias européias para justificar suas aspirações e comportamentos aristocráticas, permitindo que esses grupos políticos almejassem uma “Paris tropical”. (SCHWARTZ, L.48: 2012).

No município de Mariana, o ambiente cultural modifica-se, as ofertas de novos produtos e serviços cresciam e pequenas fábricas eram abertas. No entanto, a velocidade dessas transformações estava pautada nos conflitos singulares, entre o tradicional e o moderno, diferente das experiências vivenciadas em outras cidades, justamente porque as novas metrópoles experimentam uma aceleração nunca antes sentida em termos nacionais. O ímpeto da modernidade que provocou em grandes centros uma “ruptura do centro urbano antigo, tanto para alargar as suas ruas, quanto para estabelecer fáceis comunicações com as novas áreas edificadas”. Bem como é observado no



Rio de Janeiro, em que grande parte do espaço antigo mudou ou foi reformado. Salienta-se que fenômenos de modernização e urbanização ocorreram em diferentes tempos de aceleração no recorte cronológico trabalhado, tendo sua implementação pública dependente do capital cultural e simbólico compartilhado entre os agentes legislativos, desta forma os “ares modernos” podiam, com mais ou menos facilidade, adentrar a trama urbana da cidade. (ROMERO, J. 2004: 31)

“A arquitetura e o planejamento urbano também sofreram modificações em prol de adaptar a imagem da cidade ao homem moderno”, assim, a cidade foi se transformando em verdadeiros “álbuns de projeções”, permitindo a ressignificação de marcos, datas e personagens. É possível que um dos exemplos mais marcante na cidade, no âmbito do imaginário, seja a mudança do nome da Rua Conde Bobadela, amplamente ocupada no período, para Wenceslau Brás, homenageando o ator político homônimo que era filiado ao partido Republicano Mineiro - cuja trajetória é marcada pela Presidência de Minas Gerais em 1909 e em seguida ocupa o cargo de Presidente do Brasil no ano de 1914. Em planos da estrutura física, esse movimento fica evidente pelos trâmites acessados nas fontes documentais, em torno da iluminação pública, da construção do ramal de linha ferroviária e de solicitações comerciais. Há neste momento a preocupação com a criação de uma memória nacional que incorpore as noções republicanas e viabilize os planos da elite para construção da sociedade brasileira. (COSTA, M. 2012: 1-9).

Haviam obsessões em torno da concretização do “projeto civilizatório”, no caso de Mariana a proposta por parte do engenheiro João Baptista Bambi no ano de 1892 que apresentava um robusto plano de modernização para a cidade, evidenciando esse movimento. Das solicitações realizadas por ele destaca-se o pedido de concessão de 25 anos de linha de bonde a vapor da cidade até a capital, construção de um fórum, um teatro, um jardim, um mercado, calçamento das principais ruas de paralelepípedos, abastecimento d’água potável e esgotos. Todo esse projeto ambicioso é aprovado, contudo, futuramente na revisão da prestação de contas do ano de 1893, presente na ata do dia 31 de janeiro 1895 da Assembleia Municipal, expõe que deveria ser “eliminada a verba de 11 do artigo 4^o



por não ter tido execução o contrato celebrado com João Baptista Bambi, para ligar essa Cidade a de Ouro Preto por uma linha de bonde a vapor”⁸. Essa apreciação é feita pela falta de recurso e planejamento nas condições em que o acordo foi feito.

Ademais, todos os empreendimentos propostos pelo engenheiro revelam símbolos da modernidade do final do século XIX e início do XX e mais, o fato da proposta não ter sido executada aponta que de um lado estavam questões de cunho econômico e de outro as aspirações que poderiam posicionar a cidade nas instâncias de modernidade mais intensas. O teatro era considerado como um lazer burguês, sofisticado, já o jardim enquanto um espaço público de passeio das famílias era convenientemente usado para a ostentação dos pecúlios e o mercado municipal simbolizava a modernização do comércio, apontando que até mesmo os interiores da República Brasileira seriam *locus* do desenvolvimento capitalista e concorreriam nas “vias do progresso”.

É certo que nem todas as edificações apresentadas por João Bambi se concretizaram aos “moldes modernos”, embora fossem apropriados outros edifícios para abrigar tais espaços, como no caso do cinema de Mariana que foi alocado em uma instalação datada de 1850, ou seja, própria do período imperial, toda a estilística deste prédio obedece a tendência neoclássica e, portanto, representa os poderes conservadores locais abrigando uma modernidade deste novo tempo. A tônica da divergência entre as alas conservadoras e progressistas fica expressa por meio deste exemplo, uma vez que no interior da Câmara as mesmas disputavam os equipamentos urbanos e os elementos modernos que deveriam ser instalados na cidade, assim como, impediam determinados projetos das alas opositoras. Tal como no caso da implementação do bonde a vapor que nunca chegou a se concretizar e percorrer as ruas seculares de Mariana, inclusive, a condição mecânica “à vapor” enfatiza a modernidade tardia na qual o município tentava se inserir. Logo, a implementação de uma tecnologia moderna em um ambiente tradicional deixa entrever as nuances das disputas no legislativo.



Já o mercado municipal nunca foi efetivado, em partes por demandas mais urgentes que empregaram o erário público de Mariana, mas a não edificação do mesmo não é exclusiva do município, até mesmo a cidade vizinha, Ouro Preto, almejava construir um mercado nas proporções modernas, empregando os materiais mais inovadores do período: vidro e aço. O mercado ouro-pretano seria construído a partir de uma meticulosa engenharia que trataria de cortar o “Morro da Força” para o abrigar. O projeto foi fruto de um contrato com a Intendência Municipal para Melhoramentos e data o ano de 1891, tendo como objetivo atualização da antiga capital mineira aos “moldes patrióticos”, a fim de não a deixar estagnada devido aos impactos da transferência para Belo Horizonte. (SALGUEIRO, H. 1996:131).

82



O poder camarário de Mariana sintonizou-se às novas condições impostas juridicamente sem romper com práticas imperiais, alguns dos elementos de infraestrutura pública implementados na cidade representaram um verdadeiro desafio à administração devido à condição econômica em que o cenário republicano estava assentado. Bem como pode ser verificado através do relatório apresentado à Assembleia Municipal, produzido pelo Barão de Camargos que era Presidente da Câmara na data de 31 de janeiro de 1897, no manuscrito é possível identificar a discussão em torno do patriotismo, conferido aos novos cidadãos do Estado Nacional, embora seja importante ressaltar que aqueles que eram considerados como tal passavam pelo crivo do patrimonialismo que seguindo as determinações da Constituição de 1891, eram os que possuíam a renda mínima estipulada para serem reconhecidos, indo na contramão da realidade da maior parte da população. Além do mais, o apelo do Barão incentivava que os cidadãos mais abastados empenhassem investimentos para “auxiliarem a administração pública” na implementação de infraestrutura urbana de iluminação pública, pois no momento a Câmara não contava com recursos próprios para o mesmo⁹.

Neste seguimento, diversos anseios eram materializados em pedidos e se tratando de iluminação pública, as figuras políticas eram

as principais responsáveis por esse tipo de demanda, demonstrando que essa necessidade fazia parte das ambições dos grupos. Ao observar uma sequência de pedidos nos últimos dez anos do século XIX é possível verificar tais demandas, inicialmente pelo Agente Executivo T.e C.el Caetano Camillo d'Almeida Gomes em 1893, na sequência, em 1895, o vereador Sr. Augusto Freire e o ex-vereador Tito de Souza Novaes, individualmente apresentaram propostas de iluminação. Diante dessas múltiplas possibilidades de melhoramento da infraestrutura urbana cabe indagar os motivos pelos quais tais propostas eram rejeitadas, embora, pelas vias institucionais os principais argumentos se destacam como ausência de recursos públicos, é possível verificar através das mesmas fontes documentais que o vínculo possibilitado pelas relações interpessoais filtravam quais propostas seriam favorecidas em detrimento de outras.

Em 1901 é apresentada a proposta por parte do senhor Tolomei Benedetti que propunha a instalação da iluminação pública a gás, contudo, acompanhando o cenário nacional Mariana estava diante de crises de ordem econômica, não permitindo que a cidade hospedasse tal oferta, bem como é apontado na fonte documental:

Pela Comissão de Obras Públicas foi apresentado parecer opinando pela rejeição da proposta dos Snr. Tolomei Benedetti e Cia, industriais estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro com casa de máquinas e aparelhos para Gás Acetileno, propondo fornecer a iluminação pública desta cidade pelo mesmo sistema, cuja proposta é muito onerosa e não chega para tanto às rendas da Câmara.¹⁰

Apesar de todo esse desejo por parte da gestão em modernizar as práticas de iluminação pública, as demandas da população civil iam na contramão de tais empreendimentos, visto que a população desassistida reivindicava que esse serviço fosse feito por meio de lampiões de querosene, mesmo quando as intervenções modernizadoras já se faziam presentes nos debates camarário. Enquanto a elite política vislumbrava os feitos na capital e tentava se sintonizar



a tais práticas, como é notado na menção ao Rio de Janeiro, a população almejava atender suas necessidades por meios palpáveis e menos onerosos. Mostras deste conflito de interesse podem se fazer presentes na sala das sessões do dia 19 de junho de 1895, em que uma petição popular que contou com a interseção do cônego Tobias B. de S. Cunha, enuncia a seguinte pauta:

Em vista de reclamações dos habitantes de diversas ruas desta Cidade, proponho que a Agência Executiva fique autorizada a elevar à oitenta o número de lâmpões, colocando-os nos lugares mais necessários que deles carecem, correndo a despesa pela respectiva verba.¹¹

Fica evidente a insatisfação popular frente às tarifas encarecidas dos serviços modernizantes prestados, além de deixar entrever que os acessos a tais novidades se restringiam às residências mais abastadas, as quais não correspondiam à grande maioria. Outro aspecto que cabe ressaltar é a atuação popular frente à esfera pública, mesmo se tratando de um momento em que a população não tinha uma atuação plena no exercício da vida política, outro detalhe, é que o personagem que advoga a causa popular é um religioso, indicando que o laço secular do clérigo para com as demandas populares prevalecia até no momento de busca por laicização. Após inúmeros conflitos em termos sociais e econômicos, no ano de 1914 foi celebrado pela Câmara Municipal o convênio de iluminação pública elétrica junto a companhia *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Ltda*¹², esta concessão envolveu profundos vínculos interpessoais, permitindo favorecimento da atuação da empresa por parte de vereadores que trabalhavam paralelamente à empresa. Mesmo com outras propostas de iluminação elétrica, todas foram negadas em detrimento da companhia inglesa que finalmente arrematou o contrato junto ao poder público.

É certo que a eletrificação do perímetro urbano propiciou maior conforto e segurança à população, no entanto trouxe prejuízos aos

11 Códice: CMM*329

12 Popularmente conhecida como Mina de Passagem, referindo-se ao distrito de atuação.

cofres públicos, que ao passo que este servia-se de tecnologias oferecidas pela mina para a modernização da *urbes* marianense, por outro lado, foi concedido a isenção de fiscal dos serviços de mineração, concessões e vantajosos contratos, reduzindo arrecadação municipal e ocasionando a cobrança de pesados impostos sobre a população. Devido a localização da mina estar no distrito de Passagem, este foi beneficiado acertadamente. (SOUZA, R. 2009: 212).

A empresa contava com a colaboração de certos vereadores para intercederem aos seus pedidos extraordinários de posse de terras, os argumentos seguiam as justificativas de mineração, embora nem todas estas propriedades fossem destinadas para tal. Segundo o parecer da ata camarária do dia 28 de junho de 1899, alguns vereadores argumentam que tais pedidos nem sempre são coerentes, uma vez que acarretavam “graves dificuldade para a Câmara e possuidores de terrenos”, os quais poderiam destinar um melhor uso à propriedade em questão. Diante dos pedidos da mina, aparecem conflitos de propriedade que se tornam embates jurídicos, tal como o caso no ano de 1900¹³, em que os herdeiros do senhor Francisco Vieira solicitaram junto a Câmara a posse de um terreno localizado no bairro Chácara da Boa Esperança, entretanto o terreno foi aforado como propriedades da mina, impedindo o uso dos sucessores. Neste caso, os requerentes são obrigados a provar a posse do mesmo, caso contrário ficam despossuídos do bem que lhes convém. Este imbróglio revela os profundos jogos de interesses pessoais em que vereadores e a companhia estavam envolvidos, pois todas as decisões de beneficiamento passam antes pelo crivo da legalidade camarária, mesmo sendo atitudes obscuras. É necessário salientar que a companhia estava envolvida nos processos de modernização da malha urbana marianense, por esses motivos recebia avais públicos para tais benefícios¹⁴.

13 Códice: 134CMM*

14 Em 1970, na gestão do prefeito João Ramos Filho, que ficou à frente da prefeitura por 23 anos, abriu-se diversos loteamentos em áreas periféricas, permitindo observar que nem todas as formações suburbanas foram ocupadas apenas de forma espontânea, mas também através da administração pública. Na ocasião deste primeiro loteamento foram abertos vários terrenos pertencentes à Mina de Passagem. Dependendo da classe social estes terrenos foram doados ou vendidos à preços variados.



Desse apanhado de eventos, é possível acessar a concretização de um dos grandes desejos das elites locais que povoou o imaginário de todas as classes desde o final do século XIX, a linha férrea que foi alcançada com uma luta verdadeiramente homérica dos grupos políticos regionais e federais. A inauguração do ramal ferroviário deu-se no ano de 1914, sendo destaque das colunas de jornais, já o prédio da Estação Ferroviária foi entregue apenas em 1921 seguindo a tipologia eclética à moda da nova Capital da Província para assombro da ala conservadora. Este é um dos poucos edifícios públicos construídos no período republicano que anuncia através do discurso simbólico e político a legitimação desse estilo na cidade. A proposta desta obra seguindo o caráter moderno foi a demonstração de poder das novas classes dominantes, dissociadas dos vínculos imperiais e entusiasmadas com o advento da modernidade, progresso, conforto e transformação do estilo de vida. O ramal Mariana foi fruto da extensão da linha férrea de Ouro Preto, vindo a ser executado pela autarquia Estrada de Ferro Central do Brasil e que cortava o distrito de Passagem, de maneira a beneficiar a companhia inglesa de mineração.

A ferrovia foi um agente catalisador da modernização, mas não dependeu exclusivamente dos agentes municipais, já que se tratava de um empreendimento vindo de uma entidade federal, de todo caso, políticos locais se articularam em torno desta pauta, uma vez que foi resultado de uma discussão complexa que envolveu deputados da região e dependeu de seus esforços nos quadros do legislativo nacional, ainda mais se tratando de um momento que corresponde ao início da Primeira Guerra Mundial, que dificultava o processo de importação dos materiais necessários para sua instalação. Para o pesquisador Felipe Baptista em sua dissertação sobre o auge da ferroviária mineira:

As dificuldades de importação de material rodante e as complicações com o pagamento de juros relativos a empréstimos obtidos no exterior, devido ao agravamento cambial, repercutiram fortemente na saúde das companhias. E a intervenção do Governo Federal se mostrava cada vez mais necessária, seja na admi-



nistração das companhias, em grande parte encampadas, seja na construção dos trilhos. (BAPTISTA, F. 2010: 04).

Pelas linhas férreas transitavam produtos de interesses das classes mais altas permitindo o crescimento econômico e o dinamismo do setor de serviços e comércio da cidade. Ecoava por todo país, as possibilidades de diversidade econômica e mobilidade através dos trilhos, resultando do vislumbre com as experiências europeia e estadunidense em relação a essa tecnologia. Ainda assim, “nos países periféricos a modernização dos transportes manteve íntima ligação com o processo de Imperialismo”. (COSTA, M. A. 2012: 1-9) (BAPTISTA, F. 2010: 02).

Em consulta às fontes é notável os reflexos desse momento, visto que as propostas para instalação já apareciam na última década do século XIX e se fazem presentes através das menções sobre o desejo de implementar tais estruturas, inicialmente em 1893¹⁵, na proposta mencionada do Engenheiro Bambi, na sequência em 1895¹⁶, em que o Agente Executivo Barão de Camargos, declara a recepção do Ministro da Viação para inaugurar os trabalhos de construção do prolongamento do ramal de Ouro Preto. Essa obsessão foi materializada na cópia do relatório do “Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Mariana apresentado à Assembleia Municipal no dia 31 de janeiro de 1898¹⁷”. No trecho que relata sobre o reajuste de taxas, diante de um momento de crise econômica e assinala o otimismo socioeconômico com a possibilidade de construção do ramal, como pode ser averiguado:

Esse aumento é proveniente do imposto de indústrias e profissões, sendo que as transmissões de propriedade têm diminuído consideravelmente nestes últimos anos, conseqüente à crise econômica por que passam os distritos agrícolas. Penso que o nosso município entrará em fase de prosperidade, logo que forem le-

15 Códice: CMM*329

16 Idem

17 Idem

vadas a efeito as obras do ramal férreo de Ouro Preto a Mariana, para o que há verba já consignada no orçamento federal do vigente exercício.”

Essa obra assinalou uma mudança no panorama da cidade, marcando a concretização de um novo segmento urbano, no qual as construções alinhavam-se com o imaginário republicano de progresso. A Estação Ferroviária de Mariana foi instalada em uma porção ociosa, permitindo que houvesse maiores preocupações com a região de sua implantação, pois até então aquela região era considerada não-urbana por estar na margem esquerda do rio do Carmo. Nesse espaço, foi aberta uma larga avenida para otimizar sua logística comercial, obedecendo as características de um novo tempo, além de intensificar a ocupação habitacional das ruas no entorno, o que se deu através da concessão de lotes com isenção de taxas para os proprietários, sendo incentivados a construir seguindo às tipologias arquitetônicas modernas. Nas palavras de Cláudia Damasceno:

É interessante notar que a linha férrea foi colocada acima do nível da rua dos Monsus, o que criou um interessante efeito e, sobretudo, fez com que ela não representasse, como acontece frequentemente, um sério obstáculo à circulação e expansão do bairro. (FONSECA, C. 1995:145).

Seguem três imagens da Estação Ferroviária de Mariana, sendo a primeira do ano de 1922 e as duas seguintes datadas de 1939.

Fig. 2 - Estação em 1922 - APM **Fig. 3 - Praça Antônio Olinto, 1939 IPHAN**



Fig. 4 - Praça Antônio Olinto, 1939 - IPHAN



O uso dessas imagens permite ilustrar o marco que essa construção representou na Mariana naqueles tempos. A fotografia inicial mostra a celebração deste feito, contando com a visita de uma figura política de peso, o então Presidente da República, Epi­tácio Pessoa, que foi recepcionado pela população. Além disso, é possível verificar elementos “neoclássicos” do prédio situado às margens do ramal da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil. Na sequência, com as duas imagens fica evidente a abertura de um novo espaço na cidade para acolher estes novos elementos modernizadores, além da larga avenida essa região concentrou a iluminação elétrica em seus primórdios de instalação, tudo para cortejar no mais alto estilo o sentimento de progresso representado pelas recém-inaugurada linha férrea. Detalhe importante na imagem, é a via ampliada para os padrões da época e sem pavimentação, conciliando o crescimento da cidade ao aspecto bastante tradicional das ruas de terra batida. As ruas pavimentadas em pedras se restringiam aos pontos mais luxuosos da cidade, no qual se localizava o centro patrimonializado. Também é possível notar a circulação de automóveis e de alguns cavalos, os quais representam a maior parte do meio de transporte e força bruta que atendia o estilo de vida da época. Finalmente, na parte esquerda está a Fiação e Tecelagem São José que foi instalada no ano de 1934, data posterior ao limite do recorte cronológico desta pesquisa¹⁸, uma vez que como

18 Em 1986 o edifício foi demolido, pois estava há 30 anos desativado. No lugar foi construído o Ginásio Poliesportivo e atualmente abriga o Fórum do município. Cf. FONSECA, C. 1995: 179.

assinalado a fotografia é de 1939. Ademais, esta empresa reforçava a modernidade tardia que o município se enquadra ao abrigar o setor têxtil que era forte representante econômico do primeiro período de industrialização em nível internacional.

De certo que a implantação da linha férrea simbolizou a valorização de uma nova área, até então em desuso, permitindo a urbanização da paisagem urbana, ao passo que representou a cristalização de uma classe social mais abastada na região recém-ocupada, marcando a configuração heterogênea do tecido social, bem como, a estratificação socioeconômica. As mudanças paisagísticas desencadeadas pela edificação do Ramal refletiram nas construções civis. São essas obras privadas que deixam sua marca de permanência do século XX para a atualidade, podem ser vistas por meio dos poucos exemplares que ainda sobrevivem, tal como as casas na rua Wenceslau Brás, em que algumas edificações ainda seguem preservadas enquanto outras estão descaracterizadas. Assinalando a criação, em certa medida, de duas Marianas, sendo possível observar aos fundos da fotografia a miragem do passado colonial conjugando as temporalidades que perpassam o município. Com a transformação da tendência arquitetônica e com os novos costumes da sociedade republicana, agora mais requintados, os hábitos dos marianenses continuavam praticamente o mesmo, zelando pelos bons costumes religiosos, pelo tradicionalismo da vida familiar e pela permanência dos vínculos interpessoais que sugerem o beneficiamento da esfera privada à pública.



Considerações finais

Como as fontes indicam é possível notar uma preocupação para com o melhoramento da infraestrutura pública da cidade, partindo de ideias progressistas das elites republicanas, mas ainda assim, as marcas do cotidiano legislativo municipal prevaleciam pelas vias coloniais. As visões de cidades modernas brasileiras do século XIX ao XX no interior se respaldam nas atualizações travadas nas grandes cidades, tratando de sintetizar à sua condição as aspirações daquele tempo. Esse trabalho acessa uma realidade di-

ferente das metrópoles que despontaram no período, sem desconsiderá-las, mas notando a repercussão em uma cidade tão singular quanto Mariana, uma vez que esse espaço comporta parte da gênese de Minas Gerais, carregando em sua arquitetura e modos de vidas um acúmulo de temporalidades. Nas atas camarárias estão presentificados os anseios das elites locais, ainda que permeados pela nostalgia do passado, principalmente, colonial. No qual, repousa não apenas a estrutura urbana conservada e mantida, mas resquícios de um passado republicano destoante do ideal monárquico, embora esta última evidência apareça de forma rarefeita e descaracterizada.

Na consulta às fontes, fica evidente que apesar de terem sido mobilizados esforços para enquadrar o município no projeto de modernização, a cidade teve dificuldades de acomodar satisfatoriamente as obsessões de um tempo moderno, tanto nas práticas de infraestrutura pública quanto nas novas formas de habitação que lentamente tentaram se sincronizar aos novos estilos. Não havia um imaginário linear sobre as projeções e modernidade do período, apontado como as aspirações se chocavam com a realidade. Todo esse cenário heterogêneo do recorte, permite compreender a cidade constituída para além do espaço setecentista. A cidade tradicionalmente conhecida por seus aspectos colonial transformou sua paisagem sonora ao harmonizar as badaladas sineiras ao apito do trem. Dessa maneira foi desenhada as duas faces de Mariana, um lado o patrimônio da humanidade que mantém lastros do passado e de outro um município modesto aos formatos modernos e contemporâneos, em que ecoa por suas ruas mais de 300 anos de história nacional.

Esse trabalho pode contribuir para o entendimento deste período de grandes mudanças sociais, políticas e econômicas, da passagem da Monarquia para a República. Partindo do ponto nevrálgico em torno da concepção da construção de uma nova imagem da República Brasileira em compasso com o emergente ideal de modernização da Primeira República que reverberou seus impactos em Mariana, além de ser uma cidade do interior, ainda possui uma imagem intimamente ligada ao período colonial. Ademais, em virtude de acessar um recorte que contempla regiões pouco abordadas em



outras produções historiográficas, pode contribuir para os interesses da memória e da identidade coletiva.

Referências

Anuário Estatístico de Minas Gerais de 1921, Anno I, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925, pg.60. Disponível em: <https://archive.org/details/anuario1921mg2/page/n59/mode/2up?view=theater>.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Jornal, Rio Carmo. Mariana, 25 dez. 1901, ano II, nº 1, p. s/d.

BATISTA, F. A. **O mito da modernização pelos trilhos: a “era ferroviária” em Minas Gerais, 1850-1940**. Monografia de Bacharelado. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2010.

CARVALHO, J. M. **A formação das Almas: imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, R. A. PAULA, L. S. **A Câmara Municipal de Mariana e sua faceta pedagógica (1889-1930)**. Revista Brasileira De História Da Educação, 20(1), e109, 2020.

CASSOLI, M. A. **Construção da liberdade - vivências da escravidão e do pós-abolição**. Mariana 1871-1920. FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

CHAVES, C. M. G. PIRES, M. C. MAGALHÃES, S. M. (Orgs.). **Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal**. Ouro Preto: Editora UFOP, 2012.

COSTA, M. A. **A primeira República na cidade dos bispos - Mariana 1889-1930**. Dossiê História e Cidade, v.9, n.13, 2012.

_____. **Mariana no limiar da República: Entre o “tradicional” e o “moderno”**. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.2, n.7, 2012.

COTA, L. G. S. **O sagrado direito à liberdade: escravidão liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

FONSECA, C. D. **Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural**. Dissertação de Mestrado em Geografia - Instituto de Geociências (IGC), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

_____. **“O espaço urbano de Mariana: sua formação e sua representação”**. In: Termo de Mariana História e Documentação. v1. Editora da UFOP. 1998.

- FURTADO, C. ***Formação econômica do Brasil***. 9. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- GONÇALVES, A. L. ***Algumas perspectivas da historiografia sobre Minas Gerais no século XVIII e XX***. In: Termo de Mariana História e Documentação. v1. Editora da UFOP. 1998.
- IGLÉSIAS, F. ***Minas e a imposição do Estado no Brasil***. Universidade Federal de Minas Gerais. sem data.
- NEVES, M. S. ***“Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”***. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. N. “O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930”. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 .
- PASSOS, D. A ***Formação do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte: Um estudo de caso à luz de comparações com as cidades de São Paulo e Rio De Janeiro***. In: Mediações - Revista de Ciências Sociais, v.21. n.2, 2016.
- PEREIRA, C. A. et al. ***O espaço e os construtores de Mariana - séc. XVIII***. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016.
- ROMERO, J. L. ***As cidades burguesas. In: As cidades e as idéias***. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- ROSSI, A. ***La arquitectura de la ciudad***. 6. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1982
- ELIAS, N. ***O processo civilizador. Uma história dos costumes***. v1. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1990.
- SALGUEIRO, H. A. ***Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção do “antigo moderno”***. Anais do Museu Paulista. v.4. São Paulo, 1996.
- SCHETTINO, P. T. J. ***A mulher e a casa: estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial e a evolução do papel feminino na sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX***. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2012.
- SCHWARTZ, L. M. ***População e sociedade. In: “A abertura para o mundo: 1889-1930”***. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- SOUZA, R. F. ***Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: A Mina da Passagem de Mariana***. Tese de Doutorado em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.



TEDESCHI, D. *Os chafarizes de Mariana: o abastecimento de água no século XVIII. In: O espaço e os construtores de Mariana - séc. XVIII*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016.

Termo de Mariana: História e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, v 1, 1998.



A Trajetória do Desenho Urbano de Aracaju: Uma Leitura Cartográfica

*Fernanda Monteiro**
*José Wellington Carvalho Vilar***

Resumo

Aracaju tem sido estudada por especialistas das mais variadas áreas do conhecimento, resultando em contribuições valiosas sobre sua história e geografia, sobre o tempo e o espaço da cidade. Aqui parte-se do pressuposto que a trajetória urbana de Aracaju está marcada por diferenciações socioespaciais e pelas fragmentações territoriais. O objetivo do presente artigo é discutir a trajetória do desenho urbano de Aracaju através do uso de representações cartográficas. A leitura e interpretação da cartografia selecionada revelou-se frutífera e indicadora da fragmentação geográfica e histórica. O esgarçamento e o retalhamento do tecido urbano parecem ser resultantes de processos espaciais que construíram a capital sergipana, uma cidade sempre dividida, altamente fragmentada e com indicações de autosegregação residencial.

Palavras-chave: Cartografia Urbana; Geografia Histórica; Aracaju.

- * Mestranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS). Graduanda no curso de Geografia (Lic.) e bacharel em Arquitetura e Urbanismo, ambos pela Universidade Federal de Sergipe. Técnica em Edificações pelo Instituto Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Estudos de Ambientes Costeiros – GESTAC/IFS.
- ** Doutor em Ordenamento Territorial pela Universidade de Granada (UGr), Espanha. Mestre, Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professor Titular do Instituto Federal de Sergipe (PPMTUR/IFS) e do PPGEO/UFS. Líder do Grupo de Pesquisa GESTAC-IFS-CNPq. Editor-chefe da Revista GeoNordeste.

The Trajectory of the urban design of Aracaju: a Cartographic reading

La Trayectoria del diseño urbano de Aracaju: una lectura cartográfica

Abstract

Aracaju has been studied by specialists from the most varied areas of knowledge, resulting in valuable contributions on its history and geography, on the city's time and space. Here, it is assumed that the urban trajectory of Aracaju is marked by socio-spatial differences and territorial fragmentations. The aim of this article is to discuss the trajectory of urban design in Aracaju through the use of cartographic representations. The reading and interpretation of the selected cartography proved to be fruitful and indicative of geographic and historical fragmentation. The fraying and shredding of the urban fabric seems to be the result of spatial processes that built the Sergipe capital, a city always divided, highly fragmented and with indications of residential self-segregation.

Keywords: Urban Cartography; Historical Geography; Aracaju.

Resumen

Aracaju ha sido estudiada por especialistas de las más variadas áreas del conocimiento, dando como resultado valiosos aportes sobre su historia y geografía, sobre el tiempo y el espacio de la ciudad. Aquí, se asume que la trayectoria urbana de Aracaju está marcada por diferencias socioespaciales y fragmentaciones territoriales. El objetivo de este artículo es discutir la trayectoria del diseño urbano en Aracaju a través del uso de representaciones cartográficas. La lectura e interpretación de la cartografía seleccionada resultó ser fructífera e indicativa de fragmentación geográfica e histórica. El deshilachado y desgarro del tejido urbano parece ser el resultado de los procesos espaciales que construyeron la capital Sergipe, una ciudad siempre dividida, muy fragmentada y con indicios de autosegregación residencial.

Palabras clave: Cartografía Urbana; Geografía Histórica; Aracaju.



1. Introdução

Aracaju tem sido estudada por especialistas das mais variadas áreas do conhecimento, resultando em contribuições valiosas sobre sua história e geografia, sobre o tempo e o espaço da cidade. Um desses estudos é o de Fernando Porto, originalmente publicado em 1945 com segunda edição, ligeiramente modificada, em 1991. Nessa obra o referido professor, engenheiro e geógrafo ao mesmo tempo, estava preocupado com a evolução urbana dos dez primeiros anos da nascente capital entre os anos de 1855 e 1865.

Essa publicação de Porto (1991) encerra em si uma proposta de cartografia histórica de Aracaju e se converteu em referência obrigatória para os estudiosos da trajetória urbana da capital sergipana, principalmente geógrafos, historiadores e arquitetos (DINIZ, 1963; LOUREIRO, 1983; RIBEIRO, 1989; FRANÇA, 1998; CARDOSO, 2002 e 2003; VILAR, 2000 e 2002a; NOGUEIRA, 2006, FRANÇA, 2019).

Parte-se do pressuposto que a trajetória urbana de Aracaju está marcada pelas diferenciações socioespaciais e pelas fragmentações territoriais. O uso da cartografia para analisar a configuração geográfica do passado é o diferencial da proposta do texto, uma contribuição inédita para entender o tempo e o espaço da capital sergipana. Um mergulho na geografia histórica de Aracaju, via produtos cartográficas.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é discutir a trajetória do desenho urbano de Aracaju através do uso de representações cartográficas. Essa escolha pela cartografia histórica enquanto instrumento metodológico não está isenta de problemas, tais como a existência e o acesso ao material cartográfico, seus diferentes estilos, a acurácia e a dificuldade de leitura de produtos elaborados com objetivos distintos e nem sempre com a preocupação com trajetória do espaço¹. Seja como for, a opção pela cartografia histórica permitiu revelar alguns elementos da relação entre o processo e a forma, entre



1 A escolha do material cartográfico aqui analisado se deu em função desses critérios.

tempo e espaço². Espera-se que esse caminho possa ser mais uma contribuição a iluminar a compreensão da trama urbana e da configuração do espaço de Aracaju.

Para subsidiar esse esforço cartográfico, o trabalho está dividido em quatro partes: momentos iniciais de Aracaju; crescimento lento e as primeiras evidências de fragmentação espacial; crescimento rápido e intensificação dos processos de fragmentação e segregação socioespacial; e o momento atual de consolidação dos processos de dispersão-fragmentação-centralização.

2. A ocupação do sítio original e os primeiros registros de crescimento espacial (1855-1900)

A transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju em 17 de março de 1855 é um marco histórico em Sergipe. Ainda no período imperial, Aracaju nasce sobre o ideal de civilização no contexto de valorização dos signos de progresso no século XIX. No entanto, como bem registrado na literatura histórica, Aracaju apresenta muitos problemas para a construção das primeiras edificações e do aruamento, além de ter sofrido as severas consequências da epidemia de cólera-morbo (SANTANA, 1997; CARDOSO, 2002). O historiador Amâncio Cardoso (2003, p. 112), talvez de maneira exagerada, fala de uma “Cidade de Palha” para ilustrar “os incômodos enfrentados pelos primeiros migrantes que se instalaram nas praias febris do Aracaju”.

A configuração espacial de Aracaju do século XIX se confunde com os problemas do sítio original, caracterizado por áreas alagáveis, pela presença do manguezal e de outros corpos hídricos. Por isso não é exagero definir Aracaju como a cidade das águas, na esteira das ideias preclaras da geógrafa Maria Augusta Mundim Vargas (2002) ao estudar o meio ambiente e a paisagem urbana da

2 Na literatura sobre Aracaju existem várias propostas de periodização que foram tomadas como referência: Diniz (1963), Loureiro (1983), Ribeiro (1989) e Vilar (2000). Mesmo conduzindo suas reflexões através de diferentes metodologias, estes autores são referências para o entendimento da trama urbana, e suas propostas sobre a periodização se complementam, conforme as mudanças dos sistemas econômico, político e social. A periodização aqui utilizada é a seguinte: a) de 1855 a 1900; b) de 1900 a 1964; c) de 1964 a 1988; d) a partir de 1988.



capital sergipana. Na verdade, a necessidade de aterros, a destruição da mata de restinga e do manguezal e o desmonte de dunas acompanham a história de Aracaju desde os seus primórdios.

Se a transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju em 1855 revela a necessidade de um porto e as forças da oligarquia canavieira do vale do Cotinguiba (CALAZANS, 1955; FORTES, 1955), é preciso também destacar que o modelo colonial de cidade representado por São Cristóvão estava em crise e deu passagem para um formato urbano efetivamente aberto para o mundo. É nesse contexto de necessidade do mundo que surge Aracaju enquanto capital da então província de Sergipe D'El Rey (VILAR, 2006).

Outro elemento chave para a compreensão da trama urbana inicial da nossa capital e que marca sua trajetória é a escolha do plano ortogonal, o famoso tabuleiro de xadrez. Idealizado pelo engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, esse modelo se reproduz por grande parte da cidade e se constitui num indicador de ares de vanguarda que sempre se tentou dar à nascente capital. A ideia de cidade planejada, bastante criticada por Vilar (2006), também faz parte desse ideário urbano de cidade moderna.

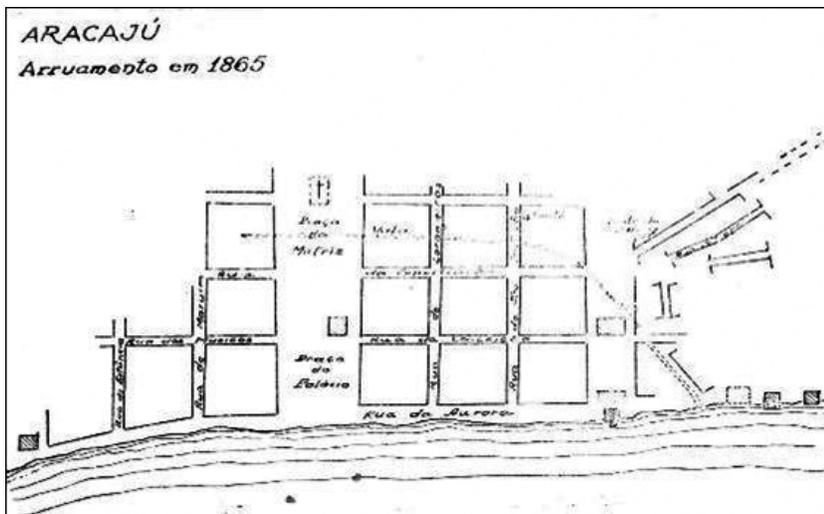
Duas referências cartográficas expressam esse momento inicial do desenho urbano de Aracaju: os croquis registrados em Fernando Porto (1991) e a planta hidrográfica de Aracaju, elaborada em 1894 pelo capitão de Mar e Guerra Francisco Calheiros da Graça e por Ludgero Bento da Cunha Mota, capitão do porto do Estado de Sergipe. São produtos cartográficos distintos, os do primeiro grupo são representações esquemáticas em forma de croquis, enquanto a planta da Marinha do Brasil se destaca pela acurácia e precisão das informações³. Em Porto (1991), os croquis são clássicos da literatura sobre geografia histórica de Aracaju, e por isso bastante referenciados, enquanto a carta hidrográfica só foi encontrada na Tese de Cátedra da professora Maria da Glória Costa Monteiro, defendida em 1962, no então colégio Estadual de Sergipe, atual Centro de Excelência Atheneu Sergipense.

3 Agradecemos ao Tenente Lemos do DHN (Diretoria de Hidrografia e Navegação) da Marinha do Brasil no Rio de Janeiro, pela gentileza e prontidão no envio em formato digital das edições das cartas náuticas do Porto de Aracaju, dos anos de 1940 e 1960 (nº 1003).



Bem ao estilo da geografia clássica, em sua busca pela evolução histórica do espaço, os quatro croquis de Porto (1991) tratam das bases físicas de Aracaju em 1855, ilustra os “primeiros passos da cidade” em fevereiro de 1856 e 1857, e o arruamento em 1865, dez anos depois da transferência da capital. Tais croquis ilustram os elementos naturais, alguns problemas relacionados à escolha de um sítio inundável e a localização ainda dispersa das primeiras edificações. Na cartografia de Porto (1991) para o ano de 1865 (Figura 1) já estava mais evidente a forma em quadrícula que configuraria a cidade ao longo de seu desenvolvimento urbano. Começa-se a desenhar os primeiros elementos formadores do centro histórico.

Figura 1: Aracaju - arruamento em 1865



Fonte: Porto (1945, p. 45).

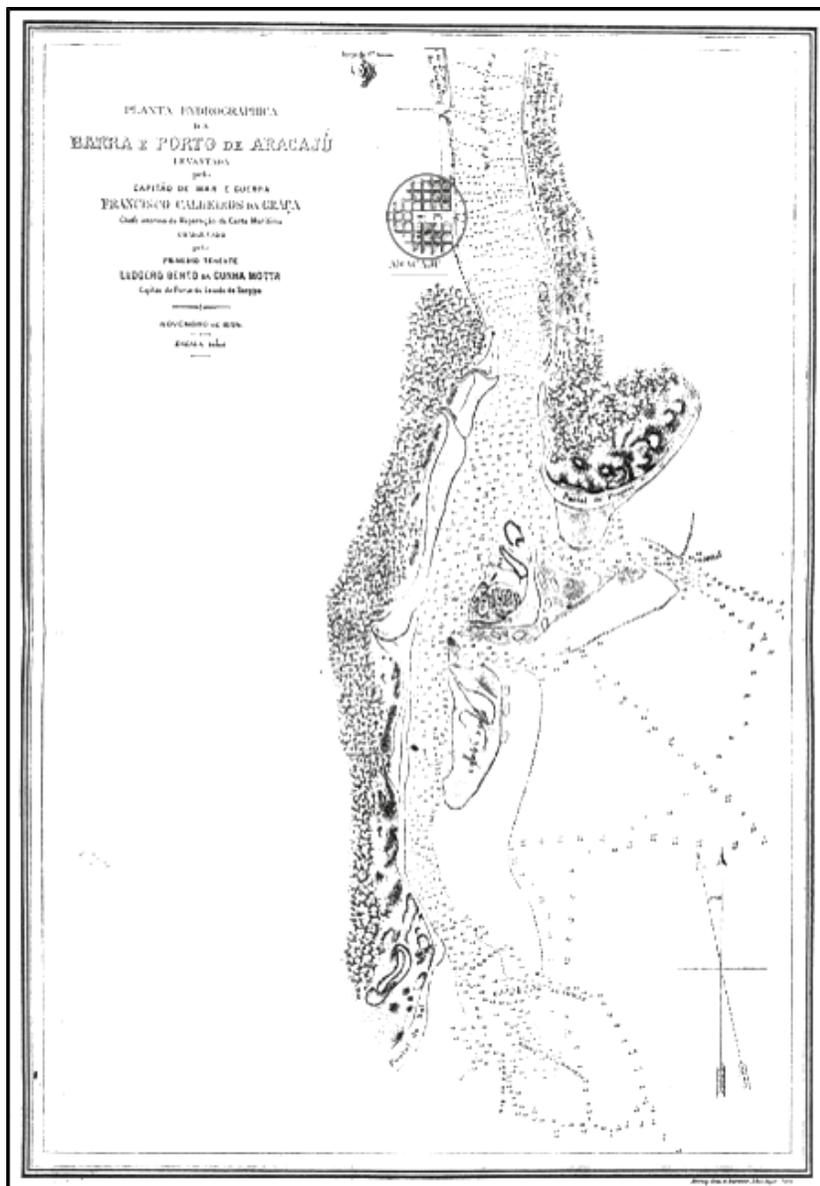
Além das representações cartográficas evidenciadas em Fernando Porto (1991), vale destacar desse período um documento representativo da cartografia histórica de Aracaju, produzido no final do século XIX: a planta hidrográfica da Barra e Porto de Aracaju, elaborada pela Marinha do Brasil, em 1894, na escala 1:20:000 (Figura 2). Delineada com maior precisão cartográfica do que os

croquis de Porto (1991), sua leitura, além de revelar aspectos geomorfológicos na escala histórica, indica a batimetria e a presença de expressivos bancos de areia na foz do rio Sergipe. Para o mosaico urbano, que aqui nos interessa mais de perto, vale ressaltar o espaço construído até o final do século XIX, com uma expansão muito pouco expressiva, quando comparado com o croqui do arruamento de 1865, ou seja, num intervalo de tempo de quase trinta anos. Se na cartografia de Porto (1991) se revelam mais de treze quadras, em 1894 esse número é pouco superior a trinta. Em outros termos, a configuração espacial de Aracaju no final do século XIX se limitava ao centro histórico, aí inseridos os alinhamentos das Praças do Palácio e da Igreja Matriz, revelando um crescimento urbano muito lento e muito pouco expressivo em termos territoriais.

Do ponto de vista geomorfológico, a planta hidrográfica da marinha revela em escala histórica a existência de três bocas da barra em Aracaju que num período de tempo de pouco mais de um século deu origem à restinga onde atualmente estão assentados os bairros Coroa do Meio e Atalaia, com problemas de erosão até hoje, localmente expressivos (WANDERLEY, 2006). Na planta, ainda se observa dois grandes bancos de areia, denominados de “Corôa Nova” e “Corôa do Meio”. Pela leitura desse documento cartográfico, é possível entender a origem geomorfológica dos bairros Atalaia e Coroa do Meio. Nas palavras eloquentes da professora Maria da Glória Costa Monteiro, escritas nos anos sessenta, “há cerca de um século, o canal plenamente navegável situava-se próximo à margem direita, até o mar (...), passando em frente ao farol, cuja posição recuada é fruto da construção da restinga e ampliação do feixe ao qual está soldada (MONTEIRO, 1963, p. 11).



Figura 2: Planta Hidrográfica da Barra e do Porto de Aracaju -1894



3. Crescimento urbano lento e evidências de fragmentação espacial (1900-1964)

No segundo período aqui definido, Aracaju ainda mostrava incertezas quanto aos eixos de direcionamento urbano, mas as vias de comunicação vão induzir claramente o crescimento gradual e lento desse momento. Num contexto dos primeiros sinais de modernidade, como bem alertou Santos (2002), a cidade cresce bem lentamente, de forma espontânea ou dirigida pelos eixos viários abertos pelo poder público. Em todo o caso, é significativo em termos demográficos que somente em 1960 a capital sergipana ultrapassa cento e dez mil habitantes. Aracaju ainda era uma cidade de pequeno porte.

O longo período de 1900-1964 é marcado pela expansão urbana em manchas e pelo crescimento tentacular, iniciando os processos de difusão espacial descontínua, como relatam Diniz (1963) e Ribeiro (1989). Destacam-se fatores como maior investimento em infraestrutura, ampliação das linhas de transporte por ferrovia, eixos viários e a polarização de atividades econômicas de Sergipe em Aracaju.

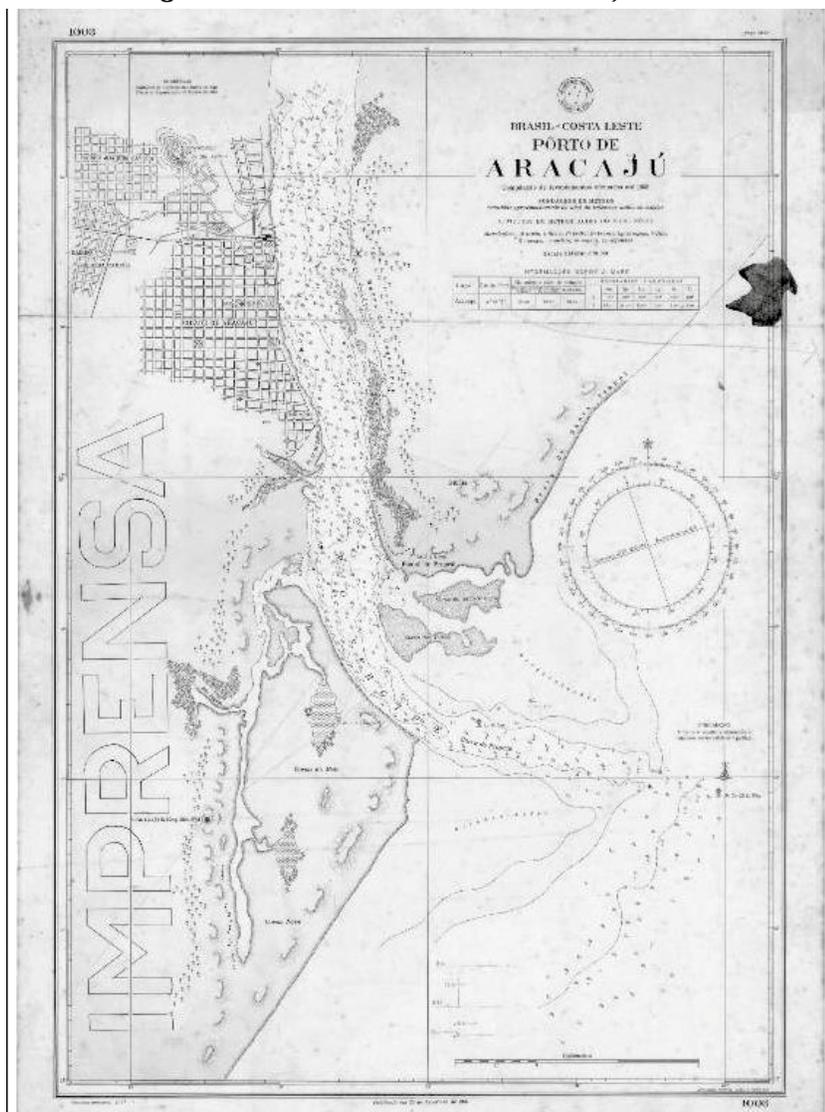
Quatro representações cartográficas foram selecionadas para esse segundo momento da história do desenho urbano de Aracaju: as cartas náuticas publicadas pela Marinha do Brasil em 1940 e 1960 e dois cartogramas produzidos por Diniz para sua Tese de Cátedra no Atheneu Sergipense, defendida em 1961 e publicada em forma de livro em 1963. Da mesma forma que a cartografia selecionada do período anterior, esses dois grupos se caracterizam por diferentes níveis de acurácia da informação cartográfica.

As cartas náuticas da Marinha, na escala de 1:20.000, com o detalhamento e o rigor que o conhecimento da batimetria exigia, para dar maior segurança à entrada e saída de embarcações do estuário do rio Sergipe, revelam em termos de morfologia urbana a formação dos bairros centrais e das áreas de ocupação antiga de baixa renda. É possível registrar a continuidade do modelo de quadricula, embora se observe espaços não ocupados na mancha urbana, tão comum ao longo da trajetória de Aracaju. Há que destacar a presença da linha férrea que direcionou o crescimento para a zona oeste, principalmente dos terraços do Siqueira Campos e de parte do atual



Santos Dumont e 18 do Forte. Até o final dos anos 1930, há também registro na carta náutica do arruamento no bairro Industrial e Santo Antônio, mas um tanto diferente do formato original do centro e dos primeiros bairros periféricos (Figura 3).

Figura 3: Carta Náutica do Porto de Aracaju -1940



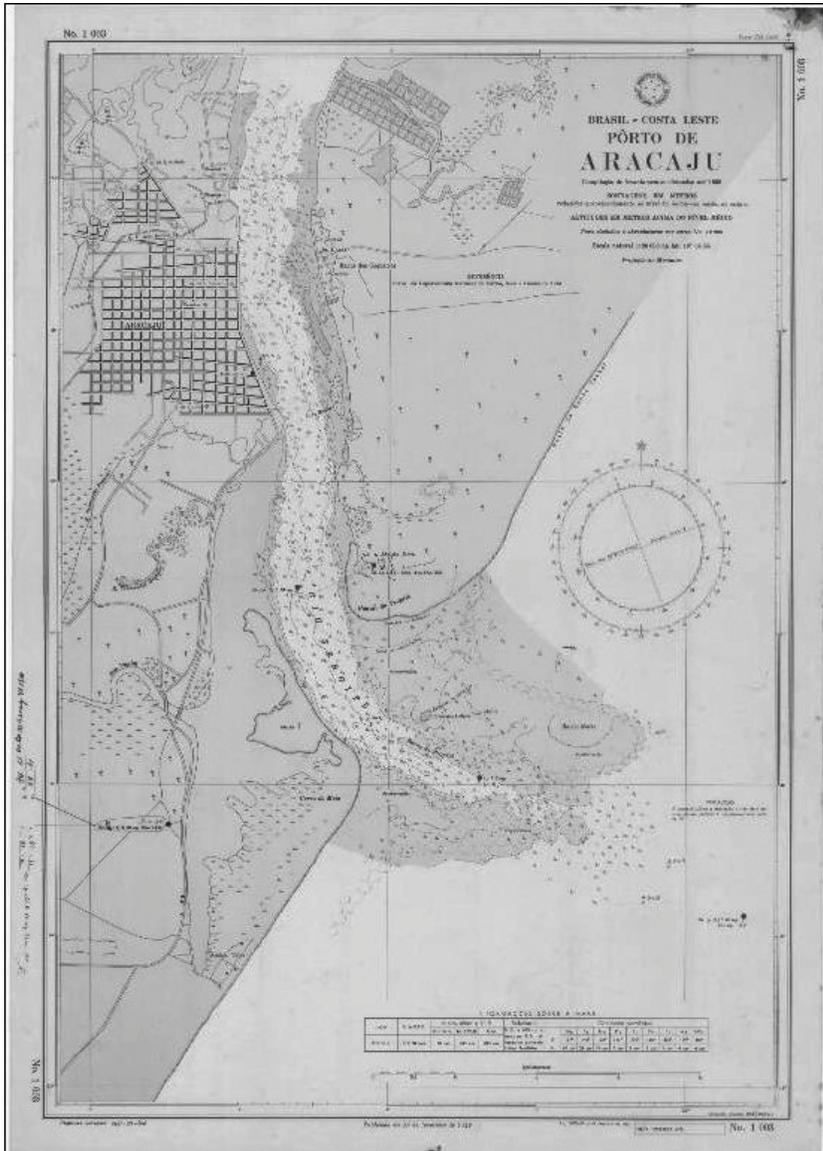
Fonte: Marinha do Brasil – Hidrografia - Costa Leste – Porto de Aracaju – Carta 1003, 1940.

Publicada em 1960, com dados do segundo lustro da década de cinquenta, a segunda edição da carta náutica evidencia algumas poucas edificações na Atalaia Velha, vias abertas em direção ao sul da cidade e a ponte sobre o rio Poxim. O aeroporto Santa Maria também já estava delimitado na carta com símbolo cartográfico de “em construção”. Mas nesse período, o domínio dessa zona era dos coqueirais, das matas de restinga e das áreas alagáveis com um farol solitário e sítios dispersos. Ainda ao sul da cidade, a parte construída em mancha se limitava praticamente ao atual bairro São José, na altura da rua Campo do Brito, mas já se observa vias construídas em direção à atalaia (Figura 4). Ao sul de Aracaju, há muito pouca ocupação demarcada nas duas cartas náuticas (1940 e 1960). O formato dos canais fluviais e dos bancos de areia são também registrados nesse setor mais costeiro, ainda com muita pouca ação antrópica.

Os dois cartogramas escolhidos para ilustrar esse segundo período correspondem à tentativa de Diniz (1963) de estabelecer de maneira esquemática a evolução e a estrutura urbana de Aracaju até os anos sessenta (Figuras 5 e 6). Vale ressaltar o caráter inédito dessas duas propostas para Aracaju e o alinhamento epistemológico com a geografia clássica em seus esforços de trabalhar com a dimensão temporal do espaço, ainda de maneira positivista. Diniz (1963) estabelece quatro momentos para representar especialmente a trajetória da cidade: 1857; 1911; 1949; 1960. A leitura dos dois cartogramas indica a tentativa de correlação entre tempo e espaço e não é difícil observar a zona central como pioneira, a presença de zonas de transição e a definição da zona sul, oeste e norte, além do que foi definido de maneira pioneira como zona de dispersão e zona de invasão. A influência do pensamento da Escola de Ecologia Humana de Chicago, tão alinhada à geografia clássica de corte francês, se revela na terminologia usada por Diniz (1963).

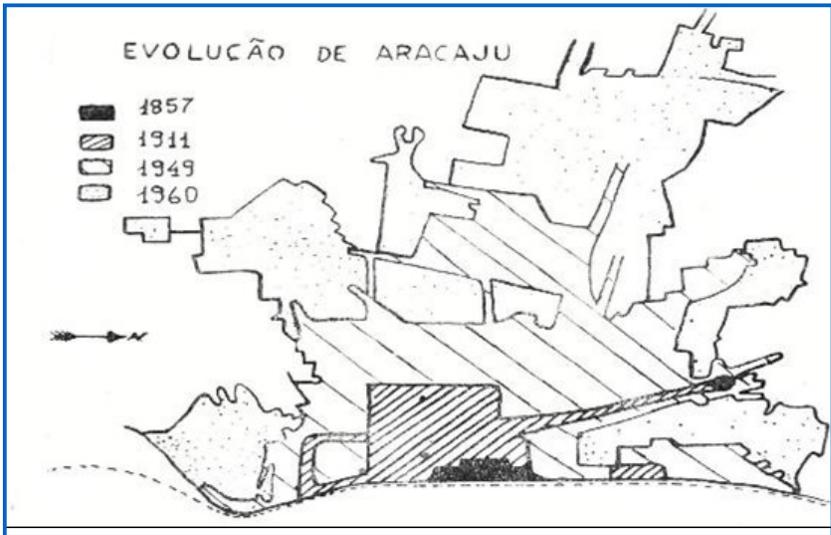


Figura 4: Carta Náutica do Porto de Aracaju -1960



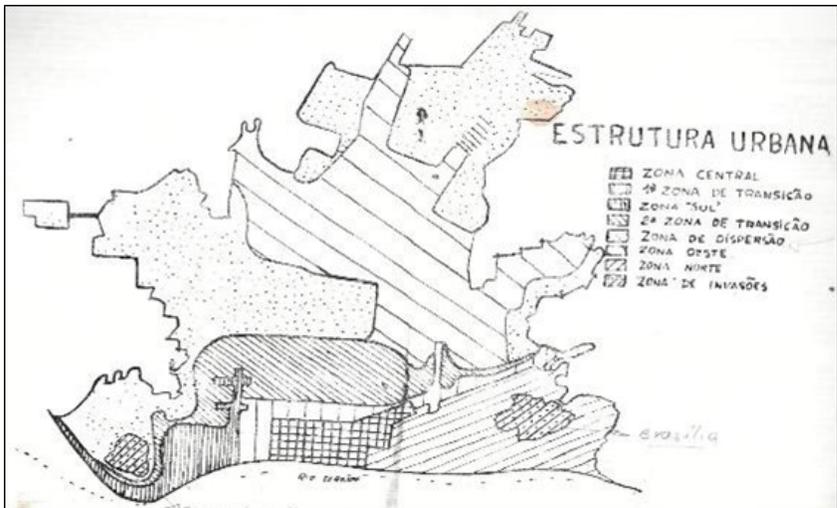
Fonte: Marinha do Brasil – Hidrografia - Costa Leste – Porto de Aracaju – Carta 1003, 1940.

Figura 5: Evolução de Aracaju até 1960



Fonte: Diniz (1963, p. 17).

Figura 6: Estrutura Urbana de Aracaju até 1960



Fonte: Diniz (1963, p. 28-29).

A definição temporo-espacial elaborada por Diniz (1963) revela a primeira dispersão da população para a periferia, identificando diferenciações tipológicas no setor ao sul, “(...) a zona rica da cidade (...)” (p. 37), ao norte, “a zona mais pobre e miserável da cidade (...)” (p. 40), mas com o seu bairro Industrial, e ao oeste, para o Siqueira Campos com suas oficinas, a ferrovia e depois a força da rodovia. Apesar de ainda mostrar-se majoritariamente concentrada em termos morfológicos, é possível notar eixos de dispersão em Aracaju e ainda muitos espaços vazios entre as manchas de crescimento.

As leituras da cartografia de Diniz (1963) e das cartas náuticas da Marinha (BRASIL, 1940; 1960) revelam o crescimento tentacular e o espraiamento de uma forma urbana já fragmentada. Além disso, notam-se os indícios de tipificações socioespaciais categorizadas em zonas, provavelmente as primeiras propostas de zoneamento da cidade. As desigualdades intraurbanas já eram mais que evidentes.

4. A Intensificação dos processos de fragmentação e segregação (1964-1988)

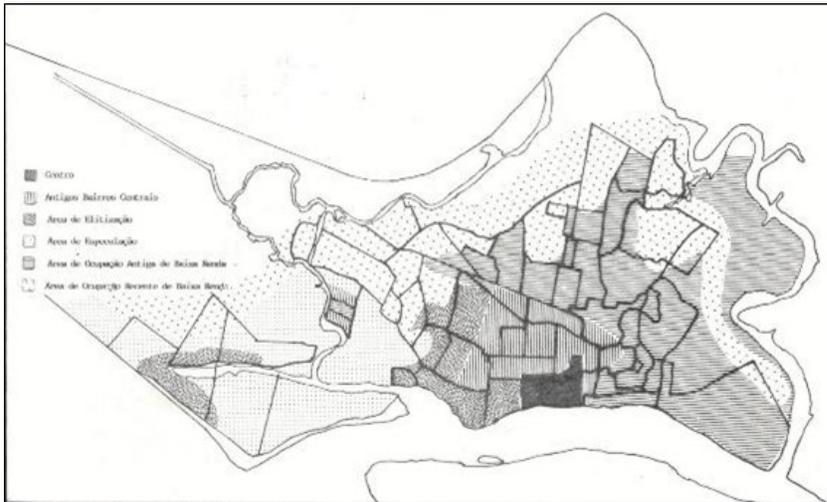
Esta fase se inicia com o golpe militar de 1964 e se encerra com a promulgação da constituição em 1988. Neste período de quase vinte e cinco anos intensificaram-se os processos de concentração espacial, dispersão territorial e fragmentação da malha urbana. Em decorrência da reorganização da economia, surge um maior investimento do setor privado em Aracaju, e dois grandes agentes sociais, o Estado e mercado imobiliário, se destacam na construção da forma urbana fragmentada, estimulando uma tipificação socioespacial bastante diferenciada, configurando mais claramente uma cidade dividida.

Em termos econômicos, vale ressaltar nesse período a exploração do petróleo, associada à instalação na Petrobras em Sergipe, e a expansão do setor terciário. Ressalta-se ainda a importância dos fluxos migratórios e do processo de industrialização e urbanização, tornando Aracaju mais atrativa para o êxodo rural. A densidade populacional oriunda das migrações contribuiu para a urbanização da capital, pois os terrenos são cada vez mais valorizados, amplia-se a acessibilidade através de abertura de avenidas, ruas e vias de aces-

sos e da construção de pontes, e direcionam-se as tipificações sociais, distribuídas não mais de maneira tão espontânea, como predominante no período anterior. Neste ponto, a cidade de Aracaju cresce em várias direções e acentuam-se a estratificação socioespacial e os níveis de pobreza.

Em termos cartográficos, destaca-se o material produzido na dissertação de Mestrado de Neuza Góes Ribeiro, defendida na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1985 e publicada em 1989. Deste trabalho, outro clássico da geografia urbana da capital sergipana, foi selecionado o cartograma síntese da Tipologia Intraurbana de Aracaju (Figura 7) para contribuir com a leitura territorial do desenho urbano e com a interpretação dos processos que configuram a cidade nesse momento.

Figura 7: Aracaju - Espaços Intraurbanos - 1984



Fonte: Ribeiro (1989, p. 106).

A cartografia que estabelece a tipologia intraurbana de Aracaju apresenta uma visão da cidade a partir de padrões espaciais. A influência da chamada geografia quantitativa e o alcance da geografia crítica já são bastante evidentes. O trabalho de Ribeiro (1989)



se situa nessa transição entre o olhar neopositivista da cidade e a perspectiva que tanto se preocupava com as desigualdades socioespaciais. Por um lado, há o esforço de definição de padrões intraurbanos, e com isso se apresentam dificuldades porque encerra a análise em si, e por outro, registra-se a leitura social de Aracaju na tentativa de desvendar um mosaico complexo e desigual, no contexto dos debates e lutas dos movimentos sociais que desembocariam nas eleições constituintes e na constituição de 1988, que pela primeira vez na História brasileira apresenta um capítulo dedicado à política urbana.

Ribeiro (1989) define seis padrões de ocupação do solo para Aracaju dos anos oitenta: **centro da cidade** - corresponde ao centro tradicional e sua zona de influência direta, com uso do solo misto; **área de elitização** - caracteriza-se pela densificação, verticalização, alto valor da terra e forte tendência à homogeneização das classes média e alta, e em termos espaciais apresenta-se em duas manchas descontínuas, uma na zona sul e outra no bairro Atalaia; **áreas de especulação** - situada entre essas duas manchas de elitização, apresentam baixo ritmo de ocupação, mas com tendência à elitização, alto valor da terra e, como o próprio nome já diz, intensa especulação imobiliária; **antigos bairros centrais** - com características de estabilidade, predomina a classe média e uma ocupação marcada por unidades unifamiliares; **áreas de ocupação antiga de baixa renda** - apresenta baixo ritmo de ocupação e do valor da terra, condições precárias de moradias e abrange grande porções da zona norte e oeste da cidade; e áreas de ocupação recente de baixa renda - semelhante ao padrão anterior, mas com elevado ritmo de ocupação e localizado na franja urbana periférica.

Manifesta-se claramente na cartografia de Ribeiro (1989) a fragmentação espacial de Aracaju, concomitante à concentração populacional e ao processo de periferização desigual. A movimentação e circulação entre espaços descontínuos criam interconexões viárias, apresentando infraestruturas espacialmente diferentes e paisagens heterogêneas entre as zonas categorizadas. Diferentes agentes sociais convergem para a construção fragmentada do desenho urbano, com predomínio do poder público e do capital privado.



Da representação cartográfica de Ribeiro (1989) também se depreende a verticalização, que embora tenha se iniciado antes, é entre os anos oitenta e o final do século XX que se instala com mais velocidade na malha “consolidada” da chamada zona sul, mais especialmente nos bairros Jardins, Luzia, 13 de Julho, Ponto Novo e Grageru, respectivamente.

Outra observação na tipologia de Ribeiro (1989) é a referência à construção de uma série de conjuntos habitacionais, principalmente entre os anos setenta e oitenta, por isso a professora Vera França, uma exímia conhecedora de Aracaju, chama nossa capital de “cidade dos conjuntos”⁴. Nesse período, conjuntos do porte do Bugio I e II (Assis Chateaubriand), Augusto Franco, Jornalista Orlando Dantas e Santa Tereza, para classes menos privilegiadas, e Inácio Barbosa e Beira Rio, para classe mais solventes, direcionam o crescimento da cidade⁵.

A linguagem utilizada por Ribeiro (1989) já indicava avanços e preocupações com as heranças históricas que marcam a paisagem e o espaço urbano de Aracaju. Embora não haja uma discussão conceitual mais aprofundada, a utilização de termos e expressões, tais como elitização, especulação imobiliária, verticalização, segregação e favelização, evidenciam claramente uma tentativa de entender os processos e as contradições imanentes de Aracaju que se revelam nas paisagens desiguais e antagônicas. A zona norte em contraposição à zona sul fica patente na cartografia de Ribeiro (1989) e principalmente no cartograma de tipologia dos padrões intraurbanos, selecionado aqui para análise. Talvez essa obra seja a síntese mais completa, até o momento construída, sobre a trajetória urbana de Aracaju, por isso virou clássico, leitura obrigatória para arquitetos, geógrafos, historiadores e pessoas preocupadas com Aracaju.

- 4 Fala realizada em palestra realizada no IFS em 1998, para discussão dos problemas urbanos de Aracaju.
- 5 Nessa empreitada, destacam-se o Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) e a Companhia Estadual de Habitação (COHAB-SE), atuando em setores sociais diferenciados, classe média e classe menos favorecida, respectivamente (RIBEIRO, 1989; FRANÇA, 2019).



5. A continuidade do movimento de dispersão-fragmentação-centralização

Desde a Constituição de 1988 se vive o longo processo de redemocratização do país, agora questionado com tinta de “agonia cívica”, para usar a feliz expressão da atriz Marieta Severo, amplamente divulgada na mídia⁶. Apesar da crise institucional que vivemos hoje, o debate sobre Plano Diretor e a incorporação no planejamento urbano das ideias de sustentabilidade e gestão participativa marcaram o tom, pelo menos até 2018.

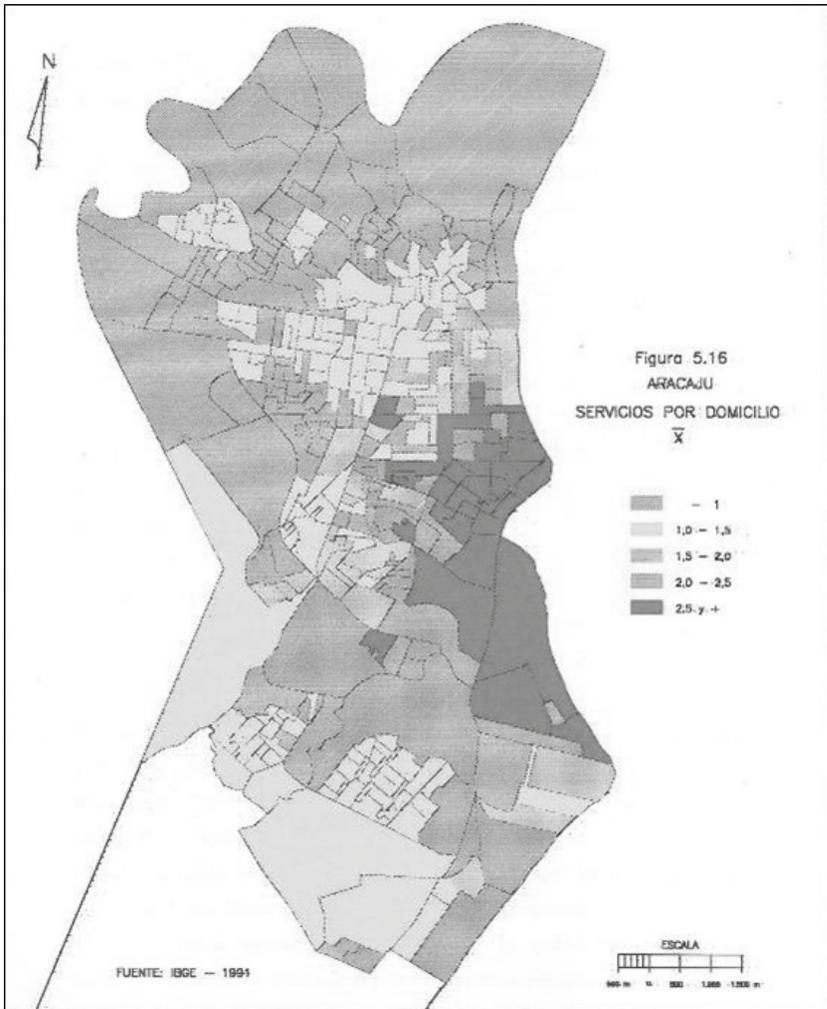
Sem entrar na “novela” do Plano Diretor de Aracaju que agora assume a sua terceira revisão, num claro obstáculo à gestão democrática, a configuração atual de nossa cidade revela-se em forma de problemas variados na área “consolidada”, de crise na ocupação dos espaços periféricos, na força da metropolização e dos processos socioespaciais que ilustram uma cidade fragmentada. Ademais, a crise espacial do centro e dos bairros centrais já é evidente e a antiga Zona de Expansão Urbana (ZEU) e a Jabotiana são as reservas de terras na malha de Aracaju para onde a cidade ainda pode se espriar, malgrado as decisões judiciais em sentido contrário, ancoradas no direito ambiental.

Foram selecionados três produtos cartográficos para ilustrar esse momento mais atual: os trabalhos de Vilar (2000), Nogueira (2006) e França (2019). São materiais resultantes de Teses de Doutorado, ou seja, de mergulhos mais profundos sobre a realidade urbana de Aracaju. Os documentos cartográficos selecionados foram os seguintes: mapa da Média de Banheiros por Domicílios nos Setores Censitários - Aracaju - 1991 (VILAR, 2000); croqui intitulado Aracaju e a Configuração da Malha Urbanizada entre 1855-2000 (NOGUEIRA, 2006); e o mapa Aracaju: Vetores de Expansão Urbana - 2000 a 2014 (FRANÇA, 2019).

O mapa do número médio de banheiros por domicílios nos setores censitários (Figura 8), produzido num contexto de definição dos eixos terciários da economia no tecido urbano de Aracaju, foi um dos indicadores utilizados para demonstração da diferenciação socioespacial.

6 “Marieta severo: Nunca senti uma angústia cívica tão profunda” www.oglobo.com - Acesso em: 22/8/21.

Figura 8: Média de Banheiros por Domicílios nos Setores Censitários - Aracaju - 1991



Fonte: Vilar (2000, p. 239).

O mapeamento de indicadores demográficos, econômicos (renda média do chefe de família), dos domicílios (% de apartamentos, % de domicílios vazios e alugados, compartimentos dos domicílios) e de instalações higiênicas sanitárias, na escala mais detalhada do setor censitário, usados na tese de Vilar (2000), mostraram-se correlacionados, e mais que um desenho dual e antagônico revelaram es-

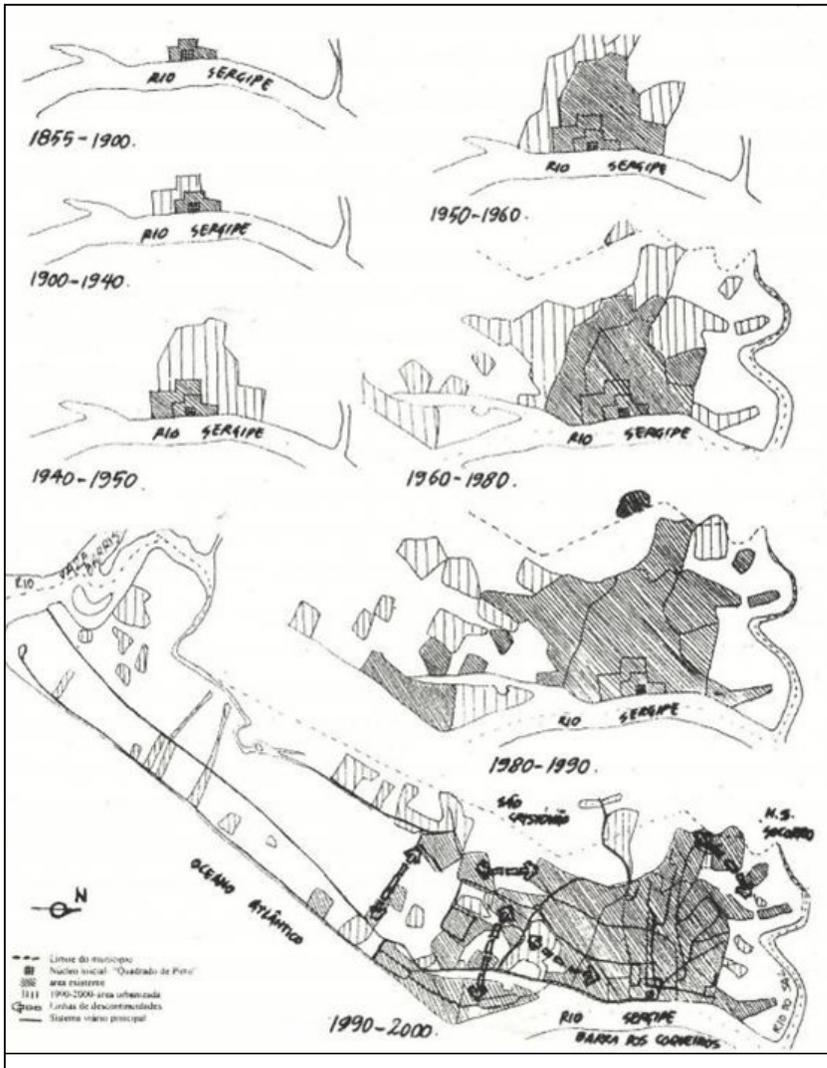
paços híbridos, ou seja, com alto grau de reciprocidade e formados por elementos de diversa natureza ou origens, inter-relacionados e interdependentes. Assim pois, a lógica de Aracaju parece vir de sua unidade.

Por sua vez, o croqui de Nogueira (Figura 9) trata da trajetória espacial da malha urbanizada de Aracaju entre os anos de 1855 e 2000. É a única entre as representações cartográficas aqui selecionadas que tem ampla preocupação temporal, praticamente a história da configuração da malha urbana de Aracaju.

Por último, a Tese de França (2019) também é muito rica em termos cartográficos. O mapa dos vetores e expansão urbana de Aracaju (2000-2014), feito com tecnologia de ponta, com o uso dos SIGs, além de visualmente muito agradável, apresenta alta precisão e revela com maior exatidão os eixos recentes de adensamento e crescimento da cidade. Depois de uma análise exaustiva em termos das políticas habitacionais de Aracaju contemporânea e lastreada em uma sólida e detalhada base de dados, França (2019) revela a ação do Estado e do Mercado na produção residencial da cidade, seja pela construção de conjuntos, seja pela implementação de programas habitacionais, de condomínios verticais e horizontais e loteamentos fechados, tendo como marco temporal balizador o Plano Diretor, aprovado no ano 2000. Em síntese, o mapa de França (2019) indica dois **vetores de adensamento**: um com verticalização concentrada no eixo 13 de Julho, Jardins, Grageru e Luzia e o outro formado pelos bairros Inácio Barbosa, Farolândia, Coroa do Meio e Atalaia; e dois **vetores de expansão**: o primeiro com apropriação dos bairros da zona norte e o segundo acompanhado de conflitos ambientais na Jabotiana, antiga ZEU e no bairro Santa Maria (Figura 10).

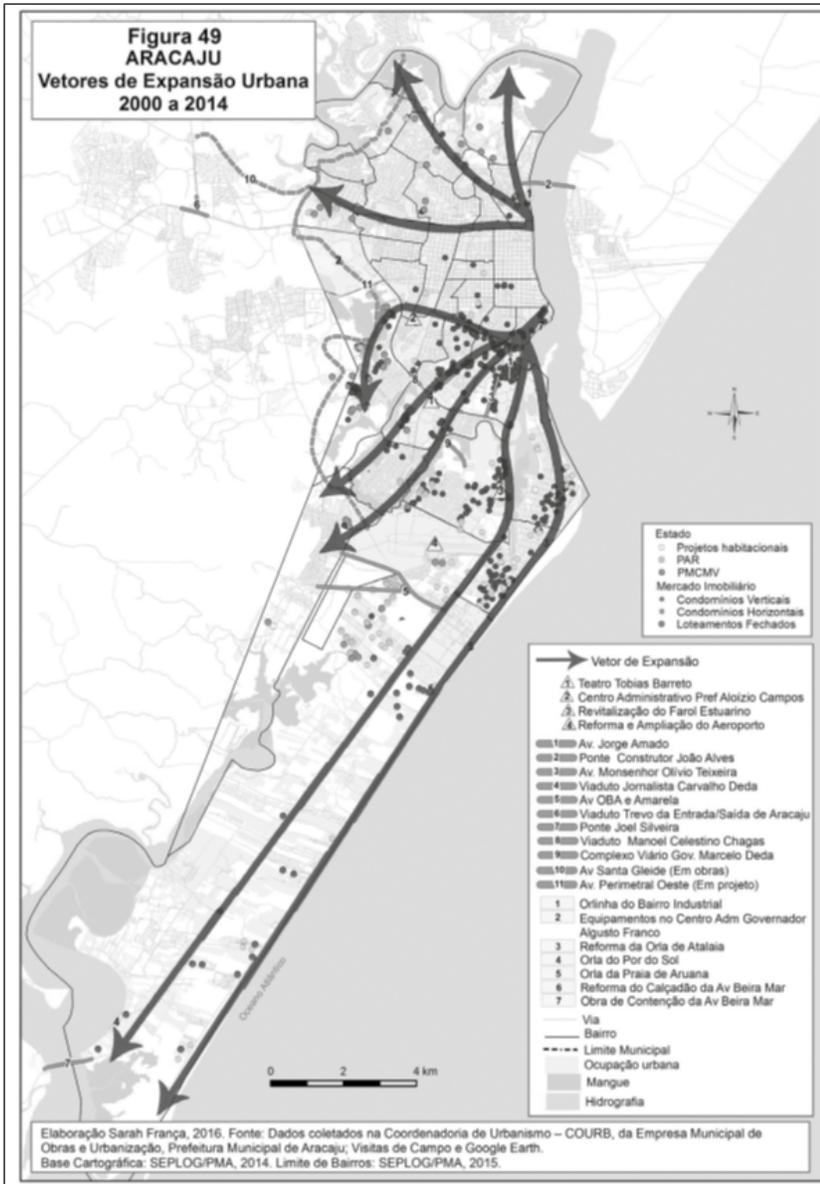


Figura 9: Aracaju e a configuração da malha urbanizada entre 1855-2000



Fonte: Nogueira (2006, p. 195).

Figura 10: Aracaju – Vetores de Expansão Urbana - 2000 - 2014.



Fonte: França (2019, p. 159).

6. *Considerações finais*

Ao demonstrar uma das faces do espaço através do tempo, a leitura cartográfica da história do desenho urbano de Aracaju revelou-se frutífera e indicadora de fragmentação. O esgarçamento e o retalhamento do tecido urbano parecem resultados de processos socioespaciais que construíram a capital sergipana, sempre dividida, altamente fragmentada e com fortes indicadores de autosegregação residencial, uma cidade de muros, de “enclaves fortificados”, na expressão consagrada de Caldeira (2000), principalmente nos espaços de praias e hoje também na Barra dos Coqueiros, na região metropolitana.

Se a lógica que (des)organiza o desenho da cidade obedece a padrões de desigualdade social e de separação espacial, a fragmentação resultante em Aracaju se expressa em termos de uma cidade compacta, “consolidada”, na permanência da relação centro-periferia, na dispersão urbana para a região metropolitana e na presença de um série de problemas ambientais de difícil solução.

A cartografia analisada deixou evidente a formação do mosaico urbano, de um tecido heterogêneo e desigual. Entre períodos de crescimento lento, acelerado, concentrado, tentacular e difuso o desenho da configuração urbana de Aracaju assume formas caleidoscópicas, multidimensionais, desequilibradas e fortemente desiguais.

Por fim, é preciso evidenciar que os clássicos da geografia urbana de Aracaju deixam claras as tendências espaciais e as formas de crescimento da cidade e, ao mesmo tempo, contribuem para desvelar seus conteúdos. A revisita aos clássicos sempre dá bons frutos.

Referências

- BRASIL. *Carta* Náutica do Porto de Aracaju - 1940. Marinha do Brasil - Hidrografia - Costa Leste – Porto de Aracaju – Carta 1003, 1940.
- BRASIL. *Carta* Náutica do Porto de Aracaju - 1960. Marinha do Brasil - Hidrografia - Costa Leste – Porto de Aracaju – Carta 1003, 2ª edição, 1960.
- CALAZANS, J. Aracaju, contribuição à História da capital de Sergipe. In: CALAZANS, J. *Aracaju e outros temas sergipanos*. 2ª edição. Aracaju: FUNDESC, 1992, p. 39-97. [1942].



CALDEIRA, T. P. do R. ***Cidade de muros***: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2000.

CARDOSO, A. Aracaju no tempo do Cólera (1855-1856). ***Revista de Aracaju***. Aracaju: ano LLX, nº 9, p. 231-241, 2002.

CARDOSO, A. Cidade de Palha: Aracaju, 1855-1895. ***Revista de Aracaju***. Aracaju: ano LX, nº 10, p. 111-115, 2003.

DINIZ, J. A. F. ***Aracaju***: síntese de sua Geografia Urbana. Aracaju: Tipografia J. Andrade, 1963.

FORTES, B. Evolução da paisagem humana da cidade de Aracaju. ***Diretório Acadêmico “Jackson de Figueiredo”***, Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Aracaju, 1955.

FRANÇA, V. L. A. ***Aracaju***: Estado e metropolização. São Cristóvão: EDUFS, 1999.

FRANÇA, S. L. A. ***Vetores de expansão urbana***: Estado e mercado na produção da habitação em Aracaju - SE. São Cristóvão: EDUFS, 2019.

LOUREIRO, K. A. S. ***A trajetória urbana de Aracaju, em tempo de interferir***. Aracaju: INEP, 1983.

MONTEIRO, M. da G. ***A restinga da Atalaia***: uma contribuição ao estudo do litoral sergipano. Aracaju: Livraria Regina, 1962.

NOGUEIRA, A. D. ***Patrimônio arquitetônico e história urbana***: Ensaios sobre o patrimônio arquitetônico de Sergipe e sobre a estrutura sócio-espacial de Aracaju. São Cristóvão, EDUFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

PORTO, F. ***A cidade de Aracaju 1855-1865***: ensaio de Evolução Urbana. 2ª edição. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991. [1945].

RIBEIRO, N. M. G. ***Transformações do espaço urbano***: o caso de Aracaju, Recife: Massangana, 1989.

SANTANA, A. S. ***As febres do Aracaju (Dos miasmas aos micróbios)***. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1997.

SANTOS, M. N. dos. Aracaju na contramão da ‘Belle Époque’. ***Revista de Aracaju***. Aracaju: ano LIX, nº 9, p. 143-153, 2002.

VARGAS, M. A. M. A paisagem urbana e o meio ambiente de Aracaju. ***Revista GEOUFS***. São Cristóvão: Revista do Departamento de Geografia da UFS, vol. 1, n. 1., p. 9-17, 2002.



VILAR, J. W. C. ***La expansión del área de consumo***: la vieja e la nueva centralidade intraurbana de Aracaju (Brasil). 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Universidad de Granada, 2000. (Tomo 1 e 2).

VILAR, J. W. C. Os espaços diferenciados da cidade de Aracaju: uma proposta de classificação. ***Revista de Aracaju***. Aracaju: ano LIX, nº 9, p. 87-99, 2002a.

VILAR, J. W. C. O centro da cidade: considerações demográficas sobre Aracaju. ***GEOUFS***. São Cristóvão: Revista do Departamento de Geografia da UFS, vol. 1, nº 1, p. 18-27, jul./dez., 2002b.

VILAR, J. W. C. Evolução da paisagem urbana de Aracaju. In: ARAÚJO, H. M. de. et al. ***O ambiente urbano***: visões geográficas de Aracaju. Aracaju: Editora UFS, 2006a, p. 45-67.

VILAR, J. W. C. Problemas socioambientais da periferia de Aracaju. In: ARAÚJO, H. M. de; et al. (Orgs.). ***O ambiente urbano***: visões geográficas de Aracaju. Aracaju: Editora UFS, 2006b, p. 49-71.

WANDERLEY, L. de L. Paisagem na janela: esse nosso inconstante Rio Sergipe e a evolução de sua foz. In: ALVES, J. do P. H. (Org.). ***Rio Sergipe***: importância, vulnerabilidade e preservação. Aracaju: Ós Editora, 2006, p. 165-194.



Territórios de Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju (RMA): Estado e Políticas de Habitação

Mário Jorge S. Santos
Ana Rocha dos Santos

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a produção dos territórios de segregação socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju (SE), cuja expressão territorial é marcada por diferenças nas condições de habitação, na paisagem urbana e na realidade socioeconômica dos municípios que compõem a RMA. Parte-se do pressuposto de que essa produção se dá pela ação do Estado, por meio das políticas de habitação desenvolvidas ao longo do tempo. A pesquisa realizada na RMA constatou que a produção habitacional do Programa Minha Casa Minha (PMCMV), vem desde 2009, alterando a realidade socioespacial e territorial da região, com o incremento da periferização das populações que habitam nesses territórios e promovendo uma separação no e do espaço pela construção de condomínios fechados nas áreas mais carentes e distantes da região.

Palavras-chave: Estado, habitação, segregação socioespacial

* Graduado em Geografia (Licenciatura e Bacharelado). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professor da Secretaria de Estado da Educação, e pesquisador do Laboratório de Estudos Territoriais - LATER/PPGEO/UFS. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Regional e Urbana, Ensino de Geografia e Formação de Professores.

** Licenciada e bacharel em Geografia. Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora do Campus Prof. Alberto Carvalho e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO/UFS). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Relação sociedade-natureza e produção do espaço geográfico. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Ensino de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado, descentralização, política pública, gestão do território, política educacional, formação de professores, prática docente, metodologia de ensino.

Territories of Socio-spatial Segregation in the Metropolitan Region of Aracaju (MRA): State and Housing Policies

Territorios de segregación socio-espacial en la Región Metropolitana de Aracaju (RMA): Estado y Políticas de Vivienda

Abstract

This article aims to analyze the production of territories of socio-spatial segregation in the Metropolitan Region of Aracaju (SE), whose territorial expression is marked by differences in housing conditions, in the urban landscape, and in the socio-economic reality of the municipalities that make up the MRA. It starts from the assumption that this production takes place through the action of the State, through housing policies developed over time. The research carried out at the MRA found that the housing production of “Minha Casa Minha Vida” Program (PMCMV) has been, since 2009, changing the socio-spatial and territorial reality of the region, increasing the peripheralization of the populations that inhabit these territories and promoting separation in and of the space for the construction of closed condominiums in the poorest and most distant areas of the region.

Keywords: State, housing, socio-spatial segregation

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar la producción de los territorios de segregación socio-espacial en la Región Metropolitana de Aracaju (Sergipe-Brasil), cuya expresión territorial está marcada por diferencias en las condiciones de residencia, en el paisaje urbano y en la realidad socio-económica de los municipios que componen la RMA. El presupuesto del análisis considera que la producción de estos territorios acontece por la acción del Estado, a través de las políticas de vivienda desarrolladas en diferentes períodos. La investigación realizada en la RMA constató que, desde 2009, la producción habitacional del Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) ha alterado la realidad socio-espacial y territorial del espacio metropolitano con el incremento de la perifерización de la población y la promoción de una separación en el espacio (y del espacio) mediante la construcción de condominios cerrados en las áreas más carentes y distantes.

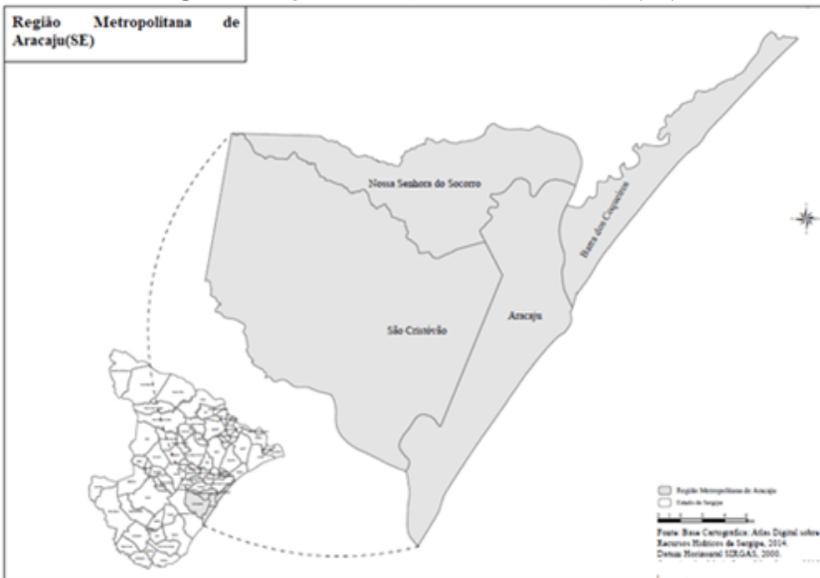
Palabras claves: Estado, vivienda, segregación socio-espacial



Introdução

A Região Metropolitana¹ de Aracaju (RMA), criada pela Lei Complementar Estadual nº 25, de 29 de dezembro de 1995, é composta pelos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, tendo como sede Aracaju (Figura 1).

Figura 1: Região Metropolitana de Aracaju (SE)



Fonte: Base Cartográfica: Atlas Digital sobre Recursos Hídricos de Sergipe, 2014

A população da Região Metropolitana de Aracaju, estimada em 835.654 habitantes (IBGE, 2010), cresce aceleradamente devido à imigração de pessoas provenientes de outros municípios de Sergipe, especialmente de áreas rurais, bem como, de outros estados da Federação, especialmente do norte da Bahia. (FRANÇA, 1999)

1 Considera-se neste estudo a Região Metropolitana de Aracaju legalmente constituída e socialmente reproduzida a partir da centralidade de Aracaju e sua conurbação com os municípios vizinhos. Não é, portanto, a RMA como conceito geográfico urbano, pois a mesma ainda não possui este caráter.

Na Região Metropolitana de Aracaju, a urbanização é resultado do processo de desenvolvimento socioeconômico, pautado no regime de posse e uso da terra e na herança de uma sociedade tradicional, apresentando forte desigualdade em razão de fatores de ordem histórica, econômica, cultural e espacial que (re) definem as relações sociais em todo o território.

No processo de urbanização da RMA, o papel do Estado como agente na formação socioespacial da Região Metropolitana de Aracaju é fundamentalmente marcado por sua atuação através da criação da COHAB (Companhia de Habitação de Sergipe). Em Aracaju (SE), a COHAB construiu, entre as décadas de 1968 a 2002, um total de 21.045 unidades habitacionais, distribuídas em 45 conjuntos habitacionais. Já a INOCOOP- BASE (Instituto de Orientação as Cooperativas Nacionais), outra modalidade do sistema Bando Nacional de Habitação /Sistema Financeiro de Habitação, que objetivava construir unidades habitacionais voltadas à classe entre 05 e 10 salários mínimos, construiu 7.313 unidades em 27 conjuntos situados em áreas que foram diretamente beneficiadas pela infraestrutura urbana governamental.

Para França (1999), na década de 1970, a COHAB/SE já encontrava dificuldades para a aquisição de terrenos para implantação de conjuntos habitacionais em Aracaju. O poder público atendia aos interesses dos agentes financeiros imobiliários, reservando terras para valorização em detrimento da função social da terra e permitiu o espraiamento da cidade para áreas mais distantes, iniciando a compra de terrenos nos municípios vizinhos de São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e, posteriormente, na Barra dos Coqueiros.

Rodrigues (2005) afirma ainda que a COHAB/SE, na década de 1980, procurou glebas distantes da malha urbana, começando assim, a formação da Grande Aracaju e consolidando o empurrão da pobreza para fora dos limites da capital. Nesses termos, “a cidade de Aracaju avança na direção dos municípios vizinhos, sobretudo de Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão, exigindo uma nova compreensão do conjunto urbano-regional”. (FRANÇA, 1999, p. 64).



Segundo Rodrigues (2005), as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela concentração de unidades habitacionais construídas pela COHAB/SE, em Aracaju, representando 36,55% do total de unidades instaladas no estado, estimulando assim a valorização dos terrenos da capital e, ao mesmo tempo, fomentando a construção de outros conjuntos no seu entorno, aliada ao processo de especulação imobiliária, que por intermédio do capital imobiliário privado, começou a comprar áreas de reservas e expansão da cidade, apropriando-se destes espaços e direcionando o crescimento da região.

Os municípios de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros foram alvo dessa ação do Estado e do capital e formaram uma nucleação ou área metropolitana em desenvolvimento, com a construção de 43.461 mil unidades da COHAB, entre 1968 e 2002, representando 62,27% das construídas em todo Estado de Sergipe (FRANÇA, 1999)

Tendo em vista a construção de unidades habitacionais em Aracaju, bem como nos municípios vizinhos, observou-se que, em apenas trinta anos, a população desse aglomerado (RMA) cresceu mais de 100%, saindo de 338.882 mil habitantes em 1980 para 835.654 mil habitantes, em 2010 (Censo IBGE, 1980 e 2010), que representa 40,4% da população total do estado que é de 2.068.031 habitantes.

Essa dinâmica provocou, entre outras coisas, um alargamento da periferia em várias direções, ultrapassando os limites territoriais da capital e ocupando as áreas rurais dos municípios vizinhos. Nesse contexto, verificou-se um crescimento célere das áreas adjacentes a Aracaju, em especial a partir da década de 1980, com a construção dos conjuntos habitacionais e do quantitativo de contingentes humanos que se deslocaram para a região circunvizinha, iniciando assim uma aglomeração urbana que posteriormente resultou num processo de metropolização periférico.

Outra consequência visível, segundo Campos (2006) é que a prática de construção de grandes estruturas habitacionais na região metropolitana entre 1968 e 2020 expôs a fragilidade dos municípios perante a imposição do Estado que, dissociado de planejamento para geração de emprego e renda, engendrou elementos novos na



problemática social, modificando o desenho urbana e confinado a população na periferia em verdadeiros bolsões de pobreza, intensificando o problema das invasões e ocupações irregulares.

Sendo assim, ainda hoje, existem diferenças socioespaciais na realidade inter-regional na RMA, uma vez que a própria condição de vida e de habitação das populações que vivem nos municípios da região são diferentes e estão evidentes na própria paisagem urbana em movimento, materializada na situação de desigualdades no acesso à moradia, renda, educação, habitação, saneamento, mobilidade, ocupação e trabalho. Enfim, na condição cotidiana da vida, tendo como consequência a formação de verdadeiros territórios de segregação socioespacial na RMA.

O objetivo central nesse artigo é analisar a produção desses territórios, vinculando sua produção à política pública de habitação. Sendo assim, buscar-se-á desvelar a partir das particularidades existentes nos municípios que compõem essa região, as desigualdades criadas nos lugares, espacializando dentro do RMA as localidades com piores condições de vida, segregadas socioespacialmente.

Essas desigualdades foram analisadas por meio dados do censo demográfico do IBGE de 2010, com os indicadores da situação socioeconômica da população dos municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros, visando estabelecer o perfil comparativo da região e sua caracterização econômica e social, identificando as diferenças existentes nas condições socioeconômicas - renda, escolaridade e emprego - e as condições habitacionais - acesso a bens e serviços públicos de esgotamento, acesso à água e coleta de lixo.

Com essa metodologia, foram identificados os territórios de segregação socioespacial da RMA, apresentando suas características e analisando sua produção socioespacial. Em seguida, serão apontados entre esses, aqueles que mais receberam unidades habitacionais do PMCMV (2009-2014). Foi contextualizada a produção habitacional do PMCM na RMA de 2009 a 2014, a fim de entender, através de entrevistas com os moradores desses territórios, como o Estado continua a aprofundar com as políticas de habitação as de-

sigualdades nesses lugares, interferindo nas formas de apropriação do espaço, à medida que aprofunda uma periferização e valorização diferenciada no solo urbano, uma separação do espaço, uma hierarquização urbana, dentro de um espaço já segregado.

O PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida) foi tomado para esta análise, visto que essa política habitacional foi a partir de 2009, a principal responsável pela expansão das unidades habitacionais na periferia da RMA. A análise feita parte do entendimento de que na atualidade a ação do Estado e do capital, na construção desses empreendimentos habitacionais, produz uma região metropolitana segregada com determinações impostas pelas suas estratégias de reprodução, provocando uma diferenciação das condições de vida das populações nesses espaços e sua interligação ao espaço regional metropolitano, bem como suas características particulares, separando as pessoas nesses territórios de segregação socioespacial por sua condição de classe e estruturando, via Estado, as condições necessárias para a circulação do capital.

Os territórios de segregação socioespacial na RMA: espacializando as desigualdades

A dimensão espacial é o efeito específico que os padrões de contiguidade, vizinhança e distância causam aos indivíduos e grupos, afetando suas possibilidades de inserção em diversas esferas da sociedade. (TORRES; FERREIRA; GOMES, 2005; GOMES; AMITRANO, 2005; BICHIR; TORRES; FERREIRA, 2005).

Com essas considerações, podemos entender, que indivíduos com condições sociais semelhantes, mas localizados em regiões distintas da cidade, têm acesso diferenciado a bens e serviços públicos e a elementos geradores de mobilidade social (como o emprego), assim como tendem a ser submetidos de forma diferente a agravos de diversas naturezas, dependendo das condições de segregação a que estão submetidos (TORRES; FERREIRA; GOMES, 2005; GOMES; AMITRANO, 2005; BICHIR; TORRES; FERREIRA, 2005).

A existência de uma segregação apresenta-se nas condições diferenciadas da sociedade no espaço é, portanto, uma fragmenta-

ção social do espaço. O Estado é o braço mais forte do capital para a produção dessa segregação. Assim, como afirma Spósito (2013) a segregação implica, necessariamente, reconhecer processos significativos e profundos de segmentação socioespacial, ainda que possa haver divergências na explicação deles ou na força dada e uma dimensão ou outra (política, étnica, religiosa, socioeconômica, etc) (SPÓSITO, 2013, p.63)

No caso da RMA, essa realidade se (re)produz com todas as suas particularidades socioespaciais, e é também evidente, por exemplo, quando se identifica dentro do espaço metropolitano atual, a existência de verdadeiros espaços de pobreza e carência social, evidenciando uma realidade de renda das populações marcadas por situações de ausência ou poucos recursos financeiros, o que por consequência os leva a se submeter a viver em habitações precárias e por vezes até subnormais.

128

A contradição mais evidente desse processo é a própria política de habitação e os interesses dos agentes financeiros imobiliários que atuam na produção da RMA, que muitas vezes deslocam uma população pobre, desprovida de renda, para localidades extremas da região, ou ainda para áreas com enormes problemas de infraestrutura e acesso aos serviços urbanos, tendo como justificativa a propriedade de uma habitação.

Isto porque é a existência das classes sociais e sua desigual distribuição espacial que causa o aumento das diferenças sociais e, a partir do momento que esta distância social adquire uma expressão espacial através da estruturação do espaço urbano, acontece a segregação socioespacial. (NEGRI, 2008)

Para compreender melhor esse processo é relevante analisar a própria situação urbana e socioeconômica da população dos municípios da RMA, desvelando as várias dificuldades de integração, e considerando uma heterogeneidade das condições de vida nos diferentes municípios dentro da região.

A segregação socioespacial na RMA tornou-se corrente no espaço intraurbano e regional, consolidando as diferenças e contradições dos investimentos do Estado nas diferentes localidades por

classes sociais que os disputam, relegando a um segundo plano as classes mais pobres da sociedade. Essa diferenciação vem aumentando a precariedade das condições habitacionais dos mais pobres, pois é a lógica da financeirização imobiliária que hoje determina o valor da cidade e as formas de acesso ao solo, o valor e a localização das habitações, e o próprio sentido do direito à cidade.

Nesse contexto, o Estado adquire um papel crucial, porque acentua a segregação com as legalizações e planos diretores de desenvolvimento urbano (PDDU), facilitando e incentivando a instalação de empreendimentos habitacionais como os condomínios fechados, criação de bairros, suburbanização da classe alta, facilitação de transporte, entre outros mecanismos que agudizam a segregação.

Assim, considerando esta realidade, é necessário espacializar a segregação com a identificação dos espaços que representam com mais clareza esse processo, pois os territórios de segregação socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju são áreas em que as pessoas apresentam as piores condições de habitação e condições socioeconômicas, separadas no espaço por sua condição de classe e onde as estratégias do capital e do Estado agem no propósito de hierarquizar, para segregar, ainda mais.

A tabela 01 e a figura 2 apresentam as localidades e suas condições de segregação estabelecendo um comparativo das condições de vida diante da situação geral da RMA, parâmetro usado para selecionar as áreas e apresentá-las dentro desse processo como espaços de segregação socioespacial.

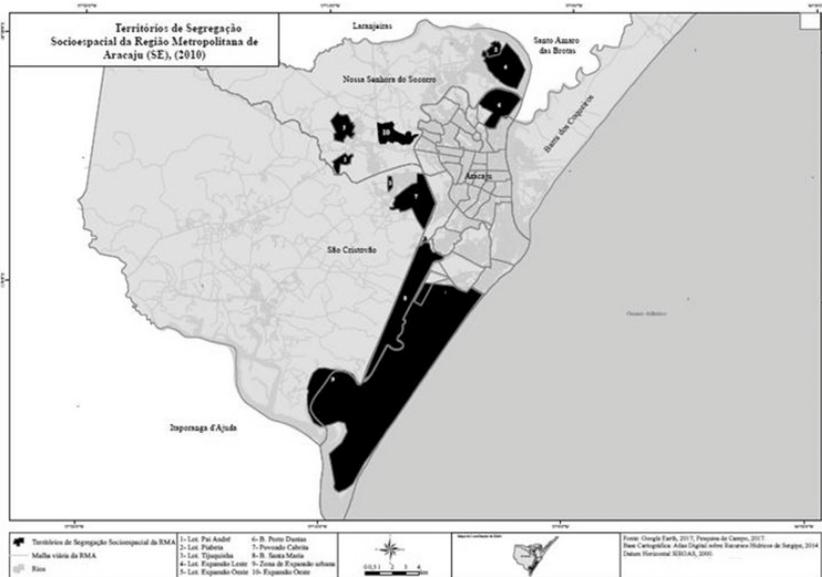
Tabela 01: Síntese dos territórios de segregação socioespacial com as piores condições socioeconômicas e de habitação na RMA -2016.

RMA-TERRITÓRIOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	% Abastecimento água da rede geral	% Esgotamento sanitário via rede geral	% Destino do lixo adequado	R\$ Renda domiciliar per capita	% Taxa de analfabetismo	% Empregados sem carteira assinada e por conta própria
Região Metropolitana de Aracaju	96,4	62,5	96,3	597,87	10,5	45,7
1-Porto Dantas	92,6	35,7	84,5	268,10	15,4	55,2
2-Santa Maria	91,6	31,2	82,3	250,75	23,6	58,2
3-Zona de expansão Urbana de Aracaju	80,1	18,5	85,2	225,00	13,5	48,7
4-Loteamento Pai André	90,8	10,2	56,8	168,00	23,2	59,2
5-Loteamentos da Expansão Oeste	91,5	12,5	63,4	240,00	27,3	62,8
6-Loteamento Jardim Piabeta	94,7	3,6	88,2	258,00	22,5	56,9
7-Loteamentos da Expansão Leste	97,2	8,5	76,1	220,00	26,5	65,0
8-Zona de Expansão Urbana Cabrita	96,2	10,5	50,5	235,00	21,3	62,0
9-Loteamento Tijuquinha	96,0	4,9	80	246,00	20,5	56,5

Organização: Os autores, 2018.

Esse critério foi também complementado com observações expressas na paisagem urbana das localidades na RMA. Como aponta CARLOS (2007), a paisagem urbana, compreendida como momento instantâneo que surge à primeira vista aos olhos do pesquisador, expressa relações e ações que propiciam uma investigação sobre a cidade. (CARLOS, 2007, p.33)

Figura 2: Territórios de Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju(SE), 2010.



Fonte: IBGE, 2010; Google Earth, 2017; Pesquisa de Campo, 2017.

Assim, diante do exposto e espacializado, as áreas que apresentam situações mais expressivas de segregação socioespacial na RMA são:

1- Porto Dantas – Localizado na região norte da cidade de Aracaju, o bairro Porto Dantas possui uma população de 10858 habitantes, distribuída em 3654 domicílios (IBGE, 2010). Sua ocupação é resultado do processo de produção de sal, que se desenvolvia nas margens do Rio do Sal, que separa Aracaju de Nossa Senhora do Socorro. (Figura 3)

Esse território de segregação socioespacial é composto por um aglomerado de comunidades, que se formou por ocupações regulares e irregulares e que se legitimou através de ações públicas de habitação e regularização fundiária. Reconstruiu-se uma paisagem ainda com sérios problemas sociais, constituída pela ocupação do Coqueiral e Sagrada Família, além de conjuntos residenciais construídos pelo governo do Estado e pela prefeitura de Aracaju, como

formas de resolver conflitos e lutas por moradia e infraestrutura existente nesse território.

Figura 3: Vista do bairro Porto Dantas em Aracaju na RMA, ao fundo o Rio Sergipe.



Fonte: Os autores, 2018.



2- Santa Maria – Antigo povoado Terra Dura. O bairro Santa Maria localiza-se no município de Aracaju, sua expansão e crescimento são resultado principalmente da desativação da lixeira do bairro Soledade em 1988 e a transferência dessa atividade para o povoado Terra Dura onde se construiu um novo aterro sanitário. A partir dessa ação, comunidades migrantes e de outros bairros da periferia de Aracaju começaram a ocupar os morros e aterrar os mangues, dando origem a diversas comunidades como a Invasão da Prainha, Canal de Santa Maria, Arrozal e Água Fina.

Segundo bairro mais populoso de Aracaju, com 33475 habitantes (IBGE, 2010), o bairro Santa Maria é uma produção que pode ser analisada considerando que a ação do poder público contribuiu de forma significativa para a transformação da localidade em um bolsão de pobreza. Nas últimas décadas, as políticas de habitação, voltadas a resolver a situação de favelização da população, priorizou a remoção de uma grande parcela de população, oriunda de diversas áreas da cidade, para esta localidade. (Figura 4)

Figura 4: Vista do Bairro Santa Maria em Aracaju na RMA, ao fundo o morro do avião.



Foto: Os autores, 2018.

Formado por uma série de conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares, e mais recentemente por condomínios do PMCMV, esse território é um dos mais emblemáticos exemplos de produção do espaço via fragmentação, hierarquização e segregação, legitimada pelo Estado através da condição de classe dos seus moradores.

Composto por 9272 domicílios (IBGE, 2010) é um território de segregação socioespacial marcado pela ação de políticas habitacionais, especialmente as da COHAB/SE e os de Interesse Social, que somente no período de 1980 a 2000, construíram na localidade 4209 unidades habitacionais em diversos conjuntos habitacionais. Os maiores são o Conjunto Padre Pedro, com 2223 unidades habitacionais (COHAB/SE) e o Conjunto Governador Valadares, construído pela FUNDESE para o reassentamento de pessoas oriundas de áreas de risco, com 1200 unidades habitacionais.

3-Zona de expansão Urbana de Aracaju- Criada pela Lei Municipal nº 873, de 1º de outubro de 1982, a Zona de Expansão de Aracaju correspondia a quase 40% do território municipal. Atualmente essa região vive profundas transformações, isso em virtude de ter sido, segundo França, S. (2011), alvo de investimentos governamentais e de políticas públicas, que beneficiaram a produção imobiliária, prin-



principalmente a inserção de conjuntos habitacionais do Programa de Arrendamento Residencial e projetos voltados para habitação popular.

Essa dinâmica provocou um crescimento demográfico na localidade, sendo que a população residente que era de 9377 habitantes em 2000 passou para 22680 habitantes em 2010. Esse crescimento deve ser analisado considerando dois fatores explicativos: o primeiro é a criação, em 2010, do Bairro 17 de Março que deslocou para essa zona 6571 pessoas e o segundo é a expansão do Loteamento Aruanda proveniente da construção de diversos conjuntos habitacionais pelo PAR a partir de 2002. (Figura 5)

Figura 5: Vista do bairro 17 de Março na Zona de Expansão urbana de Aracaju.



Foto: Os autores, 2018.

Na atualidade, a Zona de expansão de Aracaju (ZEUA) é um espaço de conflitos e segregação. Essa produção territorial é marcada pela dinâmica da abertura de mais de 7000 lotes entre 2000 e 2014 na região (PMA) e a intensificação da construção de condomínios de apartamentos e casas pela iniciativa privada, bem como, a proliferação de empreendimentos do PMCMV.

Essa realidade faz com que o processo de separação do/no espaço na ZEUA se apresente na realidade socioespacial de maneira intensa. Uma separação marcada por condições desiguais entre as populações que habitam esse território. Essa desigualdade se expressa na separação das condições de vida e habitação dos mo-

radores do Loteamento Aruanda e os moradores do bairro 17 de Março, bem como a submissão e expulsão de moradores das casas e propriedades localizadas nos tecidos urbanos dispersos e fragmentados em direção ao povoado Mosqueiro e sua substituição por residências destinadas à classe média alta.

4- Loteamento Pai André - localizado no município de Nossa Senhora do Socorro, na RMA, é um aglomerado urbano composto por 578 domicílios (IBGE, 2010). Essa localidade é bastante representativa para o entendimento da segregação socioespacial analisada na pesquisa. É um espaço que foi construído sob a forma de venda de lotes de terras, no ano de 1986, tendo se expandido territorialmente a partir da criação em 1992 do loteamento Santo Inácio, ambos localizados dentro do Complexo Jardim (PDDU/Nossa Senhora do Socorro).

Com uma população de 2073 habitantes (IBGE, 2010) é um dos territórios com pior situação de pobreza e descaso por parte do Estado. A população sofre com a falta de infraestrutura, de saneamento básico, de transporte e atendimento de saúde e com todos esses condicionantes a violência e a criminalidade fazem parte do cotidiano dos moradores. (Figura 6)

Figura 6: Vista do Loteamento Pai André em Nossa Senhora do Socorro na RMA.



Fonte: Os autores, 2018.

5- Loteamentos da Expansão Oeste – É um conjunto de loteamentos que surgiu a partir da década de 1970, nas margens da BR 101 e suas adjacências. É resultado de um processo intenso do parcelamento do solo que ocorreu na região em virtude da mercantilização da terra que transformou a propriedade do solo urbana da RMA em uma mercadoria. Segundo França (1999), a partir da construção do Conjunto Célia Cabral Duarte (1983), conhecido como Conjunto das Domésticas, se dinamizou o parcelamento do solo no município e os terrenos localizados em seu entorno foram valorizados e loteados. (Figura 7)

Figura 7: Entrada do Loteamento Guajará no Território da Expansão Oeste na RMA.



Foto: Os autores, 2018.

Fazem parte do setor censitário do Loteamento da Expansão Oeste: Loteamento Itacacema I, Loteamento Itacacema II, Loteamento Itacacema III, Loteamento Nova Palestina, Loteamento Guajará, Loteamento Rosa de Maio, Loteamento São José, Loteamento Santa Cecília, Loteamento Paulo Pereira, Loteamento Boa Viagem, Loteamento Parque Nossa Senhora de Fátima e o Loteamento Jardim Manguinhos.

Em todas essas localidades, a característica mais pungente é a carência social e ausência de infraestrutura e saneamento básico, aliado a essa condição existem aglomerados que foram produzidos a partir de ocupações em áreas de fragilidade ambiental como as margens de rios em mangues e encostas, perfazendo um total de

6402 pessoas vivendo em ocupações irregulares neste território (IBGE, 2010).

Essas condições ocasionam a permanência de uma população empobrecida, com problemas sociais diversos, com alta taxa de desocupação, carente de assistência social e desprovida de justiça espacial. Tudo isso, em decorrência de políticas eleitoreiras que em benefício de incorporadores, promoveram a expansão habitacional neste território, sem nenhuma preocupação com as condições de habitação e sobrevivência da população que habita as localidades.

6- Loteamento Jardim Piabeta – Localizado na porção nordeste do município de Nossa Senhora do Socorro, o Loteamento Jardim Piabeta faz parte do Complexo Taiçoca (PDDU/Nossa Senhora do Socorro). É um dos maiores aglomerados urbanos em forma de loteamentos construídos na RMA.

Sua formação deu-se a partir de 1980, quando o município de Nossa Senhora do Socorro passou por grandes transformações urbanas. A sede do município não sofreu grandes alterações, entretanto, o espaço dos povoados foi alvo de empreendimentos imobiliários que provocaram mudanças em áreas antes ocupadas por manguezais e pouco povoadas.

Com uma população de 10557 habitantes vivendo em 2953 domicílios (IBGE, 2010), esse loteamento já foi considerado uma das áreas mais pobres e problemáticas da RMA. Sua alta densidade demográfica, aliada às condições de precariedade de infraestrutura, ocasionaram durante décadas inúmeros conflitos entre a população e o poder público. (Figura 8)



Figura 8: Rua do Loteamento Jardim Piabeta em Nossa Senhora do Socorro na RMA.



Foto: Os autores, 2018.

7- Loteamentos da Expansão Leste – Também localizados no Complexo Taiçoca, esse território de segregação socioespacial é uma produção urbana regional que se estruturou a partir do final da década de setenta em virtude da implantação do Projeto Urbano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Aracaju.

Política de caráter desenvolvimentista, associava a atividade industrial à produção habitacional e tinha como objetivo desenvolver a atividade industrial em Nossa Senhora do Socorro, implantando o Distrito Industrial e o Complexo Urbanístico da Taiçoca, em uma área fora da sede municipal, nas proximidades de Aracaju e contemplava a construção em etapas de mais de 20000 mil unidades habitacionais, para abrigar uma população de mais de 125.000 mil habitantes.

Assim, os Loteamentos da Expansão Leste foram sendo produzidos, tendo como principal eixo de expansão a proximidade com os conjuntos residenciais construídos pela COHAB/SE neste complexo, atraindo uma população pobre que migrou de vários lugares de Sergipe e de outros estados em busca de emprego e habitação.

Os Loteamentos da Expansão Leste são constituídos pelas seguintes localidades: Loteamento Jardim Sauara, Loteamento Jardim Mariana, Loteamento Cajueiro e Loteamento São Braz.

Com uma população de 23328 habitantes, distribuídos em 6742 domicílios (IBGE, 2010), esse território possui uma população com graves problemas socioeconômicos e vivendo ainda hoje com pouca estrutura habitacional e tem sido o espaço mais afetado no processo de valorização do capital. Até 2014 foi a área do município de Nossa Senhora do Socorro que mais recebeu empreendimentos imobiliários do PMCMV. (Figura 9)

Figura 9: Rua do Loteamento Cajueiros em Nossa Senhora do Socorro na RMA.



Fonte: Os autores, 2018.

8 -Zona de expansão urbana da Cabrita - é o espaço territorial da RMA que mais sofreu transformações urbanas, especialmente a partir de 2010, quando os interesses dos agentes imobiliários locais e nacionais transformaram por meio do PDDU de São Cristóvão a área correspondente ao setor censitário do Povoado Cabrita, em uma zona de expansão urbana.

A Zona de Expansão Urbana da Cabrita (PDDU) corresponde ao setor censitário do Povoado Cabrita (IBGE). Até 2010, possuía uma população de 20922 habitantes distribuídos em 6194 domicílios. Composto pelo Loteamento Jardim Universitário I e II, Povoado Barreiro e Povoado Cabrita. Esse território possui características de profundos contrastes sociais, pois a produção espacial do mesmo dá-se atendendo aos interesses dos agentes imobiliários em detrimento da solução das péssimas condições de vida em que estão submetidas as populações dessas localidades, resultado final de um processo ainda em curso de urbanização/desruralização. (Figura 10)



Figura 10: Rua do Povoado Barreiro, na Zona de Expansão da Cabrita-Grande Rosa Elze em São Cristóvão na RMA.



Foto: Os autores, 2018.

Esse também é o território em que se constata a construção de uma grande quantidade de empreendimentos do PMCMV na região da Grande Rosa Elze. Essas construções estão organizadas em duas frentes de produção: a primeira, às margens da rodovia João Bebe Água, em direção oeste, indo ao encontro do bairro Jabutiana em Aracaju, e a segunda frente parte da expansão do Conjunto Santa Lúcia no Bairro Jabutiana, em Aracaju, e avança sobre as terras de São Cristóvão ao encontro dos condomínios construídos e em construção na zona de expansão da Cabrita na Grande Rosa Elze em São Cristóvão.

9- Loteamento Tijuquinha – Historicamente, segundo Campos (2005), o processo de parcelamento do solo na zona rural de São Cristóvão para fins urbanos, é uma característica marcante na produção espacial desse município. A produção urbana regional de São Cristóvão tem como marca a existência de uma grande área urbana desvinculada da sede municipal, denominado de Grande Rosa Elze.

É neste contexto que o Loteamento Tijuquinha é produzido na dinâmica urbana de RMA. Situado na Grande Rosa Elze, em uma área contínua ao Conjunto Brigadeiro Eduardo Gomes, esse território de segregação socioespacial surgiu em 1986 firmando-se como uma alternativa de acesso à moradia, especialmente para a classe mais pobre, uma vez que o acesso às unidades habitacionais produzidas pela COHAB/Se se tornava mais seletivo, e direcionado a uma faixa de renda mais elevada.

Esse processo é marcado pela constante valorização da terra, proporcionada pelo aparecimento de loteamentos e conjuntos habitacionais nas áreas limítrofes com a capital e teve início nas proximidades do Campus Universitário, no Rosa Elze e adjacências, totalizando 158 empreendimentos com mais de 53 mil lotes implantados e/ou aprovados pela prefeitura de São Cristóvão de 1970 até 2010.

O Loteamento Tijuquinha, localizado no oeste da Grande Rosa Elze (PDDU) é composto por 2127 domicílios e uma população de 7560 habitantes (IBGE, 2010), que ocupa esse território há mais de 30 anos, convivendo com problemas de infraestrutura e reproduzindo condições de vida carente de serviços públicos, marcadas por altos índices de pobreza, analfabetismo e baixa situação de renda.

Nos territórios de segregação socioespacial, agora identificados a partir de uma produção regional, revela-se também a extensão do mundo da mercadoria – e nesta condição todos os espaços se tornam passíveis de serem transformados em valor de troca (essa intercambialidade guarda o fundamento da homogeneização).

Entretanto essa lógica guarda uma contradição expressa pela interface do Estado com o capital, que ao promover essa valorização com a construção de empreendimentos habitacionais nessas localidades ou próximas a elas, provoca um confronto entre esse sistema e a própria hierarquização do espaço, ou seja, a valorização diferenciada dos lugares em função de sua capacidade de criar condições são os meios necessários para a (re) produção da segregação socioespacial na RMA.

Assumindo esse entendimento, essas localidades são postas sob a lógica de que são **territórios² de segregação socioespacial**, uma vez que nesse processo de valorização, fragmentação e segregação em curso, os conflitos são inevitáveis e desencadeados, portanto, a

2 O território é natureza e sociedade: não há separação; é economia, política e cultura; edificações e relações sociais; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e traços comuns; apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e transcalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (diversidade e unidade, concomitantemente. (SAQUET, 2009, p.83)



partir de relações de poder entre os diversos agentes de produção do espaço, entre eles a população segregada.

Os territórios de segregação socioespaciais identificados na RMA são tomados como referência no espaço, daí a indissociabilidade entre os dois, pois a intensidade e a forma da ação do poder nas diferentes dimensões do espaço originam diferentes tipos de territórios.

Para Raffestin (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder³. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território aqui assumido, pois o poder é relacional, está intrínseco em todas as relações sociais.

Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (CORRÊA, 2000, p. 32).

No caso da RMA, esses territórios são contradições se materializam a partir de profundas desigualdades espaciais, especialmente nas suas periferias, onde sua apropriação é marcada por diferentes processos de fragmentação e segregação. A apropriação territorial promovida pelos agentes financeiros imobiliários, por meio da construção de empreendimentos habitacionais do PMCMV nestes territórios é, portanto, a (re)produção de uma nova segregação, marcada pela diferenciação residencial e pela produção de uma nova valorização espacial, caracterizadas pela apropriação do espaço vivido por uma nova classe que o submete, com uma diferenciação inclusive no seu modo de vida. Tudo isso como analisa Carlos (2015) alicerçado pelas novas estratégias do

3 O poder implica, evidentemente, a capacidade de estabelecer normas e de fazê-las cumprir, sob pena de sanções morais ou materiais. Mas essa capacidade não precisa ser exercida apenas por uma instância de poder que encarne uma separação estrutural entre dominantes e dominados, entre dirigentes e dirigidos, sendo a expressão de uma divisão de classes e de uma assimetria estrutural de poder entre grupos sociais – como é o caso do aparelho de Estado. (SOUZA, 2001)

capital financeiro imobiliário, que com o Estado, torna-se proprietário das cidades.

Para desvelar melhor esse processo, é importante relacionar essa valorização com a ação do Estado e do capital, apresentando o número de empreendimentos e unidades habitacionais que foram construídos ao longo de 2009 a 2014, analisando qual o impacto dessa política de habitação para a transformação da realidade socioespacial nesses territórios.

A política habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (2009-2014) nos territórios da segregação socioespacial

Diante da crise estrutural do capital, que se apresentava a partir de 2008 e, também, em decorrência da própria já vivida pelo setor da construção civil no Brasil, após a abertura dos seus capitais para o mundo, por meio das bolsas de valores, o governo federal, com o objetivo de dinamizar a economia e garantir a reprodução do capital, via setor da construção lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

A estrutura de implementação criada para o programa foge bastante à tradição do setor habitacional no Brasil. A Caixa Econômica Federal (CEF) é gestora operacional do PMCMV, recebendo e aprovando (ou não) as propostas de construção dos empreendimentos apresentadas diretamente por empresas da construção civil. Aos governos locais coube principalmente a viabilização da terra, após a adesão ao programa junto à CEF.

Dividido até 2014 em 3 faixas, o PMCMV se estruturava da seguinte forma: A primeira destinada a famílias com renda mensal inferior a R\$ 1.600,00, que podiam receber subsídios de até 96% do valor do imóvel, pagos com recursos do OGU (Orçamento Geral da União). Na segunda faixa, para o segmento de renda familiar acima de R\$ 1.600,00 até R\$ 3.275,00, os juros cobrados eram menores que os de mercado e os subsídios podiam chegar a R\$ 25.000,00 por família, sendo que, quanto menor a renda familiar, maior o valor subsidiado.



Na terceira faixa, a partir da renda familiar de R\$ 3.275,00 até R\$ 5.000,00, não existia subsídio no valor do imóvel, mas as taxas de juros também eram menores que as de mercado. Os recursos da segunda e terceira faixas são provenientes do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Na terceira faixa, a partir da renda familiar de R\$ 3.275,00 até R\$ 5.000,00, não existia subsídio no valor do imóvel, mas as taxas de juros também eram menores que as de mercado. (CAIXA, 2016).

Segundo o Ministério das Cidades (2018), o quantitativo de unidades habitacionais entregues no período de 2009 a 2014, na RMA foi de 36209 unidades habitacionais, 20639 na cidade se Aracaju, 2345 na Barra dos Coqueiros, 3313 no município de Nossa Senhora do Socorro e por fim 10112 no município de São Cristóvão.

Essas unidades habitacionais entregues correspondem a todas as modalidades do programa, ou seja, imóveis da Zona Urbana e Rural, nas modalidades de construção executadas por construtoras (FAR Empresas), por Entidades (Associação de Moradores e outras), sendo que no caso das entidades, as unidades habitacionais devem ser atendidas obrigatoriamente na faixa 01 do programa.

No caso da RMA, os resultados levantados apontam uma tendência do processo marcado pelo predomínio de construção de unidades residenciais nas faixas 2 e 3, voltadas para a famílias com faixa de renda superior a 3 salários mínimos.

Para atender aos objetivos da pesquisa, portanto, é necessário identificar e analisar as unidades habitacionais construídas na RMA, da modalidade FAR Empresas, ou seja, aquelas feitas por construtoras e incorporadoras, pois representam a vertente mais contundente e quantitativa dos imóveis construídos na região, uma vez que as demais modalidades tem pouca representatividade no contexto geral produzido, tendo sido excluídas da nossa pesquisa.

Em termos relativos, de acordo com os dados do MIC há uma concentração de unidades em Aracaju. O total neste município corresponde a 56,9% de todas as unidades habitacionais entregues pelo PMCMV na RMA, São Cristóvão é o município que mais vem



crescendo proporcionalmente na região, tanto em unidades habitacionais entregues, como em número de unidades contratadas.

Já os empreendimentos destinados à faixa 2 e 3 do PMCMV, espalhados pela RMA, como se trata de empreendimentos voltados a famílias com rendimentos superiores a três salários mínimos, regidos sob a forma de contratos bancários, torna-se difícil a identificação dos empreendimentos de forma individualizada, visto que a sua construção não significa a entrega efetiva das unidades habitacionais.

Esse número é conflitante à medida que se busca confirmar na base local essa informação (Prefeituras, localização via trabalho de campo dos empreendimentos, informações na superintendência da CEF). A realidade muitas vezes torna-se até distante das informações fornecidos pelo Ministério das cidades, especialmente quando comparada com as informações levantados junto aos órgãos de licenciamento de obras das prefeituras locais.

Entretanto, os trabalhos de campo com levantamento desses dados locais, bem como as consultas à base de dados dos órgãos responsáveis pela liberação de obras nos municípios da região metropolitana, e em consonância com os dados levantados junto à Superintendência local da Caixa Econômica Federal, apontam para a construção de 17744 unidades habitacionais nas faixas 2 e 3 do PMCMV, entre 2009 e 2014, na Região Metropolitana de Aracaju.

Em Aracaju foram construídos 47 empreendimentos habitacionais pelas faixas 2 e 3 do PMCMV, totalizando 10464 unidades habitacionais comercializadas no período de 2009 a 2014, na Barra do Coqueiros, 10 empreendimentos habitacionais, totalizando 1904 unidades habitacionais, no município de Nossa Senhora do Socorro foi identificado, a construção de 2136 unidades distribuídas em 08 empreendimentos, em São Cristóvão um total de 3240 unidades habitacionais, distribuídas em 15 empreendimentos diferentes.

Na RMA os territórios de segregação socioespacial são espaços que vêm recebendo um grande número dos empreendimentos do PMCMV. A tabela 3 ilustra esse processo, apresentando a correlação destes territórios e a produção de unidades habitacionais do

PMCMV. As estratégias do capital que promove, via Estado, a periferização e segregação têm como consequência o deslocamento dessa população para regiões ainda mais distantes, para novas e antigas periferias. (Tabela 02)

Tabela 02: Empreendimentos habitacionais e unidades habitacionais entregues pelo PMCMV nos territórios de segregação socioespacial na RMA- 2009-2014.

RMA- TERRITÓRIOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	Total de empreendimentos do PMCMV	Total de unidades habitacionais PMCMV
Região Metropolitana de Aracaju	85	19375
Porto Dantas	03	795
Santa Maria	05	1213
Zona de expansão Urbana de Aracaju	08	2220
Loteamento Pai André	-	-
Loteamentos da Expansão Oeste	-	-
Loteamento Piabeta	-	-
Loteamentos da Expansão Leste	08	2136
Zona de Expansão Urbana da Cabrita	03	628
Loteamento Tijuquinha	-	-

Fonte: Dados coletados em trabalhos de campo, 2018.

Elaboração: Os autores, 2018.

A Figura 11 apresenta esses territórios de segregação socioespacial na interface da ação do PMCMV. Sobrepondo os empreendimentos habitacionais nestes espaços, nota-se o avanço destes empreendimentos na periferia da região, uma produção que vem causando uma série de questionamentos e novos conflitos nas localidades.

Os territórios de segregação socioespacial na RMA são espaços que concentram uma grande fragmentação e hierarquização socioespacial. Entretanto, os agentes financeiros imobiliários, ali-

cercados nas ações do Estado, vêm desempenhando um papel crucial nesse processo de reprodução, porque acentuam a segregação com a periferização e legalizações para instalação de condomínios fechados, criação de bairros, suburbanização da classe alta, facilitação de transporte, entre outros mecanismos que promovem essa reprodução nesses mesmos territórios.

A decisão de se isolar, pela construção de muros, cercas eletrificadas, segurança, fechando bairros inteiros e, também, construindo condomínios fechados, vai além do medo da violência. Isso acontece quando a classe mais alta começa a ir para a periferia. Contudo, isso não significa a inexistência ou a diminuição da segregação, ao contrário, pode, inclusive, causar um aumento do acirramento das relações sociais e espaciais entre as diferentes classes.

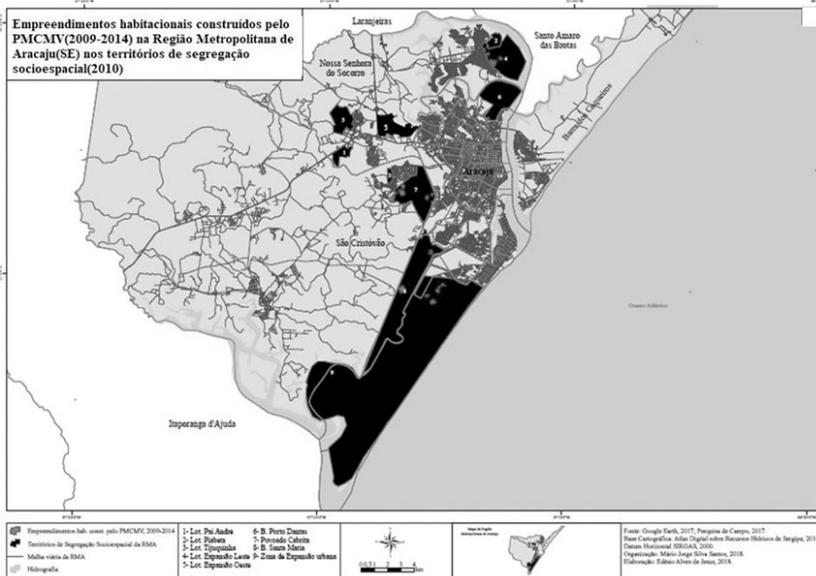
Isto porque, a diferenciação socioespacial por meio de “processos, funções e formas-conteúdo distintos”, tende a estabelecer uma divisão social e econômica das porções ou dos setores que compõem o espaço urbano, ao mesmo tempo em que se mantêm níveis elevados de articulação e de interdependência entre as áreas que se diferenciam (CORRÊA, 2007).

Na RMA, esse processo é fortemente representado, na escala local, como parte de uma totalidade espacial, marcada pela existência de uma estrutura urbana, dualizada entre ricos e pobres, uma organização espacial corporativa e fragmentada, na qual os agentes financeiros imobiliários, em interface com o Estado, podem controlar a produção e o consumo da cidade, por meio de instrumentos como a financeirização imobiliária, fundamentados na lógica do desigual acesso à moradia na região.

Portanto, há uma clara separação entre as condições de vida da população que vive nesses territórios de segregação socioespacial e os recém-chegados moradores dos condomínios do PMCMV. Essa separação se expressa tanto no modelo de habitação, produzido pelas construtoras, como também pelas formas de consumo e mobilidade urbana, condições essenciais para o exercício do direito à cidade.



Figura 11: Empreendimentos habitacionais construídos pelo PMCMV (2009-2014) na Região Metropolitana de Aracaju (SE) nos territórios de segregação socioespacial (2010).



Fonte: IBGE, 2010; Google Earth, 2017; Pesquisa de Campo, 2017.

Uma das formas encontradas pelos agentes financeiros imobiliários para superar essa contradição espacial, é, por intermédio das construtoras e incorporadoras, oferecer produtos “imobiliários completos”, uma vez que, supostamente, podem urbanizar fragmentos das periferias por meio da construção de empreendimentos fechados que contam com algumas infraestruturas (ruas pavimentadas, iluminação, esgotamento sanitário).

Todavia, quando esse processo é realizado, o capital acentua a separação entre os novos espaços e os lugares do entorno, além de gerar uma grande demanda de serviços que muitos municípios da RMA não podem suprir. Isto porque, como analisa Volochko (2015), o capital financeiro imobiliário, primeiro, garante a realização dos negócios imobiliários, depois, solicita que o poder público municipal os torne espaços dotados de melhores condições de urbanidade.

Diante de todas essas contradições sociais, no contexto regional, a ação do capital e do Estado, mediante a política de habitação do PMCMV na RMA, sustentada numa poderosa estratégia publicitária, explorando o sonho da casa própria, faz com que esses novos moradores se sujeitem a viver em localidades que apresentam diversos problemas estruturais e sociais.

Em geral, os moradores entrevistados dos empreendimentos habitacionais do PMCMV da RMA têm duas características principais: não possuíam moradia própria antes da aquisição do imóvel e são na maioria oriundos de áreas periféricas de Aracaju (SE). Há predomínio de pessoas que se deslocaram de áreas periféricas de Aracaju (SE), para localidades ainda mais distantes da RMA, tendo como objetivo principal a aquisição de uma moradia própria.

A aquisição da casa própria para esses moradores é apontada como a principal explicação para que se sujeitem a morar, muitas vezes, em localidades distantes do seu local de trabalho e das suas relações cotidianas de vida familiar e social.

Essa é a efetividade da produção da vida nos territórios de segregação socioespacial dos Loteamentos da expansão Leste, Loteamentos da Expansão Oeste, Loteamento Pai André, Loteamento Piabeta e, também, dos loteamentos existentes na Zona de expansão urbana do Povoado Cabrita. A principal característica dessas localidades, ainda hoje, são as dificuldades de acesso aos serviços de saneamento, saúde, educação, trabalho e habitação adequada, provocando, na vida e na paisagem urbana dessas comunidades, uma expressão das desigualdades sociais.

A análise de França (1999) explica que, na atualidade, grande parte dos territórios de segregação, identificados nesta tese, estão exatamente vinculados a esse contexto histórico de formação socioespacial. Até hoje, esses territórios permanecem com precárias estruturas de saneamento, acesso à rede de água e esgoto, coleta de lixo, educação, saúde, mobilidade e condições de trabalho e renda, que só se transformam com lutas e conflitos entre os moradores e a estrutura de Estado. A carência social se reflete na própria relação que esses moradores têm com a cidade e a região metropolitana, para a qual, nesses casos, o Estado se faz presente, exatamente na sua ausência.



Entretanto, na atualidade, os processos de segregação que ocorrem já priorizam a perspectiva de uma ação imobiliária e de expansão urbana regional para outras localidades, pois a lógica de valorização do espaço continua em plena produção.

Considerações finais

A segregação socioespacial resulta da acentuação na diferenciação socioespacial, bem como da negação dessa diferenciação (SPOSITO, 2013, p. 83), sobretudo, em termos de rupturas com quaisquer tipos de relações sociais e políticas no âmbito do espaço urbano (LEFEBVRE, 2000, p. 124). Nesse sentido, tanto (SPOSITO, 2013) quanto (LEFEBVRE, 2000) indicam características que atualizam a análise do conceito de segregação socioespacial, tendo em vista que a segregação sugere “separação” e não uma “nítida diferenciação”.

A segregação socioespacial é característica fundamental do processo de produção do espaço urbano da RMA e em seus fundamentos históricos e legais, mostra-se como uma constante negativa da própria cidade e da vida urbana, sua forma mais contundente fundamenta-se na contradição entre a produção social da cidade e sua apropriação privada pelos agentes financeiros imobiliários.

A segregação, vivida na dimensão do cotidiano, apresenta-se, neste espaço regional, como expressão das desigualdades, tanto nas formas de acesso à moradia, como nas diferenças de acesso aos serviços aos públicos, que impactam, de maneira diferenciada, a vida da população que se encontra separada no espaço pela sua condição social.

Na RMA, entre esses e outros mecanismos, o mais recente, nesse processo de separação, é a política de habitação do PMCMV que, desde 2009, vem periferezando a região e promovendo a (re)produção dessa segregação, por meio da construção de condomínios fechados em espaços com profundos problemas socioeconômicos, como os habitacionais, acentuando a desigual distribuição espacial dos segmentos sociais e causando uma separação social no espaço.

O capital, na sua lógica de reprodução, usa desses empreendimentos como estratégia de revalorização do solo urbano da região,



aprimorando ainda mais o processo de fragmentação e segregação, estabelecendo uma divisão social do espaço, uma vez que esses empreendimentos são produzidos dentro de uma lógica de separação entre as condições materiais de existência nas periferias onde são impostos, e a condição social e econômica dos moradores locais e aqueles que se tornam proprietários desses imóveis.

Esse processo pode ser visto nos territórios de segregação socioespaciais, nos quais a chegada desses empreendimentos habitacionais, construídos pelos agentes do capital financeiro imobiliário, em uma lógica de mercantilização e valorização do solo urbano, vem provocando uma separação evidente entre o modo de vida e as formas de acesso às estruturas e aos serviços públicos existentes.

Segundo Negri (2008), a estrutura urbana também revela e produz as desigualdades, no que concerne à distribuição do poder social na sociedade, entendido como a capacidade diferenciada que cada grupo da sociedade possui para se localizar em determinados espaços.

Como consequência desse processo, os grupos socialmente mais fragilizados acabam subjugados a essa norma vigente de uso e valor do solo, tendo seus espaços de habitação, muitas vezes usurpados, condicionados a uma norma de troca, na qual o resultado é o seu deslocamento para áreas ainda mais distantes da RMA, abrindo espaço para que o capital se reproduza, destruindo as barreiras por meio da expansão do urbano, cada vez mais hierarquizado.

Nesse sentido, o ideal de cidade, como um bem coletivamente concebido e apropriado é negado pela imposição de um explícito afastamento socioespacial. Isso ocorre porque, para Ribeiro (2015), o sentido da segregação socioespacial, antes de tudo, está estruturado na separação das práticas socioespaciais, que podemos considerar como uma forma política de segregação, que impede a sociabilidade para a construção de resistências ao processo de miserabilidade dos trabalhadores urbanos.

As terras existentes, nas periferias imediatas da RMA, vêm sendo apropriadas pelo capital imobiliário, por meio de construtoras e incorporadoras que, na atualidade, apresentam-se como as locali-

dades com maior número de empreendimentos do PMCMV. Nessas localidades, o preço da terra, aparentemente mais baixo, quando comparado com o preço de outros terrenos mais próximos às áreas centrais, com maior infraestrutura e proximidade urbana, vem sendo (re) valorizado pelo capital, promovendo uma fragmentação e uma hierarquização, especialmente, em territórios com profundos processos de segregação socioespacial da região.

A política de habitação do PMCMV vem sendo estruturada nessa interface Estado/capital, pois é a junção da lógica de subordinação do Estado aos interesses dos agentes financeiros imobiliários, sendo hoje a principal política promoção habitacional no espaço urbano regional, colaborando de forma efetiva para a periferização e (re)produção de uma segregação em espaços (territórios) socioespaciais já historicamente segregados, e agora ameaçados por um sistema de financiamento imobiliário que (re)estrutura a relação de uso e de troca do solo urbano, ameaçando a permanência de populações nessas áreas estudadas e produzindo uma separação por classe social em uma espaço já historicamente segregado.

Referências

BICHIR, R. **Segregação residencial e acesso a políticas públicas no município de São Paulo**. São Paulo. Dissertação (Mestrado) – DCP, Universidade de São Paulo. 2005.

_____. TORRES, H.; FERREIRA, M. P. **Jovens no Município de São Paulo: explorando as relações de vizinhança**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, v.6, n.2, 2005.

BRASIL. **Censo Demográfico: 1950,1960, 1970, 1981, 1991, 2000 e 2010**.

CAMPOS, Antônio Carlos. A construção da cidade segregada: O papel do Estado na urbanização de Aracaju. In: ARAUJO, H. M. et. al. **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. São Cristóvão. Editora UFS, 2006, p.223-246.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org). **A Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2017, p.35-58.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

- FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju: Estado & Metropolização**. São Cristóvão: Editora UFS, 1999.
- GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.p.57.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo, Centauro, 2000.
- NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. In: **Coletâneas do nosso tempo**. Rondonópolis, MT, v. VII, n. 8, , 2008, p.129 – 153.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. SP: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Produção contraditória do espaço urbano e resistências. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.
- RODRIGUES, Maria Zélia Matos Dantas. **Evolução do Uso e Ocupação do Solo do Conjunto Brigadeiro Eduardo Gomes**. São Cristóvão, SE: Monografia de Bacharelado em Geografia. UFS, 2005.
- RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Produção contraditória do espaço urbano e resistências. In: **A crise urbana**. Ana Fani Alessandri Carlos(org.). São Paulo: Contexto, 2015.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p.86-103.
- SAQUET, Marcos Aurélio. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.17-37.
- SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO; Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- TORRES, Haroldo da Gama. **Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo**. Estudos Urbanos. vol.17, no.47, 2002, p.97-128.
- VOLOCHKO, Danilo. A moradia como negócio e valorização do espaço urbano metropolitano. In: **A cidade como negócio**. Ana Fani Alessadri Carlos, Danilo Volochko, Isabel Pinto (orgs). São Paulo: Contexto, 2015.

Que cidade estamos desenhando no Século XXI? Reestruturação Urbana e Contradições Sociais em Aracaju-Se

*Sarah Lúcia Alves França**
*Catharina Nunes Cruz***
*Viviane Luise de Jesus Almeida****

Resumo

A partir do século XXI, Aracaju, capital do Estado de Sergipe tem sido alvo de intervenções do Estado, através de obras viárias, projetos habitacionais e regulação urbanística e do capital imobiliário, com a implantação de condomínios fechados e *shoppings center*. Na dimensão espacial, questiona-se esse desenho de cidade, cuja reestruturação urbana carrega processos de segregação social com apropriação de bairros privilegiados pelo mercado, fragmentação espacial com periferização da habitação social e precarização do acesso à infraestrutura, equipamentos coletivos e transporte público, enfatizados especialmente, em meio à pandemia da COVID-19. Diante disso, este artigo busca analisar a reestruturação sócioespacial que tem ocorrido em Aracaju, no século XXI, decorrentes da participação dos agentes produtores da cidade. Para tanto, foram realizados levantamentos bibliográficos e de dados e informações sobre esse processo.

Palavras-chave: reestruturação urbana, agentes sociais, contradições socioespaciais.

* Arquiteta e urbanista, mestre e doutora pela Universidade Federal Fluminense (PPGAU/UFF). Professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Líder do Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais (CEPUR/DAU-UFS). E-mail: sarahfranca@academico.ufs.br

** Arquiteta e urbanista, graduada pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Pesquisa CEPUR - Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFS. E-mail: catharina-nunes@hotmail.com

*** Graduanda em Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Pesquisa CEPUR - Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFS. E-mail: viviane991@academico.ufs.br

What city are we designing in the 21st century? Urban restructuring and social contradictions in Aracaju-SE.

¿Qué ciudad estamos diseñando en el siglo XXI? Reestructuración Urbana y contradicciones sociales en Aracaju-SE.

Abstract

Since the 21st century, Aracaju, capital of the State of Sergipe, has been the target of State interventions, through road works, housing projects and urban and real estate regulation, with the implementation of closed condominiums and shopping malls. In the spatial dimension, this design of the city is questioned, whose urban restructuring carries processes of social segregation with appropriation of neighborhoods privileged by the market, spatial fragmentation with peripheralization of social housing and precarious access to infrastructure, collective equipment and public transport, especially emphasized, in the midst of the COVID-19 pandemic. Therefore, this article seeks to analyze the socio-spatial restructuring that has taken place in Aracaju, in the 21st century, resulting from the participation of the city's producing agents. For this purpose, bibliographic and data and information surveys were carried out on this process.

Keyword: urban restructuring, social agents, socio-spatial contradictions.

Resumen

Desde el siglo XXI, Aracaju, capital del estado de Sergipe, ha sido objeto de intervenciones del Estado, a través de obras viales, proyectos habitacionales y regulación urbanística e inmobiliaria, con la implementación de condominios cerrados y plazas comerciales. En la dimensión espacial, se cuestiona el diseño de esta ciudad, cuya reestructuración urbana conlleva procesos de segregación social con apropiación de barrios privilegiados por el mercado, fragmentación espacial con periferización de la vivienda social y acceso precario a infraestructura, equipamiento colectivo y transporte público, especialmente enfatizado, en medio de la pandemia de COVID-19. Por tanto, este artículo busca analizar la reestructuración socioespacial que se ha producido en Aracaju, en el siglo XXI, fruto de la participación de los agentes productores de la ciudad. Para ello, se realizaron encuestas bibliográficas y de datos e información sobre este proceso.

Palabras claves: reestructuración urbana, agentes sociales, contradicciones socioespaciales.



Introdução

Embora a Constituição Federal tenha se constituído um grande ganho na redemocratização do Brasil nos anos 80 do século passado, com determinações referente à política urbana e seus instrumentos para autonomia municipal no âmbito do planejamento das cidades, as disparidades entre cidade formal/legal e informal/ilegal e desigualdades econômicas e sociais entre classes de renda se elevaram nos últimos anos, cuja melhor descrição da cidade brasileira definida por Rolnik (2004), refere-se às profundas contradições urbanas que afetam diferentes grupos sociais.

Apesar do país ter conquistas recentes no âmbito da política urbana, especialmente na primeira década do século XXI, como a criação do Ministério das Cidades, a preocupação com a democratização do acesso à moradia e à cidade através dos programas de urbanização de favelas, as campanhas de elaboração de planos diretores e planos setoriais, alguns aspectos se perderam. Diante disso, o cenário demanda uma longa caminhada de superação da história da fragmentação social (bairro de rico e/ou de pobre), face à maior parte da população sofrer com as desigualdades econômicas, lutando por uma distribuição de renda mais justa e maior qualidade de vida.

Nesse aspecto, vale ressaltar que, embora inúmeros pesquisadores mostrem, que apesar do discurso contemporâneo seja do direito à cidade e à moradia digna (VILLAÇA, 2001; ROLNIK, 2004; MARICATO, 2011) e da responsabilidade do Estado na efetivação destes, através do planejamento e gestão ‘participativos’, avistam-se vários conflitos na paisagem urbana, decorrente do protagonismo do capital dominante no processo de reestruturação das cidades, sobretudo a partir dos anos 2000, em virtude da injeção de financiamentos de bancos nacionais e internacionais, em vários nichos no país, em especial na construção civil.

Com área territorial de 182 km² considerada totalmente urbana desde 1982, a capital Aracaju abriga 28,67% da população do Estado (IBGE, 2020), além da grande concentração de oferta de serviços, que a caracteriza como maior centralidade não só da Região Metro-



politana de Aracaju, como de Sergipe. Entre 2000 e 2020, registrou um crescimento demográfico de 30,22% (cerca de 200 mil novos habitantes), atingindo no último ano, 664.908 pessoas, que vivem em diferentes formas de moradias nos 44 bairros existentes.

De fato, esses habitantes se distribuem socialmente, em espaços que apresentam diferentes configurações balizadas pela coexistência de lógicas múltiplas dos agentes sociais, responsáveis pela produção mercadológica de cidade, em especial, partir de 2000 (após promulgação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano).

O desenho urbano aracajuano contemporâneo tem sido assinado pela: (1) criação/fortalecimento de áreas de ‘consumo’, com implantação de condomínios fechados e *shoppings centers* pelo capital imobiliário; (2) pelas intervenções públicas (planejadas ou não), como regulamentação urbanística (zoneamento e índices urbanísticos), obras viárias e conjuntos habitacionais que remodelam e valorizam o entorno; e (3) em contrapartida, pela luta pela ocupação de espaços residuais, localizados às margens dos limites municipais e áreas ambientais, por famílias de baixa renda (denominados pelo IBGE, como aglomerados subnormais).

A articulação e pactuação entre esses agentes na produção dessa cidade segregada e fragmentada, parte do pressuposto assinalado por Harvey (2005), de que terra urbana é produto e mercadoria, sendo o espaço, condição fundamental para reprodução do capital.

Diante disso, entende-se relevante, nessa pesquisa, refletir sobre a reestruturação sócioespacial em Aracaju que tem ocorrido no século XXI, decorrentes da participação dos agentes produtores da cidade. Para isso, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre a temática abordada em pesquisas anteriores de autores nacionais e locais, coleta de dados e informações nos órgãos públicos, além da produção de cartografia, que permitiu espacializar a apropriação da cidade a partir dos anos 2000.

2. Novas formas de apropriação urbana pelo mercado imobiliário em Aracaju-Se

As desigualdades sociais históricas são exacerbadas pela globalização. Em consequência disso estão o aumento das taxas de criminalidade e violência nas cidades brasileiras, que resultam numa fragmentação espacial cada vez mais perversa, com a população se retraindo em espaços fechados, a partir dos anos 1970, em condomínios horizontais voltados para classes mais altas, e a partir de 2000, pela classe de renda média (CALDEIRA, 2000).

Diante disso, o discurso do capital privado para vender a moradia fechada, parte do desejo de exclusividade, *status*, homogeneidade social e segurança, somado às facilidades de acesso ao financiamento imobiliário pelas políticas de incentivo econômico do governo federal e acarretou numa larga produção de empreendimentos fechados, cabendo utilizar o conceito definido por Correa (1999) da ‘autossegregação’ para caracterizar esse processo.

Assim, a moradia, enquanto mercadoria da cidade capitalista, se torna alvo das estratégias de marketing e propaganda, utilizando-se de frases como; “venha morar no paraíso”, “viva com exclusividade”, “segurança e tranquilidade para você e sua família”, para convencer as famílias da necessidade de viver em espaços cada vez mais fechados e homogêneos, seguros, com conforto, comodidade e exclusividade, distantes do caos, da violência e da pobreza (VARGAS, 2014; SPÓSITO, 2013; CALDEIRA, 2000).

Em Aracaju, assim como várias capitais no Brasil, esse cenário é marcado pelo protagonismo forte do mercado imobiliário na produção de uma cidade heterogênea, fragmentada e segregada, com formas habitacionais diversas em função dos níveis de renda, acarretando uma ocupação diferenciada do espaço. Essas contradições que permeiam a cidade é o que Lefebvre (2001) denomina como “negatividades do urbano”.

Estudos diversos foram desenvolvidos por Cruz (2021), França (2019; 2011; 2004), Silva (2018), Souza (2016), Santos (2015), Araújo (2011), Nogueira (2004), Diniz (2003), analisando, em especial a partir dos anos 2000, as ‘nuances’ urbanas desencadeadas pela atua-



ção do mercado imobiliário e, também, pelo Estado na produção habitacional. O que é demonstrando na essência dessas pesquisas converge a um desenho de cidade marcado pela desigualdade, separação, exclusão e dominação de classes para atender aos interesses capitalistas.

Adentrando-se de forma mais detalhada, a pesquisa de França (2019; 2016) define, através de dados e cartografias, que após a promulgação do Plano Diretor em 2000, o mercado atuou em duas direções: naqueles bairros já ocupados, dotados de infraestrutura e com localização privilegiada foram adensados sob a forma da verticalização (cuja tipologia habitacional marca a maior parte dos empreendimentos e unidades habitacionais licenciadas de 2000-2020), em especial aqueles localizados na porção leste e sul, denominado como “*vetores de adensamento*”. A segunda frente corresponde à abertura de novos “*vetores de expansão*”, que corresponde à apropriação de terras dispersas em bairros mais distantes, com características ainda rurais, amenidades ambientais e ausência de oferta de saneamento básico e serviços públicos, através dos condomínios horizontais fechados, que demandam uma maior escala de terreno e, portanto, faz-se necessária a buscar pela terra mais barata. Nessas áreas, também se constata a inserção de empreendimentos habitacionais verticais, no formato intramuros, subsidiados pelos programas federais, embora tenham o discurso de serem direcionados às famílias de baixa renda.

Com relação à primeira forma de urbanização, considera-se que a apropriação intensiva do lote é decorrente da multiplicação de pavimentos em relação à área do terreno, definida pelo Coeficiente de Aproveitamento Básico constante no Plano Diretor de Aracaju, como 3 (sendo isento pagamento de Outorga Onerosa do Direito de Construir até 4). Esse índice elevado, maior que 1 (um), o ponderado como o ideal por diversos estudiosos como Furtado (2004) e Smolka (1979), é responsável por oportunizar ao construtor, maior ganho de lucratividade face à possibilidade de maior produção de área construída, nesse caso, revertida em m² de apartamento, tem grande responsabilidade na seleção das áreas, tipo do produto e categoria econômica a ser atendida.



Diante disso, constata-se, através da obra de França (2019), que a partir de 2000, tem-se configurada a verticalização predominante na porção leste, a partir do bairro São José à Atalaia adentrando-se à oeste até o bairro Jabotiana. Ao longo da faixa litorânea e às margens dos Rios Sergipe e Poxim marca-se: 1) a consolidação desse processo nos bairros 13 de Julho e Jardins, com substituição de antigas moradias de famílias de renda mais elevada ou poucos lotes vazios; 2) transformação da paisagem horizontal com preenchimento dos vazios, nos casos da Coroa do Meio e Atalaia, em função da exploração do potencial paisagístico; 3) o preenchimento de glebas residuais, com entorno imperado por residências unifamiliares, com criação de novos 'bairros' com abertura de novas vias e logradouros, formados por conjuntos de torres de edifícios na 'Alameda das Árvores', no Luzia ou no Ponto Novo, na Avenida Rio de Janeiro; 4) apropriação do solo em decorrência da inserção de empreendimentos privados (Universidade Tiradentes e grandes lojas de rede) e necessidade de demandas de novos clientes nos bairros Jabotiana e Inácio Barbosa; 5) transformação da paisagem horizontal no entorno dos conjuntos Sol Nascente, Juscelino Kubitschek e Santa Lúcia, com preenchimento dos vazios ainda com características rurais, formando novas áreas de expansão no bairro Jabotiana, com parcelamento recente.

Vale ressaltar que nas áreas mais próximas ao Centro, e especialmente ao bairro 13 de Julho e Jardins, os imóveis têm valor elevado, resultando assim, em condomínios fechados de 1 a 2 torres, próximos uns aos outros. À medida que se afastam desses bairros, os empreendimentos verticais vão apresentando dimensões menores das unidades habitacionais e maior quantidade de edifícios (blocos) e apartamentos, conseqüentemente, destinando-se aos grupos de renda média, especialmente aqueles próximos aos empreendimentos subsidiados pelo PAR e PMCMV. Além das diferentes características da localização, a diversidade de incorporadores resultou em variações na qualidade dos materiais da fachada, equipamentos de lazer e atributos internos ao apartamento, como área útil, área dos cômodos, número de quartos e de banheiros, dependência, embora todos apresentem cercamento intramuros e controle de segurança.



Sobre esse aspecto, Del Rio (2013) aponta que a percepção da segurança, de certa forma ilusória, nega o ambiente da rua e cria impactos visuais e sociais extremamente negativos na paisagem urbana, em especial, nos casos da implantação dos condomínios horizontais e loteamentos fechados. Essa ‘cidade de muros’, tendência do urbanismo pós-moderno, é caracterizada arquitetonicamente por paredões, cercas elétricas, câmeras de segurança, controle no acesso de entrada e saída de moradores e visitantes, itens de lazer e, ironicamente, praças ‘exclusivas’, apesar dessa área ser de domínio público, apropriada indevidamente pelo agente privado (SPÓSITO, 2013; POSSIDONIO et al, 2003; FERRAZ, 2006).

Esse tipo de empreendimento caracteriza o conceito de Reis (2006) de ‘nova forma de urbanização dispersa’, e é tratada no caso de Aracaju, como a segunda ‘frente’ de atuação do mercado. A inserção desses condomínios horizontais foi explorada recentemente por Catharina Nunes Cruz¹ (2021a; 2021b) comprovando que os atributos relacionados à homogeneização e controle, também marcam o processo de autosegregação sócioespacial da população de renda mais elevada na capital sergipana. Merecem destaque aqueles bairros privilegiados pela faixa litorânea e presença de amenidades naturais, como Coroa do Meio, Aeroporto, Atalaia e a (extinta) Zona de Expansão Urbana, que concentram 43 condomínios horizontais dos 54 totais licenciados de 2000 até 2020. A preferência por esses bairros se deve à demanda de glebas ou lotes com maior área para sua implementação, além de associar a localização privilegiada com a presença de amenidades naturais, como fator de atratividade, concentrando mansões para veraneio e finais de semana, sobretudo naqueles empreendimentos localizados no extremo sul. Esse precedente reduz sua oferta em áreas mais centrais, distanciando-os

1 A autora mapeou os condomínios horizontais (de casas e de lotes) em Aracaju através do levantamento de informações na Empresa Municipal de Obras e Urbanização da Prefeitura e posteriormente de visitas em campo, a fim de atualizar os dados de França (2016, 2019). A pesquisa seguiu os seguintes critérios de seleção dos empreendimentos: 1) com base na escala, sendo acima de 20 unidades habitacionais, por serem, na sua grande maioria, de atuação mercadológica, e apresentarem elementos voltados para segurança e exclusividade, além de maior impacto urbanístico, ambiental e social na cidade; 2) apenas aqueles condomínios construídos, para garantir a efetividade da análise referente dos elementos arquitetônicos de segurança.

para fora da malha urbana consolidada, e criando assim, os denominados por França (2019) *novos vetores de expansão urbana*, como a Zona de Expansão Urbana.

Em contrapartida, na zona norte, assinalado pela precariedade urbanística e onde vivem predominantemente as classes média e baixa, foram implantados 6 empreendimentos nos bairros Santos Dumont, Olaria, Porto Dantas, Siqueira Campos e Ponto Novo. Diante disso, Cruz (2021) levanta a ideia de que, em Aracaju, nos últimos anos, esse nicho do mercado imobiliário tem aproveitado o “medo generalizado”, alavancado pelo discurso da mídia jornalística acerca da violência visto como ‘males urbanos’, dissociando esses grupos sociais da vida nos espaços públicos, contraditoriamente, em detrimento de optarem em espaços vigiados, cujas sensações de privacidade e liberdade entram em choque (Mapa 1).

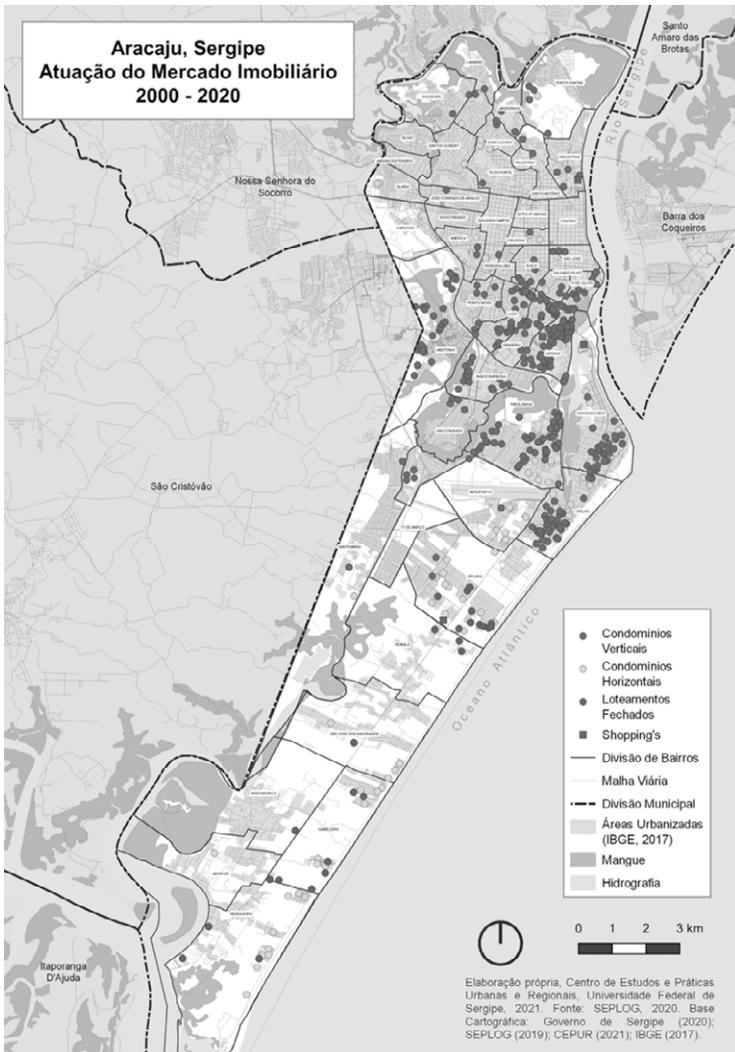
De fato, essas formas contemporâneas de segregação e exclusão social - condomínios fechados e *shoppings centers* – são reconhecidos como um dos maiores geradores de novas e complexas dinâmicas de reestruturação sócioespacial, marcadas pelas mudanças de uso e ocupação do solo, valorização do entorno, além dos impactos no desenho urbano e vitalidade do espaço. Os *shoppings centers* são centros de compra planejados e assumidos como empreendimento varejista de base imobiliária, com estacionamento, praça de alimentação e demais itens de comodidade e segurança.

Em Aracaju, assim como outras capitais, esse fenômeno iniciou fora do centro principal, mas internamente à área urbanizada² no final do século XX, com a implantação dos *shoppings Riomar* (1989) e *Jardins* (1995) respectivamente nos bairros Coroa do Meio e Jardins, em áreas cujo entorno estava ainda vazio, formando subcentralidades e abrindo novas frentes de apropriação pelo capital privado. Neste último bairro, França (2019) contabilizou o licenciamento de 113 condomínios verticais no entorno do equipamento e do Parque

2 Em 2014, o IBGE mapeou as áreas urbanizadas nos municípios de todo o Brasil: classificadas em áreas urbanizadas densas, que representam uma ocupação contínua e mais consolidada, e pouco densas que são constituídas por espaços em processo de ocupação. Observando a configuração destas em Aracaju, é possível examinar as consequências desse processo contínuo e crescente de espraiamento nos bairros.

da Sementeira, correspondendo à 13% do total licenciado em Aracaju até 2014, formando um bairro homogêneo (planejado e desenhado!) quanto ao nível social, tipologia e uso edifícios (residencial vertical), que tem demandado, em especial, nessas última décadas, a inserção de edifícios comerciais e de serviços, como galerias de lojas, colégios, lanchonetes, centros médicos etc.

Mapa 1: Aracaju, Atuação do Mercado Imobiliário, 2000-2020.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Recentemente, em 2019, o bairro Industrial, localizado na zona norte, foi alvo desse fenômeno de alteração da forma espacial, com a inauguração do Aracaju Parque Shopping e suas respectivas intervenções privadas e públicas, como remodelação viária e recuperação da igreja, tornando-a um patrimônio histórico. Diferente dos demais, esse empreendimento está numa área central e consolidada, cujo entorno é marcado por residências de moradores de renda baixa, incluindo ocupações precárias como a Ocupação da Matinha, e comércio e serviços, vizinho ao bairro Centro e próximo ao Mercado Municipal, cuja expectativa era de trazer fluxos da parte norte de Aracaju e do município da Barra dos Coqueiros. Os estudos realizados por Gois (2016) e Scaranto e Silva (2018) alertaram que a sua construção traria prejuízos à dinâmica sócioespacial, que vão desde à perda da identidade cultural à não permissividade de conexão com a realidade do bairro, em função do contraste e ruptura entre a escala e tipologia da edificação com as pequenas residências de famílias pertencentes a classe média baixa.

Vale destacar que embora os primeiros shoppings tenham se localizado fora dos bairros centrais, inicialmente eles não se estabeleceram em franjas periféricas e nem distantes dos bairros elitizados. Isso porque até o final do século XX e primeira década de 2000, as classes de maior renda moravam nos bairros inseridos na mancha consolidada e os bairros periféricos eram ocupados por grupos de menor renda, que ‘não se encaixavam’ nos moldes da clientela econômica do empreendimento. A partir dos anos 2000, um novo tipo de apropriação dessas áreas mais distantes do centro e limítrofes do município tem se caracterizado através da implantação de condomínios fechados, para onde população de renda média e alta vem se mudando e demandando assim, comércio e serviços na sua vizinhança para manutenção da sua qualidade de vida. Diante disso, o capital privado local, lançou em 2018, o Shopping Praia do Sul, no bairro Aruana, para atender esses ‘novos’ moradores. Embora ainda em fase de construção, seu potencial de reestruturar o espaço e impactar a valorização da terra já é percebido, mesmo numa área com tantos entraves socioambientais, como carência de infraestrutura, além de ser objeto de judicialização de conflitos urbanos (FRANÇA, 2019).



Além desses, faz-se importante assinalar que esse fenômeno extrapolou os limites da capital, face ao capitalismo global, que tem movimentado a economia mundial e assim, contribuído para a multiplicação de ambientes segregados na última década, na Região Metropolitana de Aracaju, nos municípios de Nossa Senhora do Socorro³ e Barra dos Coqueiros, com a implantação do Shopping Prêmio, no Complexo Taiçoca, e o recém lançado anúncio do Barra Mar Shopping⁴, no entorno dos condomínios horizontais da sede municipal.

3. Atuação do Estado e intervenções públicas em Aracaju-Se

O slogan “Aracaju, a capital da qualidade de vida” (instituído pela gestão 2009-2012) fez parte da constituição de uma imagem positiva, produzida pelo *marketing*. O objetivo era tornar a cidade como produto, para atrair investimentos nacionais, internacionais e turistas. As ações do Estado, a fim de que a cidade fizesse jus à sua nova função de competitividade, foram de âmbito econômico e administrativo, mediante incentivos fiscais e urbanísticos, com projetos para reestruturação urbana, atingindo diferencialmente as camadas sociais e a cidade (FRANÇA, 2019).

Diante disso, faz-se relevante analisar a responsabilidade do Estado na reestruturação do desenho urbano que está sendo construído em Aracaju, através da realização de intervenções urbanísticas, especialmente no tocante ao sistema viário e implantação de equipamentos coletivos. Sem dúvida, se constituíram importantes

- 3 No caso de Nossa Senhora do Socorro, o Shopping Prêmio está numa posição estratégica no Complexo Habitacional Taiçoca, na Avenida Coletora, acesso aos conjuntos habitacionais João Alves Filho e Marcos Freire I. Nos anos seguintes, o entorno do empreendimento foi reestruturado com alterações no uso e ocupação do solo, nível de renda dos moradores, melhoria nas moradias e aumento do valor da terra, somada à implementação de condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida.
- 4 O Barra Mar Shopping será construído na sede do município da Barra dos Coqueiros anunciado desde 2019, mas ainda em processo de licenciamento nos órgãos competentes. Sua localização, às margens da Rodovia José de Campus que dá acesso a vários condomínios horizontais e à Praia da Costa, irá incentivar a transformação sócioespacial do entorno, sobretudo a valorização dos terrenos vazios existentes e futura instalação de novos empreendimentos.



para a escolha das áreas apropriadas pelo mercado imobiliário, para construção de condomínios fechados, ou mesmo, pelo próprio Estado para implantação de conjuntos habitacionais que deveriam atender famílias de baixa renda.

Nas últimas duas décadas, várias obras de estruturação viária (construção de pontes e/ou viadutos), com objetivo de melhorar a mobilidade, permitiram o fortalecimento das conexões no sentido leste/oeste, centro/sul, centro/norte, e garantiu transformações no desenho urbano, com alterações dos usos do solo, tamanhos de quadras e lotes, tipologias edilícias, níveis de renda. Isso ocorreu nos bairros Coroa do Meio, Jardins, Inácio Barbosa e Farolândia, além da expansão de áreas ainda não ocupadas, em direção aos bairros Jabotiana, antiga Zona de Expansão Urbana e Santa Maria (FRANÇA, 2019).

Vale destacar grandes obras viárias da zona sul: a construção do Viaduto do Distrito Industrial de Aracaju – DIA (2008), que tinha como objetivo desafogar o trânsito na antiga rótula do DIA, entre as avenidas Adélia Franco e Tancredo Neves, mas, também, favoreceu a interligação entre áreas com funções comerciais, institucionais (bancos e secretarias) e culturais (Teatro Tobias Barreto e Centro de Convenções), bem como a atuação do mercado imobiliário, às margens da Avenida Adélia Franco e no bairro Jabotiana. O Complexo Viário Marcelo Déda, que integrou o viaduto Jornalista Hugo Costa, a duplicação da avenida Paulo VI, a urbanização de trecho da avenida Tancredo Neves, e a Ponte Procurador Gilberto Vilanova (sob Rio Poxim, interligando os bairros Farolândia e Inácio Barbosa), trouxe uma série de transformações, impactando na mudança do uso residencial (antigo conjunto habitacional), para comércios (lojas, galerias), serviços (bares e restaurantes). Inaugurado no final de 2013, o Viaduto Manoel Celestino Chagas (do Detran) e recém-inaugurada avenida Etevlino Alves de Lima (atrás do Lojão Ferreira Costa) interligou os bairros Luzia, Jabotiana, Ponto Novo, Inácio Barbosa e São Conrado, trazendo novas ocupações no entorno dessa via (FRANÇA, 2019).

Na escala metropolitana, também relevante frisar: a construção da ponte Construtor João Alves, que conecta Aracaju e Barra

dos Coqueiros, incentivou o movimento do mercado voltado para os empreendimentos horizontais fechados de alta renda no outro município. As avenidas Santa Gleide/Lauro Porto e a Perimetral (em projeto) apontaram novas tendências de ocupação nos bairros limítrofes a Aracaju e Nossa Senhora do Socorro, bem como São Cristóvão nas imediações do bairro Jabotiana, fortalecendo o fenômeno de metropolização iniciado nas décadas de 1970 e 1980, conforme assinalou França (1999).

Outras intervenções pontuais, como a Revitalização do Farol Estuarino na Farolândia e a reurbanização do sistema viário da Avenida Murilo Dantas favoreceu a chegada de novos empreendimentos habitacionais. Alguns bairros foram isentos de intervenções urbanas, mas tiveram um fortalecimento na produção habitacional mercadológica, remodelando o espaço através do adensamento de vazios urbanos como o Jardins, Grageru e Luzia. No caso dos bairros Coroa do Meio e Atalaia que concentram condomínios, apesar de terem sido realizadas diversas obras na Orla de Atalaia durante os últimos anos, essas se constituíram em reformas nas edificações ou acréscimo de alguns equipamentos coletivos, não sendo consideradas como elementos de remodelação para o bairro. De fato, o que se identificou foi a força da legislação que abriu frentes para a ocupação, em função da desativação do Farol Estuarino da Farolândia para a Coroa do Meio.

Por fim, importante retomar a construção de equipamentos públicos de grande porte contribuíram para modificar a estrutura urbana de alguns bairros. São alguns deles: construção do Teatro Tobias Barreto, anexo ao Centro de Convenções – bairro Inácio Barbosa (inaugurado em 2002); construção do Centro Administrativo Governador Augusto Franco – bairro Capucho – projetado nos anos 1970; Reforma do Aeroporto Santa Maria e remodelação do sistema viário do entorno (FRANÇA, 2019).

No tocante à produção de moradia, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal tiveram grande responsabilidade pelo crescimento disperso, na tentativa de viabilizar moradia às famílias com renda de até três salários mínimos através da implementação dos programas habitacionais. A primeira iniciativa resultou na elabora-



ção do Plano de Erradicação de Moradias Subnormais – PEMAS (2001), que identificou 23.751 moradias distribuídas em 72 assentamentos irregulares, seja do ponto de vista jurídico (posse da terra), quanto do urbanístico (carência de infraestrutura e serviços) (PMA/SEPLAN, 2001).

A partir daí um conjunto de ações e projetos de recuperação dessas áreas proporcionou novos rumos à cidade. Um dos primeiros foi direcionado à urbanização de favelas, fruto do Programa Moradia Cidadã, componente do Programa Habitar Brasil/BID, que prometeu retirar famílias carentes da precariedade e integrar ocupações irregulares à cidade, garantindo a segurança da posse e tratando questões socioeconômicas, ambientais e urbanísticas.

A primeira intervenção teve início em 2002, no Loteamento Jardim Atlântico às margens do mangue no bairro Coroa do Meio, erradicando 600 palafitas e trazendo um novo desenho urbano que envolveu a construção de 652 novas moradias, recuperação do manguezal, abertura de vias e implantação de infraestrutura e equipamentos sociais, como construção de uma ‘orla’ Museu do Mangue, pier, associação de moradores e Centro de Referência da Assistência Social. O intenso trabalho social desenvolvido junto à comunidade no acompanhamento e gestão do projeto resultou não apenas em moradia digna e legalizada, mas na ressocialização dos moradores (SEPLOG, 2014).

A segunda experiência foi o Projeto de Urbanização do Santa Maria, (zona sul) que abrangeu as ocupações Marivan, Prainha, Arrozal, Canal Santa Maria, Morro do Avião, avenida Amarela, Gasoduto e conjunto Antônio Carlos Valadares. O ganho foi uma nova remodelação urbanística, que envolveu obras de terraplanagem, drenagem, pavimentação, saneamento ambiental e remoção de moradias precárias da área de risco.

Outra intervenção de grande impacto social, urbano e ambiental se constitui o projeto urbanístico de um bairro na ZEU, o 17 de Março⁵, para abrigar famílias retiradas das áreas de risco do bairro Santa Maria e de outros locais (FRANÇA, 2011). Entregue em 2011,

5 Criado através da Lei Municipal nº4024/2011.

sua implantação envolveu 2.562 habitações (2.042 casas e 480 apartamentos), infraestrutura, como a Estação de Tratamento de Esgoto, equipamentos sociais como escolas, bibliotecas, Unidade Produtiva, praças, Parque Ecológico, dentre outros (FRANÇA, 2011). Entretanto, faz-se lembrar sobre a repercussão da descaracterização das moradias para abrigar outros usos, como padarias, mercearias, igrejas, além da venda ilegal das moradias, detectada poucos meses após a entrega. Ainda sobre esse projeto, França (2011) traz alguns questionamentos:

limita-se com duas áreas de extrema diferença social. De um lado, a região da Aruana, com seus condomínios fechados destinados a grupos sociais mais elevados e, do outro lado da Rodovia dos Náufragos, os conjuntos habitacionais do PAR para famílias de classe média baixa, e na parte oeste, o bairro Santa Maria, que contrasta desde a falta de infraestrutura até renda familiar, muitas vezes, inferior a um salário mínimo”. (p.117).

Semelhante à ocupação em torno dos conjuntos do Banco Nacional de Habitação – BNH, no bairro 17 de Março, em 2014, 200 famílias ocuparam uma área vazia, que seria destinada à construção do Parque Ecológico. No mês de julho de 2020, em plena pandemia da COVID-19, as 166 famílias da Ocupação Recanto das Mangabeiras, foram alvo de uma ação de retirada e demolição de seus barracos, com o anúncio da elaboração de um projeto urbanístico com construção de moradias e infraestrutura, para atender 1.102 famílias⁶.

Na zona norte, no bairro Lamarão, o Residencial Vitória da Resistência, proposto pela Prefeitura e inaugurado em 2014, teve como objetivo substituir a ocupação da antiga Salina São Marcos, com a construção de 410 moradias e de infraestrutura, geração de trabalho e renda, educação ambiental. Vale destacar, que assim como ocorreu no 17 de Março, em uma quadra no entorno formou-se a Invasão do Loteamento Jardim Lamarão, onde vivem em condições

6 Disponível <<https://infonet.com.br/noticias/cidade/prefeitura-retira-166-familias-da-ocupacao-das-mangabeiras/>>

urbanas insalubres e precárias famílias carentes. Por fim, a CEHOP construção de 580 moradias no bairro Porto D'Antas, abrigando famílias de baixa renda que viviam às margens de mangues, próximo à Avenida Euclides Figueiredo, no entorno do conjunto Porto D'Antas (FRANÇA, 2019).

Importante realçar que esses projetos habitacionais se destacaram negativamente por acirrar o desenho de uma cidade fragmentada socialmente, através criação de novas áreas periféricas, com acesso reduzido à infraestrutura, serviços públicos e postos de emprego por estarem distantes dos bairros mais centrais, com destaque aos projetos dos bairros 17 de Março (localizado em zona definida como de expansão), Santa Maria, Lamarão e Porto D'Antas. Em contrapartida, vale enaltecer que a concepção desse desenho urbano, envolveu não só a construção de moradias, infraestrutura, equipamentos sociais e sistema viário, associando os aspectos ambiental, como a recuperação de áreas degradadas (manguezais e rios), e a preocupação social, com envolvimento das famílias ao longo do processo. Com isso, essas intervenções causaram uma valorização fundiária no entorno desses novos espaços, contribuindo para a atração novos usos, com ênfase do caso da Coroa do Meio (Mapa 2).

Ao mesmo tempo que ocorria essas intervenções coordenadas pelos entes municipal e estadual, na escala federal, nos primeiros anos do século XX, foi criado o Programa de Arrendamento Residencial, para promoção de habitação destinada à classe média baixa, subsidiada com recursos da CAIXA. Entre 2001 a 2008 foram construídos 39 empreendimentos situados, na sua grande maioria, nas zonas norte, oeste e sul, com destaque à concentração de cerca de 70% do total dos empreendimentos nos bairros Jabotiana e ZEU, sendo responsáveis, nesse momento, pela reestruturação espaços, distantes das áreas centrais, da oferta dos serviços públicos e saneamento e da oferta emprego e renda. Nesses dois bairros, esses empreendimentos foram implantados de forma contínua, próximo uns aos outros, diferente do processo que se desenhou na zona norte, cuja inserção se deu às margens de áreas já ocupadas. Uma terceira forma de implementação, embora em menor quantidade, ocorreu nos bairros já consolidados Industrial e Siqueira Campos,



preenchendo vazios dotados de infraestrutura e serviços, oferta de transporte público, postos de emprego e renda, atendendo assim, os preceitos do acesso democrático da terra urbanizada (FRANÇA, 2019) (Mapa 2).

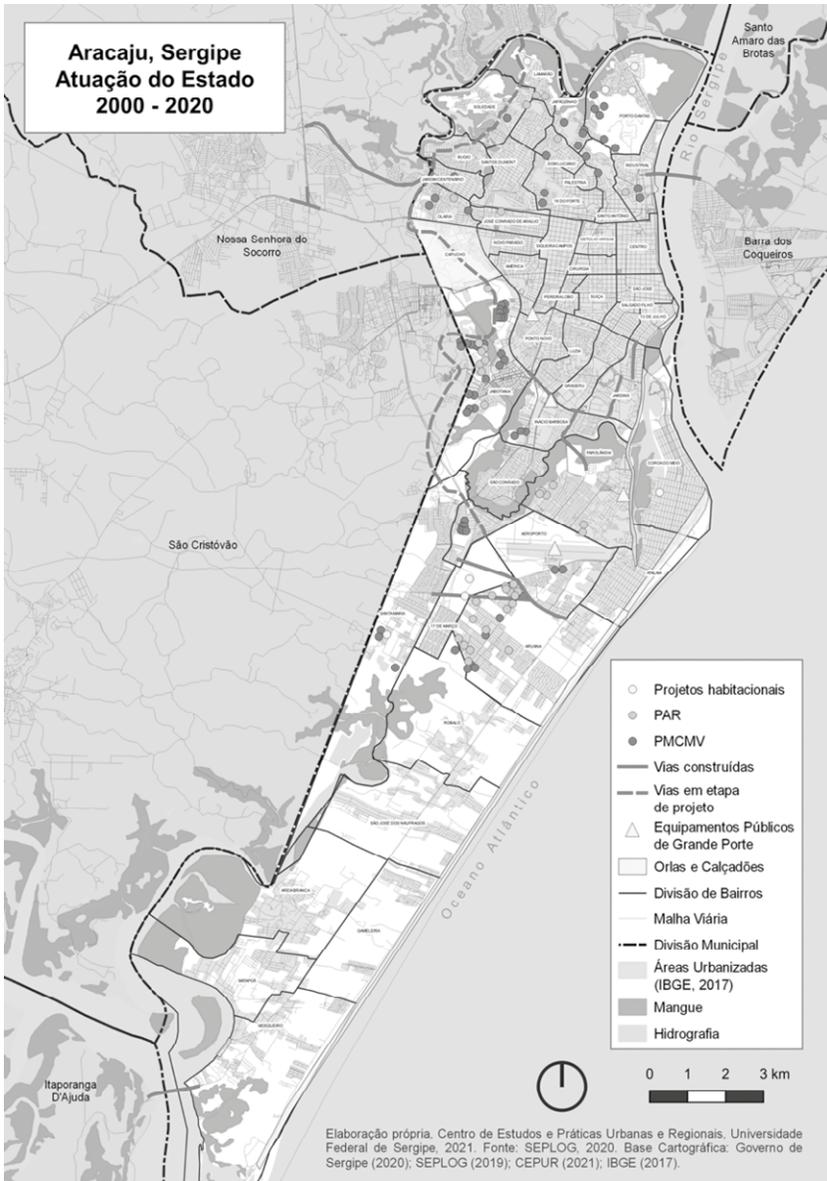
Quando à apropriação do espaço, esses empreendimentos apresentaram escalas diversas, com no máximo 500 unidades (máximo permitido pela lei), e duas tipologias: o condomínio vertical (apartamentos em blocos de edificações) e o conjunto residencial com casas térreas, que ao longo do tempo, foram modificando sua arquitetura para atender as necessidades dos moradores, incorporando muros altos, grades, cercas elétricas, câmeras, na tentativa de se ‘proteger’ da violência urbana, reproduzindo assim, o conceito de segurança explorado nos condomínios fechados das classes de renda média e alta.

Substituindo esse programa, foi criado, em 2009, pelo governo federal, o Minha Casa Minha Vida, com o objetivo de contribuir para a redução do déficit habitacional, através do aumento de investimento na construção civil. O Programa se dividiu em dois eixos de atendimento: faixa de renda entre 0 a 3 S.M. e 3 a 10 S.M. por família.

A implantação dos 67 empreendimentos habitacionais subsidiados pelo programa (sendo 65 destes, de responsabilidade de construtoras), está concentrada de forma bastante dispersa, às margens periféricas norte, oeste e sul. Na zona norte maioria estão localizados em áreas urbanizadas (conforme classificação do IBGE, 2010), em exceção do bairro Porto D’Antas, face às suas características ambientais (Área de Preservação Ambiental Estadual, comumente conhecida como Parque da Cidade), cujos conjuntos foram construídos às margens desta. Na zona oeste, os empreendimentos estão no bairro Jabotiana e adjacências, próximas às áreas de mangue e às margens do Rio Poxim, adentrando-se no município de São Cristóvão no Loteamento Cabrita, induzindo a formação de um grande núcleo urbano conurbado. No sul, verificou um aspecto interessante, que foi a localização dos empreendimentos em áreas com pouca ou nenhuma urbanização, como no caso de concentração no bairro Aruana, associado aos conjuntos habitacionais do PAR e dos condomínios fechados e no Santa Maria (Mapa 2).



Mapa 2: Aracaju, Atuação do Estado, 2000-2020.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Conforme estudos de França (2019) tanto o PAR quanto o PMCMV contribuíram para a fragmentação urbana, segregação sócioespacial e acirramento dos conflitos ambientais, por se concentrarem em áreas sem oferta de saneamento básico (em especial, esgoto e drenagem) e equipamentos públicos e, próximos aos limites municipais cuja justificativa do mercado imobiliário é de que os terrenos já dotados de infraestrutura teriam um custo mais elevado, onerando o preço da moradia. Assim, bairros como Jabotiana, Farolândia e ZEU, que ainda apresentam grandes vazios e terra com baixo valor, receberam empreendimentos de maior porte (mais de 300 moradias), o que suscitou a necessidade da adequação de serviços públicos e saneamento básico. Portanto, estas áreas têm que ser consideradas no planejamento, tendo em vista novos níveis de adensamento e a conseqüente reestruturação do espaço.

174



Dessa forma, observou-se que os programas habitacionais, sobretudo o PAR e PMCMV trouxeram sérios impactos na reestruturação do tecido urbano da capital sergipana, inclusive em relação àqueles implantados em direção dos municípios circunvizinhos.

4. Qual Aracaju tem sido ‘desenhada’? contradições sociais e entraves urbanos e ambientais

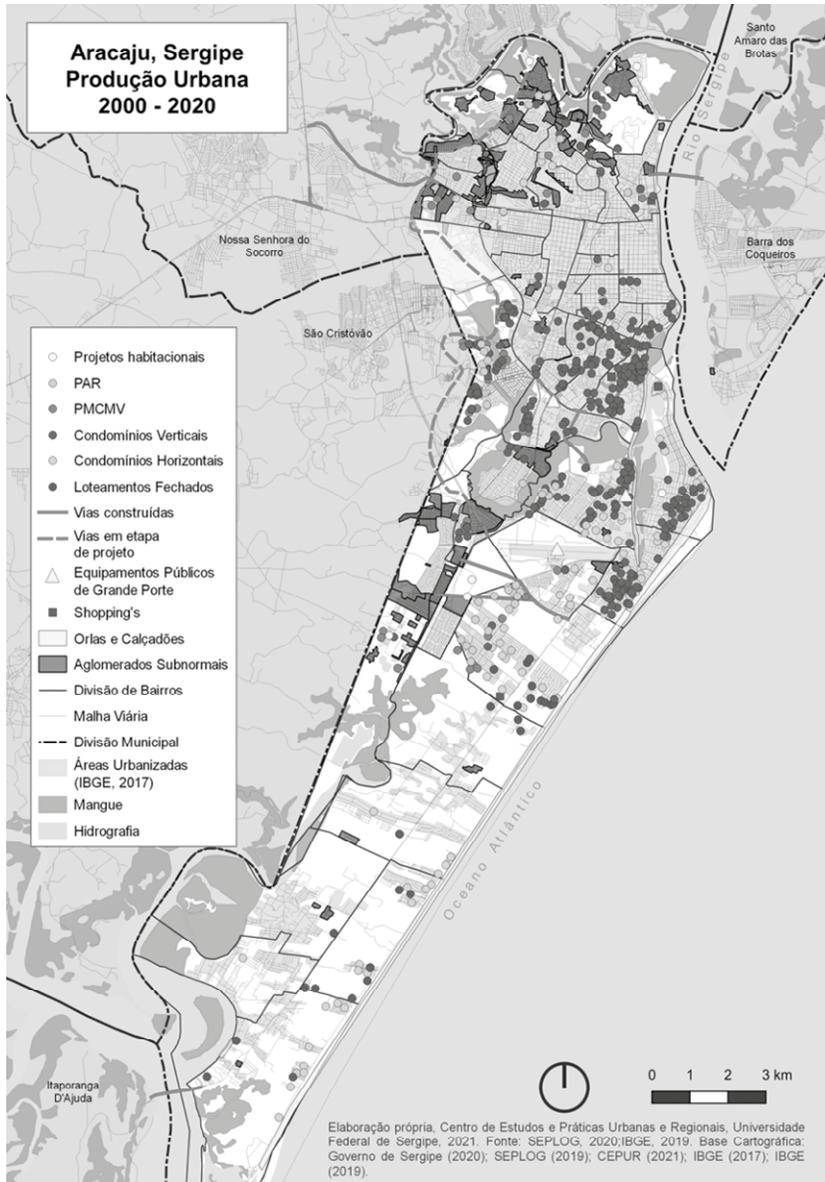
Elaborado para regulamentar o Capítulo da Política Urbana da Constituição Federal que concede autonomia às gestões municipais no tocante ao planejamento urbano, o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº10.257/2001) reforça a obrigatoriedade do Plano Diretor como instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana, em cidades com mais de 20 mil habitantes, obrigando sua elaboração ou revisão para adequação às suas diretrizes num prazo de 5 anos.

Cumprindo a primeira determinação, a gestão municipal de Aracaju iniciou, em 1995, junto a uma consultoria especializada, a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e dos Códigos de Obras e de Parcelamento do Solo. Entretanto, a lei sofreu alterações na Câmara dos Vereadores, tornando-a uma colcha de retalhos, e trazendo dualidades de interpretações, especialmente na

aprovação de projetos arquitetônicos e urbanísticos. Sua aprovação se deu apenas 5 anos depois, quando a cidade abrigava 461.534 habitantes, nos seus 35 bairros e 01 Zona de Expansão Urbana. Em 2020, com um desenho urbano diferente e com um acréscimo de cerca de 200 mil novos habitantes, após duas tentativas de processos de revisão (iniciados nos anos de 2005 e 2015), que não obtiveram êxito na finalização, Aracaju aguarda um novo do Plano Diretor, anunciado nesse segundo semestre, com a divulgação de uma Minuta de Lei elaborada pela Prefeitura Municipal de Aracaju na sua página de internet.

Com uma legislação urbana ultrapassada, o mercado imobiliário interferiu na expansão urbana fragmentada. A verticalização está concentrada nos bairros 13 de Julho/Jardins/Grageru, Luzia/Ponto Novo/Suíça e Jabotiana, preenchendo vazios urbanos existentes nesses bairros (com exceção desse último), equivalentes à Zona de Adensamento Básico pelo Plano Diretor. No caso dos bairros ao longo da faixa litorânea 13 de Julho, Jardins, Coroa do Meio e Atalaia, a justificativa se deve em função do potencial paisagístico, trazendo empreendimentos destinados aos moradores de renda mais alta. Nos bairros Luzia, Ponto Novo e Jabotiana houve o processo de reestruturação espacial, marcado pela modificação da paisagem horizontal imperada pelas residências, trocadas pelas torres de edifícios implantados em locais como a Alameda das Árvores, no Luzia ou na Avenida Rio de Janeiro, localizada no bairro Ponto Novo. Além disso, as diferentes características da localização e a diversidade de incorporadores resultou em variações nas tipologias, na qualidade dos materiais, no tamanho e nos atributos internos do apartamento (Mapa 3).

Mapa 3: Aracaju, Produção Urbana, 2000-2020.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os condomínios horizontais fechados e loteamentos fechados estão localizados em sua grande maioria na Zona de Expansão Urbana, classificada como Zona de Adensamento Restrito, desconsiderando, nos índices de uso e ocupação elevados do Plano Diretor de 2000, a incapacidade do saneamento básico e a variedade de elementos ambientais, como lagoas de drenagem e dunas (FRANÇA, 2019).

A permissividade das normas é significativa e como resultado assiste-se à ocorrência de conflitos socioambientais, trazendo transtornos à população, em especial, no período de chuvas, em bairros da zona norte, oeste e sul. Como rebatimento disso, os moradores da ZEU e do bairro Jabotiana, prejudicados pelos alagamentos, buscaram ajuda no Ministério Público, ocasionando a suspensão, desde 2009 e 2014 respectivamente, do licenciamento de empreendimentos que não cumpram com as exigências judiciais estabelecidas.

No tocante à política habitacional, a atuação pactuada do Estado e do mercado promoveu a periferização da habitação de interesse social, dificultando o deslocamento dos moradores aos postos de trabalho, além da precária oferta de infraestrutura e serviços públicos, afastando-os do pleno direito à moradia. Isso sem apontar a questão do atendimento ínfimo à população de 0 a 3 salários mínimos, que corresponde apenas à 14,1% das quase 13 mil moradias financiadas pelo PMCMV entre 2009 e 2018 em Aracaju (CEPUR, 2021).

Devido ao pouco interesse de atuação do mercado imobiliário na zona norte, essa passou a receber empreendimentos voltados para a população de baixa renda, seja por programas financiados (PAR e PMCMV) ou de atuação do Estado através da construção de conjuntos habitacionais, como por exemplo os conjuntos Eduardo Dutra (Porto D'Antas) e Vitória da Resistência (Lamarão) que ocupam áreas limítrofes dos municípios. Posterior à implantação desses empreendimentos, observa-se a formação de espaços precários e de moradia irregular, esses núcleos de habitação informal são denominados pelo IBGE de aglomerados subnormais.

A localização desses aglomerados, distantes da malha urbanizada, resulta em diversos problemas para os moradores dessas ocu-

pações, a falta de serviços como saneamento básico e drenagem, o distanciamento dos equipamentos de saúde, educação, lazer e dos polos de trabalho em conjunto com a dificuldade de acesso ao transporte público acarretaram sérios entraves no acesso à cidade. Além dos problemas urbanos e sociais mencionados anteriormente, Aracaju, por ser uma cidade margeada por mangues, tem como consequência desse processo de periferização, questões de fragilidade ambiental e de risco que influenciam na caracterização desses aglomerados, acentuando a formação de uma periferia sem a mínima qualidade de vida.

O surgimento dos aglomerados subnormais podem ser de forma espontânea, quando porções de terra passam a ser habitada de forma fracionada, com traçado irregular e crescimento desordenado, como a Invasão Nova Liberdade (bairro Olaria), ou de forma organizada, por loteamentos irregulares ou clandestinos, em que os lotes são ocupados de maneira ordenada e o traçado é regular, como o Loteamentos jardim Bahia I e II (bairro Soledade). Nesse segundo caso, o loteador parcela e capitaliza a terra de forma ilegal, e sua revenda gera frutos econômicos para o privado e necessidades de investimentos públicos para o município.

Especialmente é possível observar a distribuição dos aglomerados subnormais próximos aos limites da cidade, principalmente na zona norte, onde estão localizados 55 aglomerados e nos bairros Marivan e Santa Maria (zonas sul) que agregam 23 aglomerados, juntos essas localizações comportam mais de 80% dos 95 aglomerados na capital sergipana. Ainda mais afastado da malha urbanizada, 5 assentamentos estão na antiga Zona de Expansão Urbana (extremo sul da cidade), são eles os loteamentos Escuriais, Robalo Rua B km7, Suíça, Saramutáia e Parque dos Cajueiros, não coincidentemente todos são loteamentos, irregulares ou clandestinos, onde o valor da terra é extremamente baixo e as carências são significativas (Mapa 3).

Diante disso, reflete-se a importância de construir uma cidade que abrace todos os habitantes de forma justa e com acesso à terra urbanizada, cuja participação social é essencial nesse processo de reconhecimento e enaltecimento do seu papel de cidadão.

Entretanto, o que se tem observado é o afastamento da sociedade das discussões dos projetos e intervenções urbanas, em especial que impactem a vida dos moradores ou afetam o trabalho dos comerciantes, como ocorreu na reestruturação das avenidas Hermes Fontes, Rio de Janeiro, retirada das famílias da ocupação Recanto das Mangabeiras, em meio à pandemia e a recente aprovação da Lei Municipal nº 5.373/2021 que transforma a Zona de Expansão Urbana em seis bairros: Robalo, São José dos Náufragos, Areia Branca, Gameleira, Matapoã e Mosqueiro, aprovado pela Câmara dos Vereadores de Aracaju, sem ouvir a comunidade e sem estar associado à um planejamento macro. A área apresenta intensa fragilidade ambiental, presença de propriedades rurais de famílias nativas em meio à condomínios fechados de veraneio, ausência de saneamento básico e equipamentos públicos. Essa lei, que não ouviu previamente a comunidade, vai desencadear, no espaço, sérias transformações referentes ao processo de gentrificação que significa a expulsão das famílias tradicionais em função da valorização da terra.

5. Então, o que considerar?

A partir do exposto, ficou evidente que esses dois agentes se envolveram na produção do espaço capitalista de Aracaju, através de um jogo de interesses que resultou um novo tipo de urbanização, marcada, a partir de 2000, sobretudo pela extensão e descontinuidade do tecido urbano, proporcionando caráter complexo às novas formas segregadas, extrapolando limites administrativos, principalmente no que diz respeito aos hábitos de consumo e às práticas socioespaciais da população.

Por esse motivo, a urbanização dispersa permitida, através de uma legislação fragmentada que não reflete as reais potencialidades da cidade, trouxe sérios transtornos à população.

Contudo, fica evidente necessidade do entrelaçamento das políticas fundiária, habitacional e de infraestrutura e sistema viário, de modo a garantir o acesso à terra urbanizada com valor reduzido, permitindo que os empreendimentos sejam construídos em áreas urbanizadas. A inserção destes conjuntos habitacionais na franja

periférica, cujos bairros em apresentem lotes com dimensões maiores e com menor valor fundiário foi fator decisivo na escolha da localização, cuja preocupação da gestão pública esteve mais associada à dinamização da economia por meio do atendimento às metas quantitativas estabelecidas, do que pelo real cumprimento do direito à moradia.

Assim, Aracaju clama a necessidade de um Plano Diretor Participativo, com diretrizes efetivas para um zoneamento diferenciado, elaborado em função do potencial construtivo, infraestrutura e sistema viário. Sem dúvida, a fragmentação das normas propiciou a explosão de empreendimentos fechados para os vetores norte, oeste e extremo sul, que correspondem às áreas carentes de infraestrutura e o acirramento das problemáticas apresentadas em áreas adensadas e verticalizadas, à leste e sul de Aracaju.

180



Referências

ARACAJU. Lei nº 42 de 06 de outubro de 2000. **Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju e dá outras providências**. PMA: Aracaju, SE. 06 de outubro de 2000.

ARAÚJO, Rozana Rivas de. **As relações entre as transformações econômicas e o ritmo da produção do espaço urbano. Estudo de caso: Aracaju. 2011**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 34ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

CEPUR, Centro de Estudos de Práticas Urbanas e Regionais. Pesquisa “**Padrões de inserção urbana dos Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Aracaju**” realizada pelo PIBIC/UFS/CNPQ 2020/2021.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999.

CRUZ, Catharina Nunes. Quando a Segurança Entra em Cena: Arquitetura do Medo nos Condomínios Horizontais em Aracaju/SE. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo)**. Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras: 2021.

DEL RIO, Vicente; SIEMBIEDA, William (org.). **Desenho Urbano Contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

- DINIZ, Dora Neuza L. Aracaju: Evolução e Verticalização. 2003. **Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Arquitetura e Cidade)**. Faculdade de Belas Artes de São Paulo, São Paulo, 2003.
- FERRAZ, Sonia. Maria Taddei; PiBic Colaboradores: Madeira, C; Furloni, C; Lages, G. S. **Arquitetura da violência: morar com medo nas cidades. Quem tem medo de que e de quem nas cidades brasileiras contemporâneas?** Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, Brasil, v. V.5, p. 54-84, 2006.
- FRANÇA, Sarah L. A. **Vetores de Expansão Urbana: Estado e Mercado na produção da habitação em Aracaju-SE**. São Cristóvão: EdUFS, 2019.
- FRANÇA, Sarah L. A. A produção do espaço na Zona de Expansão de Aracaju/SE: dispersão urbana, condomínios fechados e políticas públicas. **Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- FRANÇA, Sarah L. A. Os condomínios fechados na Zona de Expansão Urbana de Aracaju: uma nova modalidade de segregação sócio-espacial. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo)**. Universidade Tiradentes, Aracaju, 2004.
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju: Estado e Metropolização**. São Cristóvão: EdUFS, 1999.
- FURTADO, Fernanda. **Recuperação de mais-valias fundiárias urbanas: reunindo conceitos envolvidos**. In SANTORO, Paula (org). *Gestão Social da Valorização da Terra*. São Paulo, Instituto Pólis, 2004.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- GÓIS, Renata Noronha. **Transformações do Espaço Urbano no Bairro Industrial em Aracaju-SE: Agentes Sociais e Intervenções Espaciais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Tiradentes, Aracaju: 2016.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativa da População para 2020. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>. Acesso em 30 de abril de 2021 às 09:53h.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARICATO, Erminia. **O Impasse da Política Urbana**, 2011
- NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Análise Sintático-Espacial das Transformações Urbanas de Aracaju (1855 – 2003)**. Tese (Doutorado em

Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

POSSIDÔNIO, Edson Reis. **Medo como Mercadoria. Vitruvius (Congresso Nacional de Iniciação Científica em Arquitetura e Urbanismo – CICAU 2002, Trabalho premiado 2: nº 024.01)**, São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/02.024/2197?page=3>> Acesso: 04 de dezembro de 2020

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. - São Paulo: Via das Artes, 2006.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 6ª reimpressão, 2004. (Coleção Primeiros Passos; 203)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU. **PEMAS: Plano Estratégico de Moradias Subnormais**. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2001.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. (SEPLOG); FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Diagnóstico da Cidade de Aracaju. Relatório Final. Etapa 03**. Aracaju: PMA/SEPLOG, 2014.

SANTOS, Juliana Souto. **Espaço Geográfico e Território de Conflitos: demarcação e posse da Zona de Expansão Urbana de Aracaju**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

SCARANTO, Sâmia Carolina Lima; SILVA, Rooseman de Oliveira. **Aracaju Park Shopping: Cultura e Religião em Espaço Empresarial**. Cadernos de Graduação. Aracaju. v. 5. nº 1. p. 11-28. Universidade Tiradentes: Aracaju, 2018.

SMOLKA, Martim O. Preço da terra e valorização imobiliária urbana: esboço para o enquadramento conceitual da questão. Rio de Janeiro: IPEA, 1979.

SOUZA, Alessandra Magda dos Santos de. **Condomínios Horizontais Exclusivos e a Dinâmica Sócioespacial no Litoral Metropolitano de Aracaju (SE). Tese (Doutorado em Geografia)**. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: inserção urbana e fragmentação socioespacial**. Editora Unesp, São Paulo, 2013.

VARGAS, Heliana Comin; ARAUJO, Cristina Pereira de. **Arquitetura e mercado Imobiliário**. Editora Manole, São Paulo, 2014.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Nobel/FAPESP/Lincoln Institute of Land Police, 2001.





SEÇÃO LIVRE

Das Disposições Legais: uma breve análise das leis educacionais do Império (1827-1854)

Gleidson Santos da Silva

Resumo

A presente pesquisa busca analisar os dispositivos normativos que contribuíram para a configuração da instrução no Império a partir das disposições legais. Para tanto, são abordados os aspectos legais que normatizaram a instrução pública primária no Império, passando pela Lei de 15 de outubro de 1827, o Ato Adicional de 1834 e a Reforma Couto Ferraz de 1854. As Leis Gerais e o regulamento da instrução do Município da Corte de 1854 influenciaram a configuração da instrução pública primária no Império por determinar os parâmetros legais para o cumprimento do projeto de nação pensado para o Brasil naquele contexto.

Palavras-chave: Instrução Pública; Legislação; Período Imperial.

185
»»»-«««

- * Licenciado em História na Universidade Tiradentes. Mestre em Educação pela UNIT. Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes, com bolsa PROCAPS/UNIT. Integrante do Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas. Áreas afins: História do Brasil Imperial e Colonial, História da Educação, Instrução Pública Primária, Inspeção da Instrução Pública Primária, Organização da Instrução Pública Oitocentista.

On Legal Provisions: a brief analysis of the educational laws of the Empire (1827-1854)

Sobre disposiciones legales: un breve análisis de las leyes educativas del Imperio (1827-1854)

Abstract

This research seeks to analyze the normative devices that contributed to the configuration of instruction in the Empire based on legal provisions. Therefore, the legal aspects that regulated primary public education in the Empire are addressed, through the Law of October 15, 1827, the Additional Act of 1834 and the Couto Ferraz Reform of 1854. The General Laws and the regulation of instruction in the Municipality of the Court of 1854 influenced the configuration of primary public education in the Empire by determining the legal parameters for the fulfillment of the project of nation conceived for Brazil in that context.

Keywords: Public Instruction; Legislation; Imperial Period.

Resumen

Esta investigación busca analizar los dispositivos normativos que contribuyeron a la configuración de la instrucción en el Imperio a partir de disposiciones legales. Por tanto, los aspectos legales que reglamentaron la educación pública primaria en el Imperio se abordan, a través de la Ley del 15 de octubre de 1827, la Ley Adicional de 1834 y la Reforma Couto Ferraz de 1854. Las Leyes Generales y el reglamento de instrucción en el Municipio de la Corte de 1854 influyó en la configuración de la educación primaria pública en el Imperio al determinar los parámetros legales para el cumplimiento del proyecto de nación concebido para Brasil en ese contexto.

Palabras clave: Instrucción pública; Legislación; Período Imperial.



Introdução

A presente pesquisa busca analisar os dispositivos normativos que contribuíram para a configuração da instrução no Império a partir das disposições legais. Para tanto, são abordados os aspectos legais que normatizaram a instrução pública primária no Império, passando pela Lei de 15 de outubro de 1827, o Ato Adicional de 1834 e a Reforma Couto Ferraz de 1854. Assim, busca-se, nas produções de Castanha (2013), Gondra e Shueler (2008), Saviani (2006; 2011) por apontamentos das dimensões da legislação educacional.

Ao compreender a legislação como fontes para a pesquisa em História da Educação, Faria Filho (1998) observa que a produção da legislação, como *corpus* documental, implica em um triplo movimento que permeia a crítica da concepção mecânica da lei, ao compreender que a lei não é um mero instrumento dos interesses das classes dominantes em sua dinamicidade e dimensões do fazer pedagógico, distinguindo o movimento da produção da lei e o movimento da sua realização, bem como a dimensão ordenadora e instituidora, voltada para as relações sociais. Desse modo, deve-se ressaltar também que:

[...] a lei não funciona como espelho da realidade, nem a realidade se constitui em reflexo da lei. A efetivação das normas se encontra associada a forças diversas que terminam por definir possibilidades, limites e ajustes a que a vontade do poder central se vê submetida (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 56).

Assim, a legislação pode ser compreendida dentro de uma teia de inter-relações e de um contexto que revele os indivíduos interligados à sua criação, aplicação e suas relações de poder dentro da uma trama político-social. Leva-se em consideração que a legislação tem caráter normalizador, e não é apenas expressão da vontade de determinado grupo sobre outro.

As definições de leis e suas funções no século XIX, mais precisamente no Brasil, apontadas por Castanha (2013), buscam dar conta da manutenção da ordem e a normalização de práticas segundo

uma razão natural e esclarecida, chegando a essa definição a partir da produção de juristas¹ do período. Eles compreendiam a lei dentro de uma dimensão natural e positiva, no que diz respeito à sua origem, do mesmo modo que as leis possuíam dimensões proibitivas ou facultativas, segundo as regras estabelecidas.

o pressuposto fundamental para a intervenção legal esteve ligado à preocupação de garantir que as classes populares se mantivessem sob controle. Tendo em vista esta perspectiva, a instrução serviria enquanto mecanismo disciplinar do Estado, buscando difundir os rudimentos da civilidade pelas classes populares, possuindo a prerrogativa de promover o progresso do país.

A Lei da instrução pública primária de 1827

188

Buscando cumprir o inciso XXXII, do Art. 179, da Carta de Lei de 25 de março de 1824, foi aprovado pela Câmara dos Deputados um projeto que previa a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, pela Lei de 15 de outubro de 1827.

Composta por 17 artigos, essa Lei se configurou como a primeira lei da instrução pública do Brasil Independente. Ao prever a instrução para os indivíduos² nos lugares com maior densidade demográfica no Império, tornou-se responsável por estabelecer as bases para a organização da instrução nas Províncias. Para além disso, a Lei de 15 de outubro de 1827 pretendia contribuir com o processo civilizatório da população ao inculcar novos padrões culturais na formação de uma identidade nacional.

1 Marquês de São Vicente José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878) e o Lourenço Trigo de Loureiro (1792-1870).

2 “O estatuto de ‘escolar’ se encontra definido quando observamos os impedidos de matrícula: escravos, doentes contagiosos e não-vacinados. O primeiro caso, trata-se de uma medida que colabora para a manutenção do regime de trabalho escravo, impedindo que os submetidos a esta condição tivessem acesso a qualquer outro tipo de saber. Nos dois últimos, trata-se de uma política à qual a escola se vê associada, de prevenir e evitar a propagação de doenças, sobretudo em que se supunha contato direto e continuado em pequenos aglomerados. Portanto, a escola é convertida em lugar para livres e sãos, daí as exclusões previstas” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 53-54).

Essa Lei demonstrou a preocupação que as autoridades brasileiras tinham quanto à remodelação do modelo educacional que vigorava até então, tendo como meta incutir novos padrões e culturais que dessem ao povo brasileiro uma nova identidade. Assim, era preciso educar e instruir essa jovem nação e a Lei de Instrução de 15 de outubro de 1827 foi um dos instrumentos utilizados para alcançar tal objetivo (AMORIM, 2013, p. 42)

Sob essa perspectiva, a construção da identidade nacional passou a formação das classes menos abastadas. E a instrução pública primária, provida pelo Estado, tornou-se o instrumento fundamental no empreendimento civilizatório da população livre e pobre do Brasil.

Segundo Saviani (2011), a Lei de 15 de outubro de 1827 emana do espírito da época, já que o seu Art. 1º garantiu a difusão das luzes sobre todos os povoados, determinando o acesso aos conhecimentos considerados indispensáveis, pelas sociedades modernas da época, para afastar a ignorância e o obscurantismo as camadas populares. O espírito da época reverberou também, na adoção do método mútuo (método lancasteriano ou monitorial), que tinha como premissa a difusão do ensino a vários alunos, rapidamente, e com baixo custo.

O método mútuo teve, por idealizadores, o pastor anglicano Andrew Bell³ e Joseph Lancaster⁴, da seita Quakers. Ambos contribuíram para a formação do método que tinha como propósito o ensino das classes populares na Inglaterra. Esse método tinha como

3 “Bell, Médico e pastor anglicano, aplicou princípios do método nas Índias Inglesas, em Madras, onde dirigiu um orfanato de 1787 a 1794. Não podendo contar com mestres capacitados, teve a ideia de utilizar os melhores alunos – os monitores – para transmitir aos demais alunos os conhecimentos que haviam aprendido com o professor. Com esse método, instruía em torno de duas centenas de alunos” (BASTOS, 2014, p. 35).

4 “[...] Lancaster, da seita Quackers, criou uma escola para crianças pobres em Londres (oitocentos meninos e trezentas meninas), em 1798. Diante do problema de instruir gratuitamente grande número de alunos sem utilizar muitos professores, decidiu dividir a escola em várias classes, colocando em cada classe como monitor um aluno, com conhecimento superior aos dos outros alunos e sob direção imediata do professor. Lancaster percebeu que, por esse método, um só professor era suficiente para dirigir, com ordem e facilidade, uma escola de quinhentos e até mil alunos” (Ibid., p. 35).

preceitos o silêncio, a disciplina (horários e atividade) e a aplicação de castigos morais.

O monitorial system ou méthode mutuelle, nome adotado na França, baseia-se no ensino dos alunos por eles mesmos. Todos os alunos da escola, algumas centenas sob a direção de um só mestre, então reunidos num vasto local que é denominado pela mesa do professor, esta sob um estrato. Na sala então enfileiradas classes, tendo em cada extremidade o púlpito do monitor e o quadro negro (BASTOS, 2014, p. 36, grifo do autor).

Para Foucault (2014), a disciplina não deve ser atribuída a uma instituição ou a determinado mecanismo. Mas deve ser compreendida como uma espécie de poder, ou melhor, uma modalidade de exercer tal poder, comportando, assim, um conjunto de instrumentos, procedimentos, técnicas, níveis de aplicação e propósito. Nesse sentido, a disciplina pode ser compreendida enquanto uma tecnologia do poder.

Vale ressaltar que o método mútuo tinha como principal agente do ensino os próprios alunos, na figura do monitor. Os monitores eram selecionados entre os alunos mais adiantados para auxiliar o professor a ensinar as numerosas classes, divididas segundo o grau de conhecimento.

Nesse sentido, professor era o “maestro” do ensino no método mútuo. Recaiá sobre ele a responsabilidade de transmitir, previamente, os comandos e as atividades que seriam desenvolvidas pelos monitores. Assim, um único professor, com o auxílio de 10 monitores, daria conta de instruir a mais de 100 alunos em uma escola. Por essa razão, o salário desses professores, previsto no Art. 3º, da Lei de 15 de outubro de 1827, era estabelecido pelo Presidente em Conselho com valores que variavam entre 200\$000 a 500\$000 mil réis anuais, fato que elevou esses profissionais à categoria de cidadão ativo eleitor, segundo o Art. 94, inciso I, da Carta de Lei de 25 de março de 1824. Vale salientar que, em Sergipe, segundo Nunes (2008), os vencimentos anuais dos professores ficaram previstos

entre 200\$000 a 250\$000 mil réis, conforme Ato de 30 de março de 1829, do Presidente Inácio José Fonseca.

Entretanto, Gondra e Schueler (2008) afirmam que as pretensões propostas pela Lei de 15 de outubro de 1827, de fixar o valor mínimo ao pagamento dos professores, não era uma uniformidade entre as Províncias, citando, como exemplo, os vencimentos anuais pagos aos professores de Santa Catarina e Pernambuco, que foram estabelecidos em 150\$000 mil réis.

Já o Art. 4º previa que as escolas deveriam ser do ensino mútuo, nas capitais das Províncias, assim como nas vilas e lugares populosos em que seja considerado preciso estabelecer escola.

[...] a determinação do método a ser praticado nas escolas de primeiras letras visava legitimar e homogeneizar a maneira como os professores deveriam ensinar a seus alunos, de forma que o Governo da Província pudesse acompanhar rigorosamente as exigências da Lei (FERREIRA, 2016, p. 32).

Sob essa perspectiva, o método mútuo proposto pela Lei de 15 de outubro de 1827 teria o propósito de homogeneizar a instrução primária, ao substituir o método individual⁵, e tinha na figura do professor o vetor dessa homogeneização, estando esses professores submetidos ao olhar fiscalizador do Governo da Província, segundo a exigência da legislação.

A capacidade de ensinar vários alunos de uma única vez e a ideia de baixo custo tornou sedutora a escolha do método mútuo pelo poder público, que almejava difundir os rudimentos do saber moderno por todo Império. Assim, com apenas um professor, auxiliado por monitores, era possível, segundo o método, empreender a instrução de todos os jovens nas cidades, vilas e lugares mais habitados do Império.

O currículo proposto no Art. 6º, da Lei de 15 de outubro de 1827, definia os assuntos que deveriam ser ensinados nas escolas.

5 “O ensino individual consiste em fazer ler, escrever, calcular, cada aluno separadamente, um após o outro, de maneira que, quando um recita a lição, os demais trabalham em silêncio e sozinhos. O professor dedica poucos minutos a cada aluno” (BASTOS, 2014, p. 34).

Os Professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammatica da língua nacional, e os princípios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostotica romana, proporcionados á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a História do Brasil (BRASIL, 1827, p. 72).

A composição curricular previa, para o ensino dos meninos, a leitura, a escrita, as quatro operações básicas, cálculo e geometria; além da gramática da língua pátria e a religião oficial do Império, tendo como preferência para a prática de leitura a Carta Lei de 25 de março de 1824 e a História do Brasil. Com isso, o Estado buscava “[...] unificar a língua, selar ainda mais os vínculos do Estado com a igreja católica e criar uma história para o Brasil [...]” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 54).

No que compete ao ensino das meninas, o Art. 11 garantia a instrução nas cidades e vilas mais populosas de acordo com a decisão dos Presidentes⁶, em Conselho. Com mudanças no currículo, como previa o Art. 12, ao limitar o ensino de aritmética as quatro operações e acrescentar ao currículo feminino “[...] as prendas que servem à economia doméstica” (BRASIL, 1827, p. 72).

Para o ensino das meninas foram indicadas professoras que, assim como os professores, deveriam ser avaliadas perante o Presidente da Província, em Conselho, conforme estabelecia o Art. 7º, da Lei de 15 de outubro de 1827. Além disso, as professoras deveriam também atestar sua “reconhecida honestidade”. Por outro lado, o Art. 13, desta mesma Lei, determinou que as professoras teriam os mesmos vencimentos e gratificações concedidas aos professores. Pode-se, então, inferir que a Lei de 15 de outubro de 1827 “[...] representou um avanço para a educação feminina, pois

6 Em Sergipe, “O governo provincial, nesse primeiro momento, privilegiou os lugares de maior concentração econômica e social, como São Cristóvão, Estância, Propriá e Laranjeiras, o que reflete uma ação estratégica no que se refere à criação das cadeiras públicas para o sexo feminino, pois esta iniciativa inibida deixou de fora várias outras vilas que careciam de instrução pública para meninas” (SANTANA, 2015, p. 39).

com ela a mulher ganhou o direito legal à educação pública” (SANTANA, 2015, p. 38).

O Art. 14, da supracitada Lei, determinou o provimento de professores e professoras ao exercício do magistério de forma vitalícia, competindo ao Presidente, em Conselho, o papel de fiscalizar as escolas, além das prerrogativas de suspender, exonerar e substituir interinamente qualquer professor na Província.

Quanto às formas de castigos disciplinares nas escolas do ensino mútuo, o Art. 15 prescrevia que os castigos aplicados deveriam seguir o estabelecido pelo método lancasteriano⁷, por este vectar “[...] os aviltos físicos e enaltecia os castigos morais para punir ações inadequadas” (ARAGÃO; FREITAS, 2016, p. 137).

O Art. 16, da Lei de 15 de outubro de 1827, previa que o Ministro do Império⁸ teria a responsabilidade de organizar e fiscalizar a instrução na Província onde estava situada a Corte, o que nas demais Províncias do Império ficava a cargo dos Presidentes das Províncias em Conselho.

Segundo Castanha (2013), algumas ponderações sobre o contexto de criação da Lei de 15 de outubro de 1827 devem ser revisitadas, primeiramente quanto à afirmação de que a adesão do método mútuo seria por questões econômicas. O referido autor contesta essa tese com base nas discussões registradas nos anais do Senado e da Câmara dos Deputados.

Assim, ao contrário do que se propagou na historiografia recente, sobre a sua implantação do método mútuo no Brasil, dentro da proposta universal do Artigo 1º, da Lei de 15 de outubro de 1827, seria muito dispendioso aos cofres da fazenda pública a criação

7 “Os castigos corporais foram amplamente criticados, todavia eles não foram eliminados com a adoção do sistema de Lancaster. A violência física continuou a existir nas escolas” (CASTANHA, op. cit., p. 74).

8 “A lei responsabilizou o Ministro do Império pela criação, extinção, exames dos professores e fiscalização das escolas na Província do Rio de Janeiro. Antes de 1827, tal tarefa também era exercida pelo Ministério da Guerra. Em 1834, o Ato Adicional separou a Província, da cidade do Rio de Janeiro, criando o município neutro. No momento dos debates, alguns deputados e senadores argumentaram que o Ministro do Império não deveria se ocupar de tais tarefas, e sugeriram que se criasse o cargo de Diretor Geral dos Estudos” (CASTANHA, op. cit., p. 74).

dessas escolas em todas as cidades, vilas e lugares populosos com os edifícios e materiais necessários para o desenvolvimento do método mútuo (CASTANHA, 2013).

Essa afirmação corrobora com as evidências encontradas anos depois, presente nos relatórios dos Ministros do Império e dos Presidentes das Províncias, em que a precariedade do ensino esteve ligada ao fato de que não havia “[...] orçamento específico e nem suficiente para fazer frente às demandas populares de uma escola pública gratuita e universal fez com que a execução da Lei de 1827 fosse insuficiente para a demanda” (SANTANA, 2015, p. 39-40).

Outra questão importante suscitada por Castanha (2013), tem relação à profundidade dos conteúdos previstos no currículo da Lei de 15 de outubro de 1827, ao afirmar que, nos debates na Câmara dos Deputados e no Senado, houve parlamentares que acreditavam que os professores primários não possuíam os conhecimentos mínimos para ensinar segundo previsto no método.

A falta de conhecimentos científicos para o exercício e cumprimento do currículo proposto para as escolas do ensino mútuo não impediu a sua aprovação, tanto na Câmara dos Deputados, como no Senado. Assim, o ler, o escrever, o contar e os valores morais e cristãos se tornariam, segundo essa perspectiva, os conhecimentos realmente difundidos nas escolas primárias.

Ao que compete à formação dos professores, Castanha (2013) afirma que não houve deliberação sobre esse tema nos debates da Câmara dos deputados e do Senado. Por mais que fosse garantido pela Lei uma boa remuneração aos professores do ensino mútuo, os mecanismos de classificação não foram estabelecidos, ficando a cargo dos próprios professores buscar a formação pela prática nas escolas do método nas capitais das Províncias, paga com seus próprios vencimentos, como previa a segunda parte do art. 5º da supracitada Lei.

A Lei de 15 de outubro de 1827 estabelecia, em linhas gerais, que a criação, extinção e provimento das cadeiras, e o estabelecimento dos salários pagos aos professores da instrução ficariam a cargo dos Presidentes das Províncias, submetidos à resolução da

Assembleia Geral. Já a lista dos professores que deveriam ocupar as cadeiras, por intermédio de concurso público prestado, era encaminhada pelos Presidentes das Províncias ao Ministro do Império para devidas nomeações.

Alterações na situação das cadeiras públicas do ensino primário estavam submetidas, em última instância, às decisões da Assembleia Geral e que poderiam alterar os salários, o provimento das cadeiras e as condições dos professores interinos ou provisórios. Os professores providos anteriormente à Lei de 15 de outubro de 1827 foram mantidos em suas respectivas cadeiras, sendo obrigados a se submeter, ao que previa o Art. 7º, apenas os candidatos às novas cadeiras e os professores provisórios.

A criação das cadeiras era responsabilidade dos Presidentes das Províncias, em Conselho, que deveriam consultar as Câmaras Municipais sobre as necessidades das vilas e freguesias. Desse modo, os Presidentes não deveriam criar cadeiras sem a devida deliberação, pois estariam infringindo o Art. 2º, no que diz respeito à resolução final da Assembleia Geral.

Com a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831, em favor do seu filho Pedro de Alcântara, foi instaurado o regime Regencial⁹, até que o herdeiro do trono alcançasse a maior idade. As décadas de 1830-1840 foram marcadas por rebeliões que iam na contramão das propostas do Governo Central. Foi criada¹⁰, ainda na década de 1830, a Guarda Nacional, que tinha a atribuição de defender a Constituição, a tranquilidade pública, a integridade do Império e auxiliar o exército nas linhas de defesa das fronteiras e costa.

Nesse mesmo contexto, o campo político esteve marcado pelo embate entre conservadores e liberais. Em meio às disputas políti-

9 A regência esteve prevista na Carta de Lei de 25 de março de 1824 no Título 5º, Capítulo V, Artigos 121 a 130. O período regencial está dividido em: Regência Provisória composta por Francisco de Lima e Silva, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos; Regência Trina composta por José da Costa Carvalho, João Bráulio Moniz e Francisco de Lima e Silva (1831-1834); e as Regências Unas do Padre Diogo Antônio Feijó (1835-1837) e Pedro de Araújo Lima (1838-1840).

10 Mais precisamente pela lei de 18 de agosto de 1831, que autorizou a criação de uma guarda nacional em substituição às milícias, guardas municipais e ordenações militares.

cas no Período Regencial (1831-1840), o Ato Adicional resultou em alterações significativas na Constituição Imperial (Carta de Lei de 25 de março de 1824), representando uma trégua entre liberais e conservadores. Assim, as alterações na Constituição Imperial representaram uma conciliação, mesmo que temporária, entre os interesses partidários.

Essas modificações, promovidas pelo Ato Adicional à Constituição, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832, que, além de promover a descentralização do legislativo com a aprovação de criação das Assembleias Legislativas nas Províncias, delegou aos Presidentes de Províncias a responsabilidade de gerir e promover a instrução pública primária e secundária.

Conforme previsto no Art. 1º, da Carta de Lei de 12 de agosto de 1834, foi autorizada a criação de Câmaras Distritais e Assembleias, estas, sob o nome de Assembleia Legislativa Provincial, em cada Província, em substituição aos Conselhos Gerais. Com isso, as Províncias passariam a ter a prerrogativa de criar leis e decretos, bem como garantir o cumprimento dos princípios constitucionais.

Ao que compete à instrução pública, o Art. 10, Inciso 2, transmitiu o direito de legislar sobre a instrução e seus estabelecimentos promotores para as Assembleias Legislativas Provinciais, que, por sua vez, limitavam-se a promover o ensino primário e secundário e seus respectivos estabelecimentos, enquanto que o ensino superior continuava sob responsabilidade do Governo Central. Essa prerrogativa possibilitou que as Assembleias constituíssem leis e decretos para normalizar a instrução nas Províncias.

Entretanto, os registros das falas e relatórios dos Presidentes das Províncias e dos Ministros do Império, naquele período, evidenciam que a instrução pública não melhorou com a divisão de responsabilidades de prover a instrução nas Províncias.

Os relatórios dos ministros do Império e dos presidentes de províncias ao longo do Império evidenciam as carências do ensino, o que permite concluir que o Ato Adicional de 1834, ao descentralizar o ensino transferindo para os governos provinciais a responsabilidade

pela educação popular, apenas legalizou a omissão do poder central nessa matéria (SAVIANI, 2006, p. 16).

Assim, o provimento e a organização da instrução pública passaram a ser responsabilidade dos Presidentes das Províncias, sendo o ensino primário e o secundário mantidos com recursos próprios da Fazenda Provincial. Este fato representou pesadas despesas para os governos provinciais garantirem os princípios prescritos pela Lei de 15 de outubro de 1827.

A década de 1830 foi marcada também pela abertura das Escolas Normais, segundo o modelo da Escola Normal proposto em Niterói, em 1835, nas Províncias do Império. Tinham o intuito de formar professores com os conhecimentos necessários e com o domínio do ensino mútuo proposto pela Lei de 15 de outubro de 1827. Contudo, na década 1840, marcou-se também o fechamento¹¹ de diversos desses estabelecimentos de formação de professores, por serem considerados ineficientes ou altamente dispendiosos aos cofres públicos.

Mesmo apacando os interesses políticos, as conturbações separatistas eram um problema para o Governo Central. Assim, a medida encontrada foi o reconhecimento da maior idade do herdeiro ao trono, em 1840, então com 14 anos. Esta manobra inconstitucional ficou conhecida como Golpe da Maioridade. Com isso, buscou-se centralizar, na figura do Imperador, o símbolo de uma reunificação pela integralidade da Nação.

A instrução pública esteve a serviço dos interesses do Governo Central por possibilitar a construção da necessidade na unidade do Império, sob a criação de uma história comum que edificasse uma identidade nacional. Essa medida pode ser creditada à corrente conservadora, que buscou consolidar um Estado forte e centralizado na figura do Imperador.

¹¹ Em Sergipe, segundo Nunes (2008), a primeira Escola Normal foi pensada em 1838, sob decreto nº 15 de março daquele ano. Entretanto, a falta de recursos orçamentários inviabilizou a sua implantação, sendo efetivamente aberta somente em 1870.

A sede do Governo Central se concentrou no Município da Corte, cidade do Rio de Janeiro, que passou a exercer o papel de modelo para medidas administrativas. Mesmo gozando de independência para legislar sobre a instrução pública, os Governos Provinciais tomaram as medidas de organização e administração realizadas no Município da Corte como parâmetros a serem reproduzidas, ou adaptadas, em suas respectivas Províncias.

Entretanto, foi sob o predomínio da corrente Saquarema¹² (conservadores), que medidas para organização do Estado Nacional foram efetivamente tomadas, o que não significa dizer que foi um movimento tranquilo e sem resistência. Pelo contrário, foi um período evidenciado por entraves e avanços no empreendimento de construção da identidade nacional e da forjadura da Unidade do Império, sendo a Província Fluminense, mais precisamente a partir do Município da Corte, constituída como o marco zero da política de controle do Império (MATTOS, 1987).

Os Saquaremas buscaram, então, empreender medidas de cunho administrativo, tendo como propósito criar mecanismos que auxiliassem o Governo Geral a manter os princípios constitucionais, a ordem, a segurança e a tranquilidade pública.

[...] a Província fluminense cumpria o papel de um laboratório, no qual os saquaremas tanto testavam medidas e avaliavam ações que buscavam estender à administração geral, quanto aplicavam decisões do Governo-Geral, sempre com a finalidade última de consolidar a ordem no Império (MATTOS, 1987, p. 252-253).

Desse modo, a Província serviu de laboratório no qual os saquaremas colocaram à prova medidas na obtenção de resultados junto à administração geral, tendo sempre como objetivo a manutenção da ordem e segurança dos princípios constitucionais, buscando, para isso, a construção de um governo forte e centralizado.

12 Segundo Mattos (1987) a sucessão de presidentes da corrente conservadora na Província fluminense entre 1834 até a década de 1870 ficou conhecida como Tempo Saquarema.

Segundo Mattos (1987), ocorria naquele contexto uma disputa entre poderes: o poder fraco, caracterizado pelas paixões partidárias, sob influência de interesses locais, e demarcado por conflitos entre famílias; e o poder forte, que poderia oferecer garantias à ordem pública e à defesa da liberdade política, estando apto a atender às necessidades públicas. O poder fraco esteve associado ao Governo da Casa¹³, enquanto que o poder forte esteve vinculado aos interesses comuns e gerais da sociedade, logo ao Governo do Estado¹⁴.

Essa disputa pelo poder, entre o Governo da Casa e o Governo do Estado, tinha, na instrução, um ponto de convergência, pois ela figurou como “[...] uma das maneiras, por vezes a mais significativa, de construir a relação entre o Estado e a Casa e de forjar a Unidade do Império” (MATTOS, 1987, p. 258). A instrução exercia, então, o papel de interligar o universo público ao particular, através do espaço escolar. Era nesse lugar que se aprendia não somente as obrigações dos negócios domésticos, mas também o desempenho dos deveres enquanto cidadão.

No entendimento de Vasconcelos (2004), as relações estabelecidas entre o Governo do Estado e o Governo da Casa eram dialéticas, já que estar no Governo da Casa, em diversas situações, também significava participar do Governo do Estado. Dessa forma, a autora afirma que as relações entre essas esferas não eram dicotômicas ou opositivas, mas campos que se completavam, ao passo



- 13 “Governar a Casa era sobretudo governar a família, e nesta se incluíam os próprios escravos [...] Governar a escravaria consistia em não apenas fiscalizar o trabalho da massa de escravos [...] mas sobretudo em criar as condições para que as relações de poder inscritas na ordem escravista fossem vivenciadas e interiorizadas por cada um dos agentes dominadores ou dominados. Governar a Casa era exercer, em toda a sua latitude, o monopólio da violência no âmbito daquilo que a historiografia de fundo liberal convencionou denominar de poder privado.” (ibid., p. 119-120).
- 14 “Governar o Estado consistia, pois, em não só coibir as exagerações daqueles que governavam a Casa, tanto no que diz respeito ao mundo do governo quanto no que tange ao mundo do trabalho, mas em sobretudo empreender as tarefas que eram entendidas como transcendentais às possibilidades daqueles, entre as quais avultava a de propiciar a continuidade dos monopólios que fundavam a classe. Governar o Estado era, no fundo e no essencial, elevar cada um dos governantes da Casa à concepção de vida estatal” (ibid., p. 120).

que desse processo emergiu a delimitação de atuação dos poderes, entre o público e privado, através da centralização empreendida pelo Estado, mas consentida pela Casa.

Nessa perspectiva, para efetivar o projeto centralizador do Estado, a forma encontrada consistiu tanto na constituição de um corpo de funcionários, quanto na redefinição das relações do Estado com outras instituições sociais, entre elas, a Igreja, e, especialmente, a 'Casa'. Era preciso reeditar as relações entre a Casa e o Estado, nas quais, sem romper com os limites contextuais impostos, a Casa aceitasse e reconhecesse a interferência do Estado (VASCONCELOS, 2004, p. 269).

As relações de poder entre o espaço público e o privado contribuíram para a configuração da instrução pública, ao passo de que o Estado, dentro de um projeto centralizador, buscou tomar para si a responsabilidade de prover a instrução, tendo como propósito capacitar os indivíduos a responder, primeiramente, aos interesses do Estado, em detrimento aos da Casa.

A década de 1850 ficou marcada por medidas administrativas e legais que visavam a garantir a estabilidade do Império e a defesa dos interesses públicos com a aprovação da Lei de Terras (1850), o fim do Tráfico Atlântico de Escravos (1850) e a criação do Código Comercial (1850). Tais medidas impulsionaram reformas nos diversos setores da sociedade, gerando resultados significativos para o progresso do Império.

Decreto Couto Ferraz de 1854.

A ascensão do gabinete da conciliação (1853-1857) representou, mesmo que temporariamente, o fim dos conflitos políticos em prol da manutenção do Império. Foi sob a responsabilidade desse ministério que ocorreu a reforma das instruções primária e secundária no Município da Corte. Teve a sua germinação no Decreto nº 630, de 17 de setembro de 1851, e floresceu no regimento da instrução das escolas do Município da Corte, sob o Decreto de Lei 1331^a, de 17

de fevereiro de 1854, promovido pelo então secretário do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz¹⁵.

O regulamento das instruções primária e secundária no Município da Corte chama atenção pela ação fiscalizadora de funcionários do Estado para o funcionamento da instrução¹⁶, estabelecimento de um currículo básico e complementar para o ensino primário e a formação de professores pela prática com a institucionalização dos professores adjuntos.

Embora o regulamento esteja dirigido ao município da Corte, zona de atuação direta do ministro do Império, como que a respaldar a interpretação de que o dispositivo do Ato adicional de 1834 não tinha caráter privativo, mas concorrente, a Reforma Couto Ferraz contém normas alusivas, também, a jurisdição das províncias. Assim, além do efeito-demonstração e do caráter de modelo que, durante todo o Império, a Legislação do Município da Corte teve para as províncias, o regulamento de 1854 explicitamente buscava alcançar a instrução pública provincial [...] (SAVIANI, 2006, p. 19).

Assim, esse regulamento se tornou significativo por servir de base para as reformas da instrução nas demais Províncias que compunham o Império. Estabeleceu parâmetros para o controle da instrução particular, a criação de currículo básico e suplementar para escolas, formação dos professores pela prática, criação de fundo para manutenção da instrução pública, instituição do método si-

15 “Iniciou sua carreira política como deputado na Assembleia da Província do Rio de Janeiro em 1845, com 27 anos de idade, já em 1846 Couto Ferraz se tornou presidente da Província do Espírito Santo. Nomeado presidente da Província do Rio de Janeiro em 1848, exerceu esse cargo até assumir o posto de Ministro do império em 6 de setembro de 1853, que lhe facultou baixar o regulamento que ficou conhecido como ‘Reforma Couto Ferraz’” (SAVIANI, *op. cit.*, p. 18).

16 Previra a criação de cargos como o de Inspetor Geral, Secretário e Delegados de instrução que atuariam na fiscalização da instrução.

multâneo¹⁷ para as escolas e a determinação de punições para os professores que cometessem infrações.

O referido regulamento estabelecido pelo Decreto de 17 de fevereiro de 1854 era composto por 135 artigos, distribuídos em cinco títulos: o primeiro esteve voltado para a inspeção das escolas públicas e particulares dos ensinos primário e secundário; o segundo título regulamentou a instrução pública primária e está dividido em três capítulos que tratam, respectivamente, sobre as condições para o magistério, dos professores adjuntos, a substituição dos professores titulares e as escolas públicas com suas condições e regimentos. O terceiro título versou sobre a instrução secundária. O quarto se limitou a regular o ensino particular primário e secundário. E o quinto título detalhou as faltas dos professores e diretores de estabelecimentos públicos e particulares.

202

O que chama atenção no primeiro Título do regulamento é a construção de uma hierarquia disciplinar sobre a inspeção dos estabelecimentos públicos e particulares dos dois níveis do ensino, ao determinar, em seu Art. 1º, que a instrução deveria ser inspecionada pelo Ministro do Império, com auxílio dos cargos intermediários. Esses cargos seriam exercidos pelo Inspetor Geral, Conselho de Inspeção e Delegados de Distrito.

Esses cargos intermediários faziam parte de uma cadeia de indivíduos que estavam interligados a uma hierarquia administrativa que buscou centralizar e burocratizar a instrução como mecanismo de controle, fazendo dos professores o elo mais frágil dessa cadeia, pois tinham que se submeter a esse mecanismo para conseguir legitimar o seu trabalho.

Segundo Foucault (2014), a criação de uma vigilância hierarquizada tem relação com a organização de um poder múltiplo, de forma automática e anônima. Seu funcionamento está diretamente vinculado a uma teia de relações que envolvem os diversos indi-

17 “Este método consiste em o professor instruir e dirigir simultaneamente todos os alunos, que realizam os mesmos trabalhos, ao mesmo tempo. O ensino é coletivo e apresentado ao grupo de alunos reunidos em função da matéria a ser ensinada. Os alunos são divididos de maneira mais ou menos homogêneas, de acordo com seu grau de instrução. Para cada grupo ou classe, um professor ensina e adota material igual para todos” (BASTOS, 2014, p. 35).

víduos interligados, direta ou indiretamente, com a fiscalização. Nesse sentido, a teia de relações que mantém o conjunto, e o perpassa, é também responsável por vigiar as ações dos envolvidos na fiscalização.

O currículo ensinado nas escolas públicas ficou estabelecido pelo Art. 47 do regulamento, que garantia a aplicação de um currículo básico e um complementar para o ensino primário. O básico compreendia a instrução moral e religiosa, leitura e escrita, noções essenciais da gramática, princípios elementares da aritmética e o sistema de pesos e medidas do município.

Já o currículo complementar compreendia o desenvolvimento da aritmética em suas aplicações práticas, leitura aplicada dos evangelhos e “notícia” da história sagrada, elementos da história e geografia, princípios das ciências físicas e da história natural, aplicáveis ao uso da vida; além da geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de música e exercícios de canto, ginástica, estudos mais desenvolvidos do sistema de pesos e medidas do Império e das nações que mantêm relações comerciais com o Brasil.

Ao comparar o currículo das escolas primárias, proposto pelo Art. 6º, da Lei de 15 de outubro de 1827 com a primeira parte do Art. 47, do regulamento de 1854, apresentados no **quadro 1**, pode-se apontar similitudes e diferenças. As semelhanças se encontram ancoradas nos rudimentos da leitura, escrita, aritmética, moral cristã e doutrina da religião. Estes seriam os conhecimentos rudimentares para a formação dos indivíduos, segundo a proposta de nação construída para o Brasil na Pós-Independência. Por outro lado, nota-se que o currículo proposto pelo regulamento de 1854 propõe o sistema de pesos e medidas da Corte como diferencial elementar na formação rudimentar dos indivíduos.

Já o currículo complementar promovia a compreensão dos rudimentos das artes, dos ofícios, da história e da geografia, além do aprofundamento nas práticas de leitura, da aritmética e dos conhecimentos sobre os pesos e medidas aplicados nas Províncias e nos países que mantinham relações de comércio com o Brasil naquele período.



Quadro 1: Disciplinas curriculares previstas na Lei de 15 de outubro de 1827 e no Decreto nº 1331ª, de 17 de fevereiro de 1854

Currículo das escolas	
Lei de 15 de outubro de 1827	Decreto nº 1331ª de 17 de fevereiro de 1854
<p>Ler, escrever, as quatro operações de aritmética, pratica de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados a compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.</p>	<p>A instrução moral e religiosa, a leitura e escrita, as noções essenciais da gramática, os princípios elementares da aritmética, O sistema de pesos e medidas do município.</p> <p>Pôde compreender também: o desenvolvimento da aritmética em suas aplicações práticas, a leitura explicada dos Evangelhos e notícia da história sagrada, os elementos de história e geografia, principalmente do Brasil, os princípios das ciências físicas e da história natural aplicáveis aos usos da vida, a geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de música e exercícios de canto, ginástica, e um estudo mais desenvolvido do sistema de pesos e medidas, não só do município da Corte, como das Províncias do Império, e das Nações com que o Brasil tem mais relações comerciais.</p>

Fonte: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>
Acesso em: 27 set. 2017

Ressalta-se que o principal parceiro comercial era a Inglaterra. Contudo, o Brasil mantinha relações comerciais com os Estados Unidos, Argentina, Uruguai, além de países europeus como França e Portugal. Segundo o anexo de n.º 2, do relatório do Ministro das relações exteriores, Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em 1855, o Brasil mantinha relações diplomáticas com os seguintes Estados americanos: Chile, Confederação Argentina, Estados Unidos, Peru, República Oriental do Uruguai. Da mesma forma com Estados europeus: França, Inglaterra, Áustria, Bélgica, Duas Sicílias, Estados Pontificados e Toscana, Espanha, Holanda, Portugal, Prússia, Rússia, Sardenha, Suécia, Noruega e Dinamarca. (BRASIL, 1854).

Conforme os Art. 48 e 49, do regulamento de 1854, o ensino primário deveria ser dividido em dois graus: ensino elementar¹⁸, chamado de primeiro grau; e instrução primária superior, chamada de segundo grau. Sendo o currículo das escolas de primeiro grau limitado ao currículo básico. Enquanto que as escolas do segundo grau compreendiam o currículo básico e o currículo complementar. Contudo, a decisão de quais dos conhecimentos do currículo complementar deveriam ser aplicados nas escolas do segundo grau cabia ao Governo que recebia do Inspetor Geral, em deliberação junto ao Conselho Diretor, as informações para decidir quando era necessário adotar.

O ensino das meninas recebia o acréscimo dos trabalhos com agulhas e bordados, não havendo restrições no currículo das escolas para meninas, como previa o Art. 12, da Lei de 15 de outubro de 1827, podendo até frequentar escolas do segundo grau que o Governo designasse. Porém era preciso seguir sempre a proposta do Inspetor Geral, com audiência com o Conselho Diretor, conforme o Art. 50 do regulamento.

A garantia legal da instrução para meninas esteve ligada a uma concepção ideológica, na qual a mulher, em especial das camadas médias ou superiores, deveria ter além dos conhecimentos formais da instrução, deveria também receber os conhecimentos necessários para o governo do universo doméstico. Entretanto, como ressalta Gondra e Shueler (2008), para as meninas das camadas populares, a aprendizagem dos trabalhos com agulhas poderia representar um meio de preparação para o universo de ofícios remunerados. Assim, a inserção das mulheres no magistério perpassou pela sua aprendizagem dos requisitos para o exercício do ofício docente. Neste sentido:

18 “A palavra *elementar*, mesmo etimologicamente, mantém a idéia de rudimentar, mas, permite pensar, também, naquilo que é o ‘princípio básico, O elemento primeiro’, e do qual nada mais pode ser subtraído do processo de instrução. Nessa perspectiva, a instrução elementar articula-se não apenas com a necessidade de se generalizar o acesso às primeiras letras, mas também com um conjunto de outros conhecimentos e valores necessários à inserção, mesmo que de forma muito desigual, dos pobres à vida social” (FARIA FILHO, 2016, p. 138-139).

[...] é preciso considerar também que um dos modelos de aprendizagem do ofício docente então vigente implicava o recrutamento de aprendizes, alunos e alunas das próprias escolas que, na condição de monitores(as), auxiliares e professores(as) adjuntos(as), eram formados(as) pela prática, por meio de processos de transmissão direta dos saberes do ofício (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 206).

Sob essa ótica, a formação das professoras para o magistério primário esteve vinculada à transmissão direta dos saberes do ofício, segundo o modelo de aprendizagem imposto pelo Governo na forma de Lei. Contudo, pode-se salientar aqui que a aquisição dos saberes da profissão docente não se deu apenas, ou exclusivamente, pela inserção das mulheres nos processos de escolarização, tendo-se como pressuposto o fato de que muitas dessas mulheres tiveram a possibilidade de exercer o magistério por terem recebido educação doméstica ministrada por preceptora, mestres ou professor particular (VASCONCELOS, 2004).

O princípio da difusão dos conhecimentos considerados fundamentais para a difusão das luzes sobre todos os habitantes livres no Império esteve presente no Art. 51, ao determinar que, em cada localidade do município da Corte, deveria existir, ao menos, uma escola de primeiro grau para os meninos e para as meninas.

Isso se dava pelo fato de que o Governo da Corte detinha o controle sobre a organização das escolas em seus dois graus, estabelecendo, por intermédio do Conselho Diretor, a localização das escolas de primeiro e segundo graus, o programa de ensino e a aprovação de novos professores para as escolas do primeiro grau, que, segundo o Art. 53, só aconteceria mediante avaliação dos conhecimentos referentes às disciplinas acrescentadas às que já foram aprovadas para o magistério do ensino primário elementar.

Pretendia-se, dessa forma, manter o controle sobre a formação dos indivíduos, segundo a sua posição social e localização no Município da Corte, estando sempre de acordo com a necessidade de cada localidade. Da mesma forma, o Governo da Corte buscou garantir que os professores tivessem o domínio das matérias para



o provimento das cadeiras, verificando por intermédio da avaliação dos conhecimentos acrescidos ao currículo das escolas de instrução primária elementar.

Para Foucault (2014, p. 188), o exame se encontra no centro do processo que constitui o indivíduo como efeito e objeto de poder, ou como efeito e objeto de saber. Ao combinar a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora, o exame é responsável por realizar funções disciplinares de “[...] repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões”.

Outro aspecto a ser salientado foi que o Art. 34, do regulamento, previa a instituição dos professores adjuntos e os meios de substituir os professores primários no Município da Corte. Tal proposição representou um viés ideológico pela preferência da formação de professores pela prática, em vez da criação de Escola Normal.

A formação dos professores, nos primeiros anos Pós-Independência, era vista pelo Estado como a maneira de diferenciar esse profissional, enquanto funcionário do Estado, daqueles que se ocupavam da educação doméstica. Para isso, a criação da Escola Normal de Niterói se fazia necessária dentro de uma proposta de controle e centralização do governo do Estado em detrimento aos “exageros da Casa” (VASCONCELOS, 2004). Ainda segundo essa mesma autora, foram estabelecidos parâmetros para o exercício do magistério público, dentre eles, o impedimento de estrangeiros de frequentarem a Escola Normal, utilizando-se do argumento de que esses indivíduos estiveram ligados ao ensino doméstico enquanto professores particulares e preceptores e, por essa razão, o governo do Estado buscou contingenciar suas matrículas na Escola Normal.

Assim, o governo do Estado buscava, com essa medida, impedir que a formação dos professores públicos sofresse interferência do Governo da Casa ou que a instrução ministrada por esses funcionários da máquina pública se tornasse análoga à educação promovida no âmbito doméstico (VASCONCELOS, 2004).

Entretanto, o idealizador do referido regulamento da instrução no município da Corte, o Ministro Couto Ferraz, defendia a ideia

de que as escolas normais eram “[...] muito onerosas, ineficientes quanto à qualidade da formação que ministravam e insignificantes em relação ao número de alunos que nelas se formavam” (SAVIANI, 2006, p. 21). O ministro Couto Ferraz, que também foi Presidente da Província do Rio de Janeiro, entre 1848-1853, buscou fechar a Escola Normal de Niterói, pois não acreditava na sua eficiência para formar os professores. Defendia que a formação pela prática, sob o regime de professores adjuntos, era mais efetiva e menos dispendiosa aos cofres públicos.

Assim, dedicou um capítulo do regulamento para o detalhamento dos professores adjuntos e os meios de atuação para substituir professores. O Art. 35, do regulamento de 1854, instituiu a criação de uma turma formada por alunos acima dos 12 anos, que tivessem se destacado nos exames anuais, demonstrando bom comportamento e propensão para o magistério, sendo sempre preferíveis os filhos de pais professores ou alunos pobres.

Desse modo, o magistério primário seria formado a partir dos alunos selecionados entre as escolas públicas da Corte, que estivessem enquadrados nesses pré-requisitos, sendo sempre preferíveis os filhos de pais já professores ou pobres, para formarem uma turma de aprendizes, o que pode ser compreendido como uma forma de promover ascensão dos alunos pobres ou a perpetuação de um ramo familiar.

A nomeação dos professores adjuntos, de acordo com o Art. 36, deveria ocorrer por portaria do Ministro do Império, seguindo propostas do Inspetor Geral e ouvindo o Conselho Diretor. Ao serem admitidos como professores adjuntos, receberiam uma gratificação anual progressiva nos primeiros três primeiros anos, sendo mantido o valor de 360\$000 mil réis a partir do terceiro ano de sua nomeação, conforme estabelecia o Art. 37.

O papel desses adjuntos era auxiliar o professor nas escolas, conforme previsto no Art. 38. Essa ajuda era convertida no aperfeiçoamento das matérias práticas de ensino, já que o Art. 39 determinava a avaliação desses professores adjuntos pelo Inspetor Geral e dois outros indivíduos indicados pelo governo no fim de cada ano,



sendo que a avaliação do terceiro ano tinha foco na prática do ensino, nos métodos e no sistema prático de dirigir uma escola. Se o adjunto fosse aprovado nesse exame, receberia um título de capacidade profissional.

Ao estarem habilitados, e no cumprimento dos devidos pré-requisitos¹⁹ para o magistério público, os professores adjuntos poderiam atuar na substituição dos professores titulares que estivessem no impedimento das suas funções. Chegando a ocupar cadeiras interinamente, caso alguma cadeira vagasse, conforme previa o Art. 41.

Embora os requisitos demarcados para o exercício do magistério pelo Art. 12, do regulamento, refiram-se apenas a “cidadão brasileiro”, o magistério feminino seria exercido por mulheres, que teriam uma turma de professoras adjuntas, seguindo os mesmos princípios aplicados à formação e avaliação da turma de professores adjuntos. Sendo garantidas, pelo Art. 46, as mesmas obrigações e vantagens.

Vale salientar que o Art. 43 garantia ao Governo o direito de promover nomeações fora dos parâmetros do regulamento por intermédio de concurso. Assim, caso fosse necessário, até 10 indivíduos atuariam nas escolas públicas como substitutos, e teriam as mesmas obrigações e vantagens, até que fosse organizada definitivamente a classe dos adjuntos.

Considerações finais

A criação da Lei de Instrução de 1827 se configura como a primeira Lei da Instrução Pública do período imperial, ficando expressa a concepção de instrução, o método para uso das escolas e os conhecimentos considerados elementares. É significativo lembrar que o momento de sua publicação foi caracterizado pela necessidade de implementar e normatizar o ensino primário nos quatro can-

¹⁹ Segundo o previsto nos artigos 12º, 13º e 14º do mesmo regulamento só poderiam exercer o magistério os cidadãos brasileiros que provassem ser maior de idade, ter boa moralidade e ter capacidades profissionais. Sendo a maioridade comprovado junto ao Inspetor Geral por meio de certidão ou declaração de identidade. A comprovação da moralidade deveria ser apresentada também ao Inspetor Geral por meio de ficha corrida dos lugares onde já residiu e atestados paroquiais dos respectivos lugares. A capacidade profissional era comprovada a partir de exame escrito e oral sobre os conhecimentos respectivos a grau de ensino (BRASIL, 1854).

tos do Império, sob a égide de derramar sobre todos os habitantes, livres e libertos, os rudimentos para civilidade.

Contudo, tal medida se tornou inviável, segundo o proposto pela Lei que previa a criação de escolas do ensino mútuo nas cidades, vilas e lugarejos mais populosos. Na prática, essa ação resultaria em avultosas despesas com a criação de tais escolas. O método mútuo precisaria de edifícios específicos e de uma materialidade escolar incompatível com a realidade das escolas primárias da época.

Ao passo em que a instrução pública primária passou a ser responsabilidade de cada Província, pela prerrogativa garantida pelo Ato adicional de 1834, o Governo Central buscou garantir os parâmetros para o desenvolvimento da instrução pública nas Províncias, enquanto mecanismo de controle. Para tanto, a corrente conservadora empreendeu diversas medidas de cunho administrativo no Município da Corte e que tinham o objetivo de servir de modelo para as Províncias.

A ascensão do Ministério da Conciliação, já na década de 1850, configurou-se então como uma trégua entre conservadores e liberais, sendo marcante, nesse contexto, a inversão de valores ideológicos entre os partidos, chegando ao ponto de que o nome do partido passou a ser apenas uma nomenclatura, mas que, na verdade, não havia diferenças significativas sem seus procedimentos.

Nesse período, o Governo Central buscou empreender, sobre a instrução pública, uma relação de fiscalização mais atuante com a criação de uma hierarquia fiscalizadora, tendo como um dos marcos legais a reforma da instrução pública no Município da Corte de 1854.

Vale salientar que não foi a primeira lei nesse sentido. Antes dela já existia na Corte o Regulamento da Instrução de 1849, criado durante a Gestão do Couto Ferras na Província do Rio de Janeiro. Neste documento, mais precisamente no seu Art. 90, ficou determinado que a inspeção das escolas seria exercida pelo Presidente da Província, pelo Inspetor Geral e pelos Inspetores e conselhos municipais. Este fato já demonstrava construção de uma estrutura fiscalizadora e hierarquizada sobre a inspeção normalizada por meio de instrumento legal, o regulamento.



Tal configuração, constituída pelas relações de poder atuantes sobre a instrução pública primária, esteve diretamente ligada à construção normativa de dispositivos legais. Neste sentido, as leis e regulamentos para instrução são produtos das tensões, ou da interdependência, entre os poderes existentes na conjuntura de sua criação e/ou aprovação em plenário.

Assim, as Leis Gerais e o regulamento da instrução do Município da Corte de 1854 influenciaram a configuração da instrução pública primária no Império por determinar os parâmetros legais para o cumprimento do projeto de nação pensado para o Brasil naquele contexto. Deste modo, é possível pensar a instrução dentro de uma teia de relações entre indivíduos que, de certa forma, representam instâncias de poder que tencionam e são tencionados pelo poder passando a exercer papéis bem determinados dentro de uma rede de interdependências.

Referências

AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do Trabalho Docente: a Instrução Primária em Sergipe no Século XIX (1826-1889)**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino monitorial/mútuo no Brasil (1827-1854). In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 5. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014. 2v.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. **Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império**. In: Coleção das Leis do Império do Brasil. Brasília: DF: Câmara dos Deputados, v. 1, 1878. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html > Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. **Faz algumas alterações e adições a constituição política do Império, nos termos da lei de 12 de outubro de 1832**. Coleção de Leis do Império do Brasil. Brasília: DF: Câmara dos Deputados, vol. 1, 1834. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis> > Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Decreto n. 1.331 A de 17 de fevereiro de 1854. **Aprova o regulamento para reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte**.

Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>> Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Anexo A, n.º 2. In: **Relatório da repartição dos negócios estrangeiros apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 9ª legislatura pelo respectivo ministro e secretário do Estado o Visconde de Abaeté**. Rio de Janeiro: tipografia Universal de Laemmert, 1855. p. 4-5. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores> Acesso em: 14 ago. 2021.

CASTANHA, André Paulo. **Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889**. Francisco Beltrão: Unioeste – Campus de Francisco Beltrão; Campinas: Navegando Publicações, 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: DUARTE, Regina Horta [et. al.] (org.). **Educação modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FERREIRA, Akistenia Elza Santos. **A institucionalização dos concursos gerais para professores de primeiras letras na província sergipana (1832-1858)**. 2016. 115p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2016.

FOUCAULT, Michel. Disciplina. In: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão: tradução de Raquel Ramallete**. 42. ed. Patropolis, Rio de Janeiro: vozes, 2014. p. 133-219.

GONDRA, José Gonçalves; SHUELER, Alessandra. Educação. **Poder e Sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

SANTANA, Leyla Menezes de. **Os professores primários em Sergipe: rupturas e permanências no ofício docente (1827-1838)**. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed., rev. 1. reimpr. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval (et. al.) **O Legado educacional do século XIX**. 2 ed. Campina, SP: Autores Associados, 2006.



VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres**: a educação doméstica como prática das elites no Brasil de oitocentos. 2004. 336f. Tese (doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: < https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=4624@1> Acesso em: 25 ago. 2021.





SEÇÃO IHGSE

2º SIMPÓSIO
CONSTITUIÇÃO DE
SERGIPE
(Em comemoração
aos 30 anos de
promulgação da
Constituição do Estado
de Sergipe)

Igor Leonardo Moraes Albuquerque*

A Constituição garante os direitos do homem do povo, ampara o cidadão comum, resguarda a dignidade da pessoa, valoriza a vida na medida em que assegura a preservação do meio ambiente, introduz novos conceitos de prática e operacionalização da doutrina de segurança pública.
[Trecho de discurso do Deputado Guido Azevedo na Sessão Solene de Promulgação da Constituição Estadual]

217
»»»-«««

Constituição de Sergipe: 30 anos já se passaram desde a sua promulgação. Em 05 de outubro de 1989 o Presidente da Assembleia Estadual Constituinte, Deputado Guido Azevedo, erguendo o autógrafo da nova Carta em sua mão direita declarou-a promulgada “pelo progresso de nosso Estado, pelo bem-estar do seu povo”.

Estava encerrada em Sergipe, então, a tarefa dada aos Estados brasileiros, um ano antes, pelo art. 11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, segundo o qual cada Assembleia Legislativa, com poderes constituintes, deveria elaborar a Constituição

1 Subsecretário-Geral da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe e Coordenador Científico do 2º Simpósio Constituição de Sergipe, 1º Vice-Presidente do IHGSE. Advogado. Especialista em Direito Constitucional e em Direito Educacional. Este discurso foi proferido pelo Subsecretário-Geral da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe e Coordenador Científico do 2º Simpósio Constituição de Sergipe, Igor Leonardo Moraes Albuquerque, na solenidade de abertura do referido simpósio, em alusão aos 30 (trinta) anos de promulgação da Constituição do Estado de Sergipe. A solenidade referida integrou as celebrações pelos 30 (trinta) anos da Constituição Estadual, promulgada a 5 de outubro de 1989. Auditório “Governador José Rollemberg Leite”, no Palácio da Justiça “Tobias Barreto de Menezes”, edifício-sede do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, em 8 de outubro de 2019.

do respectivo Estado no prazo de um ano contado da vigência da Carta Federal.

A Assembleia Estadual Constituinte, instalada a 18 de outubro de 1988, foi constituída pelos Deputados Abel Jacó dos Santos, Antônio Arimatéa Rosa, Aroaldo Alves de Santana, Carlos Alberto de Oliveira, Dilson Cavalcante Batista, Djalma Teixeira Lobo, Djenal Tavares Queiroz, Elizário Silveira Sobral, Francisco Modesto dos Passos, Francisco Teles de Mendonça, Guido Azevedo, Hildebrando Dias Costa, Jerônimo de Oliveira Reis, Joaldo Vieira Barbosa, José Carlos Machado, Laonte Gama da Silva, Luciano Andrade Prado, Luiz Antônio Mitidieri, Marcelo da Silva Ribeiro, Marcelo Déda Chagas, Nicodemos Correia Falcão, Nivaldo Silva Carvalho, Reinaldo Moura Ferreira, Rosendo Ribeiro Filho. Posteriormente, Nelson Araújo também veio a participar dessa Constituinte. Era Governador do Estado o Dr. Antônio Carlos Valadares e foram Presidentes deste Tribunal de Justiça, o Desembargador Antônio Machado [quando da instalação da Constituinte] e o Desembargador Fernando Ribeiro Franco [quando da promulgação da Constituição].

218



Deve ter sido mesmo um momento histórico ímpar com o Brasil saindo de um regime de exceção e reencontrando-se com a democracia. A população cheia de perspectivas e de esperança em um futuro de liberdade e desenvolvimento; e os Constituintes bem representaram esse sentimento. No dizer do Presidente Guido Azevedo, no discurso de que proferiu por ocasião da promulgação da Carta Estadual em 05 de outubro de 1989:

Não fizemos utopia, não incorremos no erro de sonhar excessivamente. Sonhamos, contudo, sonhamos com um Sergipe melhor, sonhamos com os sergipanos mais felizes; sonhamos com um futuro mais justo. Este o sonho dos Constituintes, este o sonho de todos os sergipanos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, Casa do Povo sergipano, sempre evidenciou e enalteceu a nossa tradição constitucional que remonta há quase 130 anos. Desde a Proclamação da República, existiram em Sergipe sete documentos intitulados “Constituição”, considerando que durante os tempos do império as

então províncias brasileiras não detinham capacidade de auto-organização e de autogoverno.

Desses sete documentos, ou sete “Constituições”, somente cinco foram produzidas por Assembleia Estadual Constituinte: em 1891, 1892, 1935, 1947 e 1989. A Constituição de 1890, adjetivada de “Provisória”, originou-se de decreto do Vice-Governador Lourenço Freire de Mesquita Dantas, que substituíra, na Chefia do Governo, o médico Felisbello Firmo de Oliveira Freire [1º Governador Provisório] e o Capitão de Fragata Augusto Cezar da Silva [2º Governador Provisório], tendo sido produzida tal Constituição segundo instruções do então Governo Provisório da recém-nascida República. Já a Constituição de 1967, adveio de proposta enviada à Assembleia Legislativa [não formalmente convertida em Constituinte] pelo Governador Lourival Baptista, proposta essa formulada por comissão de notáveis do mundo jurídico e parlamentares.

A Constituinte de 1989 produziu, ela própria, com os Deputados e os servidores e técnicos do Poder Legislativo, o anteprojeto de Constituição que figurou como texto-base e ponto de partida dos trabalhos. A partir daí, uma profusão de ideias, sugestões e propostas de modificação foram apresentadas pelos próprios parlamentares, e pelos demais Poderes e órgãos constituídos. Mas não somente pelo poder público: diversas entidades da sociedade civil, após longo hiato de restrições à liberdade de manifestação, também participaram, exercendo a cidadania desde o processo de construção do Texto Constitucional. E a Assembleia Constituinte teve a sensibilidade e, naqueles tempos, a ousadia, de ouvi-las.

A Constituição Estadual de 1989, oriunda das mais legítimas aspirações da sociedade sergipana, documento produzido com fundamento no diálogo incansável de diferentes [e, às vezes, antagônicas] correntes políticas, permanece, hoje ainda, após trinta anos de existência, e contando com quarenta e oito emendas², bem servindo ao Estado, assegurando liberdade a seus cidadãos no regime democrático e federativo, e regulando a ação administrativa dos poderes públicos.

2 Até julho de 2020, já são 52 (cinquenta e duas) Emendas Constitucionais.

A Carta Constitucional de 1989 é resultado, também, da tradição constitucional sergipana. Todo o trilhar, todo o desenrolar da história, com seus acertos e desacertos, estiveram contidos nas Constituições Estaduais pretéritas, que, em um senso de evolução, ecoam até os nossos dias, através da Constituição de 1989, síntese do nosso passado e repositório jurídico das mais altas aspirações de um Sergipe melhor, socialmente justo e mais desenvolvido.

Nestes 30 Anos de Promulgação da Constituição Estadual de 1989, a Assembleia Legislativa, presidida pelo Deputado Luciano Bispo, nos convida a todos para revisitarmos o histórico constitucional de Sergipe, não por simples nostalgia, ou puramente para evidenciar as biografias de grandes tribunos que passaram pelo Legislativo sergipano, ou, ainda, não para lamentar nossas desventuras em períodos onde a democracia estava somente no campo da imaginação, mas, e, principalmente, para que permaneçamos vigilantes e atentos aos valores democráticos, pilares da Carta Constitucional Estadual, seguindo o contido na Constituição da República.

Em 2009, por ocasião dos 20 anos de promulgação da Constituição Estadual, a Assembleia Legislativa promoveu o 1º Simpósio Constituição de Sergipe. A ideia de levar a Constituição Estadual ao escrutínio público em evento de viés técnico e acadêmico não foi inicialmente bem recepcionada por todos na ocasião. Afinal, a Assembleia Legislativa não tinha tradição na realização de tais eventos. Porém, conseguimos sensibilizar o então Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Ulices Andrade, além dos demais Deputados Estaduais de então, a fim de que pudéssemos ter realizado, neste mesmo auditório, a primeira edição deste agora tradicional evento. Na ocasião, era Presidente do Tribunal de Justiça o Desembargador Roberto Porto, que, assim como hoje o faz o Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho, permitiu que, sob este teto, na Casa de Tobias Barreto, a ciência jurídica fosse novamente objeto de discussão dentro do processo de produção e disseminação do conhecimento.

Desde então, a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe vem se preocupando, sobremaneira, com a democratização do



acesso ao Texto Constitucional Estadual. Nos últimos dez anos, a Assembleia Legislativa produziu e distribuiu gratuitamente mais de 50.000 exemplares da Constituição Estadual. Além disso, organizou e mantém atualizado em seu sítio oficial na internet o mais completo acervo da legislação estadual, inclusive dele constando a nossa Constituição sempre atualizada.

Dentro dessa perspectiva, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Luciano Bispo, entendeu como importante não somente a celebração dos 30 anos de promulgação da Constituição Estadual, mas a realização deste Simpósio que ora iniciamos. A Comissão de Organização teve, assim, todo o apoio da estrutura administrativa do Poder Legislativo para que pudéssemos ter, todos nós, o belíssimo espetáculo do conhecimento que se seguirá.

Neste Simpósio, além de temáticas relacionadas à história e à memória da própria Constituinte, procuramos selecionar temáticas jurídicas e, também, de viés político que, atualíssimas, são de elevado interesse para Sergipe, o mundo jurídico, comunidade acadêmica e população em geral.

Trataremos de temas como a rediscussão do Pacto Federativo, área de profundo interesse dos Estados brasileiros, e que está em discussão no Congresso Nacional; democracia na era digital; transparência e acesso à informação; controle de constitucionalidade; educação; meio ambiente; dentre outras. As exposições que serão feitas levarão em conta o arcabouço jurídico-constitucional e será assegurada a participação mediante perguntas aos nossos conferencistas e palestrantes.

Nesse particular, quero, me permita Presidente Luciano Bispo, agradecer, em nome do Poder Legislativo, a todos os conferencistas, palestrantes e debatedores, pela disponibilidade e boa vontade em contribuir com este evento, sem qualquer contrapartida remuneratória. Estão todos aqui, com elevado espírito público, e com a intenção única de colaborar no debate e na disseminação do conhecimento.

Ainda me valendo das palavras do Presidente Guido Azevedo, ditas naquele histórico 05 de outubro de 1989, restaram bem ca-



racterizados os papéis que todos nós, poder público e sociedade, temos que desempenhar nos dias de hoje:

Jurando a Constituição, todos nós, componentes do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, simbolizamos no gesto, a submissão dos Poderes à Lei, mas também, assumimos o compromisso inarredável de fazê-la cumprida, respeitada, obedecida, sejam quais forem as circunstâncias.

... a nossa tarefa ainda está inconclusa, pois teremos todos, representantes dos Poderes e sociedade civil, de nos transformar nos guardiões permanentes da indispensável submissão aos mandamentos da nova Carta Constitucional.

222



Concluo esta alocução, resumindo o espírito dos nossos Constituintes, nas célebres palavras do Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, quando da promulgação da Constituição Federal de 1988:

A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo. A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria.

Que nós, sergipanos, continuemos a guardar esse espírito; que tenhamos a certeza, a convicção, de que não existem alternativas seguras para nossa sociedade fora da Constituição; não desprestigiemos, pois, os altos valores democráticos que aqueles que nos precederam tanto lutaram para nos assegurar.

VII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste

Terezinha Alves de Oliva
Presidente da Comissão Organizadora

Em 2018, quando se realizou no Recife o VI Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste, comemorativo do bicentenário da Revolução Pernambucana de 1817, foi aprovada a proposta para que Sergipe sediasse o próximo Congresso, por ocasião do bicentenário da Emancipação Política do Estado. Não se contava que a partir de março de 2020 chegasse ao País a pandemia do coronavírus, impedindo viagens, reuniões e aglomerações. A programação comemorativa do bicentenário foi altamente prejudicada e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe se viu impedido de realizar o Congresso programado. Transferiu-o para 2021, na expectativa de que a pandemia tivesse se afastado, mas sem perspectivas disso, e quando já haviam morrido mais de 5.000 sergipanos, a Diretoria ficou convencida de que a solução seria realizar o Congresso virtualmente. Para tanto, contou com o apoio inicial da Assembleia Legislativa de Sergipe e com a parceria do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A proposta recebeu a adesão dos participantes do grupo de WhatsApp dos Institutos Históricos do Nordeste e os contatos que se seguiram garantiram a participação de representantes de oito Institutos Históricos dos Estados e de vários Institutos Históricos Municipais. Dessa forma, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe pôde cumprir o compromisso assumido, realizar uma boa programação, estreitar o contato com os outros Institutos na região e fechar as comemorações alusivas ao bicentenário da Emancipação Política de Sergipe. Para registrar este fato, publicamos abaixo a Ata do Congresso e o Documento Final emitido a partir dos pronunciamentos, palestras e discussões havidos na ocasião.

Ata do VII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste

No período de 13 a 15 de julho de 2021 ocorreu em formato on-line, o VII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste, a partir de Aracaju, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), contando com a parceria da Universidade Federal de Sergipe através do Programa de Pós-Graduação em História/PROHIS, e com o apoio da Assembleia Legislativa de Sergipe. Programado para integrar as comemorações pelo bicentenário da Emancipação Política de Sergipe, em 2020, o Congresso só pôde ser realizado de modo virtual, em 2021, tendo em vista o estado da pandemia Covid 19 que impossibilitou os encontros presenciais. O certame reuniu os Institutos Históricos do Nordeste visando estreitar os laços entre eles e compartilhar a busca de caminhos para fortalecer a sua atuação. Seguindo o modelo do VI Congresso, acontecido na cidade do Recife em 2018, congregaram-se Institutos Históricos de oito estados nordestinos e Institutos Históricos municipais, desta vez com a presença destes representando vários estados. A programação foi aberta, no dia 13 de julho, com a participação do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Victorino Coutinho Chermont de Miranda e das Presidentes dos Institutos Históricos de Pernambuco, Margarida Cantarelli e de Sergipe, Aglaé d'Ávila Fontes. Esta, discorrendo sobre o poder da palavra e referindo-se às paisagens e ao patrimônio imaterial sergipano, apresentou os votos de boas-vindas, recebendo e saudando os congressistas, no que foi secundada pela coordenadora da Comissão Organizadora do Congresso, Terezinha Alves de Oliva, que tratou da programação como forma de celebração do bicentenário da independência de Sergipe. Já a presidente Margarida Cantarelli realçou a importância do Congresso e falou do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, da relevância do seu acervo e das atividades desenvolvidas, convidando para os cento e sessenta anos daquela Casa, a serem comemorados em 2022, enquanto teceu considerações a respeito da produção historiográfica dos Institutos Históricos. O presidente do IHGB destacou o papel dos congressos, encontros e colóquios para a articulação do



Sistema Nacional dos Institutos Históricos, ciente de que, através deles, a comemoração do bicentenário da Independência do Brasil terá abrangência nacional. Informou que tem em mente realizar um colóquio nacional dos Institutos Históricos com este objetivo. Referiu-se às manifestações que precederam à Independência, lembrou o processo de emancipação de Sergipe e disse que é preciso pensar o que os duzentos anos significaram para a construção da nação e para a presença do Brasil no concerto das nações. Depois de enumerar iniciativas do IHGB neste sentido, enfatizou a necessidade de os Institutos se empenharem no debate sobre os duzentos anos e continuarem a ser espaços dialógicos entre as diversas correntes da historiografia, mormente em meio à polarização ora existente na sociedade brasileira. Já no dia 14 de julho aconteceram duas Mesas-redondas dedicadas a abordar a situação atual das instituições. Coordenada pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, José Augusto Silva Oliveira, a primeira delas discutiu o tema “Os Institutos Históricos e a pandemia: inovação, estratégias de sobrevivência.” Participaram os Presidentes Eduardo Moraes de Castro, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Ormuz Barbalho Simonetti, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; Antônio Fonseca dos Santos Neto, do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e o Vice-presidente Jean Patrício da Silva, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Já a segunda Mesa, com o tema “Os Institutos Municipais e seu âmbito de atuação” foi coordenada pelo Presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Goiana, Pernambuco, Harlan Gadelha Filho e teve a participação da Vice-presidente Maria Bertolina Costa, do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias (Maranhão) e dos Presidentes Reginaldo Pereira do Nascimento, do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba (Piauí), José de Souza Pequeno Filho, do Instituto Histórico e Geográfico de Serra Branca (Paraíba) e Ivonete Xavier do Instituto Histórico Geográfico e Cultural de Garanhuns (Pernambuco). Na ocasião foi lançado o livro “Asas para Vitória de Santo Antão, de autoria de Pedro Humberto Ferrer de Moraes, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Vitória de Santo Antão (Pernambuco), com apresentação de Cristiano Pilako, Vice-presidente do mesmo Instituto. Já no dia 15 de julho, houve duas sessões



comemorativas e a sessão de Encerramento. A primeira, em homenagem ao bicentenário da Emancipação Política de Sergipe, teve palestra da Professora Doutora Edna Maria Matos Antônio, da Universidade Federal de Sergipe, que abordou o tema “Tradição e modernidade política na Independência do Brasil em Sergipe (1820-1822)” com coordenação de Tereza Cristina Cerqueira da Graça, Segunda Vice-presidente do IHGSE. Na ocasião foram lançados os livros “Sergipe Colonial: uma Capitania Esquecida” da historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva e “Felisbelo, Thetis e Ibarê : contribuição aos estudos de História da historiografia”, de autoria do ex-Presidente do IHGSE, historiador Samuel Albuquerque. Os livros foram apresentados por Terezinha Alves de Oliva, Oradora do mesmo Instituto. A segunda sessão, coordenada pelo Segundo Secretário do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Álvaro Queiroz, homenageou o bicentenário da Junta Governativa de Goiana e da Convenção de Beberibe, com palestras dos Professores Doutores Josemir Camilo de Melo, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Goiana e George Cabral de Souza, Presidente do Instituto Histórico de Olinda. Em todas as sessões houve participação dos congressistas através do chat e o registro da presença de sócios de vários Institutos dos estados e municípios, o que pode ser revisto no canal do Youtube da TV UFS. No Encerramento houve reunião dos Presidentes dos Institutos Históricos, registrando-se as presenças dos Institutos de Sergipe, Bahia, Pernambuco, Piauí, Alagoas (representado por Álvaro Queiroz) e Paraíba (representado por Josemir Camilo de Melo), tendo justificado as ausências o Presidente do Instituto do Maranhão, que estava envolvido no processo eleitoral para a Diretoria da entidade e o Presidente do Instituto do Rio Grande do Norte, que não conseguiu participar por problemas técnicos. A sessão foi presidida pelo Vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Igor Albuquerque e contou também com a participação da coordenadora da Comissão Organizadora do Congresso, Terezinha Alves de Oliva, que usou da palavra para agradecer, no momento oportuno. Pronunciaram-se todos os presentes, avaliando positivamente o Congresso e destacando a sua organização, tendo sido enfatizada a possibilidade de que o formato on-line permita encontros e reuniões mais frequentes. O presidente



do Instituto Histórico do Piauí, Antônio Fonseca Neto, sugeriu que seja feita uma reunião, no prazo de dois meses, para ser discutida a comemoração do bicentenário da Independência do Brasil, em 2022, pelos Institutos Históricos do Nordeste, tendo em vista o estudo dos processos da Independência nos respectivos estados. Provocando os Institutos a abandonarem o termo “historiografia regional”, reafirmou que todos fazem historiografia brasileira, sem que seja menor do que aquela produzida nos centros hegemônicos do país. Após terem os presidentes ou seus representantes, declarado que não apresentariam candidaturas para sediar o próximo Congresso, o presidente Eduardo Castro de Moraes apresentou a proposta de realizá-lo na Bahia em 2023, ano em que se comemorará o bicentenário do 2 de julho e o centenário do prédio sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, passando a ser considerado este ano de 2021, de realização do VII Congresso, para o intervalo dos dois anos entre os certames. Aclamada a proposta, o coordenador da sessão declarou que o VIII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste será realizado pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 2023. Finalmente, usou da palavra, para fazer o encerramento, a Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), Aglaé d'Ávila Fontes, que falou sobre o IHGSE e suas realizações, agradeceu aos Institutos estaduais e municipais, à Diretoria do IHGSE, à Comissão organizadora do Congresso e aos congressistas, destacando o trabalho dos estagiários do Instituto e da Universidade, aos quais homenageou. Agradeceu a parceria com a Universidade Federal de Sergipe através do Programa de Pós-Graduação em História e da TV UFS e o apoio da Assembleia Legislativa de Sergipe. Após convidar para uma visita virtual ao prédio do IHGSE, anunciou a apresentação do Hino Sergipano e deu por encerrados os trabalhos do VII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste, despedindo-se de todos. Para constar, eu, Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, Segundo Secretário do IHGSE, lavrei esta ata que ficará como memória do Congresso.

Documento Final do VII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste

Os Institutos Históricos do Nordeste, reunidos no seu VII Congresso, ocorrido a partir de Aracaju, de 13 a 15/07/2021, reafirmaram a importância destas instituições na vida cultural brasileira, empenhadas que estão na guarda da memória, na difusão da pesquisa histórica, no estímulo aos estudos geográficos, arqueológicos, genealógicos e culturais, realçando os acervos que mantêm à disposição dos pesquisadores e os rituais que preservam a celebração de marcos identitários.

Presentes em todos os estados e em vários municípios da região, os Institutos Históricos encaram dificuldades de manutenção e sobrevivência que foram agravadas pela situação de pandemia ora enfrentada pelo País. Muitos Institutos diminuíram os seus dias de funcionamento ou até suspenderam temporariamente as atividades presenciais, embora não tenham saído de cena, mantendo reuniões, cursos, palestras, programas e sessões comemorativas em modo virtual, ajustando-se às mídias sociais e cuidando da edição das suas revistas.

Contra todas as adversidades, estas instituições privadas, sem fins lucrativos, continuam prestando um incontornável serviço à sociedade, pelo qual nem sempre têm recebido o necessário apoio. Desde os institutos centenários presentes em grande parte dos estados, até os mais jovens institutos municipais, todos têm se mostrado resilientes e capazes de revitalizar-se. Mas este imenso esforço pode ser insuficiente, considerando o quadro atual, em que muitos deles deixaram de receber apoio oficial e tiveram perdas de rendas que garantiam a sua manutenção.

Pretendendo apontar saídas, os Presidentes dos Institutos que se manifestaram nas sessões do VII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste, não se limitaram à denúncia da situação e ao apelo à necessária cooperação do poder público, mas estimularam os Institutos Históricos a se organizarem para a busca de captação de recursos, a ampliarem as suas formas de articulação, união e troca de experiências, a estarem dispostos à parceria entre institutos e à atualização constante no uso das mídias sociais.



Os Presidentes avaliaram unanimemente o sucesso do Congresso realizado de forma virtual, parabenizando o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e destacando a possibilidade de maior comunicação por esse meio, assim como a necessidade de ocorrência de reuniões e encontros visando à condução das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil, a ocorrer em 2022. A este respeito o Congresso firmou posição que encoraja o debate sobre a interpretação única, centrada no processo ocorrido no Sudeste do Brasil, convocando todos à pesquisa e à produção historiográfica sobre os processos da Independência vivenciados nos diversos estados do Nordeste, rejeitando o entendimento de que essa produção seja vista como historiografia regional, distinta da historiografia nacional.

Na reunião que encerrou os trabalhos foi escolhido o local que deverá abrigar o VIII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste. Presentes ou representados, os Presidentes dos Institutos Históricos da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Piauí, foi aclamada a proposta apresentada pelo Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que se dispôs a realizar o VIII Congresso em 2023, quando da celebração do bicentenário do 2 de julho e do centenário do prédio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Aracaju, 15 de julho de 2021.





HOMENAGEM PÓSTUMA

Homenagem à memória de quem cuidou da nossa memória

Terezinha Alves de Oliva

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe deve uma homenagem ao professor e pesquisador laranjeirense **Pedrinho dos Santos**, que nos deixou em 19/12/2018, aos setenta e três anos. Nunca é tarde para realçar a importância desse antigo membro do Sodalício, colhido pela morte em plena atividade intelectual, que deixou uma lacuna ainda não preenchida. Pedrinho dos Santos se fez pesquisador em história já maduro, depois de uma trajetória que inclui as experiências de um menino pobre, filho do ferroviário Rosalvo dos Santos e da dona de casa Maria Victória dos Santos. Na luta pela vida, não regateou trabalho: prestou concurso para a Leste Brasileiro, invalidado quando do golpe civil-militar; cursou a Escola de Auxiliar de Enfermagem de Sergipe, tendo atuado no Hospital de Cirurgia; trabalhou como auxiliar de almoxarife da Companhia de Cimento Portland; foi professor de Educação Física, pesquisador do IBOPE, vendedor de material escolar e de escritório e foi também radialista. Toda essa trajetória, que compreende a colaboração em jornais e revistas, como a Gazeta de Sergipe, a Tribuna de Aracaju, a Revista Alvorada e órgãos de fora do estado, está relatada no primeiro livro do homenageado e tem aqui o depoimento do amigo professor Lourival Santana Santos, a quem agradeço.

Na década de sessenta, o jovem Pedrinho tentou estudar na então União Soviética e, quando se viu impedido de fazê-lo, entrou para o Curso de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe. Teve problemas com o regime militar, já que esteve envolvido na política estudantil e chegou a ser eleito, em 1976, presidente do Diretório Acadêmico João Ribeiro (área



de Ciências Humanas), além de ter representado os estudantes sergipanos nos debates para reinstalação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Tendo cumprido suspensões que atrapalharam o Curso, terminou mudando e graduando-se em História. Ao lado da atividade política, Pedrinho dos Santos participou ativamente da vida acadêmica do Curso de História, como Monitor, por vários semestres, da disciplina Introdução aos Estudos Históricos. Nesta função, que eu acompanhei de perto, atendia com presteza às tarefas, fosse para esta professora ou para os colegas que se iniciavam em História, sempre com muita disponibilidade, apoiando-os e ajudando-os nos trabalhos que incluíam iniciação à pesquisa histórica e, principalmente, o manejo das fontes.

Uma vez graduado como professor de História, atuou na rede estadual e foi membro do corpo docente do ensino superior, nos cursos do Centro de Estudos do Desenvolvimento, sediado em São Paulo. Entretanto, sempre demonstrou a sua preferência e habilidade pela área da pesquisa histórica e pelo trabalho em instituições de memória. No Arquivo Público do Estado de Sergipe, foi chefe da seção cultural. Em 1979, chegou a integrar o Projeto Barão do Rio Branco na pesquisa “Resgate das Fontes Históricas das Capitânicas de Sergipe e Bahia existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa”. Junto com o professor da UFS Lourival Santana Santos, esteve então em Lisboa, Portugal, mas problemas de saúde o impediram de continuar, inadaptado ao clima do inverno europeu. Ao retornar, continuou sua faina de professor da rede pública estadual, mas passou a atuar no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

Presidia o IHGSE, desde 1972, a professora Maria Thetis Nunes. Sua gestão estendeu-se por mais de trinta anos e enfrentou períodos de muita dificuldade, em que ela teve que adaptar as atividades do Instituto, para garantir-lhe a continuidade. Como mostra DANTAS (2012) até as reuniões de Diretoria escassearam; as sessões solenes se tornaram raras e a Revista não pôde cumprir regularmente a sua periodicidade. Em algumas fases o Instituto limitou-se a atender à rotina burocrática e se mantinha aberto para eventuais leitores e pesquisadores. Mas o mesmo autor considera que a qualidade



dos serviços burocráticos teve então uma grande melhoria com a chegada de Maria Benemérita Vilela em 1979, contratada como secretária administrativa e orientadora de pesquisa e, de 1982 a 1987, com a atuação de Pedrinho dos Santos. Ambos graduados em História, seus nomes são inscritos na história do Instituto pela elevada contribuição que prestaram à Casa de Sergipe. Como diz DANTAS (2012:330), “com esses quadros, Vilela e Santos, houve algumas providências no sentido de organizar a vida da instituição. Surgiram os relatórios anuais de atividades e houve ações reveladoras de zelo pelo patrimônio, tais como a expedição de ofícios pedindo aos sócios a devolução dos livros do IHGSE que guardavam em casa.”

Assim, por diligência de Benemérita Vilela e Pedrinho dos Santos, o IHGSE pôde realizar importantes ações de proteção ao acervo, apesar das inúmeras dificuldades. No caso de Santos, foram seis anos de atuação diligente, solícita e cuidadosa que colaborou de modo fundamental para que o Instituto mantivesse as atividades básicas, como casa receptiva aos que a procuravam para pesquisar ou simplesmente para ler livros e jornais do seu acervo: isto, como reconhece DANTAS, foi importante para a permanência das atividades, impedindo que o Instituto interrompesse a sua trajetória. Mas a atuação de Pedrinho dos Santos ultrapassou aquele período, pois ele continuou como sócio e até como membro da diretoria (primeiro secretário), emprestando apoio e trabalho à Casa de Sergipe. Das atividades do IHGSE uma das mais importantes é a publicação da sua Revista. O professor Pedrinho ajudou a mantê-la, com a organização de alguns números, como aconteceu com o número 33, relativo aos noventa anos do Instituto, que engloba o período 2000-2002 e que foi por ele organizado.

Não há dúvidas de que a passagem do homenageado pela Casa de Sergipe aumentou a sua intimidade com as fontes históricas e o preparou para voos mais altos. Ele tentaria um concurso para o Departamento de História da UFS, em que não foi bem-sucedido, mas em 1995, convidado por Luiz Antônio Barreto, foi trabalhar em outra casa de memória, a Biblioteca Pública Epifânio Dórea. Esta, a instituição pública de cultura mais antiga de Sergipe, fundada em 1848, guarda um apreciável acervo de livros, jornais, fotografias,



revistas que passaram a ter em Pedrinho dos Santos o seu maior conhecedor. Ele praticamente fez da Biblioteca a sua própria casa, pois de lá só saía, praticamente, para ir dormir. Não era raro encontrá-lo no expediente estendido, pois quando havia eventos noturnos na Biblioteca, ele ainda podia ser visto lá. A mesma cortesia, o mesmo interesse pelo acervo o fazia figura notória da Biblioteca, a partir do seu birô imerso no acervo, no meio das estantes, respirando o mesmo ar dos livros de que cuidava.

Ainda em 1984 ele escrevera o trabalho “Instituições Culturais de Sergipe”, inédito, mas muito citado, revelando o conhecimento que acumulara no trato com essas instituições. Sua contribuição à Casa Afro Sergipana, de Severo D’Acelino, assim como às revistas e jornais já citados, é notória. Ele se tornou membro do Conselho Estadual de Cultura, do qual foi presidente, mas Pedrinho dos Santos surpreendeu como autor de livros, por ele mesmo financiados, os quais não vendia, nem apresentava em lançamentos. Decidiu publicar sempre com recursos próprios, os cinco livros com que brindou os amigos e interessados, declarando que o fazia “sem o constrangimento do patrocínio mendicante” (2006). Além de custear as edições, ele distribuía pacientemente os volumes que autografava com afeto e homenagens, enviando-os para a casa dos amigos, sempre carimbados com um “Venda Proibida. Oferta do Autor”.

O “mais humilde dos agrimensores da cultura sergipana”, como ele se intitulou num autógrafo que me fez, revelou-se pesquisador seguro, vasculhando arquivos aqui e alhures, anexando documentos na íntegra e apresentando novidades à discussão da historiografia sergipana. Em estilo seguro, atraente, ele destacou as características da luta entre chefes políticos de Japaratuba no movimento republicano em “A Proclamação da República na Missão de Japaratuba (1990) e estudou a vida do intelectual, maçom e militar laranjeirense Moreira Guimarães em “Moreira Guimarães, um sergipano filósofo do Brasil” (1996), curiosamente dedicado “Aos gays, lésbicas, travestis, negros e prostitutas que abertamente enfrentam e combatem os preconceitos de toda espécie, em todas as partes, em todos os tempos.”



Já no novo século Pedrinho dos Santos publicou, em 2006, “O comedor de Jia”, ensaio baseado em processo contra uma escrava, menor de idade, acusada de ter envenenado o seu senhor, o escrivo de órfãos de São Cristóvão, em 1849. É uma obra de caráter literário, mas que não deixa de apresentar documentação escrita e iconográfica. Já em 2010 ele lançou “A pena de morte em Sergipe e outros relatos da História” que trata das execuções de sentenças de morte na Província de Sergipe e em outros locais do Brasil. Motivou o autor a afirmativa corrente de que o Imperador Pedro II teria abolido a pena de morte no País a partir da execução de um réu inocente em Itabaiana, Sergipe. O autor, baseado em extensa pesquisa, contesta tal afirmação e em uma segunda edição da obra, em 2014, acrescenta novos documentos iconográficos e escritos.

Assim foi Pedrinho dos Santos, nome ligado às instituições de memória, ao ensino, à pesquisa histórica, à escrita da história. Três grandes casas de memória guardam, da passagem dele, a marca indelével. O Arquivo Público do Estado de Sergipe deu à sua Sala de Consultas o nome do professor; na Biblioteca Epifânio Dória a sua figura é inesquecível e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe reconhece, agradecido, o seu trabalho meritório. A obra de 2014 anunciou um próximo livro que não chegou a ser publicado, o que denuncia a existência de originais inéditos que indicam uma obra mais extensa. Vale a pena ler os escritos do professor Pedrinho dos Santos que, pelas características da personalidade do autor, ficaram à margem do circuito, sem vendas, sem lançamentos, com uma distribuição centralizada e limitada por recursos próprios. Pedrinho era cortês, discreto, humilde, prestativo e um militante da guarda da memória sergipana. Seus livros denunciam marcas do preconceito racial que enfrentou, ao tempo em que divulgam o que parece ter sido o objeto do seu amor maior: documentos históricos, dos quais ele foi também um guardião incansável.



Referências :

ANDRADE, Adailton. **Pedrinho dos Santos: “o guardião da História e Memória Sergipana”**. <https://fontesdahistoriadesergipe.blogspot>. Acesso em 16/12/2021.

DANTAS, José Ibarê. **História da Casa de Sergipe (1912/2012)**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe).

SANTOS, Pedrinho dos. **A Proclamação da República na Missão de Japaratuba**. Aracaju: Infographics, 1990.

_____. **Moreira Guimarães um sergipano filósofo do Brasil**. Aracaju: Edição do Autor, 1996.

_____. **O Comedor de Jia** . Aracaju: Edição do Autor, 2006.

_____. **A pena de morte em Sergipe e outros relatos da História**. Aracaju: Infographics, 2010.

_____. **A pena de morte em Sergipe e outros relatos da História**. 2 ed, Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2014.



Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 51. v. 2 | Aracaju-SE | 2021



ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

VOLUME 2

Dossiê Culturas populares

Editores

Tereza Cristina Cerqueira da Graça (IHGSE)
José Vieira Cruz (UFS/IHGSE)
Cristiano Ferronato (UNIT/IHGSE)

Conselho Editorial

Antônio Fernando de Araújo Sá (UFS/IHGSE)
Giliard da Silva Prado (UFU/IHGSE)
Joaquim Tavares da Conceição (UFS/IHGSE)
João Paulo Gama Oliveira (UFS/IHGSE)
Josefa Eliana Souza (UFS/IHGSE)
Lourival Santana Santos (UFS/IHGSE)
Maria Neide Sobral (UFS/IHGSE)
Samuel Albuquerque (UFS/IHGSE)
Terezinha Alves Oliva (UFS/IHGSE)
Vera Lúcia Alves França (UFS/IHGSE)
Wagner Gonzaga Lemos (IFPE/IHGSE)

Conselho Consultivo

Ângela de Castro Gomes (UNIRIO)
Beatriz Góis Dantas (UFS)
Carla Mary S. Oliveira (UFPB)
Diogo da Silva Roiz (UEMS)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eliana Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Jaime de Almeida (UnB)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
José Ibarê Costa Dantas (UFS/IHGSE)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Líliã Moritz Schwarcz (USP)
Lisiane Sias Manke (UFPeI)
Luiz Alberto Romero (Universidad San Martin, Argentina)
Luisa Tombini Wittmann (UDESC)
Mara Regina do Nascimento (UFU)
Maria Emilia Porto (UFRN)
Mary Del Priore (UNIVERSO/IHGB)
Martha Campos Abreu (UFF)
Mauro Passos (PUC-MG)
Olga Rosa Cabrera Garcia (UFG)
Peter Burke (Cambridge University)
Regina Célia Gonçalves (UFPB)
Roger Chartier (Collège de France)
Roselusia Teresa de Moraes Oliveira (UFS)
Solyane Silveira Lima (UFRB)

Projeto Gráfico | Capa |

Débora Santos Santana
Jeane de Santana

Ilustração de Capa e Miolo

Heli Natá Alcântara Silva

Supervisão

Saulo Almeida Cabral

Brasão da capa

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Diagramação

Adilma Menezes

APOIO



Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual no 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução no 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal no 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

NÚMERO 51

VOLUME 2:

Dossiê: Culturas populares

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

EDITORA

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Aracaju-SE | 2021

Ficha catalográfica elaborada por Rosângela Soares de Jesus - CRB5/1701

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE
Vol. 2. n. 50 (2021) - Aracaju, SE: O Instituto, 1913-

Anual

Dossiê: Culturas populares

ISSN: Edição impressa 1981-7347

1. Sergipe. 2. História. 3. Cultura popular

I. Título II. Assunto III. IHGSE

CDU 94(813.7)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: Sumários de Revistas Brasileiras - <http://www.sumarios.org/revistas/revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-sergipe>



Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

*Rua Itabaianinha, nº 41,
Aracaju - Sergipe, 49010-190.*

Fundado em 6 de agosto de 1912

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Governador do Estado de Sergipe
Belivaldo Chagas Silva

Presidente da Assembleia do Estado de Sergipe
Deputado Luciano Bispo de Lima

Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe
Des. Edson Ulisses de Melo

DIRETORIA

Presidente
Agláé D'Ávila Fontes

Primeiro Vice-Presidente
Igor Leonardo Moraes Albuquerque

Segundo- Vice-Presidente
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

Secretário-Geral
Jose Rivadálvio Lima

Primeiro- Secretário
Adriano Torres de Azevedo

Segundo Secretário
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo

Oradora
Terezinha Alves de Oliva

Primeiro- Tesoureiro
Ancelmo de Oliveira

Segundo- Tesoureiro
Paulo Amado Oliveira

Diretora do Arquivo e da Biblioteca
Rosângela Soares de Jesus

Diretor do Museu e da Pinacoteca
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo

QUADRO SOCIAL

Sócios Honorários
Jackson da Silva Lima (Pesquisador)
Josué Modesto dos Passos Sobrinho
(Secretário de Estado da Educação de SE)

Sócios Beneméritos
Antônio Carlos Valadares
(Ex-Governador de Sergipe)
João Alves Filho
(Ex-Governador) Falecido
João Gomes Cardoso Barreto
(Ex-Secretário de Educação de Sergipe) Falecido

José Carlos Mesquita Teixeira
(Ex- vice- Governador) Falecido
Luiz Eduardo de Magalhães
(Ex-vice Presidente da ACESE) Falecido

Maria do Carmo Nascimento Alves
(Senadora)

Itamar Freitas de Oliveira
(Professor)

Verônica Maria Menezes Nunes
(Professora)

Gilton Feitosa Conceição
(Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe)

José de Oliveira Junior
(Conselheiro da AGRASE)

Francisco Guimarães Rollemberg
(Ex-senador)

Sócios Efetivos

Adailton dos Santos Andrade
Adriano Torres de Azevedo
Afonso Barbosa de Souza
Aglaré d'Ávila Fontes
Albano do Prado Pimentel Franco
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria Fonseca Medina
Ancelmo de Oliveira
Andréa Torres de Azevedo
Anita Rocha Paixão Sotero
Antônio Carlos dos Santos
Antônio Carlos Sobral de Souza
Antônio Fernando de Araujo Sá
Antônio Francisco de Jesus
Antônio Lindvaldo Souza
Antônio Porfirio de Matos Neto
Antônio Samarone de Santana
Beatriz Góis Dantas
Bruno Gonçalves Álvaro
Carlos Pina de Assis
Claudefranklin Monteiro Santos
Claudiomiro Alves Rocha
Clea Maria Brandão de Santana
Cleber Vieira Silva
Clóvis Barbosa de Melo
Cristina de Almeida Valença
Darcilo Melo Costa
Djalmino Mota Moreno
Edmilson Menezes Santos
Ednalva Freire Caetano
Edson Ulisses de Melo
Eduardo Antônio Seabra
Eugênia Andrade Vieira da Silva
Eva Maria Siqueira Alves
Evande dos Santos
Fabrícia de Oliveira Santos
Fernando Jose Ferreira Aguiar
Francisco Jose Alves dos Santos
Gerson Vilas Boas
Gilvan Rodrigues dos Santos
Hélio José Porto
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Irineu Silva Fontes Júnior
Jane Alves Nascimento Moreira de Oliveira
Jane Guimarães Vasconcelos Santos
Jean Marcel d'Ávila Fontes de Alencar
João Francisco dos Santos
João Paulo Gama Oliveira
Joaquim Tavares da Conceição
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson do Nascimento
José Antônio Santos
José de Oliveira Brito Filho
José Eduardo de Santana Macedo
José Francisco da Rocha
José Hamilton Maciel Silva
José Hamilton Maciel filho
José Ibarê Costa Dantas
José Lima Santana
José Vieira da Cruz
Josefa Eliane Souza

Juvenal Francisco da Rocha Neto
José Iran Barbosa
Jodoval Luiz dos Santos
José Rivadálvio Lima
Kleber Luiz Gavião Machado de Souza
Lenalda Andrade Santos
Lilian de Lins Wanderley
Lorena de Oliveira Souza Campello
Lourival Santana Santos
Lúcio Antônio Prado Dias
Luiz Eduardo Alves de Oliva
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo
Luiza Maria da Costa Nascimento
Marcelo da Silva Ribeiro
Márcio Carvalho da Silva
Marcos Antônio Almeida Santos
Marcos Antônio de Melo
Maria Socorro Soares dos Santos
Maria Izabel Carregosa de Carvalho Vieira
Maria Neide Sobral da Silva
Mário Luiz Britto Aragão
Marlene Alves Calumby
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Manoel Alves de Souza
Natalia Amado
Neuza Maria Góis Ribeiro
Patrícia Verônica Sobral Carvalho de Souza
Paulo Amado Oliveira
Petrônio Andrade Gomes
Renata Ferreira Costa Bonifácio
Rômulo de Oliveira Silva
Rosângela Soares de Jesus
Rusel Marcos Batista Barroso
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Sandra Maria Natividade
Saumineo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Suely Cristina Silva Souza
Sura Souza Carmo
Tadeu Cunha Rebouças
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Valéria Aparecida Bari
Vera Lúcia Alves França
Vilder Santos
Wagner Gonzaga Lemos
Wanderfranklin Rolim de Almeida Santos
Wanderlei de Oliveira Menezes

Quadro de Funcionário

José Carlos de Jesus (Serviços Gerais)

Estágio Remunerado:

Glauco Ferreira Gomes (História)
Josieli Santos Oliveira (Administração)
Júlio Cezar dos Santos Barbosa (Biblioteconomia)
Milena Rocha da Conceição (História)

Estágio Curricular Supervisionado:

Daniel Porciuncula dos Santos Pereira (Biblioteconomia)
Franklin Gabriel Souza dos Anjos (Biblioteconomia)
Kende dos Santos Duarte (Biblioteconomia)
Luane Messias da Costa (Biblioteconomia)
Rayssa Maria Souza Santos (Biblioteconomia)

Sumário

Editorial

Volume 2

Dossiê Culturas Populares:
resistências, identidades culturais,
dinâmicas e pluralidades

Apresentação do Dossiê

Da Rua ao Baile: uma análise sobre a
Carnaval carioca através das imagens
de Marcel Gautherot

“Oh, Zé, O Samba de Aboio é aqui” Um
estudo sobre a relação do alimento
tradicional, memórias e identidades no
Samba de Aboio do Povoado Aguada-
Carmópolis/SE

Capital cultural entre agricultores
familiares: da labuta ao (en) canto

História/Memória e Narrativa
Decolonial: identidade cultural e
diáspora indígena Xokó (1978 – 2021)

243 Tereza Cristina Cerqueira da Graça
José Vieira Cruz
Cristiano Ferronato

253 Denio Azevedo
Fernando Aguiar

259 Alexandre Pinto de Souza e Silva

283 Luana Almeida de Jesus
Denio Santos Azevedo

313 José Franco de Azevedo
Sônia Pinto Albuquerque de Melo

339 Ivanilson Martins dos Santos

Quilombo, Cultura negra e cultura popular sergipana

363 *Maria Taires dos Santos*
Roberto dos Santos Lacerda

Cultura popular, patrimônio e paisagem: entrelaços de resistências e reexistências

387 *Maria Augusta Mundim Vargas*

SEÇÃO LIVRE

Saber tradicional e conhecimento científico: a perspectiva de um pesquisador iniciado

413 *Arivaldo de Lima Alves*

RESENHA

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014, 133p.

437 *Danilo Mota de Jesus*

SEÇÃO IHGSE

Homenagem aos que partiram
Estácio Bahia Guimarães
José Gomes Cardoso Barreto
João Alves Filho

445 *Aglaré D'Avila Fontes*

Luiz Eduardo Magalhães
(1938-2021)

453 *Ibarê Dantas*

BALANÇO DE GESTÃO
(2018-2021)

461 *A Diretoria*

Editorial

Este ano de 2021, continuamos vivenciando a pandemia do Coronavírus. Mas agora, como uso de máscaras, vacinas e avanços nas pesquisas, a esperança de superação desta crise sanitária tem se fortalecido. Neste contexto, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, além dos poucos recursos, tem enfrentado dificuldades para adaptar-se as recomendações emitidas pelas autoridades de saúde – distanciamento social, uso de álcool em gel e de máscaras. Não obstante este cotidiano, o sodalício continua servindo à coletividade, especialmente àqueles que acessam nosso acervo para seus estudos, pesquisas e conhecimento.

A Revista do IHGSE, por sua vez, desde sempre, tem sido um importante repositório de fontes, publicações e notícias a respeito dos estudos e pesquisas locais, nacionais e estrangeiros. Este foral, nos últimos anos, também conquistou a avaliação *Qualis A* por parte da CAPES, figurando no salão de entrada das publicações de instituições congêneres. Sem perder de vista a qualidade conquistada, ela, através de seu conselho editorial, tem promovido mudanças. A atual edição ganhou uma nova equipe editorial, recompôs seu Conselho Editorial e, embora mantenha o *design* gráfico anterior, diminuiu o tamanho físico para ajustes de custos. Inaugurando a atual fase editorial, dois temas importantes, mas até então esparsos e/ou pouco recorrentes na trajetória histórica da Revista vieram a lume: “Fases do Espaço Urbano à luz da História, Geografia e do Urbanismo”, no número 51, volume 1 (2021), e “Culturas Populares: resistências, identidades culturais, dinâmicas e pluralidades”, no presente volume. Acrescidos, conforme normativo de



natureza institucional, de informes, discursos, obituários, balanço de atividades e outros textos.

Neste segundo volume, o leitor desfrutará os textos sobre culturas populares, um tema que aparece pela primeira vez na revista na edição de 1926 (n. 11), mediante a publicação de uma conferência de Prado Sampaio proferida dez anos antes no próprio Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em abril de 1916. Vinte e dois anos depois, em 1948, textos sobre “As danças populares de Aracaju”, de Paulo de Carvalho Neto; “A música popular sergipana”, de Manoel dos Passos Oliveira Telles; e “Sol-Quente, do Dira, a Pescadora Santa dos Umbandistas”, de Sebrão Sobrinho, figuram naquela edição.

Nos anos 1960, alguns discursos homenageando João Ribeiro fazem menção ao filólogo sergipano que valorizava a cultura popular em seus estudos (Edição n. 24/1960). No mesmo ano, a edição seguinte traz um texto de Felte Bezerra intitulado “Xangô do Zeca” (Edição n. 25/1960) e, em 1965, “Lendas Sergipanas”, coligidas pelo professor Severiano Cardoso e publicadas no jornal oficial O Estado de Sergipe em 1904.

No final da década de 1970, Beatriz Góis Dantas traz de volta temas da cultura popular sergipana com o texto “Considerações sobre o Tempo e o Contexto dos Autos e Danças Folclóricas em Laranjeiras” (Edição n. 27/1978). Nas décadas seguintes, Felte Bezerra, Francisco José Alves, Clodomir Silva, Amâncio Cardoso e alguns outros, incluindo a própria Beatriz Dantas, publicam textos sobre as histórias do imaginário popular, as festas, o artesanato e a religiosidade. Escritos dispersos em edições dos anos 1980 e 1990 e das duas últimas décadas dos anos 2000.

Somente agora, a Revista do IHGSE abre um volume com um dossiê sobre o tema. Contando com a decisiva colaboração dos professores doutores Fernando Aguiar e Denio Azevedo, da Universidade Federal de Sergipe, foi possível reunir sete textos dentre quase duas dezenas de submissões. Os escritos avaliados versam sobre imagens do carnaval, samba de aboio, cantos de trabalho, cultura negra e identidade de remanescentes indígenas e relações entre cultura popular e paisagem urbana. Além do ineditismo, articulação teórico-metodológica e estética textual, os artigos aprovados escul-



pem a diversidade, riqueza e significado próprios deste campo de experiências, costumes e tradições.

A Seção Livre, traz um texto que reflete sobre o saber tradicional e o conhecimento científico e a resenha de um livro organizado por Thomaz Tadeu. Já a Seção IHGSE reproduz um discurso, proferido pelo 1º Vice-Presidente da instituição, por ocasião das comemorações dos 30 anos da promulgação da Constituição Sergipana na Assembleia Legislativa de Sergipe; o documento final do VII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste organizado pelo IHGSE, em 2021, e, por fim, uma homenagem póstuma ao sócio Pedrinho dos Santos.

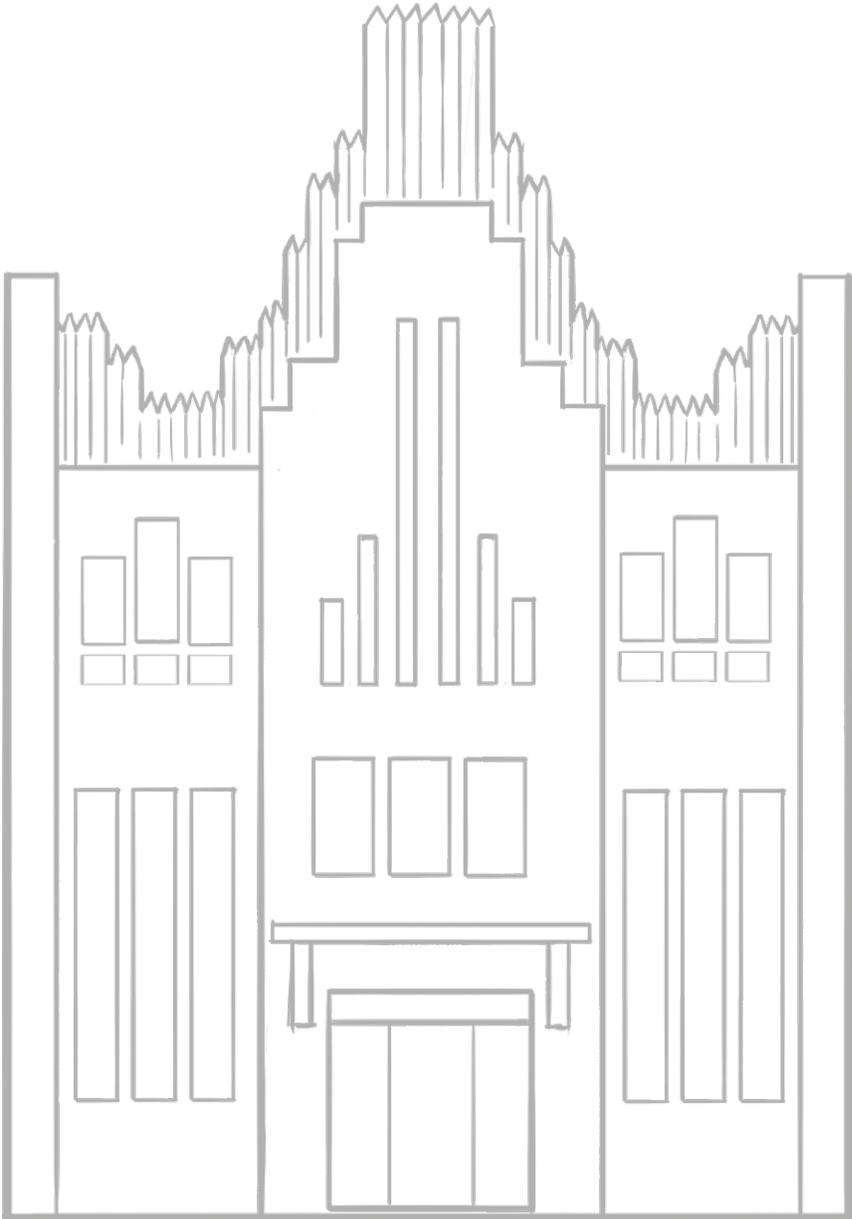
Confirmam.

Os Editores



Nº 51 / Volume 2

Dossiê: Culturas Populares



**Apresentação:
Dossiê Culturas
Populares:
resistências,
identidades culturais,
dinâmicas e
pluralidades.**

*Prof. Dr. Denio Azevedo
Prof. Dr. Fernando Aguiar*

Nas diferentes instituições culturais, sociais e de ensino no Brasil, em diversas áreas do conhecimento, observamos variadas pesquisas e projetos associados às culturas populares. Esse panorama é uma representação da dimensão que as expressões identificadas como “culturas populares” alcançam no país nos últimos anos, principalmente a partir dos chamados Estudos Culturais na Contemporaneidade no contexto das também chamadas Epistemologias Transgressoras, a exemplo dos estudos Descoloniais, Decoloniais e Contra-coloniais.

Esse dossiê surgiu com o propósito de ser um ponto de convergência, um local de encontro e irradiação de produção de conhecimentos localizados nas culturas populares, englobando seus desdobramentos. O seu intuito, mais que reunir pessoas, foi, sobretudo, agrupar a diversidade de olhares e perspectivas numa proposta de caráter plural, seguindo os indicativos da convivência transdisciplinar como campo possível para estabelecer reflexões mais abrangentes tendo como eixo de investigação e produção o campo das práticas culturais populares bem como seus processos de patrimonialização.

A proposta dessa publicação foi reconhecer a presença e a pujança das culturas populares, assumi-las como campo de estudos, sem descartar a sua complexidade e os enfrentamentos epistemológicos necessários para uma publicação responsável, consistente e relevante para a sociedade. As culturas populares são vivenciadas cotidianamente por diferentes grupos sociais. Tais práticas são caracterizadas pela dinâmica social, memória coletiva, identidades culturais e o diálogo com a manutenção de saberes e fazeres.



Foi possível reunir a teoria com a prática. Aqui é possível perceber diferentes entrelaces de resistência e de reexistência entre as culturas populares, as paisagens culturais e o patrimônio cultural. Criamos o ambiente necessário para abraçar as identidades indígenas e quilombolas. Foi um encontro de corpos que se movimentaram para lutar, labutar ou dançar. Esse dossiê chama a atenção para a necessidade de continuar lutando para que as majorias que foram minorizadas conquistem os seus objetivos.

Um representante Xokó, apresenta a importância das lutas pela terra na ilha de São Pedro, em Porto da Folha/SE em novos sentidos de pertencimento desse grupo social. As novas funções sociais, percepções e organizações das comunidades quilombolas do Porto da N'Angola, em Estância; os Mocambos em Porto da Folha, Aquidabã, Carmópolis e Frei Paulo; Palmares de Riachão do Dantas, Zumbi em Poço Verde, Sítio Alto e Serra da Guia demonstram a necessidade de fortalecimento dessas lutas e o quanto as culturas populares, que resistem a partir da sua existência, possuem funções essenciais nessa caminhada.

As práticas de culturas populares estão presentes em diferentes cotidianos. É perceptível o quanto se dança e canta para lutar, sobreviver, subsistir e celebrar. Em Nossa Senhora da Glória/SE, as práticas de cooperação no mundo do trabalho, em um universo rural, são alimentadas por “pisadas” e “batalhões”; por exemplo, para humanizar o árduo trabalho, rememorar cantos e danças, reviver momentos e fortalecer as sociabilidades.

Celebramos com um repertório musical variado, que vai das toadas, trovas e versos aos sambas rurais e urbanos. Entramos numa grande festa popular, regada a alimentos tradicionais, alimentos produzidos pelos agricultores familiares e muita bebida para alimentar o corpo, a alma, as memórias e os imaginários. Aqui, é possível viajar através das narrativas textuais ou imagéticas. Em alguns minutos você pode sambar nas ruas da cidade do Rio de Janeiro das décadas de 1940 e 1950 ou no Samba de Aboio do século XXI, do Povoado Aguada, no município sergipano de Carmópolis.

Embarque nos vagões das culturas populares. Venha somar, lutar, resistir, reexistir e comemorar com a gente. Aprecie cada me-



mento dessa viagem sem moderação. Some-se aos nossos anseios. Traga novos olhares, outras concepções de mundo, multiplique a luta pelo respeito às diversidades e depois nos conte como foi a sua imersão nesse universo de bem-viver com os saberes e fazeres registrados das “encanterias” e “artesanias” dessa gente que sabe o que faz, como faz e o porquê do insistir em fazer. Celebremos juntos as Culturas Populares, suas dinâmicas e processos.





DOSSIÊ
Culturas Populares

Da rua ao baile: uma análise sobre o carnaval carioca através das imagens de Marcel Gautherot

Alexandre Pinto de Souza e Silva

Resumo

Neste texto, buscamos mostrar como o fotógrafo Marcel Gautherot (1910 – 1996) representou o carnaval do Rio de Janeiro através de suas lentes. Conhecido pela sua atuação enquanto fotógrafo-etnógrafo no Museu do Homem e, posteriormente, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Gautherot produziu imagens sensíveis das multidões numa das mais conhecidas festas populares da capital carioca. Em ângulos diferentes e situações inusitadas, analisamos a estética visual do fotógrafo, seguindo os princípios estéticos adquiridos ao longo de sua carreira. Da mesma forma, também buscamos entender o contexto através de sete imagens presentes no acervo pessoal de Gautherot, no Instituto Moreira Salles (IMS), capazes de nos indicar as motivações do fotógrafo e, também, sobre o contexto dos anos 1950, em plena Era Vargas.

Palavras-chaves: Marcel Gautherot; Carnaval; Rio de Janeiro; Fotografia; Anos 1950.

259

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), possui graduação em Bacharel e Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) desde 2019. As áreas de interesse correspondem a: História Cultural, História das Imagens e História do Brasil República.

From the street to the ball: an analysis of rio carnival through the images of Marcel Gautherot

De la calle al baile: un análisis del carnaval de Río a través de las imágenes de Marcel Gautherot

Abstract

In this paper, we seek to show how photographer Marcel Gautherot (1910 – 1996) represented the Rio de Janeiro carnival through his lenses. Known for his work as a photographer-ethnographer at the Museu do Homem and, later, by the National Historical and Artistic Heritage Service (SPHAN), Gautherot produced sensitive images of the crowds in one of the most famous popular festivals in the capital of Rio de Janeiro. From different angles and unusual situations, we analyze the photographer's visual aesthetics, following the aesthetic principles acquired throughout his career. Likewise, we also seek to understand the context through seven images present in Gautherot's personal collection, at Instituto Moreira Salles (IMS), capable of indicating the photographer's motivations and also about the context of the 1950s, during the Vargas era.

Keywords: Marcel Gautherot; Carnival; Rio de Janeiro; Photography; 1950s.

Resumen

En esta investigación buscamos mostrar cómo el fotógrafo Marcel Gautherot (1910 - 1996) representó el carnaval de Río de Janeiro a través de sus lentes. Conocido por su trabajo como fotógrafo-etnógrafo en el Museu do Homem y, más tarde, por el Servicio de Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (SPHAN), Gautherot produjo imágenes sensibles de la multitud en una de las fiestas populares más famosas de la capital de Río de Janeiro. Desde distintos ángulos y situaciones insólitas, analizamos la estética visual del fotógrafo, siguiendo los principios estéticos adquiridos a lo largo de su trayectoria. Asimismo, también buscamos comprender el contexto a través de siete imágenes presentes en la colección personal de Gautherot, en el Instituto Moreira Salles (IMS), capaces de indicar las motivaciones del fotógrafo y también sobre el contexto de la década de 1950, en plena era Vargas.

Palabras llave: Marcel Gautherot; Carnaval; Río de Janeiro; Fotografía; Años 1950.



Introdução

Marcel André Felix Gautherot é um dos maiores fotógrafos do Brasil. Seu acervo pessoal, com mais de 25 mil fotogramas, pertence hoje ao Instituto Moreira Salles (IMS), cujo arquivo iconográfico guarda registros de fotógrafos que captaram momentos importantes da História nacional. Maureen Bisilliat (1931-), Marc Ferrez (1843 – 1923), Thomaz Farkas (1921 – 2011), Peter Scheier (1908 – 1979) e muitos outros compõem o riquíssimo acervo do instituto, somando aproximadamente dois milhões de imagens.

No caso de Gautherot, suas fotos foram feitas entre as décadas de 1930 e 1970, desde que pôs os pés no Brasil pela primeira vez. Nascido na França, teve uma passagem expressiva pela arquitetura, se formando em *design* de interiores, e nos anos 1930 participou da fundação do Museu do Homem. Na instituição, Gautherot teve um papel importante desempenhando a organização etnográfica das exposições através de fotografias, em que se imaginava a locação de determinados objetos antes de fazerem parte do museu. O gosto por fotografar foi despertando também o de viajar e de conhecer lugares cada vez mais exóticos. No México, em 1937, fez uma viagem de seis meses em que visitou diversos sítios arqueológicos e, também, instituições culturais com objetos da Era pré-colombiana.

Em 1939, ele partiu para o Brasil motivado pela paixão que teve ao ler a obra de Jorge Amado: *Jubiabá*. A descrição da natureza brasileira feita pelo autor baiano ficou no imaginário de Gautherot, que se sentiu despertado por um ambiente diferente, porém fascinante. Nesta viagem, ele ficou só alguns meses, por ter contraído malária enquanto fazia expedições na floresta amazônica. No entanto, o seu roteiro o envolveu com as culturas de povos locais, bem como pela beleza da mata, o que lhe rendeu ótimas fotos por onde passou. Foi para o Rio de Janeiro se curar da doença, mas em 1940 teve que servir ao exército francês no Senegal, então protetorado de sua pátria, devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial na Europa. Com o rápido avanço das tropas alemães, foi assinado o armistício e Gautherot pôde voltar ao Brasil.



Em todas as suas fotos, ele sempre buscou colocar em prática o que aprendeu no Museu do Homem. Gautherot registrou, através de um olhar sensível, pessoas durante manifestações culturais que caracterizam os lugares onde vivem. Entre multidões ou particulares, o fotógrafo conseguia tomadas incríveis, envolvendo muita paciência e direção até o momento do clique. Por meio de fotografias em preto e branco – devido a qualidade técnica da *Rolleiflex*¹ –, os contrastes de luz e sombra, bem como os ângulos escolhidos, trazem movimento e expressão. São esses relatos sobre o carnaval de rua que Gautherot mostrou como uma festa popular pode proporcionar diferentes pontos de vista.

Dessa forma, como veremos a seguir, analisaremos algumas imagens tiradas pelo fotógrafo no carnaval dos anos 1950, mostrando fotografias produzidas num período bastante específico da História do Brasil: o Segundo Governo Vargas (1951 – 1954). Mesmo sendo muito associado ao período de maior autoritarismo, o governo democrático de Getúlio Vargas também foi notório pela sua volta ao poder, num período de expansão da indústria e de criação de grandes empresas, como a Petrobrás. No âmbito social, as imagens a seguir nos mostram desde áreas externas até cenas do Baile de Carnaval do Theatro Municipal, observaremos como as fotografias de Gautherot conseguem transmitir a atmosfera de uma eferescente capital. E, por outro lado, também apontaremos como os aspectos urbanos interferem na percepção da própria festividade.

Desse modo, o artigo se divide em três partes que mostram como o carnaval se tornou uma festa tão orgânica para os cariocas, em especial, ao mesmo tempo em que se mostrou aos olhos de Gautherot. Na parte “O carnaval do Rio: uma breve história”, introduzimos uma breve história do carnaval da Cidade Maravilhosa e como ele foi se remodelando ao longo dos anos, se adaptando ao contexto e aos desejos políticos. Já em “O Rio de Janeiro dos anos 1950: as ruas dos foliões”, nos focamos em meados do século XX e mostramos quatro imagens produzidas pelo fotógrafo que mostram

1 Câmera de formato quadrado, 6 x 6 cm, sempre simétrico, de predominância horizontal, mantendo um eixo central ordenador e uma organização precisa das formas e volumes fotografados (FERNANDES JR., 2001, p. 65).

as ruas tomadas por blocos carnavalescos, bem como foliões que se engraçavam diante das câmeras. E em “Os ‘brincantes’ do Theatro Municipal”, sairemos da rua e iremos para o tradicional Baile do Theatro Municipal, por meio de três imagens, que mesmo sendo espetáculo usufruído pela elite, ainda sim fazia parte desse grande popular, que é o carnaval. De um modo, ou de outro, falar do carnaval carioca é fazer um recorte de um símbolo da cultura da cidade e (por que não dizer?) da cultura brasileira.

O carnaval do Rio: uma breve história

Conhecido por muitos como símbolo nacional, o carnaval foi introduzido no Brasil no século XVI. Na época, os portugueses buscavam celebrar o entrudo², uma prática típica de sua terra natal, que consistia em brincadeiras e pregar peças em pessoas nas ruas. Em seu artigo “Imagens da multidão: Carnaval e mídia”, Beatriz Jaguaribe (2013) afirma que se jogavam desde bolas de cheiro até substâncias pouco aprazíveis em pedestres desavisados. Nessa brincadeira, raças, gêneros e classes se misturavam em multidões por toda a cidade, ao passo que despertava o alerta das autoridades, que também tentavam conter os distúrbios na cidade.

Com o passar dos anos, a festa foi tomando contornos mais elitistas. Ainda segundo Jaguaribe (2013), após a independência em 1822, a aristocracia passou a estimular formas mais elegantes de entretenimento, se espelhando na burguesia francesa que realizava refinados bailes de máscaras. A partir de 1853, segundo José Luiz de Oliveira (2012), em “Pequena História do carnaval carioca: De suas origens aos dias atuais”, por pressão das famílias da alta sociedade carioca – que buscavam fazer parte do carnaval, mas sem se misturar aos populares –, o entrudo começou a perder espaço após a instauração da lei que proibia tal prática nas ruas do Rio de Janeiro. Concomitante à diminuição do entrudo, os bailes de máscaras realizados nos salões se tornavam peça importante da diversão carnavalesca como um todo, junto com carros alegóricos e fantasias requintadas.

2 A palavra “entrudo” significa “início” (OLIVEIRA, 2012, p. 65).

Ao longo de todo o Império (1822 – 1889), a sociedade carioca continuou altamente hierárquica. Mesmo com a abolição da escravidão e o advento da Proclamação da República, pouco foi feito para a inclusão da massa de pessoas que era composta por escravos alforriados, imigrantes pobres e uma debilitada pequena burguesia. A esses grupos, eram negados uma participação mais democrática numa sociedade cujo poder político e o direito civil eram dominados pela chamada “cidade letrada”, composta por segmentos como: funcionários graduados, políticos, administradores, advogados, médicos, engenheiros e membros do clero (JAGUARIBE, 2013, p. 7).

Até o final da República Velha, em 1930, a situação se manteve assim. No entanto, se por um lado as classes mais pobres foram as mais oprimidas e desprovidas dos privilégios sociais, por outro, é inegável a influência dos populares para as festividades coletivas. As multidões carnavalescas se tornaram símbolo para o Rio de Janeiro, que ainda usufruía do *status* de capital. Foi na virada do século XIX para o XX que a cidade presenciou o surgimento dos blocos de rua, cordões³ e ranchos⁴, onde os populares podiam comparecer sem se preocupar com os anseios da elite. Havia também os *cucumbis*, que eram conjuntos de foliões que tocavam instrumentos de origem africana (JAGUARIBE, 2013).

Com a Revolução de 1930 e a conseqüente ascensão de Vargas ao poder, Marcelo Ridenti (2006), em *Intelectuais e Estado*, afirma que a imagem do homem simples do povo trouxe a autenticidade necessária para se construir a identidade da nação. Complementando esta análise, Hermano Vianna (2008), em *O mistério do samba*, enfatiza que Getúlio Vargas buscava atribuir às classes populares maior importância dentro do seu projeto político. Isso explica o investimento do governo em aproximar os populares ao poder político. Lucia Lippi Oliveira (2008) nos mostra em *Cultura é patrimônio* que o Estado Novo (1937 – 1945) era “novo” por pensar naquilo que poderia conjugar a essência do que é nacional. A ideia era recusar a cópia de símbolos estrangeiros, como havia

3 Multidões de foliões pobres com fantasias caseiras e instrumentos (JAGUARIBE, 2013).

4 Primeiras versões modestas das Escolas de Samba (JAGUARIBE, 2013).



acontecido 1922 com a Semana de Arte Moderna, e criar símbolos baseados no povo brasileiro.

A historiadora e especialista na pesquisa com imagens, Ana Maria Mauad de Souza Andrade (1990), promove reflexões acerca do estudo das representações da elite carioca no século XX em sua tese de mestrado “Sob o signo da imagem: A Produção da Fotografia e o Controle dos Códigos de representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX”. Um dos aspectos tratados por Andrade é justamente o Carnaval enquanto reflexo social do estilo de vida carioca e, também, do festejo ser capaz de agregar diferentes classes sociais. No ano de 1932, durante o governo provisório presidido por Getúlio Vargas, o Carnaval passa a ter apoio oficial do Estado, valendo tanto para as festividades de rua quanto às de baile. Ainda segundo a autora, o projeto era de tornar as comemorações legítimas para ricos e pobres, mas nos anos 1930 ficou marcado o domínio da ideologia da classe dominante: a burguesia. Pensando no valor comercial que o Carnaval podia alcançar, foram feitas propagandas sobre a cidade do Rio de Janeiro no exterior – como um ambiente “irreverente, cordial e popular” (ANDRADE, 1990, p. 48) – ao passo em que atraía turistas do mundo todo. Foi essa mesma indústria que se encarregou de tornar as festas carnavalescas em sinônimo de Rio de Janeiro, isto é, um local de paz e cooperação entre as classes (ANDRADE, 1990).

É neste contexto dos anos 1930 que foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), mais especificamente em 1937, com o objetivo de proteger o patrimônio cultural brasileiro, tanto material quanto imaterial. Sob a tutela de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898 – 1969)⁵, o foco da instituição

5 Jornalista e advogado, se identificou com o movimento modernista de 1922 e se tornou editor da Revista do Brasil a partir de 1926. Na administração pública foi chefe de gabinete do então ministro dos Negócios da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos. Após a aprovação do projeto de Mário de Andrade pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, foi criado o Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Rodrigo de Melo Franco de Andrade foi indicado para a direção da instituição, em 1937. Ao longo de 30 anos à frente do SPHAN, Melo Franco deixou as outras atividades de lado para se dedicar inteiramente à preservação do patrimônio cultural brasileiro. ANDRADE, Rodrigo de Melo Franco de. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/173>. Acesso último em: 30 de abril de 2021, às 15:02.



naquele período era criar uma identidade nacional, obedecendo as diretrizes do governo para redefinirem o nacionalismo brasileiro. E, para isso, foram contratados fotógrafos que registrassem aspectos do Brasil que poderiam constituir esta identidade, servindo de patrimônio para o país.

Já assentado no Rio de Janeiro, em 1940, Gautherot se aproximou dos intelectuais do SPHAN⁶ que se admiraram pelo seu trabalho fotográfico realizado pelo Museu do Homem. No mesmo ano, ele foi admitido na instituição e pôde fazer o que sempre quis: viajar e fotografar. Ele percorreu cidades do interior de Minas Gerais, cuja arquitetura ainda remetia ao passado colonial, e áreas isoladas do Nordeste, onde os habitantes celebravam tradicionais manifestações. A captação destes festejos era uma forma importante proteger o passado que ainda mantinha essa “pureza popular” (OLIVEIRA, 2002, p. 43). Deste modo, a fotografia foi um grande alicerce como comprovante dessa cultura e a manteve “eternizada” mesmo com o passar dos anos.

No início dos anos 1950, Gautherot fez uma série de fotos sobre o carnaval carioca. Em várias de suas imagens, percebemos a quantidade de elementos captados pelo fotógrafo e uma enorme heterogeneidade em relação aos ambientes das fotos. No item a seguir mostraremos e analisaremos algumas imagens tiradas por Gautherot.

O carnaval dos anos 1950: as ruas dos foliões

Em 1951, Getúlio Vargas retornou ao poder por vias democráticas, mas mantendo ainda alguns aspectos do autoritarismo que marcou a política em sua primeira presidência (1930 – 1945). A historiadora Maria Celina Soares D’Araújo (1992), em sua obra *O Segundo Governo Vargas – 1951-1954*, aponta que a segunda passagem de Vargas pelo palácio do Catete ocorreu num momento em que as pessoas ainda tinham vínculos fortes com regimes mais centralizadores e autoritários. Um dos marcos mais notórios foi a cas-

6 Alguns nomes como Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Mário de Andrade compuseram o SPHAN nesse período.



sação do Partido Comunista em 1947, dois anos após a democracia ter sido recém conquistada. “O fim do Estado Novo não altera substancialmente essa herança deslegitimizadora das instituições políticas oriundas da ‘sociedade civil’”, afirma a historiadora (D’ARAÚJO, 1992, p. 26).

Desde os tempos do Estado Novo, Vargas manteve o seu projeto político de tornar as práticas culturais sinônimos da nacionalidade brasileira. Além do trabalhismo, em que a cidadania do indivíduo era reconhecida graças à sua produtividade, Maria Celina D’Araújo (1992) ressalta que havia o intuito de manter viva a imagem de Getúlio, a fim de manter, também, o governante em contato direto com as massas. Em *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*, Elizabeth Cancelli (1993, p. 21) enfatiza que durante o Estado Novo a nacionalidade foi posta como um dos valores supremos da sociedade que se sobrepõe a qualquer tipo de racionalidade. Em linhas gerais, quem designava as ações da sociedade era o Estado nacional, que construía um aparato policial para ordenar costumes, regular hábitos, controlar as crises e livrar a nação do “perigo comunista” (CANCELLI, 1993, p. 26).

Nas palavras de Danilo Alves Bezerra (2013), em “Carnavais do Rio de Janeiro e seus usos pelo Estado Novo (1938 – 1942)”, o Estado se valia de técnicas e instrumentos para convencer as pessoas, especialmente as massas. Isso obedecia à prerrogativa de Vargas, que tentava construir uma nova narrativa para tornar a cultura um elemento nacional. E dentre esses festivais, folguedos e manifestações tradicionais que constituíam a cultura do Brasil, o carnaval era uma festa que passou pelo crivo do Estado. As escolas de samba, por exemplo, enalteciam o folclore sertanejo usando ritmos, alegorias e letras que pudessem ser absorvidas pelos populares. Tanto a imprensa quanto o governo fomentavam a ideia de que o carnaval seria uma grande festa que arregimentaria todas as classes sociais (BEZERRA, 2013).

Segundo Eduardo Granja Coutinho (2006, p. 125), em “Os cronistas do Momo. Imprensa e carnaval na Primeira República”, para isso, intelectuais tiveram um papel importante ao integrar às manifestações culturais ao padrão civilizado. Mesmo que essas imagens



não visassem abolir toda a desigualdade e promover uma sociedade mais igualitária, o povo tinha que estar incluso no programa de carnaval, oferecendo um “cotidiano carnavalesco” que associava à imagem da cidade (GUIMARÃES; SANTOS FILHO, 2012, p. 16).

Por sua vez, Helenise Monteiro Guimarães e Raphael David Santos Filho (2012), em “Carnaval dos anos 1940: as muitas fantasias de um Rio folião”, nos apontam que a divulgação de imagens sobre o carnaval se encaixava no projeto pedagógico incentivado pelo governo. No final dos anos 1940, havia a necessidade de criar uma reeducação de modos para as massas devido à necessidade das elites de transformar o carnaval na imagem da nação. O ensaísta e romancista búlgaro Elias Canetti (1973), em seu clássico *Massa e poder*⁷, reforça que o modo de vida metropolitano pode ser caracterizado quando o ser humano perde o medo de se tocar em espaços públicos. Libertados do peso da distância, todos os indivíduos se sentem iguais entre si, sem qualquer tipo de categorização que possa definir quem é melhor ou pior, e passam a serem vistos apenas como multidão (CANETTI, 1973, p. 18).

No século XX, com o advento de novas tecnologias que se agregaram aos meios de comunicação, este ideal de pertencimento coletivo (disseminado pela ideia de “multidão”) ganhou mais popularidade, adquirindo um novo significado: “massas”. Nas décadas de 1930 e 1940, segundo a filósofa Susan Buck-Morss (2000), em *Mundo dos sonhos e catástrofe*, o termo configurou o apogeu de disputas ideológicas entre o comunismo, o fascismo e o capitalismo liberal. Compreendida em conceitos como povo, classe trabalhadora, consumidor e espectador, a palavra “massa” se encaixa nas maneiras em que o discurso político-ideológico conseguiria ter efeito na captação de corações e mentes das pessoas. Buck-Morss (2000) ainda explica que as fotografias públicas podem ser entendidas como ferramentas para a divulgação de sentidos que conquistassem as pessoas.

Na imagem abaixo, podemos entender um pouco do cotidiano carioca enquanto ocorria os festejos dos “dias de Momo”. Por este

7 O título original é *Crowds and power*.

ângulo, vemos que Marcel Gautherot optou por a visão ortogonal, dando a ideia de que há muitas pessoas na foto. Por ser um ambiente bastante arborizado durante um dia de calor – que se tratando de Rio de Janeiro, é um calor intenso –, muitos indivíduos buscaram se proteger do sol embaixo das árvores. A ideia de multidão é bastante contemplada na imagem, sendo que não há qualquer tipo de elemento que separe as pessoas. Diversos indivíduos compõem a fotografia e são mostrados de maneira coletiva, sem distinção entre si.

Figura 1 - Carnaval de rua, Rio de Janeiro. Marcel Gautherot.



Fonte: Acervo IMS (1951).

Ainda vemos elementos que distinguem a época das demais. O mais claro é, sem dúvida, os modelos de carros que não são mais fabricados. E mais ao fundo, podemos ter uma noção mais geográfica de onde a foto está sendo feita: a Cinelândia. O prédio que possui uma mureta e está mais próximo da câmera é a Biblioteca Nacional, e o edifício mais distante, com telhados em formato de abóbodas, é o Museu de Belas Artes.

Figura 2 - Carnaval de rua, homens fantasiados de mulher, Rio de Janeiro.
Marcel Gautherot.



Fonte: Acervo do IMS (1951).

Destacamos nessa imagem dois detalhes que são imprescindíveis para seguirmos nossas análises. O primeiro é a forma como Gautherot descreve o que vê. Na legenda abaixo, feita pelo próprio Gautherot e que está presente em seu arquivo pessoal no IMS, percebemos que o fotógrafo não possui um olhar particular sobre as pessoas, mas sim, totalizante. O objetivo não é descrever as pessoas individualmente, buscando saber seus nomes ou dados pessoais, mas sim retratar o carnaval carioca de maneira coletiva, de forma mais generalizada. O segundo detalhe é o ponto de vista do fotógrafo, que se repararmos bem, está um pouco acima de uma altura humanamente possível. Isso nos leva a pensar como ele fez para tirar a foto por este ângulo. Talvez tivesse subido em algo para poder conseguir a imagem perfeita para o clique. Porém, são questões que não são possíveis de serem decifradas a partir das imagens. Por ora, são apenas especulações.

Na foto ao lado, seguindo o exemplo da anterior, vemos foliões mais próximos à câmera e com aspectos mais individualizados. As-



sim como na outra imagem, o fotógrafo consegue despertar curiosidade quanto à maneira em que conseguiu tirar tal fotografia. Tirada de cima para baixo, a imagem nos faz pensar que Gautherot tenha subido em algo para fazer para fazer o registro. Percebemos também como ele consegue captar expressões mais particulares em meio a um grande grupo de pessoas. Ele aproxima o seu olhar sobre três rapazes vestidos de mulher, que estão posando para a foto, e é isso que o fotógrafo utiliza para fazer a legenda da foto. Mesmo no meio da Rio Branco – uma avenida bastante movimentada no centro do Rio de Janeiro –, os foliões transitam tranquilamente entre os carros com as suas fantasias, sem a menor preocupação quanto a possíveis acidentes causados por automóveis.

Essas imagens com as multidões corroboram com a análise de Beatriz Jaguaribe (2013), em que as aglomerações nos espaços públicos potencializam o contato corporal. Pode parecer algo simples, porém esse contato humano nos espaços públicos pode transmitir uma ideia de troca de energias, bem como a ideia de ruptura com o cotidiano.

Outro símbolo do Estado Novo e que mais tarde viria a ser um dos símbolos do carnaval foi a Presidente Vargas. Construída na gestão do prefeito Henrique Dodsworth⁸ (1937 – 1945), a avenida visava eliminar os problemas econômicos e urbanos da cidade, além de representar um novo reduto de foliões, substituindo a Praça Onze. Evelyn Furquim Werneck Lima (1990), em *Uma Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*, afirma que a Presidente Vargas deixou marcas do autoritarismo instaurado entre os anos 1930 e 1940. Ser um novo símbolo do carnaval carioca não veio de graça, visto que para erguer a avenida foi feita uma enorme devastação so-

8 Henrique de Toledo Dodsworth Filho (1895 – 1975) foi um médico e advogado, que desde cedo se engajou na carreira política. Em 1924, foi eleito deputado federal e eleito, mais tarde, nos anos de 1927 e 1935. Em 1937, foi nomeado por Vargas para assumir a interventoria no Distrito Federal, onde ficou durante todo o Estado Novo. Sua gestão foi marcada por grandes obras públicas, como: a abertura da Presidente Vargas, a esplanada do Castelo, o início da construção do Maracanã e da estrada Grajaú-Jacarepaguá. Cf. HENRIQUE DODSWORTH. O Governo de Juscelino Kubitschek. FGV CPDOC. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/henrique_dodsworth. Acesso último em 22 de julho de 2021, às 18:15.

bre vários prédios. Sem contar que essa noção de monumentalidade também veio arraigada à de disciplina, afinal, seria um novo cenário para os desfiles militares (LIMA, 1990).

Figura 3 - Carnaval de rua, Igreja da Candelária ao fundo, Rio de Janeiro. Marcel Gautherot.



Fonte: Acervo do IMS (1951).

Na cena fotografada por Gautherot, não há carros na rua para que não se impedisse as comemorações dos blocos pela cidade. Pelo ângulo em que foi tirada, a imagem mostra bem a dimensão da Presidente Vargas, sua largura, com o distanciamento entre os prédios de cada um dos lados, e o seu comprimento, mostrando a igreja da Candelária ao fundo. Mesmo a foto estando bastante humanizada, dando a entender que há um pequeno bloco de pessoas no meio da pista, as construções no entorno são as verdadeiras protagonistas da imagem. Diante dos prédios, as pessoas ficam bastante diminutas, fora que a imagem busca ao máximo centralizar a figura da igreja, que aparece ao centro, seguindo o projeto urbanístico que a torna o ponto inicial da avenida.

As imagens acima mostram bem o clima de verão, com bastante sol, que une à grande festa. A presença de luz do sol remete à ideia de calor, o que podemos atribuir também à energia dos foliões, muito alegres na maioria das vezes. Na foto abaixo, podemos ver também uma foliã transmitindo um semblante bem sorridente num dia de bastante sol.

Figura 4 - Índios no carnaval de rua, Rio de Janeiro. Marcel Gautherot.



Fonte: Acervo do IMS (1951).

Falando sobre os elementos da imagem, vemos a mulher do centro fantasiada com uma roupa típica das baianas, enquanto possui adereços de penas na cabeça, na cintura e no pé. A forma como ela é fotografada evidencia a interferência do fotógrafo, que direciona a sua ação para realizar a pose. Ao redor, curiosos olham na direção da lente do fotógrafo, enquanto a multidão ao fundo promove a humanização da foto, junto com as sombras no chão que dão a impressão de serem muitas pessoas. A foto reúne pessoas de cores de pele diferentes, com pessoas negras no primeiro plano – contando com a “protagonista” – e pessoas de cores diferentes mais distantes.

Além disso, percebemos a presença as árvores ao fundo, ao passo que o poste de luz, com alguns fios de energia que atravessam a imagem, e os prédios do canto esquerdo, mostram a configuração do espaço urbano.

Também temos que levar em consideração a participação da mulher nas fotos carnavalescas. A inversão de papéis, comum durante o carnaval, servia para algumas mulheres extravasarem e transgredirem, de acordo com Ellen Karin Dainese Maziero (2017), em “Mulheres e carnavais do Rio de Janeiro: as representações da imprensa entre 1950 e 1962”. A autora salienta que os folguedos eram aproveitados pelo público feminino para adotar costumes mais livres. Em relação às vestimentas, se preferia usar roupas mais leves, como *shorts*, blusas “tomara que caia”, *baby dolls* e tudo que pudesse deixar as pernas livres para poderem brincar à vontade. Sendo assim, aos poucos os adereços mais paramentados foram sendo abandonados, ao mesmo tempo em que ser mais explícita significava estar na contramão de uma sociedade ainda muito conservadora (MAZIERO, 2017).

Saindo um pouco das ruas e nos voltando para lugares mais fechados, vamos analisar mais as festas de carnaval que ocorriam nos bailes, procurando entender melhor o contexto de popularidade dos bailes, muito restritos à elite da época. As imagens do Baile do Theatro Municipal exemplificam tal momento.

Os “brincantes” do Theatro Municipal

Numa visão bastante ampla do Baile do Municipal, Gautherot conseguiu captar a energia carnavalesca em meio a um cenário aparentemente escuro. Do alto, conseguimos ter a noção da quantidade de pessoas, o que evoca ao aspecto mais popular do carnaval. Mesmo que os salões tivessem sido muito associados à elite, Ellen Maziero (2017) afirma que com a alta popularidade dos bailes de carnaval na década de 1950, houve uma descentralização dos lugares que realizavam tais comemorações. Clubes esportivos e agremiações sociais e recreativas de bairros do subúrbio do Rio de Janeiro também passaram a promover esses folguedos, como foi o caso da União Progressista de Bomsucesso (Maziero, 2017; Bezerra, 2013).



Figura 5 - Baile de carnaval no Teatro Municipal, Rio de Janeiro. Marcel Gautherot.



Fonte: Acervo do IMS (1953).

No caso do Theatro Municipal, eram as camadas médias e altas que podiam usufruir, do mesmo jeito que ocorria em outros lugares, como no: Copacabana Palace, Hotel Quitandinha, Hotel Glória e late Clube. Mesmo sendo um espaço, praticamente, exclusivo para poucos, a noção de povo e de coletivo fica bastante impregnada dentro dessa imagem, de tal forma que percebemos uma ambiguidade: na parte de baixo da foto, vemos as pessoas amontoadas numa grande multidão de pessoas, sem individualidade, e na parte superior, vemos o lustre cristalino e a decoração ornamentada com objetos cônicos conferem um aspecto mais *kitsch*, que remetem a aspectos de locais sofisticados.

Como este tipo de baile era muito popular na época, era muito comum ver artistas e rostos conhecidos nestes espaços. E acaba atraindo a atenção da imprensa para cobrir tudo o que acontecia. Revistas famosas como *O Cruzeiro* e *Manchete* tinham jornalistas que comentavam tudo o que ocorria nos salões. Havia também



os fotojornalistas que atuavam registrando os principais eventos, como desfiles, ranchos e bailes à fantasia. Outras atividades do carnaval também viravam notícia, como os desfiles de escolas de samba, mas o foco principal ainda eram os salões com os bailes carnavalescos (MAZIERO, 2017, p. 1132).

Figura 6 - Angelita Martinez no baile de carnaval do Teatro Municipal, Rio de Janeiro. Marcel Gautherot.



Fonte: Acervo do IMS (1953).

Acima, podemos ver uma atriz bastante conhecida do período: Angelita Martínez (1931 – 1980)⁹. Vedete do rádio e do teatro, ela era um rosto muito popular, o que levou Gautherot a fazer uma descrição mais específica dela. Ao analisarmos o arquivo pessoal do fotógrafo, percebemos que Angelita se destaca perante os demais passantes do carnaval, que eram conhecidos apenas como “homens”, “mulheres”, “bloco”, “foliões” ou, até mesmo, “baile”. São muito raras legendas com nomes de pessoas.

9 Maria Angélica Gugani, mais conhecida como Angelita Martínez, nasceu em São Paulo, tendo feito carreira no exterior graças ao seu primeiro marido, Chucho Martínez Gil. Foi estrela nas rádios Record, Cultura e Mayrink Veiga, além de fazer sucesso como cantora no hotel Copacabana Palace e em boates e casas noturnas do Rio, como: Casablanca, Night and Day e Monte Carlo (KRIEGER, s/d).

É interessante também notarmos como Gautherot registra Angelita que, aparentemente, parece não se importar com o clique do fotógrafo. Repare como o destaque à vestimenta da atriz se faz, principalmente, por causa do contraste entre ela, com tons de branco, e o fundo escuro. Na claridade, podemos observar que a vedete está paramentada com uma roupa cheia de joias, uma espécie de tiara brilhante que segura seu chapéu, brincos enormes que parecem refletir a luz do ambiente e, por fim, um *drink* com muito gelo (indicando que pode ser alguma bebida alcoólica), que está numa taça de vidro, enquanto ela segura de forma sofisticada. Todo esse conjunto de elementos compõem a sua fantasia, que pode associar a atriz ao ambiente em questão. Segundo Ana Maria Andrade (1990, p. 162), os clubes eram espaços destinados apenas a uma parcela da sociedade que, gradativamente, se afastava do caráter público das ruas e se aproximava dos salões exclusivos durante os festejos de carnaval. A questão é que o público frequentador do Baile do Municipal é também responsável por criar o ambiente. A presença de luxo, riqueza e consumo de objetos usados pela protagonista da foto também representam a elegância predominante do espaço (ANDRADE, 1990).

Segundo Ellen Maziero (2017, p. 1133), muitas vezes, o sucesso dos carnavais era associado às “mulheres bonitas e sensuais, que se destacavam nos bailes por meio de fantasias que permitiam a exposição de suas pernas”. Os padrões estéticos atribuídos a mulheres bonitas diziam respeito à vencedora do *miss* Brasil de 1954: Martha Rocha. Segundo Denise Beluzzi de Sant’anna (2014, p. 101), em *História da beleza no Brasil*, “cintura fina, pés delicados, sorriso meigo e quadris largos” era a definição de corpo ideal. Mas em geral, esses padrões eram atribuídos às mulheres brancas, enquanto que para as mulheres negras era a imprensa voltada ao público negro que afirmava a sua beleza.

Na imagem ao lado, podemos notar bem essa característica. As duas mulheres brancas são mostradas bem ao centro da foto, evidenciando o destaque dado pelo fotógrafo, que mostra bem as suas fantasias. A mulher da direita está segurando uma espécie de guarda-chuva, com luvas que vão até o cotovelo, um chapéu em forma de cone e brincos bem largos. Porém, o que provavelmente chama mais atenção é o seu vestido, que deixa seus ombros e pernas bas-

tantes expostos, conjugando o então padrão de beleza feminina. Já a foliã ao lado parece estar com uma fantasia bem “Carmen Miranda”, com um chapéu extravagante, um colar de pérolas enorme e, finalmente, com um *top* e um saião decorados com flores. Repare que parte de seu corpo também está exposto, especialmente os ombros e a barriga. Parece que a foto as pegou de surpresa, pois nenhuma está olhando diretamente para a câmera; elas estão sorrindo e há algumas pessoas ao redor – mesmo não estando muito nítidas –, cria uma certa harmonização para a imagem, mostrando que há bastante euforia e alegria na festa (MAZIERO, 2017).

Figura 7 - Baile de carnaval no Teatro Municipal, Rio de Janeiro. Marcel Gautherot.



Fonte: Acervo do IMS (1953).

Conclusão

No grande campo dos Estudos Culturais, entendemos que as imagens são elementos de poder e de disputa. Desde o seu momento de produção, uma representação possui uma linguagem própria,

capaz de reconstruir e ressignificar os fatos de uma determinada época. Stuart Hall (2016) nos ajuda a entender que o estudo das imagens está em consonância com a noção foucaultiana de relações de força, na medida que não é o sentido da imagem que está em jogo, mas sim o poder que ela carrega.

Nesse âmbito também podemos pensar nas prerrogativas das imagens no período de Getúlio Vargas, que obedeciam a uma forma discursiva de incluir classes, até então, desprivilegiadas e se apropriar do Carnaval para servir como imagem da nação. Assim como no Estado Novo, a ideia de promover uma “pedagogia do olhar” (LISSOVSKY; JAGUARIBE, 2006, p. 90) se insere no período democrático de Vargas que entende o poder educativo das imagens e promove a sua divulgação para construir a imagem da nação. No caso, a missão modernizadora empreendida pelo governante teve características que já vinham sendo construídas ao longo dos anos. Desde os anos 1930 até a década de 1950, a cultura do olhar foi buscando associar esta imagem popular à imagem do Estado (LISSOVSKY; JAGUARIBE, 2006).

Se nos ativermos às ideias de Benedict Anderson (1991) sobre o pertencimento coletivo (ou comunidade imaginada), podemos entender como as imagens de Gautherot confluem junto à ideia de representação cultural, tanto em ambientes públicos como em ambientes privados. A estética fotográfica (luz, sombra, contraste, ângulo, direção de imagem etc.) também se somava à estética dos foliões fantasiados. Tanto de maneira individual, como de maneira generalizada, percebemos as relações de importância de particulares ante a maioria. Da mesma forma, a representação de populares acarreta num entendimento mais democrático da sociedade que se faz presente.

Em suma, ter noção de fotografar as pessoas, em diversas maneiras de manifestar e constituir personagens e eventos, envolve pensar nos papéis sociais permitidos e incentivados pela política de quem governa. É nesse ponto em que entendemos a sociedade como uma conjugação de práticas construídas ao longo dos anos e que, ao serem postas em imagens, podem nos dar indícios sobre o período que analisamos. Da mesma forma, as imagens são com-



ponentes passíveis de investigação, visto que o enquadramento é conduzido pelo olhar do fotógrafo. Desta forma, entendemos que pensar na fotografia é também pensar nas motivações pessoais do seu autor. A última análise cabe a nós historiadores.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: reflections on the origin and spread of nationalism (rev. and extended edition). London: Verso, 1991.

ANDRADE, Ana Maria de Souza. **Sob o signo da imagem**: A Produção da Fotografia e o Controle dos Códigos de representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX. Tese apresentada ao curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre. Orientador: Rachel Soihet. Universidade Federal Fluminense Centro de Estudos Gerais Instituto de Ciências Humanas E Filosofia (UFF/CEG/ICHF). Niterói (RJ), Novembro 1990.

BEZERRA, Danilo Alves. **Carnavais do Rio de Janeiro e seus usos pelo Estado Novo (1938 a 1942)**. In: **XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH/Brasil**. Natal, 2013.

BUCK-MORSS, S. **Dreamworld and Catastrophe**. Cambridge: MIT Press, 2000.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da era Vargas. Brasília: Editora da UnB, 1993.

CANETTI, E. **Crowds and Power**. New York: Continuum, 1973.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Série Fundamentos ; 90).

FERNANDES JUNIOR, Rubens. O documento como arte. In: **O Brasil de Marcel Gautherot**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2001. pp. 59-73.

GUIMARÃES, Helenise Monteiro; SANTOS FILHO, Raphael David dos. **O Carnaval dos anos 1940**: as muitas fantasias de um Rio folião. Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 7-19, mai. 2012.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu, Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016. 260 p.



JAGUARIBE, Beatriz. Imagens da multidão: Carnaval e mídia. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**. Brasília, v.16, n.3, set./dez. 2013. pp. 1 – 15.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 12).

LISSOVSKY, Mauricio; JAGUARIBE, Beatriz. Imagem fotográfica e imaginário social. In: **Portfolio. ECO-PÓS**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, agosto-dezembro 2006, pp.88-109.

MAZIERO, Elle Karin Dainese. Mulheres e carnavais no Rio de Janeiro: as representações da imprensa entre 1950 e 1962. In: **Antíteses**. Londrina, v. 10, n. 20, 2017. pp. 1129 – 1152.

OLIVEIRA, José Luiz de. Pequena História do Carnaval carioca: de suas origens aos dias atuais. In: **Encontros**. ano 10, Número 18, 1º semestre 2012.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

RIDENTI, Marcelo. **Intelectuais e Estado**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2006.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 2004.

Referências Digitais

ANDRADE, Rodrigo de Melo Franco de. **IPHAN**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/173>. Acesso último em: 30 de abril de 2021, às 15:02.

HENRIQUE DODSWORTH. O Governo de Juscelino Kubitschek. FGV CPDOC. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro - pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/henrique_dodsworth. Acesso último em 22 de julho de 2021, às 18:15.

KRIEGER, Fernando. “Nos 90 anos de Angelita Martinez, uma homenagem às vedetes”. In: **Discografia Brasileira**. Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://discografiabrasileira.com.br/posts/244085/nos-90-anos-de-angelita-martinez-uma-homenagem-as-vedetes>. Acesso último em 22 de julho de 2021, às 18:15.

**“Oh Zé, O Samba
de Aboio é aqui”
Um estudo sobre a
relação do alimento
tradicional, memórias
e identidades no
Samba de Aboio do
Povoado Aguada-
Carmópolis/SE**

*Luana Almeida de Jesus**
*Denio Santos Azevedo***

Resumo

O presente artigo trata da descrição etnográfica da celebração religiosa Samba de Aboio, no povoado Aguada, em Carmópolis/SE. Com o objetivo de analisar a memória e o sentido de pertencimento que o alimento tradicional, servido no Samba de Aboio aqui pesquisado, possui nos atores sociais que participam desta prática cultural. Aliando o método às técnicas, foram utilizados neste artigo, as pesquisas de campo, bibliográfica, documental, tendo como abordagem qualitativa e o método de pesquisa etnográfico. A relação das identidades e memórias, junto com o ato de preparar e servir o alimento tradicional durante o Samba, é de suma importância para a celebração, o modo de preparo das carnes que vem sendo mantido e os saberes e fazeres que são passados de geração a geração pela família Mota e Assis, sem ser modificado ou alterado ao longo dos anos.

Palavras-Chave: Alimento Tradicional, Samba de Aboio, Carmópolis/SE.

* Graduada em Turismo Bacharelado pela Universidade Federal de Sergipe (2016); Especialização Lato Sensu em Planejamento do Turismo/UFS (2018); Mestre no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Culturas Populares- PPGCULT/UFS (2021).

** Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (UFS) com Doutorado Sanduiche na Universidade de Coimbra em Portugal CES/UC; Mestre em Sociologia pelo NPP-CS/UFS e graduado em História (UFS). Professor do Programa de Pós-graduação em Culturas Populares da UFS (PPGCULT/UFS). Professor do Departamento de Turismo da UFS (DTUR/UFS). Pesquisador do Grupo de Estudos em Antropologia e Turismo (ANTUR/UFS). Coordenador do Projeto de Extensão Sergipanidades (PPGCULT/DTUR/UFS).

“Oh Zé, O Samba de Aboio é aqui” A study on the relationship of traditional food, memories and identities in samba de Aboio do Povoado Aguada-Carmópolis/SE

“Oh Zé, O Samba de Aboio é aqui” Un estudio sobre la relación de la comida tradicional, los recuerdos y las identidades en la samba de Aboio do Povoado Aguada-Carmópolis/SE

Abstract

This article deals with the ethnographic description of the religious celebration Samba de Aboio, in the village of Aguada, in Carmópolis/SE. With the objective of analyzing the memory and the sense of belonging that the traditional food, served in the Samba de Aboio researched here, has in the social actors that participate in this cultural practice. Combining the method with the techniques, field, bibliographical and documentary research were used in this article, with a qualitative approach and the method of ethnographic research. The relationship of identities and memories, together with the act of preparing and serving traditional food during Samba, is of paramount importance for the celebration, the way of preparing the meat that has been maintained and the knowledge and practices that are passed down from generation to generation by the Mota e Assis family, without being modified or altered over the years.

Key Words: Traditional Food, Samba de Aboio, Carmópolis/SE.

Resumen

Este artículo trata de la descripción etnográfica de la celebración religiosa Samba de Aboio, en la vereda Aguada, en Carmópolis / SE. Con el objetivo de analizar la memoria y el sentido de pertenencia que la comida tradicional, servida en la Samba de Aboio aquí investigada, tiene en los actores sociales que participan de esta práctica cultural. Combinando el **método** con las **técnicas**, en este artículo se utilizó la investigación de campo, bibliográfica y documental, con un enfoque cualitativo y el **método de** investigación etnográfica. La relación de identidades y recuerdos, junto con el acto de preparar y servir comida tradicional durante la Samba, es de suma importancia para la celebración, la forma de preparar la carne que se ha mantenido y los conocimientos y prácticas que se transmiten de generación en generación. generación generación por la familia Mota y Assis, sin ser modificada ni alterada a lo largo de los años.

Palabras clave: Comida tradicional, Samba de Aboio, Carmópolis / SE.



Introdução

Podemos encontrar algumas definições e conceitos sobre a expressão culturas populares, no entanto, alguns elementos são primordiais, como a manifestação cultural, e a produção dos atores sociais que participam de forma ativa, com interação e intervenção cultural de pessoas de determinadas regiões. As culturas populares não possuem definição única. São múltiplas definições. São escolas diferentes, olhares e métodos distintos pelas ciências humanas e sociais. Ela nasce da adaptação do homem ao ambiente onde vive envolve diversas áreas de conhecimento como artes, crenças, folclore, tradições e costumes. São muitos os seus significados e bastante heterogêneos e variáveis os eventos que essa expressão recobre. Ela remete, a um amplo aspecto de concepções e pontos de vista que vão desde a negação de que os fatos por ela identificados contenham alguma forma de “saber”, até associar ao papel de resistência contra a dominação de classe. A cultura popular surge das tradições e costumes, que são transmitidos de geração a geração (ARANTES, 1981). A partir dessas tradições e costumes, surgem as memórias, que são uma ação dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar. Esta, poderá ser percebida como tentativas conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e tradição que são passados de geração a geração. Chartier também apresenta seu entendimento da questão da cultura popular. Ele reduz as diversas definições da cultura popular a dois modelos de abordagem e interpretação:

O primeiro, no intuito de abolir toda forma de etnocentrismo cultural, concebe a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo, que funciona segundo uma lógica absolutamente alheia e irredutível à da cultura letrada. O segundo, preocupado em lembrar a existência das relações de dominação que organizam o mundo social, percebe a cultura popular em suas dependências e carências em relação à cultura dos dominantes. Temos, então, de um lado, uma cultura popular que constitui um mundo à parte, encerrado em si mesmo, independente, e, de outro,



uma cultura popular inteiramente definida pela sua distância da legitimidade cultural da qual ela é privada. (CHARTIER, 1995, p.179).

Para Chartier esses dois modos de explicação não são necessariamente conflitantes, ocorrendo, também, o uso de ambos por um mesmo autor, ou numa mesma obra. Entretanto, o importante para ele é identificar como se opera esse relacionamento entre as formas impostas e aculturantes, de um lado, e as táticas agenciadas pelos segmentos subalternos, por outro. A referência ao passado poderá servir para manter a coesão dos grupos sociais e das instituições que compõem uma sociedade, por isso, as manifestações culturais e celebrações são tão importantes para afirmar os costumes de um grupo social, evidenciando aos demais as peculiaridades de sua história e de suas crenças. Os rituais festivos podem resgatar as identidades de um grupo social e fazer com que os símbolos implícitos sejam apresentados como forma de valorizar essa manifestação.

Um desses rituais festivos dentro das culturas populares é o alimento tradicional. Estudar o consumo e relação de determinados alimentos tradicionais relacionados às manifestações religiosas e celebrações significa perceber o sentido desse alimento para a vida de homens e mulheres, identificando as relações entre eles, o espaço e os seus desdobramentos. Os modos alimentares se articulam com outras dimensões sociais e com as identidades. Conforme Muller; Amaral e Remor (2010) o valor cultural do ato e do modo de se alimentar é cada vez mais entendido enquanto patrimônio cultural, pois a comida é tradutora de nações, religião, civilizações, grupos étnicos, comunidades e famílias.

Identificar as atividades, ações e relações do alimento tradicional com a religiosidade possibilita compreender os aspectos culturais do lugar onde ocorre e dos atores sociais envolvidos. A cultura alimentar pode ser compreendida como o conjunto integrado de elementos objetivos e subjetivos, que, de modos diversos, estão presentes na relação que se estabelece entre os homens, o meio e o alimento. Pela abordagem cultural, o alimento passa a ter uma dimensão mais ampla, representando não apenas um objeto neces-

sário para a manutenção fisiológica, mas a contextualização da história de vida dos grupos sociais (MENEZES, 2014).

Dentro de algumas manifestações culturais, as práticas alimentares, que vão desde os procedimentos relacionados à preparação do alimento, quem e como prepara até seu consumo, a subjetividade veiculada inclui a identidade cultural, a condição social, a memória familiar e o período em que os envolvidos perpassam por essa experiência cotidiana. Percebe-se um reconhecimento aos elementos da região, com as práticas de valorização das culturas populares que propõem a utilização de pratos e produtos que retratam as diferenças alimentares de cada lugar.

A diversidade das culturas populares em Sergipe, é uma característica da presença de diferentes grupos culturais na formação social e cultural dos sergipanos, além de representar continuidades e transformações em suas práticas culturais ao longo dos anos. A relação entre as memórias, identidades e o cotidiano são entendidos e analisados nas mais diferentes manifestações culturais presentes no Estado. São inúmeras práticas culturais que nos remetem ao passado e garantem no presente uma permanente interação entre as mais diversas comunidades responsáveis pela continuidade da nossa cultura popular.

Dentre algumas manifestações culturais praticadas no Estado de Sergipe na contemporaneidade estão os grupos de Samba de Parelha, Samba de Coco, Samba de Roda e o Samba de Aboio. O Reissado, o Batalhão, a Marujada, o São Gonçalo da Mussuca, Lambe-Sujo e Caboclinhos, Chegança, Cavahada, Taieira, Parafusos, Cacumbi, entre outros.

Dentro dessas práticas culturais em Sergipe, podemos encontrar o alimento tradicional no Lambe-Sujo e Caboclinhos¹ com

1 De acordo com Santos (2016) um caboclinho vestido e performatizado enlaça pela cintura um Lambe-Sujo conduzindo-o com um cordão, juntos percorrem as ruas do município de Laranjeiras e todos os espaços da feira livre com o objetivo de arrecadar uma maior quantidade possível de utensílios para a feijoada como, carnes, legumes, verduras, grãos e dinheiro. Essa feijoada passou a ser símbolo no Lambe-Sujo, por ser uma festa que representam os pretos escravizados, a partir de um escravismo criminoso, que marca a formação da sociedade brasileira, e do outro os Caboclinhos, os índios catequizados, aculturados e forçados a desenvolver diferentes atividades para a manutenção da ordem colonizadora.

a sua tradicional feijoada. Sendo considerada como um símbolo identitário dentro do Lambe-Sujo, trazendo parte da sua cultura alimentar, presente na história dos pretos no tempo do escravismo criminoso.

Outro exemplo da presença do alimento tradicional está no objeto de pesquisa aqui destacado, o Samba de Aboio. Durante sua celebração são servidos cozidos de carneiro, boi e galo, acompanhados com arroz, farinha e pirão. Esse alimento é preparado e servido como pagação de promessa por todas as graças alcançadas no decorrer do ano pelos devotos de Santa Bárbara-lansã. Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral, analisar a memória e o sentido de pertencimento que o alimento tradicional servido no Samba de Aboio do Povoado Aguada-Carmópolis/SE possui nos atores sociais que participam desta prática cultural.

288

Aliando o método às técnicas, para elaboração desse artigo estão sendo utilizadas, as pesquisas de campo, bibliográfica, documental, exploratória e descritiva, tendo como abordagem a pesquisa qualitativa e o método de pesquisa o etnográfico. As técnicas de pesquisa são a observação direta, entrevistas, fotografias, registros da memória do grupo, filmagens e o caderno de campo. Todos esses métodos e técnicas, foram realizados no povoado Aguada-Carmópolis/SE, durante o Samba de Aboio e também antes e após a celebração. No ano de 2017, foi realizada a primeira pesquisa de campo, com a segunda em 2019. Nestas, foram vivenciados os dois dias da celebração, observando desde o preparo dos alimentos, o momento do Samba, os rituais, preces e homenagens a lansã-Santa Bárbara. Foram observados os gestos, falas, como se comportam enquanto preparam o alimento, fazem suas preces e se movimentam na roda do Samba de Aboio.

Na Porta de Santa Bárbara, chegou o Rei do Tambor

Cultura e Culturas Populares

Algo básico, imprescindível, dinâmico, que está inserido e modifica com sua experiência compartilhada, em que inclui sua diversidade, padrões de comportamento, símbolos e significados que compartilhamos com elementos e relações com os outros, isso é a cultura (SANTANA, 2009). Desse modo a cultura pode ser definida como algo adquirido, aprendido e também acumulativo, resultante da experiência de várias gerações e da vivência dos atores sociais nas diferentes relações de sociabilidade. Porém, enquanto aprendiz, o ser humano pode sempre criar, inventar e mudar. Ele não é um simples receptor, mas também um criador de cultura. Por isso, a cultura está sempre em processo de mudança.

289


Cultura está muito associada a estudo, educação, formação escolar. Por vezes se fala de cultura para se referir unicamente às manifestações artísticas, como o teatro, a música, a pintura, a escultura. Outras vezes, ao se falar na cultura da nossa época ela é quase que identificada com os meios de comunicação de massa, tais como o rádio, o cinema, a televisão. Ou então cultura diz respeito às festas e cerimônias tradicionais, às lendas e crenças de um povo, ou a seu modo de se vestir, à sua comida, a seu idioma (SANTOS, 1983, p. 19).

A cultura abrange os modos comuns e aprendidos da vida, transmitidos por pessoas e grupos, em uma sociedade. Antropólogos não denominam os termos culto ou inculto, nem determinam valor sobre essa ou aquela cultura, pois não consideram uma superior ou inferior à outra. Elas são apenas diferentes em níveis ou integração de seus elementos (MARCONI; PRESOTTO, 2006). Cultura não vem da genética, mas sim, do resultado da inserção do ser humano em determinados contextos sociais. É a adaptação da pessoa aos diferentes ambientes pelos quais passa e vive. Segundo Burke (1989,

p.38) “a descoberta da cultura popular fazia parte de um movimento de primitivismo cultural no qual o antigo, o distante e o popular eram todos igualados”. A princípio, o conceito de cultura, apenas remetia à cultura às classes dominantes, ou seja, a elite da época, sendo entendido que as demais classes não a produziam.

Até meados do século XVII a fronteira entre cultura popular e cultura de elite não estava bem delimitada, porque a nobreza participava das crenças religiosas, das superstições e dos jogos realizados pelas camadas subalternas. É claro que o mesmo não se pode dizer com relação ao povo no universo das elites (CATE-NACCI, 2001, p. 29).

Acreditava-se que as classes dominantes teriam uma dinâmica de mudança que decorre da necessidade de manter a distinção daqueles que produzem e carregam essa cultura ou nas tentativas de pessoas ou grupos que estão fora da classe dominante de se apropriar dessa cultura (SILVA, 1995). Assim, novas tendências vão garantir que o acesso à cultura legítima seja facilitado a uns por possuir uma familiaridade e sensibilidade, adquirida e dificultada a outros que estão socialmente distantes e internamente despreparados.

A cultura popular como ligada a regionalismo, primitivismo, passado ameaçado de se perder, como ato da produção coletiva, frequentemente ingênua (e aí o nome *arte naïve*), como produção carregada de purismo, de tradição, cujo processo de criação está associado ao “fazer” e não ao “saber”. Parece recorrente a valorização do popular a partir destas características elencadas, ou seja, pelo seu papel na manutenção de tradições e práticas que, sem ele, estariam perdidas em meio às transformações do mundo industrializado e urbano (JORGE, 2006 p. 175).

Com o passar dos anos, as culturas populares foram consideradas formas de manifestações culturais que estão relacionadas ao anônimo, ao coletivo, ao espontâneo, à tradição e à oralidade, dando nome, voz e vez aos que fazem as culturas populares. De acordo



com Luís da Câmara Cascudo, é possível interpretar as culturas populares como resultado da “sabedoria oral”, memória coletiva anteposta aos conhecimentos transmitidos pela ciência. Possuidora de “bases universais”, portadora de um “instinto de conservação para manter o patrimônio sem modificações sensíveis, uma vez assimilado,” (CASCUDO, 1983, p. 679). Sendo assim, as culturas populares não são somente um suporte idealizador para a tradição, por ela estar muito além das representações estanques, segundo as quais ela ocorreria apenas no passado; na verdade, é o hoje vivido e expresso, através da sabedoria oral que os atores sociais aprendem fazendo, na prática, olhando os corpos, os passos, as mãos, os olhares, os sorrisos, a malemolência, gingas e também ouvindo as falas e sons.

As culturas populares podem ser representadas nas celebrações, festas, crenças, hábitos e tradições, nos fazeres e saberes do patrimônio cultural, revelados na culinária, nas danças folclóricas, nos ritos e celebrações. Todo espaço ou lugar possui uma significação de existência que o torna singular, que define uma identidade que vem constituir pertencimento, uma vez que expressões culturais diversas convivem em um mesmo espaço e dialogam entre si. De acordo com Rodrigues (2016) a principal características das multiplicidades culturais, se dão a partir das combinações de elementos de diversas culturas em uma nova e diferente expressão cultural. Ao lidar com o que não é único e distinto o multiculturalismo contempla as identidades plurais como base formadora de sociedades ou organizações, considerando a diversidade de gêneros, religião, cultura, linguagem, etnia, saberes e outros para propor uma sociedade múltipla, ou seja, as multiplicidades culturais é um fenômeno que institui a existência simultânea de várias culturas em um mesmo espaço territorial e nacional, onde as constantes migrações, globalização das comunicações e internacionalização da economia oportunizou tal processo. E para isso se faz necessário a resistência dessas práticas culturais. Resistir pressupõe a capacidade que detém as culturas para defender os traços distintivos que as marcam, isso implica a capacidade de articular estratégias variadas para manter-se uma história interna específica, com o ritmo próprio.



Ou seja, culturas populares é todo processo de democratização da cultura que visa neutralizar o distanciamento entre os atores sociais envolvidos. Os momentos festivos são parte das teias de significados da cultura. É justamente nos momentos das festas populares que as pessoas rememoram ou fazem questão de esquecer algo, símbolos, lugares. Dessa forma, compreender um momento festivo é também entender a sociedade na qual ela está inscrita.

Memória e Identidades

A memória é a capacidade que os seres vivos têm de adquirir, armazenar e evocar informações. De acordo com Barros (2009, p. 37) “devemos pensar na memória como instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos”. Dessa forma, acontece a mudança na avaliação da memória como mero depósito de dados e de informações relativas à coletividade ou à vida individual.

A memória não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente. A memória, portanto, excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e motor e do tempo físico, pois ela é também o resultado de si mesma; ela é objetivada em representações, rituais, textos e comemorações (SANTOS, 2003, p. 25-26).

Contudo, como excede a mente humana, a memória também se alimenta de imagens, sentimentos, ideias e valores que circulam no meio social, transfigurando-se em objeto de percepção coletivo resultante da interação entre indivíduos no presente. Ao registrar a memória de certos grupos que viveram determinada experiência, pretende-se reunir a experiência comum que partilharam.

Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar algum se uma consciência individual,



numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mas ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória (NORA, 1993, p. 18)

Portanto, é notório que a memória tem um papel fundamental na construção da identidade de um grupo social, já que a identidade emerge, não tanto de um centro interior, de um eu verdadeiro e único, mas do diálogo entre os conceitos, definições e práticas que são representadas para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por esses significados, de sermos interpelados por eles, de assumirmos as posições de sujeito constituídas por nós e para nós (SILVEIRA, 2010). Identidade está diretamente vinculada à ideia de projeto, de algo que se encontra sempre em construção, que se vinculava à busca das origens, das semelhanças, daquilo que, por baixo das diferenças, do movimento, das mudanças costura e mantém a unidade.

O conceito de identidade aqui desenvolvido não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. [...] Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2000, p. 108).

Segundo o autor, a identidade são sedimentações culturais que adotamos e procuramos viver, fica claro que essas são frutos de dadas memórias, de dados aspectos do passado que podem ser replicados, ou reconfigurados, de maneira forte e fraca. Neste sentido, identidade não está vinculado, apenas na identificação das semelhanças, dos compartilhamentos, que também proporciona a construção da diferença.

As múltiplas identidades existentes no mundo contemporâneo, como culturais, étnicas, ideológicas, religião, entre outras, bem

como sua relação e aceitação em um espaço diferente de origem em que vivemos é responsável por mobilizar constantemente à sociedade a assumir novas identidades, assim como reelaborar estas em tradicionais pertencentes aos períodos antecedentes. Portanto, as identidades são sedimentadas durante todo o decorrer da vida, sendo ela passível de mudanças de acordo com os momentos e fases que cada indivíduo. Compreende-se o sentido de pertencimento para contribuição do desenvolvimento dessa identidade, como em diferentes esferas de convivência. Pertencer constitui dividir características, vivências e experiências com outros membros das comunidades de pertencimento, desenvolvendo sentimento de pertença.

Alimento Tradicional

294



O Alimento tradicional de excelência pelos próprios consumidores, renova-se e conserva a maioria de seus traços característicos, garantindo a permanência de uma cultura local. Se por um lado há maior curiosidade em novos sabores, o tradicional remete ao familiar, ao nostálgico, ao improvisado e legítimo. Como relata Collaço (2013) esse alimento rotineiro se abre a novas possibilidades e passa pelo consumo de alimentos tradicionais, autênticos, exóticos, entre outros, e pode ser reconhecido como uma aquisição de destreza, estabelecendo fios que se comunicam entre o “eu” e o mundo das coisas, com vários significados e interpretações. Nesse contexto, segundo Krone; Menasche (2016, p.258-259) “A alimentação tradicional assume um caráter ideológico, através do qual fronteiras e pertencimentos são definidos, uma vez que o cardápio típico da festa é escolhido de modo a afirmar e legitimar uma identidade”. Considera-se o fazer do alimento tradicional, em seu conjunto de saberes e práticas, na sua perspectiva ampla, com os atores sociais envolvidos nesse fazer com os conhecimentos e sua transmissão.

Esses alimentos são tradicionais porque persistem no tempo, sendo sempre produzidos em um determinado lugar e de uma determinada maneira, conservando características que os definem quanto ao aspecto, à

textura e ao sabor que estão ligados à cultura gastronômica de uma população (ZUIN; ZUIN, 2007, p. 113).

As comidas preparadas como oferendas em rituais religiosos, com os exigidos de acordo com as determinações das casas de culto, são comidas que, saindo da esfera do sagrado, entram no universo profano das casas brasileiras. De acordo com Hubert (2011, p. 17) “essas oferendas rituais, também chamadas obrigações, procedimento rotineiro por parte dos envolvidos nas práticas religiosas, são dadas aos deuses, por exigência dos mesmos a fim de propiciar auxílio em questões espirituais e materiais”. A comida perpassa diversas funções na religião afro, como cultos de iniciação, celebrações comensais, cultos fúnebres, cultos de renovação de energia, entre outros. O alimento sagrado, nesse sentido de oferenda, carrega todo um sentido simbólico que se dá entre os orixás e os seus devotos. O alimento estará presente fisicamente ou, de forma imaginada, a partir das memórias, do que representou ou representará na construção de subjetividades.

O alimento transformado pela cozinha/cultura se torna comida e adquire um caráter público e também político: por meio da comercialização de produtos, tanto vindos da terra natal como aqueles que serão preparados localmente com o que está ao alcance; na tentativa de reproduzir sabores da memória em pequenos comércios ou restaurantes que cumprem várias funções, desde proporcionar um meio de vida e sustento para muitas famílias, como também expor novos pratos para que circulem localmente; permitirão instituir tradições, reconhecimentos em busca de posições menos assimétricas com relação à sociedade local ou no convívio com outros grupos em situação semelhante (COLLAÇO; MENASCHE, 2015, p. 7).

O alimento assume também o papel de instrumento de interconexão dentro das celebrações ao ser empregado como forma de ornamentar os cultos aos santos ou festejos religiosos. Segundo Maués (2016) não há religião sem festa, nem festa sem comida de festa. A comida da festa, por sua vez, implica em sacrifício, de várias

formas. Podemos aqui encontrar duas espécies de atos rituais tão comuns no Brasil e em outras sociedades ocidentais como as que ocorrem em diferentes nações latino-americanas, onde estão presentes o catolicismo e as religiões de matriz africana, na maioria das situações envolvendo diversas formas de sincretismo. As oferendas aos deuses e às entidades sobrenaturais se fazem em rituais festivos incluindo todas elas algum tipo de refeição, onde se partilha e se troca várias espécies de comidas e bebidas.

O comer e o beber são uma das manifestações mais importantes da vida do corpo grotesco. As características especiais desse corpo são que ele é aberto, inacabado, em interação com o mundo. É no ‘comer’ que essas particularidades se manifestam da maneira mais tangível e mais concreta: o corpo escapa às suas fronteiras, ele engole, devora, despedaça o mundo, fã-lo entrar dentro de si, enriquece-se e cresce às suas custas. O encontro do homem com o mundo que se opera na grande boca aberta que mói, corta e mastiga é um dos assuntos mais antigos e mais marcantes do pensamento humano. O homem degusta o mundo, sente o gosto do mundo, o introduz no seu corpo, faz dele uma parte de si (BAKHTIN, 2008, p. 245).



Comer é mais que ingerir um alimento, significa também as relações pessoais, sociais e culturais que estão envolvidas. Segundo Barbosa (2012) os antropólogos se interessaram ao longo dos anos em estudar o ato de comer, pois o comportamento relativo à comida demonstra manifestações culturais e sociais e causam estranhamento entre as diferentes sociedades. Vale ressaltar que para Schluter (2003), o modo de cozinhar pode estar ligado ao modo de vida de uma pessoa, diferenciando assim as características de diversas sociedades, ou seja, não é simplesmente um objeto nutritivo que permite saciar a fome, mas algo que também tem um significado simbólico. Tal significado pode destacar as diferenças, semelhanças e o grupo social a que se pertence. Distintos grupos sociais preparam seus alimentos de diversas formas e tamanha variedade nas preparações podem carregar suas origens e a percepção da dinâmica cultural.

De acordo com Canesqui (2005, p. 57) “A antropologia enfatiza, na verdade, os aspectos simbólicos que revestem a ‘comida’, bem como o modo de preparar e comer os alimentos nas sociedades humanas”. É muito comum o uso de alimentos em festas, onde o encontro comunitário cria vínculos mais fortes entre os atores sociais envolvidos. As manifestações que se traduzem em festas podem implicar na produção de vestimentas, músicas e sua comida, que possui um grande significado no meio destas.

O estudo da alimentação e das manifestações culturais de determinados grupos constitui uma das formas mais ricas de conhecimento das sociedades. O modo de preparar, ingerir e servir os alimentos desvela formas de expressões culturais tradicionais características de cada comunidade ou sociedade e também revela inter-relações não apenas entre os indivíduos, mas também entre eles e o espaço onde estão inseridos nas diferentes sociedades e temporalidades. Os alimentos, as festas, as crenças, os hábitos alimentares, como expressões de manifestações culturais tradicionais, retratam a cultura popular nos diferentes espaços, e o significado de sua existência os tornam singulares, definidores muitas vezes de identidade constituída pelo sentimento de pertencimento ao lugar (MENEZES; CRUZ, 2017, 25-26).

Para cada rito, celebração, festa ou manifestação padroniza-se uma forma própria de indução do alimento tradicional, gerando uma ordem, que será seguida prontamente a cada ano e a cada dia de devoção. O alimento visto em diferentes contextos revela seu poder em torno de ideias e práticas e, além disso, permite reconstruir a memória, o que possibilita redefinir identidades.

Contexto Histórico do Município de Carmópolis-Povoado Aguada

Tratava-se de um lugar de reunião obrigatória para a travessia da Mata do Bom Sucesso, terra ocupada por negros que fugiam dos

engenhos da Região Cotinguiba, que mais tarde, em consequência da Missão de Nossa Senhora do Carmo, ficou sob influência civilizadora da Ordem dos Carmelitas. É nesta época, segundo registro de Dom Marcos de Souza, que foi construída a Igreja Santana de Massacará, localizada onde hoje está instalada a cidade de Carmópolis, e que pertencia a Rosário do Catete. Experimentando um progresso constante, a povoação do Rancho trocou o nome para Carmo, sendo elevada à categoria de vila de 1894².

A povoação conhecida como Rancho passou a chamar-se Carmo, sendo elevada à categoria de vila através da Lei n.º 83, de 26 de outubro de 1894. O município de Carmópolis está a 47km da capital, via BR 101, possuindo uma área de 46km². Limita-se com os municípios: Japarutuba, General Maynard, Santo Amaro das Brotas e Rosário do Catete. Está localizado na Microrregião da Cotinguiba. Os rios Japarutuba e Riachão e os riachos Mariquita e Diogo compõem a sua hidrografia. O solo é Podzólico Vermelho Amarelo, Equivalente Eutrófico, que é composto por diversas riquezas mineiras, a saber: petróleo, sais de potássio, sal-gema, sais de magnésio, dentre outros. (MENDONÇA; SILVA, p. 136, 2009).

Do magnífico subsídio de D.Marcos de Souza à História de Sergipe, em que localizava a ‘Missão de Nossa Senhora do Carmo’ quatro léguas acima da atual povoação de Pirambu, na barra do Japarutuba, tira-se a conclusão de que nenhuma dúvida pode ser suscitada quanto à passagem dos Carmelitas por Carmópolis, quando a atual cidade não passava de incipiente povoação. Data dessa época a construção da Igreja de Santana do Massacará, situada a pequena distância de Carmópolis³.

Mas a categoria de vila não representou independência. A autonomia econômica e política com relação a Rosário deu-se devido aos grandes proprietários do Engenho de Porções, Francisco e José

2 Informações retiradas do Sergipe Panorâmico, 2009.

3 Informações retiradas do site do IBGE.

Teles Maciel lutaram contra essa situação, alimentando o propósito de conseguirem a autonomia da vila. Por conta dessa luta foi fundado em 19 de fevereiro de 1919 o jornal “A voz do povo”. Só em 7 de novembro de 1921 é que foi criado o ‘Distrito da Paz do Carmo’ e autorizado pelo governo de Pereira Lobo a delimitar o seu território separando de Rosário e uma parte menor, ao norte, de Japaratuba. Mas somente no dia 16 de outubro de 1922 chega a tão esperada independência.⁴

A população estimada em 2017 foi de 16.275 habitantes (0,81% da população sergipana), apresentando uma densidade demográfica de 94.36 hb/km². Está inserida na região de saúde de Nossa Senhora do Socorro, composta pelos municípios de Capela, Carmópolis, Cumbe, General Maynard, Japaratuba, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Socorro, Pirambu, Rosário do Catete, Santo Amaro das Brotas e Siriri (RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO, 2017).



“O nome primitivo de Carmópolis era “Rancho” e sua fundação como povoado data do fim do período colonial e início do Império Brasileiro”⁵. Em 28 de março de 1938, o município foi elevado à categoria da cidade e teve seu nome alterado para Carmópolis em 31 de dezembro de 1940, contando com Aguada como único povoado do município⁶. Sendo o município de Carmópolis uma grande importância na indústria extrativa, o qual ocupa a segunda posição estadual na extração de petróleo. Nesse ano de 2014, sua indústria extrativa gerou R\$ 425,77 milhões e registrou aumento na participação nos serviços industriais de energia elétrica, mais especificamente na gestão de resíduos e recuperação de materiais⁷. De acordo com o Atlas do Censo Demográfico (2010), define-se povoado como um tipo de aglomerado rural sem caráter privado ou empresarial,

4 Informações retiradas da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959.

5 Informações retiradas da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959.

6 Informações retiradas do Sergipe Panorâmico, 2009.

7 Informações retiradas do Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado de Sergipe 2010-2014.

ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas, quer primárias (extrativismos vegetal, animal e mineral e atividades agropecuárias), terciárias (equipamentos e serviços) ou secundárias (industriais, em geral), no próprio aglomerado ou fora dele. O povoado é caracterizado pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atender aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas. O povoado está relacionado ao número de habitantes por quilômetro quadrado, ou seja, à densidade demográfica de um determinado lugar.

Vamos Alimentar o Samba - Contexto histórico e o mito de origem do Samba de Aboio

300



O mito de origem possibilita a interpretação do mundo, modificando o lógico, a ficção da realidade, provocando uma atitude inicial de experiência com o outro e daquilo que o rodeia. Estes mitos são construídos a partir da identidade, sendo um fenômeno de interesse coletivo, que fomenta uma consciência de comunidade e possui uma dinâmica. Contudo, vale ressaltar que, todas as culturas têm os seus mitos, que estes contam uma história sacra, narra um acontecimento que teve lugar no tempo dos “começos”, das origens. Como Eliade (1989, p. 13) conceitua “(...) o mito é considerado como uma história sagrada, e, portanto, uma “história verdadeira”, porque se refere sempre a realidades”.

O mito de origem do Samba de Aboio teve início em 13 de maio de 1888, no mesmo ano da Lei Áurea. Uma manifestação passada de geração em geração, que ocorre todos os anos no Sábado de Aleluia e no domingo da Ressurreição, durante a celebração cristã denominada Semana Santa. Participam do citado grupo, homens, mulheres e crianças, que homenageiam Santa Bárbara (lansã) na religião Nagô.

Da mesma forma que a palavra Yorùbá na Nigéria, ou a palavra Lucumí em Cuba, o termo Nágô no Brasil acabou por ser aplicado coletivamente a todos esses grupos vinculados por uma língua comum – com va-

riantes dialetais. Do mesmo que em suas regiões de origem todos se consideram descendentes de um único progenitor mitológico, Odùduwà, emigrantes de um mítico lugar de origem, ilé Ifè. (SANTOS, 2002, p. 29)

Em Sergipe, no município de Carmópolis, Povoado Aguada, o Samba de Aboio possui uma conotação sagrada, acontecendo quando Thamashamlim Ecoubanker, menina escravizada em Angola/África, trazida ao Brasil e que foi vendida ao engenho de nome São João em Japarutuba, veio a casar e teve uma filha chamada Maria da Soledade que também se casou e teve três filhos: Manoel Francisco da Mota, João Francisco da Mota e Maria Benedita da Mota⁸. Para Marconi; Presotto (2006, p. 152) “as crenças religiosas implicam a existência de algo superior, sobre-humano. São importantes tanto pelo seu conteúdo emocional quanto pelo intelectual”.

A partir da memória dos sambadores, a história contada diz que Maria Benedita, ao completar mais ou menos 10 anos, encontrou à margem de um tanque uma estranha pedra e correu para casa dizendo ter encontrado uma boneca. Sua avó Thamashamlim, que era de Angola e por ser nagô, tinha conhecimentos sobre práticas religiosas e sua crença nos orixás, disse a Maria Benedita que ela havia encontrado um corisco, e que se tratava de lansã - Santa Bárbara, orixá feminino dona dos raios, trovões e tempestades. Demonstrando assim, como é colocada no mesmo patamar essas duas representações, de diferentes religiões, dentro das práticas culturais, e, especificamente, religiosa, organizadas e realizadas por essa família, como podemos observar na fala de Elizano.

Uma coisa que é muito curiosa sobre o samba e sobre a pedra mesmo, é o corisco. Corisco é uma lasca de meteorito, vem do raio. Só esse fato de ser uma pedra que veio do espaço e foi encontrada por essas mulheres junto com a minha tataravó que estavam no rio e foram pegar água e encontrou essa pedra. Só esse fato já é completamente fora do comum, eu acho que

8 Informações retiradas do artigo “Maria vêm ver ô”: estudo etnográfico do Samba de Aboio Santa Bárbara, 2015.

esse fato é uma das forças que a gente tem, que fortalece⁹.

Assim, com as instruções passadas pela avó Thamashamlim, a família, junto com a comunidade local, passou a realizar sua devoção a lansã/Santa Bárbara. De acordo com o Sambador Genilson “Minha família faz a devoção a lansã desde que ela foi encontrada e o Samba de Aboio é um complemento para louvar a Princesa Isabel e lansã.¹⁰” O Samba de Aboio surgiu como uma forma de celebração a mais para lansã e também para incluir outras homenagens para os Santos de devoção da Família Mota e Assis que acontece sempre no sábado de aleluia e no domingo da ressurreição.

Também chamada de *Aloiá*, é provavelmente corruptela de *Oya*, que, na África, é a deusa do rio Níger. É a orixá dos ventos e das tempestades e protetor dos relâmpagos. Quando está relampagueando, grita-se: ê-*parrê*, que significa, de acordo com as informações que colhemos – que bela espada! É considerada a mulher de Xangô. É orixá dotado de poder especial para anular as influências dos espíritos dos desencarnados. É de temperamento autoritário e impulsivo (VALENTE, 1977, p. 93).

Os saberes/fazeres e práticas culturais são transmitidos ao longo das gerações. Dentro do Samba de Aboio participam atores sociais de diferentes idades, da mesma família e que vem sendo passado de geração a geração. A partir do sentimento de pertencimento é possível que as pessoas valorizem e cuidem mais do ambiente que estão inseridos e que ali participam. O pertencimento cria uma identidade no indivíduo que fará com que ele, inserido dentro de uma comunidade e um contexto específico, se empenhe para que coletivamente lute por uma sociedade mais justa. Isso levará aos atores sociais que a reflitam mais sobre a vida e o ambiente, criando um pensamento mais crítico e reflexivo dentro de uma perspectiva emancipatória.

9 Entrevista realizada com Elizano Souza de Assis Filho, no dia 17/03/2019.

10 Entrevista realizada com Genilson Mota e Assis, no dia 03/02/2021.



Durante os dois dias de celebração, os tocadores usam tambores feitos de “oco de pau” e encourados com pele de boi, estes ficam sentados sobre os tambores, e os outros tocam ganzás, pandeiros e a onça¹¹. Durante a roda, os participantes que estão dentro dela, chamam os que estão ao redor da mesma, dando batidas nas cochas e rasteiras em seu parceiro de Samba, voltando assim para a roda, passando a vez para a pessoa a qual levou a rasteira (foto 1). O senhor Francisco fala sobre o ritual da celebração “fazer uma festa, eu não sei de festa nenhuma a não ser a da liberdade, que era gente dando umbigada no outro e cantando, louvando o senhor do engenho. Hoje é que eu louvo a princesa Isabel que deu liberdade aos escravos, é que eu canto pra esses”¹².

O nome é Samba de Aboio, festa de Santa Bárbara, são dois eventos em um. A festa de Santa Bárbara é uma obrigação e devoção da família Mota e Assis para lansã/Santa Bárbara, porque a minha tataravó, uma mulher africana que foi escravizada no Brasil, acha esse corisco, esse raio que é uma coisa em tese que acontece na mitologia, caiu um raio e ela achou, era uma pedra quente e ela achou em Aguada e pelos conhecimentos que ela tinha e as pessoas que estava ao seu redor, falaram que era lansã e precisava ser cultivado, precisava cuidar. E essa obrigação começa, uma obrigação ancestral familiar e que até hoje a gente faz. As únicas pessoas que cuidam de lansã é minha tia Dona Maria José e as que tem permissão. Ela (lansã) é vestida, colocam um vestidinho branco, rosa, as pessoas vão lá, podem tocar, fazer o pedido¹³.

O samba surgiu dos antigos batuques trazidos pelos africanos que vieram como escravizados para o Brasil. Esses batuques estavam geralmente associados a elementos religiosos que instituíam entre estes escravizados uma espécie de comunicação ritual atra-

11 Onça é um instrumento musical, semelhante a um tambor, com uma haste de madeira presa no centro da membrana de couro, pelo lado interno.

12 Entrevista realizada com o senhor José Francisco Mota de Assis no dia 11/04/2020.

13 Entrevista realizada com Yérsia Souza de Assis, no dia 18/04/2019

vés da música e da dança, da percussão e dos movimentos do corpo¹⁴. Neste sentido, percebe-se que existem diferentes práticas do samba.

Foto 1- Roda do Samba de Aboio



Fonte: Luana Almeida, 2019

Na casa de lansã- Santa Bárbara, lugar que foi feito para homenagear a Santa, encontra-se, um altar com a imagem da Santa e a “pedra” que recebe o nome de lansã- Santa Bárbara. Essa possui uma significação própria para os sambadores, a qual é envolta por um ritual composto por banhos, sacrifícios de animais e dança nos dois dias da celebração. Esse banho é feito por Dona Maria José, como ela explica “eu preparo o primeiro banho em lansã, com azeite

14 Em Sergipe podemos encontrar modalidades do samba, como por exemplo, o Samba de Parelha e o Samba de Coco. O de Parelha é dançado somente por mulheres aos pares, por isso a origem desse nome que significa (semelhante, igual). As indumentárias são vestidos coloridos, chapéus e os tamancos que fazem a marcação dos passos da coreografia. O samba de Parelha surgiu há mais de 300 anos, quando os escravos usavam seu tempo livre, para dançar o samba em duplas (OLIVEIRA, 2007). Essa tradição ainda segue com os remanescentes de quilombolas do povoado Mussuca, em Laranjeiras, fazem o seu papel para não deixar morrer essa tradição No Samba de Coco, sua característica é uma marcação de ritmo forte, feita através das palmas, sapateados e instrumentos de percussão como cuícas, pandeiros, ganzás, bombos, tambores, chocalhos, maracás e zabumbas que acompanham a sanfona. De acordo com Andrade (2012) é uma dança de origem africana com fortes influências indígenas. Sua prática está ligada à história dos quilombos, pois os negros que fugiam das senzalas iam para lá e como forma de passar o tempo cantavam enquanto praticavam o ritual de quebrar o coco, com o propósito de retirar as amêndoas para o preparo dos alimentos.

de dendê, água, mel de abelha e faço o banho, depois faço uma reza para livrar do mal todos que estão ali”¹⁵. Iansã é vestida, colocada no altar e reverenciada por sambadores e membros da comunidade, que lhe atribui um sentido sagrado. Os instrumentos musicais do samba também são armazenados nesta casa, onde também possui uma cozinha que é utilizada para preparação de uma parte da refeição que é servida durante os dois dias de celebração.

Além desses espaços físicos os instrumentos musicais e utensílios diversos usados nos rituais são igualmente consagrados, nada é incorporado ao cotidiano de um terreiro sem que seja consagrado, recebendo o axé e passando assim, a ser considerado como um elemento sagrado, apto a compor os rituais votivos. Essa consagração pode ser feita de diversas formas, variando o elemento e o propósito. Palavras, sons, vibrações vocais, cânticos, hálito, mãos, dança, água, sangue, todos esses elementos podem ser condutores de axé, desde que o indivíduo que realiza o ritual também tenha sido consagrado e preparado para aquela ação, ou seja, tenha recebido o axé e esteja constantemente potencializando e equilibrando seu axé com o firmamento do terreiro (ALVES; CARVALHO; FERREIRA, 2019, p. 366).

No sábado de Aleluia, primeiro dia de celebração, o samba inicia-se à noite, todos que estão no círculo brincam ou sambam com a roupa que melhor lhe convier, inclusive pode-se contar com a participação de quem quiser entrar na roda do samba. Também é servida a partir de meia noite, uma boa parte da comida para todos os presentes, incluindo participantes e curiosos encerrando esse primeiro dia da celebração. Como ressalta Hubert (2011) o alimento tem um papel fundamental no universo das religiões afro-brasileiras, ele é tido como sagrado, estando presente em praticamente todos os momentos. Todos os cultos fazem oferendas de alimentos, propiciatórias de pagamento de promessas, por favores recebidos, ou como resgate de faltas em relação aos preceitos religiosos.

15 Entrevista realizada com Dona Maria José Mota de Assis, no dia 03/02/2021.

São realizados nesse primeiro dia de celebração pela manhã, os sacrifícios dos animais de quatro patas (boi e carneiro) e depois é feito o preparo dessas carnes (foto 2), no domingo o sacrifício dos animais de duas patas (galo) e também depois é feito o seu preparo. Depois do primeiro banho feito por Dona Maria José, os banhos seguintes são feitos com o sangue dos carneiros, boi e dos frangos dados em oferenda, de forma que no sábado de aleluia lansã é banhada com o sangue dos carneiros e do boi e no domingo com o sangue dos frangos. Quem faz o primeiro sacrifício de cada animal para assim fazer o banho é quem está à frente do Samba de Aboio, atualmente, o senhor José Francisco Mota de Assis.

Foto 2- Preparo das Carnes no Sábado de Aleluia



Fonte: Luana Almeida, 2017

No sábado os cozidos de boi e carneiro (foto 3) são preparados e servidos. No domingo o cozido de galo e com o diferencial da refeição que é servida somente para as crianças e para homenagear Cosme e Damião, um bolinho feito com farinha de mandioca e arroz, acompanhado com o cozido de galo. Todos os animais sacrificados e alimentos servidos são de doações das promessas feitas pelos devotos de Santa Bárbara - lansã. É perceptível a relação de memória e identidade, por meio de todos os ensinamentos e tradições que foram passadas de geração a geração, que a alimentação tradicional servida durante o Samba de Aboio possui para os seus participantes e devotos, mantendo sem nenhuma alteração os animais que são sacrificados e servidos e todos os preparos desse alimento.

É servido no Samba os cozidos de boi, carneiro e galo. Sempre foram servidos esses animais por causas das promessas feitas pelos devotos, sempre foi assim, desde o começo. As pessoas doam os animais e a gente faz o preparo, sempre da mesma forma. A gente lava bem o couro das carnes, passa muito limão e tempera com cebola, pimentão, alho, coentro, hortelã, coloca na panela e cozinha as carnes¹⁶

O sentimento de pertencimento manifestado pelos atores sociais acerca do ambiente em que vivem carrega as singularidades de sua formação e encerra circunstâncias emocionais, muitas vezes, apenas vividas ali. É notório esse sentido dentro de todas os relatos dos sambadores, de como eles se sentem pertencentes do Samba e que essa tradição de todos os preparos dos cozidos sempre se manteve e que continua sendo passado de geração a geração. De acordo com Lestingue (2004) o sentimento de pertencimento torna-se possível a libertação das pessoas. Esse sentimento levará o indivíduo a se enraizar, a se formar como um ser, nutrir-se do que há ali criando a sua identidade.

Foto 3- Cozido de carneiro



Fonte: Luana Almeida, 2019

16 Entrevista realizada com Margarida Mota de Santana, no dia 03/02/2021.

No domingo da ressurreição, último dia de celebração, à tarde, os sambadores deverão ser aqueles que participaram de toda a preparação e que são devotos fiéis, em sua maioria, a família Mota de Assis, mantenedora da tradição da celebração, por conta da sua própria herança cultural. Mas, quem não for sambador pode participar da roda do samba, desde que esteja com a vestimenta adequada. Esta indumentária usada neste dia difere do sábado, dia anterior, sendo toda branca, para homens mulheres e crianças, com um lenço amarrado ao pescoço de cor vermelha, cor de Santa Bárbara - lansã.

Foto 4- Roda do Samba de Aboio no domingo da Ressurreição



Fonte: Luana Almeida, 2019

Neste último dia de celebração, também são cantados os “cheios”, lembrando sempre os que já se foram agradecendo a força que Santa Bárbara inspirou para continuar e conseguir fazer mais um ano de celebração a ela. Celebra-se as graças que foram alcançadas através de pedidos feitos anteriormente, agradecendo a Deus rezando a Ave Maria pontualmente às 18h00 horas, onde todos param, dão as mãos e acompanham, pedindo a Deus no final da oração que todos voltem no ano seguinte.

Considerações finais

Durante todo o decorrer deste artigo ficou visível que é necessário um certo tempo até que os alimentos, os ingredientes, o saber/fazer e as receitas, possam revelar ou representar as tradições de uma comunidade. O alimento é um processo que carrega toda sua simbologia e tradição, dentro de uma manifestação cultural ou celebração. Existem grupos e gestores públicos e privados capazes de sugerir que determinados “pratos” ou comidas possam se tornar parte das identidades dos territórios. Porém, a popularização e a eficácia de medidas impostas, depende constantemente da atribuição de significados e dos reconhecimentos locais.

Nessa perspectiva, falar de culturas populares, memórias, identidades e alimento tradicional dentro do Samba de Aboio, significa falar das formas de expressão da cultura dos atores sociais envolvidos, que se traduzem por meio dessa celebração e de todo o aparato simbólico que o acompanha e particularizam um lugar: rituais, canções, danças, comidas, indumentárias. No Samba de Aboio, as relações sociais são produzidas também durante a preparação das refeições, ajudando a manter a identidade, tradição e sua cultura.

É perceptível como existe uma relação de pertencimento para os participantes do Samba e devotos de Santa Bárbara (lansã) entre o ritual do sacrifício, o saber/fazer dos alimentos, até o momento em que são servidos os cozidos com o pirão. A relação da tradição de preparar e servir o alimento durante o Samba, junto com todo o seu ritual que acompanha é de suma importância para toda a celebração, desde as doações dos animais dos devotos, o modo de preparo das carnes que vem sendo mantido esse saber/fazer que é passado de geração a geração pela família Mota de Assis, sem ser modificado ou alterado. O Samba de Aboio só tem sentido quando realizado no seu espaço, no chão de areia, em frente à casa de Santa Bárbara (lansã) que possui uma conotação sagrada incorporada pelos seus devotos que veem naquele momento uma celebração.



Referências

ALVES, Lourece Cristine; CARVALHO, Maria Claudia Veiga Soares; FERREIRA, Francisco Romão. ONJÊ: candomblé, cozinha e axé. In: OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de; VANZELLA, Elídio; BRAMBILLA, Adriana. (Orgs). **Processos sociais: sistemas culinários em contexto de ressignificações, comensalidades, processos discursivos e religiosos** (Série Alimentação & Cultura). João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é Cultura Popular**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Rev. MOUSEION**, vol. 3, 2009, p. 35-67.

BARBOSA, Talita Padro. **Antropologia e Gastronomia: a identidade de ser brasileiro a partir da alimentação**. GT 1 – Culturas, Identidades e Diferenças. FFC/UNESP, 2012.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Civilização e cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

CATENACCI, Vivian. Cultura Popular entre a Tradição e Transformação. **Revista: São Paulo em perspectiva**, Vol. 15(2), 2001, p. 28-35.

CANESQUI, Ana Maria. Comentários sobre os Estudos Antropológicos da Alimentação. In: CANESQUI, AM.; GARCIA, RWD., orgs. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Editora FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2005.

CHARTIER, R. **Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico**. Estudos Históricos, n.16, p. 179-192, 1995.

Cidades IBGE Município de Carmópolis. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/carmopolis/panorama> Acesso: 01/11/2020.

COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. Gastronomia: a trajetória de uma construção recente. **Revista Habitus**, v. 11. Goiás, 2013.

COLLAÇO, Janine Helfst Leicht; MENASCHE, Renata. Comer contemporâneo: e não é que comida continua boa para pensar? **Revista Sociedade e Cultura**, vol. 18. Goiania, 2015, p. 5-11.



ELIADE, Mircea. **Aspectos do Mito**. Edições 70: Lisboa, 1989. **Guia Geográfico Sergipe**. Disponível: <https://www.brasil-turismo.com/sergipe/regioes.htm> Acesso: 28/11/2019.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HUBERT, Stefan. **Manjar dos Deuses: as oferendas nas religiões afro-brasileiras**. Seminário Africanidades: História, Arte e Cultura. UFRGS, 2011.

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, 1959.

IBGE. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO%202010.pdf Acesso: 15/04/2020.

JORGE, Marina Soler. Cultura popular, cultura erudita e cultura de massas no cinema brasileiro. **Revista Cronos**, v. 7, n. 1. Natal/RN, 2006 p. 173-182.

KRONE, Evander Eloí; MENASCHE, Renata. Comida, festa e patrimônio cultural no mundo rural pomerano: a construção da pomeraneidade ao Sul do Brasil. In: WOORTMANN, Ellen; CAVIGNAC, Julie A. (Orgs). **Ensaio sobre a antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios**. EDUFRN: Natal/RN, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Editora da UNICAMP, Campinas/SP, 1990.

LESTINGE, Sandra Regina. **Olhares de educadores ambientais para estudo do meio e pertencimento**. Dissertação (Doutorado em Recursos Florestais). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.

LODY, Raul G. M. Alimentação Ritual. **Revista Ci. & Tróp**. Recife, 1977.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Almoço do Círio: um banquete sacrificial em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré. **Revista Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 36(2): 2016, 220-243.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo: Edusp, 1974.

MENDONÇA, Jouberto Uchôa de; SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Sergipe Panorâmico**. 2. Ed. Aracaju: UNIT, 2009.



MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Comida: identidade, tradição e cultura enraizada nas manifestações do catolicismo em Sergipe. **Ateliê Geográfico**, v. 8. Goiânia-GO, 2014, p.274-289.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Estreitando o diálogo entre alimentação, tradição, cultura e consumo**. Editora UFS. São Cristóvão, 2017.

MULLER, Silvana Graudenz; AMARAL, Fabiana Mortimer; REMOR, Carlos Augusto. **Alimentação e Cultura: Preservação da Gastronomia Tradicional**. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Saberes e Fazeres no Turismo: Interfaces. Caxias do Sul/RS, 2010.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Proj. História, São Paulo, v.10, 1993, p.7-28.

Relatório Anual de Gestão 2017. Secretária Municipal da Saúde de Carmópolis. Carmópolis/SE, 2018.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os nagôs e a morte: Pàde, Àsèsè e o culto Égun na Bahia**. Petrópolis, Vozes, 2002.

SANTOS, José Luiz dos. **O Que é Cultura**. Editora Brasiliense: dividindo opiniões multiplicando cultura, 1986.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

SANTANA, Agustín. **Antropologia do Turismo: analogias, encontros e relações**. São Paulo: Aleph, 2009.

SCHLUTER, Regina, G. **Gastronomia e Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

SILVA, Gilda Olindo do Valle. **Capital Cultural, classe e Gênero em Bourdieu**. Cad. Prog. Pós-Grado. Ci. Inf. V.I, 1995.

SILVEIRA, Fabricio José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Rev. Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, 2010, p.67-86.

VALENTE, Valdemar. **Sincretismo religioso afro-brasileiro**. Prefácio do professor Amaro Quintas. 3. ed. São Paulo, 1977.

ZUIN, Luís Fernando Soares; ZUIN, Poliana Bruno. Produção de Alimentos Tradicionais: contribuindo para o desenvolvimento local/regional e dos pequenos produtores rurais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.4, Taubaté, SP, 2008, p. 109-127.



Capital cultural entre agricultores familiares: da labuta ao (en) canto

José Franco de Azevedo*
Sônia Pinto A. de Melo**

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar os aspectos da cooperação na cultura tradicional dos agricultores familiares em Nossa Senhora da Glória (Se). Fundamenta-se na pesquisa bibliográfica e de campo com aplicação de questionário, entrevistas e observação direta nas propriedades. Os cantos, as toadas, as trovas e versos, as coreografias, as comidas e bebidas durante as práticas de cooperação, especialmente nas 'pisadas', 'batalhões', 'taipas de casa', a 'pega' e a 'ferra' do boi serviam para amenizar o trabalho exaustivo e fortalecer os laços e solidariedade. Conclui-se que a intervenção do Estado, através dos programas de desenvolvimento rural, contribuiu para o enfraquecimento dos processos de cooperação e a consequente extinção de práticas culturais tradicionais entre os agricultores.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Cooperação, Rituais de trabalho

- * Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Sergipe; Licenciado em Administração pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2000), Especialista em Administração Rural pela Universidade Federal de Lavras/MG (2003). Licenciado em Matemática pela Universidade Tiradentes (2005), Mestre em Agroecossistemas e Doutor em Geografia pela UFS. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Campus Itabaiana-SE. Tem experiência na área de Administração e Economia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: economia solidária, agroecologia, agricultura familiar, agroecossistemas, sustentabilidade e desenvolvimento rural.
- ** Graduada em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe (2003), Mestre e Doutora em Educação também pela UFS. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), professora permanente do quadro docente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), líder do Grupo de Pesquisa em Estudos de texto, leitura e linguagem (GETELL). Atua principalmente nos seguintes temas: Educação Profissional; Estudos da linguagem e ensino; Formação de leitores; História da Leitura; Educação Feminina.

Cultural capital among family farmers: from toil to singing

Capital cultural entre familiares agricultores: del trabajo al canto

Abstract

The aim of this study is to analyze the aspects of cooperation in the traditional culture of family farmers in Nossa Senhora da Glória (Se). It is based on bibliographical and field research with the application of a questionnaire, interviews and direct observation on the properties. The songs, tunes, ballads and verses, choreographies, food and drinks during cooperation practices, especially in the 'footsteps', 'battalions', 'house mud', the 'stick' and the 'stepping' of the ox served to ease the exhausting work and strengthen ties and solidarity. It is concluded that State intervention, through rural development programs, contributed to the weakening of cooperation processes and the consequent extinction of traditional cultural practices among farmers.

Keywords: Family farming, Cooperation, Work rituals

Resumen

El objetivo de este estudio es analizar los aspectos de la cooperación en la cultura tradicional de los agricultores familiares de Nossa Senhora da Glória (Se). Se basa en una investigación bibliográfica y de campo con la aplicación de un cuestionario, entrevistas y observación directa de las propiedades. Las canciones, melodías, baladas y versos, coreografías, comidas y bebidas durante las prácticas de cooperación, especialmente en los 'pasos', 'bataliones', 'barro de la casa', el 'palo' y el 'paso' del buey sirvieron para aliviar la agotación del trabajo y fortalecer los lazos y la solidaridad. Se concluye que la intervención del Estado, a través de programas de desarrollo rural, contribuyó al debilitamiento de los procesos de cooperación y la consecuente extinción de las prácticas culturales tradicionales entre los agricultores.

Palabras clave: agricultura familiar, cooperación, rituales de trabajo



Introdução

O presente artigo versa sobre as formas tradicionais de cooperação praticadas pelos agricultores familiares do município de Nossa Senhora da Glória, mesorregião do Sertão do Estado de Sergipe. Na definição de Binmore e Dasgupta (1986), a experiência de cooperação é relevante na maior parte dos empreendimentos humanos, do jogo ao matrimônio, das transações de mercado às relações internacionais, da produção industrial à educação. A cooperação exige que os agentes, tais como indivíduos, firmas e governos, estejam de acordo com as regras, contratos e costumes que devem ser observados no decorrer da sua atividade conjunta.

O propósito do texto é entender as relações de cooperação entre os agricultores familiares na formação dos territórios e de seus costumes, tradições e experiências de trabalho. A este respeito, Maia e Lopes (2003) enfatizam que a comunidade rural é um espaço cultural, social e econômico, onde residem formas tradicionais de cooperação que são utilizadas mediante as necessidades dos indivíduos.

É certo que a comunidade recebe inferências das transformações sociais, dos costumes, das crenças e dos comportamentos vigentes em uma dada sociedade. É nessa perspectiva que se pode compreender as práticas tradicionais de cooperação entre os agricultores familiares de Nossa Senhora da Glória. Práticas permeadas por aspectos sociais, culturais, econômicos, religiosos e/ou políticos. Neste estudo, compreende-se que uma comunidade pode ser definida como um grupo territorial de indivíduos que mantêm relações recíprocas e utilizam recursos comuns para satisfazer projetos comuns.

As práticas tradicionais de cooperação oferecem possibilidades de compreensão das manifestações culturais, sociais e econômicas de um povo. Estas experiências, ao longo da história, dinamizam transformações, identidades e interesses junto às comunidades cooperadas, impactando os grupos sociais que o constituem e/ou por experiências sociais, educativas e governamentais.

Frente a essa dinâmica, a partir do final da década de 1970, por interferência do Estado, estas manifestações de cooperação foram



desaparecendo, à medida em que novas formas de organização foram implantadas no referido município, a exemplo das associações de desenvolvimento comunitário. Estas, estimuladas por políticas públicas, contribuíram para que os agricultores familiares adotassem novas tecnologias.

Assim, torna-se importante analisar os aspectos da cooperação comunitária, em particular, aqueles associados a cultura tradicional dos agricultores familiares de Nossa Senhora da Glória. Elementos, traços e sentimentos sociais revelador da materialização do referido território.

Em relação ao método de investigação, adotou-se a proposta de pesquisa explicativa, por percorrer os caminhos das causas inerentes ao fenômeno e buscar “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2008, p. 43).

No presente estudo, há necessidade de se compreender o comportamento humano e dos grupos que interagem com a pesquisa. Em torno deste objetivo, será utilizada a triangulação na análise de dados para se obter maior abrangência na descrição, explicação e compreensão do foco de estudo. Segundo Triviños (1987, p.138), “é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro realidade social”.

O conjunto de fontes que fundamentam o presente estudo é composto pela pesquisa bibliográfica e de campo, aplicação de questionário e entrevista com os agricultores familiares e a observação direta nas propriedades. Em relação ao universo da amostra, foi formado por cento e vinte Agricultores Familiares, homens e mulheres de diferentes faixas etárias, diferentes níveis de escolaridade e componentes dos três diferentes territórios em Nossa Senhora da Glória (SE). A amostra é formada por agricultores familiares dirigentes e não-dirigentes de entidades desta categoria. Atingiu-se desta forma a totalidade das entidades formais de agricultores familiares e contemplando membros dos três territórios em análise.



O espaço, objeto de estudo, localiza-se na região noroeste do estado de Sergipe, na microrregião do Sertão do São Francisco, limitando-se ao Norte com os municípios de Porto da Folha e Monte Alegre; ao Sul, com Carira, Nossa Senhora Aparecida, São Miguel do Aleixo e Feira Nova; ao Oeste, com o estado da Bahia e ao Leste com os municípios de Gararu e Graccho Cardoso.

Cabe ressaltar que o Território 1 foi representado por 15 associações; o Território 2, por 31 associações; e o Território 3, por 11 entidades. As organizações estão espacialmente distribuídas e compostas por agricultores familiares dos 3 territórios em análise. A atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais atinge os agricultores familiares de todos os territórios.

No tocante à coleta, recorreu-se a entrevistas, aplicação de questionário e registros fotográficos, assim como a atas, textos, artigos científicos, dissertações e teses. O roteiro de entrevistas foi previamente elaborado com abordagens qualitativa e quantitativa contendo questões abertas e fechadas sobre as características socioeconômicas das famílias de agricultores, uso da área e manejo animal, além da observação simples. O questionário foi elaborado tendo como base o modelo proposto pelo Banco Mundial para Medir Capital Social (QI-MCS) (*Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital*) (SC-IQ), como forma de interpretar e analisar o Capital Cultural dos territórios.

Dentro deste contexto, ressalta-se que o estudo do Banco Mundial (2003) afirma que a forma de mensurar o capital social dependerá do conceito adotado e do contexto social em que será aplicado. O questionário integrado proposto pelo grupo de estudo do Banco Mundial enfatiza diferentes tipos de redes e organizações, a inclusão ou exclusão das redes, além de questões relativas à confiança, reciprocidade normativa e ação coletiva. As questões que compõem o roteiro de entrevistas utilizado para obtenção de dados para este estudo estão estruturadas e agrupadas em três dimensões, que são: grupos e redes, sociabilidade e autoridade e ação política. Os estudos sobre Capital Social, de modo geral, convergem em pontos básicos como: confiança, relações sociais e afiliação em estruturas e organizações.

Cabe salientar que a aplicação dos instrumentos de coletas de dados aos agricultores familiares, que compõem esta mostra, deu-se prioritariamente em seus estabelecimentos de moradia e/ou trabalho, no período compreendido entre julho de 2014 a março de 2015, assim como é necessário registrar que o Território 2 teve um número maior de pesquisados, tendo em vista que apresenta um número maior de instituições formais de agricultores familiares. Neste sentido, espera-se que as discussões aqui postas contribuam com os estudos no campo da cooperação comunitária, sobremaneira, do canto de trabalho.

A materialização dos territórios em forma de solidariedade e o surgimento das comunidades

318



Para compreender o processo de materialização dos territórios através da solidariedade, precisamos destacar a importância das comunidades para o aprofundamento do debate, acerca das formas tradicionais de dependência recíproca entre os agricultores familiares. Assim, precisamos considerar duas categorias importantes no processo: o Capital Social e o Capital Cultural.

Neste sentido, o Capital Social das comunidades é utilizado como forma de ajuda mútua entre os agricultores familiares que formam os territórios. Já o Capital Cultural se manifesta por meio dos alimentos e bebidas consumidos durante as manifestações de solidariedade, assim como, nas práticas de cultivo e na técnica de construção de moradias.

Tedesco (1999), entende que a comunidade é um local multiplicador de significados intrínsecos a cultura local e fundador de suas funções, na comunidade. É o espaço do jogo das trocas que, por meio de acordos e conflitos, tece a convivência de uma lógica de integração que passa pela participação, afeto, conhecimento, reconhecimento da vizinhança, mutirões, lazer, trabalho em equipes, relações de direitos e deveres, partilha de bens, experiência coletiva na individualidade, delimitação de espaços, símbolos de identidade de gênero e de idade, que atuam no seio do território para edificar as comunidades.

Infere-se que comunidade é um termo utilizado, em função de sua história. Tal palavra, além da localidade e da proximidade, sugere pertencimento e parentesco, é permeado pelos atos de fé e espiritualidade religiosa e valoriza o compartilhamento de recursos. Considerando tal compartilhamento, percebemos a aproximação da categoria de reciprocidade.

Portanto, necessário se faz ampliar a percepção sobre a comunidade rural para além do espaço físico onde as pessoas se estabelecem. Para tal, pode-se considerar o território como o espaço da convivência e da reciprocidade, uma vez que se constitui nas relações sociais, inclusive as trocas, quer sejam elas materiais, quer simbólicas, de bens ou serviços, por meio das quais, seus membros escolhem os seus aliados e realizam alianças. Segundo Maia e Lopes (2003), a vida social e econômica dos agricultores familiares era organizada pelos princípios da cooperação e da ajuda mútua, resultando um conjunto de regras denominado de dívida social da comunidade. Por conseguinte, convertendo-se num fato gerador de compromisso o qual deveria ser seguido por todos os seus membros, sob pena de sofrer sanções ou até mesmo de ficar marginalizado e não receber ajuda dos vizinhos quando mais necessitasse.

Para Woortmann (1990, p. 67), “a reciprocidade era o contrato social do camponês hierárquico no interior do todo que é a comunidade”, portanto assumia uma importância devido ao compromisso moral entre os agricultores, “o contrato não era feito entre indivíduos, mas numa coletividade, entre pessoas morais”. Assim, tem-se um vislumbre do entendimento dos efeitos da solidariedade, como reciprocidade, nos territórios demarcados por agricultores familiares.

A cooperação entre os Agricultores Familiares

As principais formas de cooperação entre os agricultores familiares do município de Nossa Senhora da Glória (SE) são representadas por conceitos populares típicos da linguagem territorial, reconhecidas aqui como: o batalhão, a pisada, a taipa de casas, a pega



e a ferra de boi. Todas essas categorias são reguladas pelo princípio da reciprocidade, para o qual, a retribuição era obrigatória, seja de forma imediata ou a longo prazo.

Tedesco (1999, p. 117) afirma que: “a cooperação precisa ser recíproca; há um grau de cobrança que não é explícito, mas que regula o grau de confiança e o crédito futuro”. Ressalta-se que durante o estudo não houve nenhuma referência às transações monetárias pela prestação dos mencionados serviços. A cooperação, portanto, se dá de forma baseada em dádivas feitas e retribuídas. Entretanto, o hábito da retribuição pela gratidão do benefício recebido se constitui em um capital simbólico.

A dádiva é um sistema de intercâmbio, de bens ou serviços, em que a importância da troca não está no que circula, mas nos vínculos estabelecidos por meio da relação gerada. Nesta relação, não há a preponderância de elementos como o poder ou a valorização monetária, pois o que circula está em prol da construção e manutenção de laços sociais – interpretada por Caillé (2002, p. 192) como: “qualquer prestação de bens ou serviços efetuada sem garantia de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social”.

É uma relação que não procura a equidade na troca, mas um sentimento de dívida espontânea, voluntária, em que as partes se sentem dispostas a doarem de uma forma incondicional.

Mauss (1974) afirma que a dádiva não é ação desinteressada. Dar, para ele, significa demonstrar a superioridade e aceitar sem retribuir significa subordina-se; e que a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir se constitui na primeira condição para efetuar o vínculo social. Portanto, fica claro que a dádiva não era simplesmente uma troca generosa entre vizinhos, uma vez que era regulada por uma complexa lógica.

Cabe ressaltar que as estruturas de reciprocidade não são apenas mobilizadas pelas sociedades humanas em função de seus aspectos materiais, no plano do real, mas também no plano simbólico, por meio da palavra, das regras, das normas ou dos costumes, associados ou não a alguma tradição.



E essa transformação no plano simbólico pode se dar por meio da atualização de práticas ou regras de reciprocidade, em estruturas econômicas e sociais atreladas a representações e decisões políticas em função de novas condições. As estruturas elementares de reciprocidade e sentimentos estão arraigadas nos valores humanos, produzidos pelas relações humanas em cada uma das categorias de estrutura: binária, ternária e centralizada nos atos praticados em nome de tais estruturas.

A reciprocidade binária corresponde às relações de aliança reconhecidas em acordos associação de prosperidades como: casamento, compadrio e redes interpessoais que se estabelecem entre indivíduos, famílias e grupos. A relação de reciprocidade binária simétrica, *face to face*, gera a amizade e os valores éticos. Na relação de reciprocidade binária assimétrica o doador ganha prestígio enquanto gera obrigação ou submissão ao donatário.

Já nas estruturas de reciprocidade ternária envolvem pelo menos três partes. A relação de reciprocidade ternária pode ser unilateral, por exemplo, no caso da dádiva intergeracional na relação de pais para filhos, que gera o sentido de responsabilidade. Entretanto, pode ser bilateral, como no caso do compartilhamento de recursos comuns, o que possibilita o senso de justiça e a confiança nas comunidades. Na estrutura de reciprocidade centralizada, as prestações e decisões são distribuídas por um centro de redistribuição como o chefe, o patriarca, o rei, o poder religioso, ou o Estado. Nessa estrutura, a confiança torna-se obrigação e obediência ao centro de redistribuição.

Pode-se exemplificar esta forma de estrutura como a construção de estradas, cavar ou limpar um açude entre outros, na qual os membros da comunidade que não participam perdem prestígio e honra. Sobre este aspecto, a teoria da reciprocidade está fundamentada em quatro elementos teóricos, quais sejam: o primeiro deles envolve a definição do conceito do ponto de vista socioantropológico. Desta feita, o princípio de reciprocidade se projeta para além das relações da dádiva entre os pares, ou grupos sociais simétricos.

Destarte, o reducionismo na definição de reciprocidade, que prevaleceu, tempos remotos, na antropologia, contribuiu sobre-



maneira para uma desordem entre troca assimétrica e reciprocidade. Ressalta-se que do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, um princípio econômico oposto ao da troca ou mesmo antagonista a troca. Portanto, as formas que a reciprocidade pode assumir, por meio da antropologia é o fortalecimento da categoria reciprocidade.

O terceiro elemento diz respeito às relações de reciprocidade em termos estruturais, no sentido antropológico do termo, no qual, distinguem-se segundo algumas estruturas elementares como propostas inicialmente defendidas por Mauss (1931), Levi-Strauss (1949), e outros autores, no que diz respeito às relações de reciprocidade estruturadas sob uma forma simétrica, ou seja, são aquelas que geram valores afetivos éticos. A relação de reciprocidade em uma estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo gera a justiça. Assim, outros tipos de relação, em outras estruturas, podem produzir outros valores específicos.

Por fim, o quarto elemento refere-se aos diferentes níveis do princípio de reciprocidade que geram sentimentos diferentes e valores diferentes.

Não obstante, existem as estruturas fundamentais de reciprocidade que geram sentimentos diferentes, portanto, valores distintos, assim como existem várias formas de reciprocidade, que lhes conferem imaginários diferentes. O sentimento do ser originário pode ser capturado no imaginário do prestígio ou no da vingança, dando lugar a formas de reciprocidade positivas, negativas e simétricas.

As estruturas, níveis e formas se articulam para formar sistemas de reciprocidade. No caso de Nossa Senhora da Glória (SE), as reciprocidades simétricas assumem um papel fundamental na manutenção das relações sociais estabelecidas entre os grupos de agricultores familiares. Tais relações são experimentadas muito cedo pelos mais jovens, percebidos por eles como uma manifestação festiva, mas arraigada na responsabilidade. As atividades são desenvolvidas tendo como pano de fundo os cantos e encantos da atividade.



(En)cantos de trabalho

De acordo com Santana (2012), os Cantos de Trabalho são herança da África Ocidental, onde a forma de vida complexa, mística e ritualística fez com que os africanos desenvolvessem cantos e danças para todas as ações do dia a dia. Os referidos Cantos estavam presentes em todas as fases e momentos da vida das pessoas – nascimento, puberdade, casamento, morte. Eles, por sua vez, criaram um repertório vasto, em particular, no tocante ao desenvolvimento de atividades agrícolas em torno de um bem comum, coletivo, cooperativo e comunitário.

No Brasil, “Os Cantos de Trabalho” são o resultado do entrelace das tradições musicais indígenas, europeias e africanas, que remontam ao tempo colonial, escravagista, patriarcal e patrimonialista.

Portanto, para cada trabalho existe uma cantiga e/ou um canto; para o fim do trabalho, a celebração é comemorada com o samba. É um processo da manifestação cultural por meio do canto simples do povo que contam suas histórias comuns, de amor, religiosas, lamentos, agradecimentos e devoção.

Essas variadas formas musicais, reunidas sob a denominação de “Cantos de Trabalho”, servem, dentre os seus fins, para ofertar mais conforto ao trabalho exaustivo dos agricultores, em tarefas coletivas ou individuais.

Assim, “Os Cantos de Trabalho” representam a legítima sensibilidade do povo, sua inteligência e sua ação - razão pela qual tem um significado importante para o conhecimento das experiências cooperativas da agricultura familiar e das especificidades da cultura popular brasileira.

A exemplo das experiências econômicas, sociais e culturais do Batalhão, Pisada, Taipa de Casa, Ferra e Pega de Boi, dentre outras. Costumes, tradições e legados de solidariedade praticadas por agricultores familiares do município de Nossa Senhora da Glória (SE).



Um tempo de cooperação: os batalhões

O termo “batalhão” é utilizado regionalmente e tem o mesmo sentido do mutirão rural ou adjunto, que se constitui em formas coletivas de trabalho. De acordo com Caldeira (1956), esse termo é utilizado nos estados de Sergipe, Bahia e Alagoas, principalmente nas zonas do Baixo São Francisco e região sertaneja.

Essa forma de cooperação é conhecida regionalmente como batalhão por aglutinar um número elevado de pessoas. Ressalta-se que cada agricultor participante se encarrega de levar os seus instrumentos de trabalho, as foices, machados, estrovangas e enxadas. Esta preocupação ocorre porque o agricultor beneficiário pode não dispor de uma quantidade suficiente de ferramentas para distribuir com todos os participantes.

O mutirão, por sua vez, se manifesta a partir de reunião da vizinhança, com o objetivo, segundo Cândido (1998, p. 49), de auxiliar “a enfrentar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc”. Geralmente, os vizinhos são convocados pelo beneficiário que lhes oferece alimento e bebida, encerrando o dia de trabalho com uma festa. Não há remuneração, a não ser a obrigação moral com que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos vizinhos que o auxiliaram.

Este chamado não falta porque é praticamente impossível a um agricultor, que só dispõe de mão-de-obra familiar, dar conta do ano agrícola sem cooperação. Nesta perspectiva, Guimarães (1995, p. 52) salienta que: “o mutirão constituía uma espécie de sociedade de auxílios mútuos [...] e obtém a colheita necessária para a sua subsistência”.

Depreende-se, portanto que, ao ser convidado para o mutirão, o agricultor não pode recusar, uma vez que a recusa pode significar a exclusão do circuito de reciprocidade e, conseqüentemente, o indivíduo correr o risco de ficar em situação de hostilidade e isolamento perante a comunidade, pois não cumpriu com uma das obrigações das regras de reciprocidade: aceitar o convite e ao mesmo tempo dar uma dádiva.



Em outras palavras, Tedesco (1999) afirma que o indivíduo não poderia recusar o convite porque assim estaria rompendo com os laços que unem historicamente as famílias e permitem a reprodução da comunidade. A negação, a recusa ao convite, é vista, comunitariamente, como arrogância, autossuficiência, perda de prestígio e de dignidade.

O batalhão ou mutirão também pode ser oferecido a um vizinho em um momento de precisão, como resposta a uma situação-problema, constituindo-se assim em um momento marcante de solidariedade entre agricultores familiares. Nessas experiências, membros da comunidade se encarregam de informar aos demais da necessidade do trabalho coletivo para ajudar a um vizinho, por uma determinada situação, a exemplo de doença, serviços em propriedades de mulheres viúvas, agricultores com serviços atrasados em relação ao ciclo agrícola, entre outros. Em casos como estes, o agricultor beneficiado não tem a obrigação de fornecer alimentação e bebidas, visto que se encontra em situações inesperadas, ou até mesmo, em dificuldade financeira.

De acordo com o depoimento de M.F.S, que reside no povoado Lagoa do Chocalho, fica fácil compreender o processo: *“Tem um vizinho da gente que ficou doente e não podia fazer a roça dele. Aí, já tava no tempo de plantar por causa da chuva, então, juntamos todos os vizinhos e um dia de sexta-feira plantamos a roça dele”* (M.F.S, entrevista realizada em novembro de 2015).

Havia vários motivos para as manifestações de reciprocidade, e conforme relato, não havia necessariamente a obrigação de devolver o favor. Em muitos momentos era uma questão de solidariedade e camaradagem entre os sertanejos.

Os batalhões eram realizados com maior frequência durante a década de 1980; posteriormente, passaram a acontecer de forma esporádica e em épocas específicas do ano, principalmente, a partir do mês de março, ao iniciar o ciclo agrícola no sertão sergipano. Este tipo de cooperação é realizado durante todo o dia, iniciando-se ao amanhecer e terminando no final da tarde; em boa parte das vezes com uma grande festa.

A determinação de um dia de serviço para a execução das tarefas dessa forma de cooperação, dá-se, primeiramente, tendo em



vista, as obrigações diárias de cada agricultor-participante, não podendo se afastarem de seus estabelecimentos por muito tempo. E, segundo, que um dia era suficiente para que o grupo de agricultores realizasse o trabalho.

As festas, ao final do trabalho, conforme informações obtidas no município, eram comuns em estabelecimentos de agricultores com melhores condições financeiras. Contudo, nas comunidades onde residiam tocadores de violão e de sanfona praticamente não havia distinção, e todo batalhão era encerrado com festa, atividade que reforçava ainda mais os laços de amizade. A festa oferecida pelo dono do serviço aos seus colaboradores não é diferente do comum das festas na roça; acontecem geralmente nos terreiros das casas ou no próprio quintal. Homens e mulheres dançam de mãos dadas em forma de uma grande roda ou aos pares, ao som de sanfonas, violas e pifanos. Segundo Caldeira (1956), o clima gerado pela ação do álcool durante os batalhões e/ou mutirão favoreciam os relacionamentos amorosos.

326

Mutirão! Só esta palavra nos faz ressoar aos ouvidos os alegres rumores dos cantos e folguedos da roça, o estrépito dos sapateados da dança camponesa por entre a zoadá dos adufes e violas, e nos transporta ao meio das rústicas e singelas cenas de prazer da vida do sertanejo. (GUIMARÃES, 1995, p. 51).

O lado lúdico dessa forma de cooperação ajudava a transformar o árduo trabalho em uma grande festa. Eram comuns durante as atividades do batalhão as cantorias em ritmo de aboio, toadas e samba de roda. Assim, os agricultores desenvolviam as mais penosas tarefas sem percebê-las, já que estavam entretidos com os cantos.

A exemplo de J.A.S., de 85 anos, do povoado Boa Sorte, que na ocasião da entrevista, entoou a seguinte toada, nos cantos de trabalho, durante a derrubada das matas:

Bernadino foi à serra, foi pegar beija-flor. Só não quero que pegue, os canários cantador. Pau Pereiro, Pau Pereiro, Pau Pereiro ingrátidão. Todo pau floreia e brota, só o Pau Pereiro não. Pau Pereiro, Pau Pereiro, olha a seca do verão. Todo pau cai a folha, só o Pau

Pereiro não (J.A.S., entrevistada realizada em novembro de 2015).

Essa toada, repetida na mata, durante a lida, e cantada pelos agricultores, enquanto manejavam seus machados, foices, serras e estrovengas.

Enquanto uns cantavam e outros respondiam, todos desenvolviam o trabalho e, apesar de as vozes se distanciarem, continuavam o canto. Esta era também uma forma de saber se todos estavam bem.

Nos batalhões, as tarefas eram bem definidas no tocante ao gênero. Aos homens, cabia a tarefa do roçado; às mulheres, a preparação dos alimentos a serem consumidos durante o dia, entre outros afazeres domésticos; as crianças também participavam com o transporte de água – em cabaças e moringas de barro – para os trabalhadores.

Salienta-se ainda que a mão-de-obra feminina era distinta da masculina e a sua participação estava atrelada à presença masculina, que poderia ser o cônjuge, o pai ou um irmão.

Quanto à alimentação servida aos participantes do batalhão, os pratos mais comuns eram buchadas, pirões e galinhadas; destaca-se que a parada no intervalo para o almoço era anunciada por meio de cantos, como este entoado por J.S., 65 anos, no povoado Barra Verde:

Dona da casa eu quero comer / Eu quero beber / Eu quero aguardente. Faz um pagode / Não mata bode / Convida a gente. Limoeiro cai na mata fechada / A chuva era muita / E o relâmpago era demais / Sustenta a pisada / Choveu trovoada. (J.S., 65 anos, entrevista realizada em 2015).

Identificou-se que, apesar do trabalho árduo desenvolvido, nos relatos dos entrevistados, não foram percebidas reclamações e/ou tristezas, mas sim sentimento de missão cumprida – por uma roça plantada, uma festa para comemorar e uma graça alcançada.

As bebidas alcoólicas consumidas – a meladinha, uma mistura de cachaça com mel, ou cachaça com ervas regionais em infusão, o tradicional angico, imburana, quixabeira, milone, casca de pau, e vá-

rias outras combinações criativas – eram previamente preparadas pelos agricultores. Aos poucos, estas bebidas foram substituídas pelas industrializadas, a exemplo das aguardentes 21 e 51, facilmente encontradas nos armazéns dos povoados, garantindo a festa com a “pisada da cooperação”.

Na pisada da cooperação

De acordo com as informações prestadas pelos agricultores do município, o termo “pisada” refere-se ao ritmo dançado por eles na realização das tarefas; dessa forma, de cooperação. A diferença entre essa modalidade e o batalhão estava no tempo necessário para a execução do serviço, considerando que a necessidade para sua realização era de apenas um período do dia. Normalmente, os serviços eram realizados à noite. O ritmo da pisada do samba de coco, conhecido tradicionalmente como um samba oriundo do improviso, semelhante a outros ritmos como, samba de embolada, aboio, trova, repente, entre outros, “tirado de cabeça”.

O som característico do coco é proveniente de quatro instrumentos conhecidos com seus nomes característicos: triângulo, ganzá, pandeiro e atabaque, mas o que marca mesmo a cadência desse ritmo é o replicar acelerado dos tamancos e das palmas. O ritmo da pisada ajudava a aquecer os corpos dos agricultores nas baixas temperaturas, comum na região no período noturno. O código de ética estabelecido pela comunidade e que deveria ser seguido era o mesmo das outras modalidades de cooperação: o compromisso moral de ter que retribuir em outro momento a ajuda recebida, ou seja, a dádiva.

Nesta perspectiva, Caldeira (1956) constatou em seu estudo sobre agricultores da região semiárida da Bahia que: “o trabalho de espalhar o milho e batê-lo sobre jiraus era outra operação em que os lavradores se assistem reciprocamente. Começando de ordinário entre 6 e 7 horas da noite, prolongando-se por três ou quatro horas” (CALDEIRA, 1956, p.193).

Outra diferença em relação ao batalhão era que, neste caso, não existia o compromisso por parte do agricultor beneficiário com o fornecimento de alimentos e bebidas. Tratava-se de atividades cor-



riqueiras, portanto, com maior incidência do que outras formas de cooperação, além da limitação de tempo, não ultrapassando um período de quatro horas.

As tarefas mais comuns executadas nas pisadas eram: quebrar o milho; debulhar o milho e o feijão; produzir a farinha de mandioca, por exemplo, conforme perceptível pelo relato de T.M.P., do povoado Angico:

[...] pois é, naquele tempo não tinha máquina e, os pais da gente colocava roça grande, onde as mais pequenas, eram de trinta tarefa, aí era muito milho. Quando era boca da noite, claro, de lua né, todo mundo se reunia ao redor das rumas de milho, descascando, cantando e dizendo versos. Também bebia né, tomava vinho, essas coisas, daí também saía paquera, saía namorinho e até casamento (T.M.P., entrevistada realizada em 2015).

Observa-se neste relato, além de descrição de momentos lúdicos, também indícios de trabalho cooperativo, com relações interpessoais, e retrato da vida cotidiana dos agricultores.

A pisada era uma forma de cooperação, também, utilizada na produção artesanal, de farinha de mandioca. Enquanto às mulheres, cabia raspar e ralar a mandioca; aos homens, cabia girar o rodete manual, prensar a massa, torrar a farinha no forno, mantê-lo aquecido e abastecido de lenha.

Esta definição das tarefas entre gênero tem como base o pensamento comum entre os agricultores da região que as mulheres conseguem realizar melhor a raspagem da mandioca, tendo em vista a sua agilidade e destreza, assim como facilidade para se agachar. A produção era para o consumo próprio da família, durante alguns meses, podendo o excedente ser emprestado, trocado ou até mesmo doado aos vizinhos.

Observou-se, no *locus* de investigação, uma grande quantidade de casas de farinha comunitárias desativadas, cujos prédios estão sendo utilizados para outros fins, a exemplo de escolas, depósitos e sedes de associações comunitárias, uma vez que as casas de farinha estão perdendo a sua finalidade, devido à redução da produção de

mandioca no município. O fenômeno acontece por conta de uma mudança no cultivo da mandioca que foi substituída pelo cultivo do milho e da palma, para atender a demanda de alimentação bovina. Outro fator que contribuiu para a queda na produção de mandioca foi o baixo preço da farinha, levando o agricultor a optar por outros cultivos de maior valor agregado.

Podemos perceber aqui uma mudança comportamental na produção, mas também no modo de vida do sertanejo, investindo seus esforços na produção de alimentos para a venda e não mais para o consumo. Neste caso, o agricultor faz a opção de vender sua produção de milho ou palma e comprar a farinha que passou a ser produzida em alta escala com uso de tecnologias. A inclusão da tecnologia nas casas de farinha é outro motivo para a desativação das casas de farinha artesanal.

330



Construindo cooperação: a taipa de casa

Nesta modalidade de cooperação, vizinhos, parentes e amigos eram convidados previamente para a construção de uma casa de taipa, também conhecida regionalmente como casa de sopapo, ou pau-a-pique. Neste tipo de construção, a matéria-prima necessária era retirada nas matas próximas ao local onde seria erguida a nova moradia.

O processo acontecia da seguinte forma: depois de limpar, nivelar e bater o chão (mesmo processo usado em construção de rodovias), eram colocados os pilares de sustentação da casa, conhecidos como mastros principais que serviam para a sustentação da cumieira. Em seguida, eram colocados varões verticais com a distância de um palmo, ou 25 centímetros, entre eles, realizado o envaramento horizontal, com varas de cambotá (uma árvore fina equivalente à espessura de um dedo humano, mas que crescia atingindo uma altura superior a três metros. Também era uma árvore resistente, pois precisava durar anos resistindo à umidade).

Em seguida era feita a estrutura do telhado com caibros (ainda usado nos telhados atualmente) saindo da cumieira em direção à beira da casa. Em sentido transversal, cruzavam os caibros, as mes-

mas varas de cambotá. Estava pronta a estrutura da casa. Deste ponto em diante, enquanto uma parte dos homens cobria a casa com sapé, a outra parte pisava o barro(argila) e aplicava de sopapo nas paredes que, depois de receber a madeira e as varas unidas com cipó, assemelhava-se a um tabuleiro de xadrez.

Os espaços do tabuleiro eram preenchidos com argila. Uma pessoa do lado de dentro da casa e outra do lado de fora arremessavam, ao mesmo tempo, um bolo de barro que se chocavam exatamente no espaço da parede. Com muitas pessoas trabalhando, a casa era construída em um dia.

O barro era transportado do barreiro até o local da edificação, em um banguê de madeira e cipó carregado nos ombros por quatro homens, que se revezam nas atividades, enquanto outro grupo masculino aguardava o barro para a preparação (peneirava o barro, molhava e compactava pisando-o até torná-lo uma liga consistente). Posteriormente, preenchiam a estrutura de madeira. Mulheres também desenvolviam atividades nesta forma de cooperação.

Durante a taipa de casa eram entoados cantos de trabalho e desenvolvidas algumas coreografias na mistura do barro com a água, o que demonstrava o caráter festivo na interação social. As músicas eram puxadas de preferência pelo proprietário da casa, mas qualquer um poderia puxar a música, geralmente os mais velhos e experientes.

Para Woortmann (1990), essa troca de tempo entre vizinhos é pensada como ajuda entre iguais que eram retribuídas – atividade descrita mais como festa do que como labuta. E em festa, as paredes eram preenchidas artesanalmente, nesta técnica tradicional que apresentava um satisfatório conforto térmico e uma forte resistência ao tempo.

Quando se tratava de uma construção para um novo casal, durante a taipa de casa já se comemorava o matrimônio, visto que geralmente a moradia era erguida, no mínimo, uma semana antes do casamento, pois era o tempo mínimo para a secagem do barro e a acomodação das folhas de sapé sob o telhado.

As casas eram construídas sempre no verão, para evitar que a chuva destruísse o barro e o sapé, caso não estivessem secos. De-

pendendo das condições financeiras dos noivos, a comunidade contribuía de alguma forma para ajudá-los, tais como: doação de objetos como sabonetes, bezerros, e até mesmo leilões de objetos doados.

Aboiadores da cooperação, a ferra e a pega de boi

A ferra (ato de identificação de animais) e a pega do boi são formas de cooperação praticadas tradicionalmente pelos agricultores do sexo masculino no município de Nossa Senhora da Glória. Ressalta-se que, muitas vezes, os vaqueiros precisavam ficar alguns dias afastados de casa para a execução de algumas tarefas, como na condução do rebanho para outras áreas. No entanto, cabiam às mulheres os afazeres domésticos, cuidar dos filhos e parte das atividades do roçado.

332

Em relação à ferra de boi, o costumeiro era apenas uma grande reunião por ano em cada região, no período de inverno, para realizar a marcação a ferro quente nos animais. Já a segunda forma de cooperação era uma prática corriqueira, visto que os estabelecimentos do município, até a década de 1950, não possuíam cercas, os animais eram criados soltos agrupando-se facilmente aos rebanhos de outros proprietários. Estas faixas de terra eram denominadas de terra de heréos, pois não havia documentação legal e qualquer agricultor poderia utilizá-las.

Alguns critérios eram determinantes para a escolha dos locais onde deveria realizar-se a ferra de boi, como: disponibilidade de água, local centralizado e de fácil acesso para a maioria dos participantes, predisposição dos agricultores da localidade em fornecer a alimentação aos vaqueiros participantes – tudo era pensado para que a ação fosse bem-sucedida e, após a definição do local, este passava a ser referência na região e dificilmente mudava, permanecendo por vários anos.

Segundo relatos de agricultores nos diversos povoados do município, as ferras de boi mais famosas de Nossa Senhora da Glória eram realizadas nos povoados Lagoa Bonita, Angico, Lagoa do Rancho, Lagoa do Chocalho e Quixaba. Justamente os povoados que melhor atendiam ao conjunto de requisitos para a realização desta

prática solidária, tal como relata o depoente M.P.O., de Lagoa do Chocalho:

A gente se reunia o dia todo para ferrar os animais e às vezes aproveitava logo para vacinar também, vinha esse povo todo daqui da região, fazia comida para todos, era muito bom ver os amigos (M.P.O., entrevista realizada em 2015).

Este depoimento está em consonância com o que afirma Cunha (1914), quando ratifica que a primeira coisa que os vaqueiros dos sertões da Bahia faziam era “aprender o abc e, afinal, toda a exigência da arte em que são eméritos: conhecer os ferros das suas fazendas e os das circunvizinhas” (CUNHA, 1914, p. 84).

Chamam-se assim os sinais (letras e desenhos) no dorso dos animais, feitos a ferro quente. Tal prática vem se tornando paulatinamente em desuso, uma vez que reduz o valor comercial da pele bovina. Constata-se que alguns agricultores do município utilizam marcadores numéricos fixados nas orelhas dos animais para fins de identificação da propriedade do animal.

O vaqueiro, não se contentando em ter de cor os ferros de sua fazenda, aprendia com os demais, chegando, em algum momento, por extraordinário esforço de memória, a conhecer, uma por uma, não só as reses de que cuidava, como as dos vizinhos, incluindo-lhes a genealogia e hábitos característicos, os nomes, as idades, entre outros. Ressalta-se que a cooperação e a confiança entre os vaqueiros no passado também foi relatado como capital cultural, em Nossa Senhora da Glória. Quando um vaqueiro encontrava um animal de terceiros, cuja marca era conhecida, entregava de imediato ao seu proprietário. Quando não conseguia identificar o proprietário, guardava o animal em sua propriedade, cuidando da mesma forma em que tratavam o rebanho, e sem usá-lo para o trabalho, na expectativa que o dono um dia aparecesse ou que o animal morresse de velho. Nos acordos entre o vaqueiro e o fazendeiro, em se tratando de uma fêmea, no caso de reprodução, a cada quatro animais nascidos, um seria para o vaqueiro que estava com a posse, denominando-se de quarteiração.



A pega de boi foi outro tipo de cooperação citada, até o final dos anos de 1970, na região. Quando um vaqueiro precisava encontrar algum animal desaparecido, recorria à ajuda dos vizinhos e amigos para localizá-lo em matas fechadas. Este resgate acontecia, conforme relato de P.J.M., de Lagoa do Chocalho:

A pega de boi era assim: quando um animal que pertencia à gente fugia, naquele tempo, a gente reunia os amigos e ia procurar até encontrar. Às vezes achava logo e às vezes demorava, mas a gente só voltava quando achava (P.J.M., entrevista realizada em novembro de 2015).

E em ações como estas entoavam canto de trabalho em forma de repente durante a *pega* de boi, como afirma T.M.P., ex-vaqueiro do Povoado Angico:

334

Fui convidado para uma festa, Pedro Silva me convidou, Para ir à terra do mandi, pra pegar voador, Antônio, Zeferino, Luiz, Daniel, Pedro, Caboclo, Eliseu e Xavier, Vieram avisar que o boi é bravo e corredor, o garrote correndo faz bagaceira na sucupira, na caatinga, por meio da imburana, alecrim, gameleira, descendo o riacho até a cachoeira, e ainda corre dizendo eu sou voador (T. M. P., entrevista realizada em 2015).

Os vaqueiros também tinham seus cantos de trabalho, emitidos em forma de aboio, que serviam para conduzir os animais e se comunicarem com os outros vaqueiros. Esses cantos de trabalho eram usados diariamente pelos vaqueiros, na sua lida com o trabalho:

Se um vaqueiro tinha de pegar uma ou mais reses de sua fazenda no território de outro, dirigia-se primeiramente ao respectivo proprietário ou vaqueiro e pedia campo, o que significa consentimento e auxílio, e ninguém podia recusar-se a dar campo (CALDEIRA, 1956, p. 196).

O compromisso moral perpassa a cadeia cultural, fortalecida nas relações interpessoais dos agricultores familiares. Não obstan-

te, averigua-se que essa cultura está extinta, devido a mudanças tradicionais e à inserção das tecnologias no processo de produção.

Considerações finais

Constata-se que, principalmente, a partir da década de 1980 o Estado passou a se apresentar como uma forma de dádiva nos tempos modernos. Ele seria a representação da solidariedade, utilizando-se das associações de desenvolvimento comunitário para operacionalizar a redistribuição de forma ampla e igualitária. Daí a importância das associações para o Estado, servir de instrumento para a implantação de políticas públicas.

O Estado assumiu o papel de representação da solidariedade, na medida em que os serviços, que até então eram realizados internamente pela própria comunidade, passaram a ser assumidos pelo ente público.

Um exemplo é da construção de casas de farinha motorizadas, construção de casas populares em alvenaria, mecanização da agricultura, por exemplo. Ao mesmo tempo, o Estado efetivou uma perigosa relação de dependência assistencialista, com fins eleitoreiros.

Entende-se que esta tentativa de substituição de dádivas entre os agricultores familiares pelo Estado não poderia dar certo, uma vez que são sistemas diferentes, com princípios diferentes. A partir do momento em que se pagam impostos para obter em contrapartida serviços, a relação passa a ser vista como uma troca, prevalecendo a quitação monetária de dívidas e a impessoalidade, contrariando, dessa forma, os pressupostos da dádiva.

Outro aspecto é que os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, implantados em Sergipe, a partir da década de 1970, pelo Polo Nordeste e na década de 1980, pelo PRONESE, embora definidos como projetos de desenvolvimento sustentável, não tiveram a preocupação com os aspectos culturais e históricos. Prevalece estritamente o aspecto econômico, levando uma visão de mercado para o agricultor familiar.

Neste sentido, verificou-se que as práticas de cooperação (batalhão, pisada, taipa de casa, a pega e a ferra de boi) em contrapo-



sição ao modelo de organização implantado pelo Estado, por meio das associações, não estavam atreladas ao retorno financeiro. O compromisso da participação era determinado pelos princípios da solidariedade entre vizinhos, amigos e parentes.

Observou-se também que as atividades lúdicas desenvolvidas durante a execução das tarefas nas diversas formas de cooperação eram importantes para a interação social das comunidades e para o entretenimento dos participantes nas tarefas mais árduas. As tarefas desenvolvidas durante as formas de solidariedade eram bem definidas por grupo de participantes e por gênero. Nesta conjuntura, as mulheres assumiam os papéis secundários, no entanto, em relação às formas de cooperação denominadas de pega e ferra de boi, eram praticadas exclusivamente pelos homens.

336

Dado o exposto, as diferenças observadas entre gêneros nas práticas solidárias constituem o capital social e cultural dos grupos de agricultores familiares analisados, com uma centralização das atividades na figura masculina; contudo, o papel feminino tinha relevância fundamental para a realização das tarefas. Nesta perspectiva, a interferência do Estado nos processos de cooperação dos agricultores familiares contribuiu para a extinção cultural dos rituais de cooperação.

Referências

- BAHIA, SINGULAR E PLURAL. *Cantos de Trabalho*. Direção: José Estevez. Produção Josias Pires e Edinilson Mota. IRDEB, 2000. Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O0AoVe3RIZY&t=1310s>. Acesso em junho de 2017.
- CAILLÉ, A. Dádiva e associação. In: MARTINS, P. H. (org.). *A dádiva entre os modernos*: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002a. p. 191-205.
- CALDEIRA, C. *Mutirão*: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 7. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, B. *O seminarista*. São Paulo: Ática, 1995.

LÉVI STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

MAIA, C.; LOPES, M. Formas tradicionais de solidariedade camponesa no Vale do Jequinhonha, Montes Claros, *Unimontes Científica*, v. 5, n. 2, jul./dez. 2003.

MEAD, G. H. *Mind, self and society*. Chicago: The University of Chicago Press, 1934/1967. Disponível em <<http://spartan.ac.brocku.ca/lward/>>. Acesso em ago. 2002.

MEIRA FILHO, N. *Associações de agricultores familiares: fatores de sucesso e insucesso*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

PRONESE. *I Relatório anual de avaliação de Processo*. Aracaju: 1988.

PRONESE. *Relatório de atividades 1991-1994*. Aracaju:1994.

SANTANA, Sandro Luiz Cardoso. *Memória e esquecimento nos cantos de trabalho da Quixabeira*. Revista USP – São Paulo 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TEDESCO, José Carlos. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPE, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

WOORTMANN, K. *Com parente não se negocia*. Anuário Antropológico 1987. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-73.

História/Memória e Narrativa Decolonial: identidade cultural e diáspora indígena Xokó (1978 – 2021).

*Ivanilson Martins dos Santos**

Resumo

Este artigo discorrerá sobre os aspectos que contribuíram e contribuem para autoafirmação da nova identidade Xokó partindo da análise do contexto da luta pelo território ancestral, considerando o ano de 1978 como marco inicial. Esse contexto pelo reconhecimento da identidade cultural é de suma importância para a nossa ancestralidade e identidade: ser Xokó da Ilha de São Pedro/Caiçara, Porto da Folha, Sergipe. O objetivo é entender as memórias Xokó e as estratégias de lutas contra o colonialismo que resultaram na reconquista e no reconhecimento indígena/territorial em 1991. Para essa compreensão, dialogamos inicialmente com autores sobre alguns conceitos. Foram importantes as reflexões da indígena Linda Tuhiwai Smith (2018), Michel-Rolph Trouillot (2016), Aimé Césaire (1978), Frantz Fanon (1968) e Stuart Hall (1996) entre outros autores da história e da antropologia que contribuíram para o nosso raciocínio.

Palavras-Chave: Diáspora Xokó, história indígena, nova identidade cultural.

* Graduado em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Alagoas, — UFAL, Campus do Sertão; Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História do PPGH/UFAL; Indígena da etnia Xokó de Sergipe; Ativista em defesa dos povos indígenas; Diretor do GT: “Os índios na história/SE” (ANPUH-SE); Pesquisador da História e Cultura Xokó. E-mail: ivanilsonmartins762@gmail.com

History/Memory and
Decolonial Narrative:
cultural identity and The
Xokó indigenous diaspora
(1978 – 2021).

Historia / Memoria Y
Narrativa Decolonial:
identidad cultural y
diáspora indígena Xokó
(1978 - 2021).

Abstract

This article will discuss the aspects that contributed and contribute to the self-assertion of the new Xokó identity, starting from the analysis of the context of the struggle for ancestral territory, considering the year 1978 as the starting point. This context for the recognition of cultural identity is of paramount importance for our ancestry and identity: being Xokó from the island of São Pedro/Caiçara, Porto da Folha, Sergipe. The objective is to understand Xokó's memories and the strategies of struggles against colonialism that resulted in the reconquest and indigenous/territorial recognition in 1991. For this understanding, we initially dialogued with authors about some concepts. The reflections of the indigenous Linda Tuhiwai Smith (2018), Michel-Rolph Trouillot (2016), Aimé Césaire (1978), Frantz Fanon (1968) and Stuart Hall (1996) among other authors of history and anthropology who contributed to the our reasoning.

Keywords: Xokó diaspora, indigenous history, new cultural identity.

Resumen

En este artículo se discutirán los aspectos que contribuyeron y contribuyen a la autoafirmación de la nueva identidad Xokó, a partir del análisis del contexto de la lucha por el territorio ancestral, considerando el año 1978 como punto de partida. Este contexto para el reconocimiento de la identidad cultural es de suma importancia para nuestra ascendencia e identidad: ser Xokó de la isla de São Pedro / Caiçara, Porto da Folha, Sergipe. El objetivo es comprender las memorias y estrategias de Xokó de luchas contra el colonialismo que resultaron en la reconquista y el reconocimiento indígena / territorial en 1991. Para esta comprensión, inicialmente dialogamos con los autores sobre algunos conceptos. Linda Tuhiwai Smith (2018), Michel-Rolph Trouillot (2016), Aimé Césaire (1978), Frantz Fanon (1968) y Stuart Hall (1996) entre otros autores de historia y antropología que contribuyeron a nuestro razonamiento.

Palabras Clave: Diáspora Xokó, historia indígena, nueva identidad cultural.



Introdução

Tivemos que conhecer para sobreviver. Tivemos que descobrir maneiras de conhecer; tivemos que pre-
 dizer, aprender e refletir; tivemos que preservar e pro-
 teger; tivemos que defender e atacar; tivemos que
 nos mover e ter sistemas sociais que nos permitissem
 fazer todas essas coisas. Ainda temos que fazê-las
 (SMITH, 2018, p. 25).

Começar pela epígrafe da professora Linda Tuhiwai Smith, indí-
 gena da Nova Zelândia, é elucidativo, pois nos permite uma inter-
 pretação sucinta dos eventos e das lutas dos povos indígenas; entre
 esses, os Xokó,¹ visto que o nosso objetivo é entender as memórias
 Xokó e as estratégias de lutas contra o colonialismo que resultaram
 na reconquista e no reconhecimento indígena/territorial em 1991.

Concordamos com Smith (2018, p. 25) ao enfatizar que “tivemos
 que preservar e proteger; tivemos que defender e atacar; tivemos
 que nos mover”. E o efetuamos antes das invasões europeias. Para
 este artigo, nós nos atentamos para um recorte de análise metodo-
 lógica e de organização temporal.² Portanto, não fizemos uma his-
 tória da luta do meu povo Xokó, mas trouxemos os pontos sucintos
 dessa luta para entendermos os aspectos que contribuíram e con-
 tribuem para (re) afirmação da nova identidade indígena Xokó.

Nessa perspectiva, compreendemos o contexto da luta pelo
 território ancestral a partir de 1978, como marco inicial para essa
 nova identidade diaspórica. A Caiçara é o nome da terra indígena. A
 nomenclatura Xokó vem da denominação Socó, pássaro pescador.
 Nos documentos históricos podem ser encontrados: Shocó, Cho-

1 Utilizamos o termo Xokó com o “K” e não com o “C”, considerando a nomenclatura Xokó. Nós da Ilha de São Pedro/Caiçara/Sergipe, nos identificamos assim. Ver também a 1ª Convenção Para a Grafia dos Nomes Tribais da *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 150-152, dez. 1954. **Transcrição de documento assinado na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Rio de Janeiro, em 14 nov. 1953.

2 Sobre o tempo histórico ver: REIS, José Carlos. **O tempo histórico como “representação intelectual**. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, v. 8, n. 2, p. 1-21, 25 ago. 2011. <<https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/312>> . Acesso em: 21 de agosto de 2021.

có, Chocoz, Ciocó ou Ceocose, de Sergipe ao sul do Ceará. Nesse sentido, as preocupações tendem aos processos de mudanças que permitiram a autoafirmação da nossa identidade Xokó no contexto da luta pelo território ancestral.

Nos últimos tempos, houve salutares avanços na produção historiográfica, sobretudo a partir da chamada nova história indígena. Não falamos de uma historiografia dos grandes eventos com perspectiva positivista tão seguida nos Oitocentos e grande parte do século XX. Mas de uma historiografia que dá visibilidade às nossas lutas e protagonismos, principalmente, a partir da década de 1980, quando vários trabalhos acadêmicos de autores como, por exemplo, Manuela Carneiro da Cunha e John Manuel Monteiro, entre tantos outros, que colocam os/nós povos indígena como atuantes de nosa/sua própria história.

342

No século XIX, e grande parte do século XX, os historiadores tradicionais davam prioridades às narrativas de um “cientificismo real”. De acordo com Roger Chartier (2009, p. 12) “(...) a história havia esquivado sua pertinência à classe dos relatos e havia apagado as figuras próprias de sua escritura, reivindicando seu cientificismo”. Ou seja, “tentavam teorizar sobre a distinção entre processo histórico e conhecimento histórico” (TROUILLOT, 2016, p. 24). Essa ambiguidade influenciou os historiadores, reforçando o que Adolfo de Varnhagen defendeu quando escreveu sobre a **História Geral do Brasil** no século XIX, ao refletir sobre nós povos indígenas, diz ele, “De taes povos na infância não ha historia: ha só ethnographia” (VARNHAGEN, 1877, p. 22 – 23).³ Essas afirmações não se sustentam mais, porém, alimentam visões eurocêntricas e preconceituosas para contra os/nós povos indígenas.

Neste artigo, pretendemos fazer um diálogo com os autores que nos ajudam a entender uma escrita historiográfica de tendência não ocidentalizada, ou mesmo, de um lugar *desde dentro* como enfatizado por Sheila Walker, escrevo a partir da perspectiva indígena. Não temos a intenção de fazer/escrever esse texto/artigo numa aparên-

3 Optamos pela grafia original do texto. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História geral do Brazil. Antes de sua separação e independência de Portugal, pelo Visconde de Porto Seguro, natural de Sorocaba. Em casa de E. e H. Laemmert. Rio de Janeiro, 1877.

cia somente decolonial, ou que usamos como metodologia em toda a nossa pesquisa acadêmica. Tais pretensões justificam-se pelo protagonismo que exercemos enquanto sujeitos atuantes no processo histórico.⁴ Nesse sentido, “passando da invisibilidade construída no século XIX, para o protagonismo conquistado e restituído nos séculos XX e XXI por movimentos políticos e intelectuais nos quais eles [nós] próprios têm [temos] tido intensa participação” (ALMEIDA, 2012, p. 22). Este artigo é parte desse movimento de resistência e luta contra essa colonialidade.

Nessa perspectiva, entendemos que “Somente através da História um povo vem a se tornar plenamente consciente de si mesmo” (KOSELLECK, 2013, p. 190). Pois foi através desse conhecimento que o meu povo Xokó, na década de 1970, desperta para a luta de resistência e autoafirmação da nossa identidade ancestral. Ailton Krenak, em seu ilustre texto **Ideias para adiar o fim do mundo** (2020), é enfático ao comentar sobre o vínculo da memória e da identidade ancestral. Para ele, “Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos” (KRENAK, 2020, p. 9). Ou seja, o vínculo com a memória ancestral é o meio de sustentação. Para Walter Benjamin (2013, t. III), “(...) nada do que uma vez aconteceu pode ser dado como perdido para a história, [que] o passado se tornará citável em cada um dos seus momentos”. Tomemos como exemplo a data de 1978, quando no processo da luta pela retomada do território do meu povo Xokó buscávamos o nosso reconhecimento cultural perante o Estado e a sociedade. A memória foi parte importante desse processo que se concretizou com a demarcação e a homologação territorial em 1991.

Sobre a nossa metodologia, fazemos uso em nossa escrita da epistemologia decolonial, e transitamos também pela história cultural, social e pela antropologia, pois somente a decolonialidade

4 Sobre essa visão dos povos indígenas como agentes históricos ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v. 1, no 2, p. 21-39 – 2012. Disponível em: < <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/39> > . Acesso em: 03 de agosto de 2021.



não daria conta do nosso objeto de pesquisa, visto que é a partir dessas leituras que nós nos apoiamos para a escrita da história no tópico **História indígena e identidade diaspórica Xokó: o sentido do cercamento da Ilha de São Pedro em 1978**, onde fizemos um breve histórico da luta do meu povo e a aplicação desses conceitos. Parafraseando Sheila Walker, não deixemos de escrever de um ponto de vista *desde dentro*, ou seja, o conhecimento adquirido pelo meu povo Xokó nas tradições orais. Para Sheila Walker (2018, p. 26), o conhecimento *desde dentro*, é “(...) contar sua [nossa] história a partir de sua [nossa] própria perspectiva, para servir aos interesses de sua [nossa] própria comunidade”. É o conhecimento de nossa ancestralidade construída, (re) construída e repassada de geração para geração numa interação também cosmológica do nosso “Eu”. Ou seja, do conhecimento *desde dentro*.

344



O conhecimento *desde dentro*, pode ser interpretado e ampliado para um sentido de conhecimento não eurocêntrico, e entender “(...) que o [esse] passado não ocorreu como foi aprendido sugere que o presente que emana este passado pode também ser diferente. O presente pode tomar como exemplo uma história não contada, porém muito mais inspiradora, que se acaba de descobrir” (WALKER, 2018, p. 47). Para Stuart Hall (1996, p. 75), entender o conceito de identidade cultural a partir da nossa ancestralidade é conhecer “(...) nossas diferentes partes e histórias, construir os pontos de identificação, as ‘posicionalidades’ que, em retrospecto, chamamos de nossas identidades culturais”. Nessa perspectiva, é entender que a identidade cultural está alicerçada em nossa história, e que os nossos posicionamentos identitários estão conectados com essa ancestralidade.

Neste sentido, a antropóloga Jucimara Araujo Cavalcante Souza (2016, p. 57) diz que “A identidade é vista como produto entre diferentes componentes, entre os discursos políticos, culturais e das histórias particulares. Os significados produzidos por esses discursos dão sentido aquilo que somos e o que podemos nos tornar”. Para Michel-Rolph Trouillot (2016, p. 39), “(...) a história é para uma coletividade aquilo que a lembrança é para um indivíduo, a recuperação mais ou menos consciente de experiências passadas armaze-

nadas na memória”. Sendo assim, a nossa identidade é construída sobre aquilo que nos representa; sobre aquilo que nos completa e nos alimenta. A identidade é uma (re) construção do “Eu” da nossa ancestralidade em sintonia com a nossa memória/história.

Deste modo, para José Márcio Barros (1999, p. 34), a “(...) memória é uma espécie de reservatório que aglutina os processos de identidade e identificação”. É partir dessa memória que nos (re) afirmamos indígena Xokó. Esse entendimento nos dá suporte para entendermos o sentido da homologação do nosso território sagrado; exposto no tópico: **É muito mais que uma simples homologação: nosso reconhecimento indígena Xokó da Ilha/Caiçara (1991-2021)**. Neste tema, entendemos a história da luta Xokó a partir do conceito de memória e identidade. Para isso, sustentamos em Pierre Nora, em **Memória: da liberdade à tirania** (2009), onde enfatiza que “A memória é um tipo de justiça. Em outras palavras, a memória lembra e a História esquece. Hoje em dia, a História deve proporcionar o conhecimento, mas a memória dá o significado” (NORA, 2009, p. 9). Nessa perspectiva, percebemos que a memória é guardiã do tempo; do passado e do presente. É, sobretudo, formadora de cultura e de história. Cultura como sendo “(...) pontos de onde se avista e se constitui a realidade; é condição para a construção da história e da memória de um povo, e, portanto, formadora de sua identidade” (BARROS, 1999, p. 32).

Essa afirmação é revelada em 1978 quando pensamos a nossa história recente Xokó, pois esses posicionamentos estiveram presentes para (re) afirmação da nossa identidade cultural perante o Estado e a sociedade. Tínhamos que provar sermos realmente Xokó. Nesse sentido, a diáspora Xokó acontece, *grosso modo*, em consequência desse colonialismo da barbárie. Foi preciso rememorar a nossa ancestralidade e demonstrar os nossos sinais diacríticos para os órgãos oficiais, a exemplo da FUNAI, que exigia o Toré como confirmação da nossa identidade Xokó. Tudo isso foi possível, porque, também, somos povos de tradições orais. E, nesse momento, recorreremos-lhes. Pois, por muito tempo, o silêncio foi resistência e estratégia para continuarmos no nosso território sagrado, que se encontrava em posse da família Brito, família mais poderosas do



Sertão do São Francisco. Porquanto, “Contar as nossas histórias a partir do passado, reivindicar o passado, dar testemunho das injustiças pretéritas, são todas estratégias comumente empregadas pelos povos [por nós] indígenas que lutam [lutamos] por justiça” (SMITH, 2018, p. 49).

O antropólogo Haitiano Michel-Rolph Trouillot, em seu texto **Silenciando o passado: poder e a produção da história** (2016), é certo ao cunhar o termo “silenciamento”, visto que nós povos não europeus temos sido excluídos, “(...) marginalizados e tornados ‘o Outro’ ”(SMITH, 2018, p. 49). O outro, que ao longo da história tem sido marginalizado por esse processo colonialista, visto apenas como coadjuvante e não protagonizando a nossa própria história. De acordo com Paula Layane Pereira de Sousa (2016, p.142), “As histórias são contadas dos pontos de vistas de quem conta e isso gera silenciamentos (...) os silenciamentos estão atrelados a movimentos conscientes e inconscientes de produção da narrativa, como é, nesse último caso, dos paradigmas da disciplina histórica”. Para Trouillot (2016, p. 172) “Um silenciamento eficaz não requer uma conspiração, nem mesmo um consenso político. As suas raízes são estruturais”. Ou seja, são construídos dentro de um sentido de negação. Exemplo disso são as lutas por vários povos indígenas que ainda reivindicam o seu reconhecimento territorial e identitário perante o Estado e a sociedade.⁵

Entendemos essas lutas como sendo consequência da barbárie da colonialidade. Nesse sentido, é compreensível a lógica de Jean-Paul Sartre, em prefácio do livro de Frantz Fanon, **Os condenados da terra** (1961) quando enfatiza que “A violência colonial não se propõe apenas manter, em atitude respeitosa, os homens submetidos, trata também de os desumanizar” (SARTRE, 1961, p. 12). No caso do meu povo Xokó, por muito tempo vivemos desumanizados e negado, rotulados de caboclos; posseiros e agricultores, sendo silenciado pela história em decorrência desse projeto de modernidade que não tem um olhar para as suas consequências. Na perspectiva de Walter Benjamin (2013, t. V), “O passado só pode ser apreendido

5 Sobre o conceito de Estrutura ver: ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli. Carneiro; Pólen, 2019.

como imagem irrecuperável e subitamente iluminada no momento do seu reconhecimento é irrecuperável toda a imagem do passado que ameaça desaparecer com todo o presente que não se reconheceu como presente intencionado nela”. Lembremos da história de luta do meu povo Xokó, mesmo com o reconhecimento na década de 1990, nem tudo foi recuperado. É decorrência dessa colonialidade da barbárie.⁶

História indígena e identidade diaspórica Xokó: o sentido do cercamento da Ilha de São Pedro/ Caiçara (1978)

Tem uma frase que, nos últimos anos, está sendo dita com mais frequências por nós povos indígenas: “**Nossa história não começa em 1988**”. É uma frase elucidativa do ponto de vista histórico e carregada de significados em vários contextos. Agora ela está sendo exposta, para denúncia e resistência contra a PL n.º: 490/2007, que dá base e sustentação à Tese do Marco Temporal. Esse tem objetivo de suprimir nossos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988.⁷ Entendemos que a Tese do Marco Temporal é inconstitucional,⁸ pois, de acordo com ela, nós povos indígenas só teríamos direitos aos territórios se estivéssemos em posse — reivindicação —, até a data 5 de outubro de 1988. Ou seja, os povos indígenas que reivindicassem posteriormente, caso a PL fosse aprovada, não teriam direito ao território. Essa é outra questão que não pretendemos nos alongar por aqui, fica a perspectiva para outro momento.

- 6 Ver QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009, para entender o conceito de Colonialidade do Poder.
- 7 Ver, por exemplo, o Capítulo VIII - Dos Índios (art. 231 ao art. 232). BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1998*. Brasília: Secretaria de Edições e Técnicas, 2015.
- 8 Sobre a tese do Marco Temporal, ver em: BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 490, de 2007**. Alterar o art. 19 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009613&filename=Tramitacao-PL+490/2007>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

A questão, é, portanto, enfatizar a frase para um ponto de vista histórico e temporal, justificando o recorte da exposição dos fatos propostos. Em 1978, quando o meu povo Xokó cercou a Ilha de São Pedro, há história a ser recontada. Essa diáspora é o ponto de partida para a nossa análise histórica e social do tempo presente. Neste caso, atos de resistências são frutos de grandes lutas travadas desde tempos imemoriais com a família que detinha o poder hegemônico no alto Sertão sergipano, os Brito. Concordamos com Rubens Alexandre da Silva (2001, p. 128), ao definir poder como “(...) uma relação que se estabelece entre indivíduos ou grupos sociais. Em outras palavras, só pode haver poder numa relação em que a vontade ou interesse de alguém (...)” são sobrepostas as outras. Sendo assim, a família Brito comprou indevidamente o território Xokó e estabeleceu suas leis ao meu povo. Burke (2002, p. 108) nos alerta sobre a questão do apadrinhamento que pode “levar ao problema do poder”, uma elite política ou classe dominante tomando decisões em favorecimentos próprios. Neste sentido, entendemos poder como sendo “(...) toda capacidade, possibilidade e probabilidade de agir, impor sua vontade e produzir efeitos numa relação social” (SILVA, 2001, p. 131). Ou seja, uma relação hegemônica como enfatizou Antonio Gramsci.⁹

Essa família foi herdeira de um projeto colonial da barbárie. Porquanto, se apropriou indevidamente do território do meu povo Xokó. Utilizou-se de bases legais de um projeto colonial com objetivo de silenciar, exterminar nós povos indígenas. Aimé Césaire, em **Discurso sobre o colonialismo** (2010, p. 27), diz o seguinte: “Entre colonizador e colonizado só há lugar para o trabalho forçado, para a intimidação, para a pressão, para a polícia, para o tributo, para o roubo, (...) para o silêncio dos cemitérios, (...) para as elites descercebradas, para as massas envilecidas”. Sabemos bem o quanto é significativo dessa exposição, pois sofremos na pele os objetivos desse projeto de colonização/dominação e supressão de nossos territórios ancestrais.

9 Sobre o conceito de Hegemonia ver: BURKE, Peter. **Hegemonia e resistência**. In: BURKE, Peter. **História e teoria social**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. - São Paulo: Editora UNESP, 2002.

No século XIX, as políticas de aldeamentos e o censurável projeto de Lei de Terras de 1850 estabelecem margens para as “tentativas de incorporar a estes, as terras das aldeias indígenas, sob pretexto de que os índios já não vivem aldeados, mas confundidos com a massa de população civilizada” (DANTAS, 1980, p. 16). Contribuiu, assim, para um projeto de extermínio de nós povos indígenas, ligado, sobremaneira, a uma política estatal e objetivando uma homogeneização da população. Nesta linha de raciocínio, e de acordo com Aníbal Quijano (2005, p. 135), essa homogeneização só seria possível “(...) segundo o modelo eurocêntrico de nação, só teria podido ser alcançada através de um processo radical e global de democratização da sociedade e do Estado”. Nessa perspectiva, somente para o Brasil não seria possível. No império, as leis indigenistas, a exemplo, do Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios (Decreto 426 de 24/7/1845) e da Lei 601, de 18 de setembro de 1850, e seu Decreto de execução (1.318 de 30 de janeiro de 1854), explicitamente, possibilitavam os arrendamentos e aforamentos dos antigos aldeamentos pertencentes aos povos indígenas por direitos ancestrais. Essas Leis atendiam a esse projeto da barbárie.¹⁰

Conseqüentemente, usando dessas bases legais, os aldeamentos foram sendo extintos e os territórios indígenas foram passando para as Câmaras Municipais, em resultado disso, os grandes latifundiários que detinha influência e poder nas regiões. Finalmente, “(...) mandava incorporar às propriedades do Estado as terras das aldeias de índios que vivem dispersos e confundidos na mesma população civilizada” (ARRUTI, 2001, p. 220). Foi o caso, por exemplo, com o aldeamento São Pedro do Porto da Folha, Sergipe, pertencente ao meu povo Xokó. Logo, com a morte do Frei Doroteu de Loreto, último capuchinho do aldeamento, o coronel João Fernandes de Brito, se assenhora como foreiro em 1888, de partes do território indígena



10 Para mais detalhes sobre essas questões, ver: DORNELLES, Soraia Sales. **A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845.** 2017. Tese (Doutorado em História Social). - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2017.

Xokó.¹¹ Esse fazendeiro, que era bastante influente no alto Sertão do São Francisco, gradualmente foi usurpando todo o território do meu povo. Para Aimé Césaire (2010, p. 22), “(...) ninguém colonializa inocentemente, tampouco ninguém colonializa impunemente; que uma nação que colonializa, uma civilização que justifica a colonização, e, portanto, a força, já é uma civilização enferma, moralmente ferida (...)”. Nessa perspectiva, “A violência colonial não se propõe apenas manter, em atitude respeitosa, os homens submetidos, trata também de os desumanizar” (SARTRE, 1961, p. 12). Contexto bastante pertinente para entendermos o quão a colonização humilha e desumaniza como afirma Sartre. Constatemos com o processo de luta do meu povo Xokó a partir da década de 1970.

Assim sendo, concordamos com essas declarações, pois nos esclarecem os desígnios colonialistas para uma idealização de civilização e modernização de nação. O que explica a hegemonia do colonizador para que as suas ideias deem certo? Não importa as consequências! E sabemos bem quais foram: genocídio! As consequências para os Xokó foram um silenciamento de mais de um século em um território usurpado dessa herança colonial. Mesmo com o território sendo tomado pela família Brito, o meu povo fazia viagem para o Rio de Janeiro reivindicando os nossos direitos ao território que estavam sendo tomado ilegalmente. Vão os Xokó: Manuel Esteves dos Anjos; Lourenço Marinho; Jesuíno Serafim de Souza e Manuel Pacífico de Barros. Essas estratégias de irrem diretamente ao governo imperial, demonstram ativamente o protagonismo do meu povo na reivindicação pelo reconhecimento do direito ao território ancestral e sagrado. Infelizmente, dessa viagem não temos muitas informações, e, de como se procedeu e quais foram os benefícios tidos dela. Sabemos, somente, que à terra continuou sendo usurpada até 1978 pela mesma família.

Quando o fazendeiro João Fernandes de Brito se assenhora do nosso território; impõe suas leis, e o meu povo por medo; usa de estratégias para continuar no nosso território e nega nossa identidade

11 Ver SANTOS, Ivanilson Martins dos. **Balanço histórico sobre o aldeamento São Pedro de Porto da Folha, Sergipe: dos Aramurus aos Xokó.** 2020. Monografia (Licenciatura em História). - Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia-AL, 2020, p. 15.



de; e somos, pejorativamente, chamados de Caboclos. O fazendeiro proibia que meu povo se assumisse como indígena. Caso transgredíssemos, éramos espancados, expulsos e mortos. Muitos de nós fomos jogados no rio São Francisco devido à resistência a essa barbárie. Tudo isso é resultado desse colonialismo. Concordamos com Aimé Césaire (2010, p. 50), quando diz: “Maldito Colonialismo! Encobre demasiado mal sua barbárie”, deste modo, o colonialismo é uma barbárie e encobre demasiado acontecido, o que Michel-Rolph Trouillot, chamara de silenciamento. Esse texto é possibilidade de tornar visível essas histórias contadas e escritas por uma posição de enunciação a partir das visões *desde dentro* do meu povo Xokó. Escrito por um indígena, com um olhar de quem se encontra do lado de cá. Com o território nas mãos da Família Brito, muitos Xokó resistiram de várias formas, até mesmo saindo para buscar apoio na aldeia dos Kariri em Porto Real do Colégio em Alagoas, formando hoje, o que conhecemos como Kariri-Xocó. Outros ficaram na terra de origem, a Caiçara. Mesmo com essas imposições, trabalhávamos como meeiros, assalariados e ceramistas para continuar no território ancestral.

Além disso, em 1916, integrantes do meu povo Xokó, “ensejaram um novo ciclo de viagens para o Rio de Janeiro e à Bahia, promovidas por lideranças Xokó, a fim de reivindicar diretamente junto ao Governo Central a posse das terras em aforamento” (SANTOS JUNIOR, 2016, p. 131). Porém sem sucesso, mas à continuação dessas resistências pela retomada do território indígena, realizar-se pela “ocupação da Caiçara e Ilha de São Pedro, em 1930 liderada por [pelo indígena] Inocêncio Pires que reuniu aproximadamente 30 Xokó em busca de se reestabelecer na Caiçara após anos de refúgio juntos aos Kariri, de Alagoas” (SANTOS JUNIOR, 2016, p. 133). No entanto, apenas 20 famílias de meu povo Xokó permaneceram na Caiçara silenciando a identidade como estratégia para continuar no território, trabalhando como escravos e “a tolerar o regime dos coronéis, submetendo-se às relações de favores e de obediência, a trabalhos de baixo rendimento, e ao regime de “meia” em diversas atividades, como na rizicultura, no cultivo de algodão, pesca e até na produção de cerâmica” (SANTOS JUNIOR, 2016, p. 134). Para Frantz

Fanon (1961, p. 233), “Quando um povo sustenta uma luta armada ou ainda política contra um colonialismo implacável, a tradição muda de significado”, abrindo espaço para resistência. E resistimos, no entanto, continuemos com a luta, pois os povos indígenas diariamente lutam contra essa barbárie.

Portanto, consideramos esses eventos históricos como marcos importantes para a (re) afirmação da identidade Xokó. Em 1970, particularmente no Nordeste, nós povos indígenas “(...) mobilizam [mobilizamos] politicamente por [pelos] territórios de uso tradicional, com base em um vocabulário e uma organização social de tipo étnico, respaldadas, ou mesmo motivadas, pela introdução do reconhecimento legal de seus [nossos] direitos no ordenamento jurídico nacional” (ARRUTI, 2001, p. 218). Sendo assim, essa visibilidade são pontos de afloramentos significativos da nossa história e do nosso sentimento de pertencimento da ancestralidade indígena. A memória coletiva foi de suma importância para esse resgate histórico e do nosso pertencimento Xokó. Para Michael Pollak (1992, p. 201), “(...) a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”. Nesse sentido, estimular essas memórias foram essenciais dos apoios de aliados à nossa causa. De acordo com Oliveira (2018, p. 105), comentando sobre a luta Xokó, “(...) após anos de repressão, pouco havia restado dos aspectos culturais do passado”. No entanto, em meios aos relatos de memória surgiram nomes, como:

o [do] sindicato dos trabalhadores rurais de Porto da Folha, outros sindicatos da região, estudantes e professores da UFS (Beatriz Góis Dantas, Fernando Lins, Luiz Alberto dos Santos e Hélia de Paula Barreto), uma religiosa missionária chamada Maria Amélia, a Diocese de Propriá através do bispo, frei Roberto e outros mais. Todavia, o nome de maior proeminência e recorrência, foi sem dúvida, o de frei Enoque (OLIVEIRA, 2018, p. 105).

Esses são os nomes os quais dão sentidos às memórias de apoio às lutas pelo reconhecimento Xokó. De acordo com Sousa (2016, p.



141), “As memórias coletivas são construções a partir daquilo que se tem na história, uma ‘memória traiçoeira’, assim como costumam dizer os mais velhos, no sentido de que nem tudo está ao alcance de ser lembrado”. Esses apoios foram, sem dúvidas, essenciais para os enfrentamentos e estratégias da luta contra uma família poderosa de influência na política da região do Porto da Folha. Já em 1978, cansados dessa vida, sem perspectiva de melhoras, decidimos em reunião coletiva e secretamente, a retomar o território e a cercar a Ilha de São Pedro, pois os Brito estavam colocando os seus animais em nossas roças. A ilha é onde fica a sede da antiga igreja construída em meados do século XVII, local do antigo aldeamento São Pedro do Porto da Folha/SE. É nesse momento que entendemos a diáspora Xokó como sendo o marco da retomada identitária de ser Xokó da Ilha de São Pedro/Caiçara, e não mais agricultores, caboclos como éramos conhecidos.

Esses adjetivos são categorizados pela herança “(...) colonial portuguesa e imperial brasileira, a substituição da escravidão indígena por sua progressiva despossessão territorial e pela transformação da identidade indígena em estigma, (...) aquele que leva de índio a caboclo e, deste, a branco” (ARRUTI, 2001, p. 226). Portanto, encobriam e silenciavam a verdadeira identidade cultural Xokó. Sendo assim, “A cultura não é suplementar ao pensamento humano, mas seu ingrediente intrínseco” (LEVI, 1992, p. 146). O reconhecimento pelo direito ao território do meu povo Xokó é, sem dúvida, um processo de resistência da nossa nova identidade indígena contemporânea, sobretudo pôquer passamos por mudanças temporalmente. “Portanto, a totalidade das linguagens e das ações simbólicas próprias de uma comunidade constitui sua cultura” (CHARTIER, 2009, p. 35). Ou seja, há dinamicidade, e aqui entendemos o conceito de cultura.



É muito mais que uma simples homologação: nosso reconhecimento indígena Xokó da Ilha/Caiçara (1991-2021)

Para esse processo, é importante as alianças de apoios com as ONGs, (Organizações Não-Governamentais), e dos laços de amizades com os quilombolas e sociedade civil organizada que foram fundamentais para esse reconhecimento que ocasionaram na homologação da nossa terra indígena em 1991. Com essa reação de resistência, o meu povo Xokó reativa algumas práticas culturais de nossa ancestralidade, a exemplo do Toré e do Ouricuri. As reações dos fazendeiros foram diversas. Conseguiram, sobretudo, retardar através das influências políticas até 1991 a homologação do nosso território indígena. Após vários anos de luta, o meu povo consegue pelo Decreto Nº 401, de 24 de dezembro de 1991, a homologação administrativa da Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, do Porto da Folha no atual Estado de Sergipe. Nesse momento, foram reconhecidos todos os direitos imemorais ao território. Constatemos o que diz o texto do Art. 1.º da homologação administrativa da Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro — Xokó:

Art. 1.º. Fica homologada, para os efeitos do artigo 231 da Constituição Federal, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio — FUNAI, da área indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, localizada no Município de Porto da Folha, Estado de Sergipe caracterizada como de ocupação tradicional e permanente do grupo indígena Xocó, com superfície de 4.316,7768ha (Quatro mil, trezentos e dezesseis hectares, setenta e sete ares e sessenta e oito centiares) e perímetro de 35.529,93 metros (trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e nove metros e noventa e três centímetros). (BRASIL, 1991, Art. 1.º).¹²

12 BRASIL. Decreto nº 401, de 24 de dezembro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, no Estado de Sergipe. Brasília, DF, 24 de dezembro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0401.htm>. Acesso em: 28 de junho de 2021.



Esse é um texto simbólico e carregado de significados; muito mais que uma simples homologação: é o reconhecimento do nosso território; da nossa história; da memória e da identidade Xokó. Para Michael Pollak (1992, p. 204), “(...) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. Como vimos, essas memórias foram acionadas como instrumentos reforçador da história do meu povo Xokó. Nessa perspectiva, e de acordo com Silva (2001, p. 297), “A memória não comporta todas as vidas e experiências humanas, ela seleciona, escamoteia a historicidade do homem, opera escolhas organizando o passado como se os fragmentos que ressalta constituíssem enredos acabados e coerentes”.

Portanto, o meu povo Xokó, estrategicamente, silenciava essas memórias como resistência para permanecer no território ancestral. Mas o que são memórias? Vejamos o conceito conforme Le Goff (1990, p. 424), para este autor, a memória é “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. José Nunes de Oliveira, indígena do povo Kariri-Xocó, localizado no município de Porto Real do Colégio, Alagoas, nos apresta uma definição da memória, onde ele chama de lembrança, ou memória de lugar: “Dos momentos ali vividos jamais vão se acabar lembranças, imagens... Vozes, gritos e lamentos estão registrados no tempo” (OLIVEIRA, 1999, p. 98). Resposta sucinta e simbolicamente completa, faz-nos perceber porque um povo mesmo sendo proibidos de falarem quem são, permanecem em um lugar, a exemplo, das 22 famílias Xokó que continuaram na Caiçara a tolerar uma vida de resistência.

Ainda sobre a memória, Joël Candau (2016, p. 16), diz que “A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história,



um mito, uma narrativa”. Sendo assim, o sentido da homologação, é, sobretudo, identitária —, reconhece a luta e as memórias do meu povo Xokó. Quando essa nova identidade é acionada, ela carrega um sentimento da ancestralidade e da história de luta do meu povo Xokó. Nessa perspectiva, a regularização e a demarcação da terra indígena são de suma importância para o bem-estar social e cultural como garantia também da nossa sobrevivência.

Para Walter Benjamin (2013, t. XIV), “A história é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não por um tempo vazio e homogêneo, mas por um tempo preenchido pelo agora (...). Ela é o salto de tigre para o passado. Acontece que ele se dá numa arena onde quem comanda é a classe dominante”. Entendemos isso com o exemplo seguinte: mesmo com o reconhecimento perante o Estado, um ano depois dessa homologação, no dia 2 de dezembro de 1992, nós Xokó ocupávamos a “fazenda São Geraldo que faz limite com Caiçara [terra indígena] e com o povoado Mocambo (quilombola), objetivando a desapropriação definitiva da Caiçara, que ainda se encontrava em posse do último fazendeiro, Jorge Pacheco. [Houve, neste momento], trocas de tiros nas mediações da fazenda Surubim e da fazenda sede Caiçara e São Geraldo” (SANTOS, 2020, p. 54). Não existiram mortes, porém alimentaram-se ainda mais as tensões no processo da luta pelo reconhecimento da terra e da identidade Xokó. Do ponto de vista hegemônico, a família Brito tinha grandes influências políticas na região do Sertão do São Francisco. Isso explicaria os alongamentos dessa família para recuar na luta contra o meu povo.

Deste modo, as análises nos remetem a uma percepção do nosso lugar no processo histórico, e o papel da resistência como fundamental importância na luta pelo nosso reconhecimento da autoafirmação de ser Xokó. Foi preciso continuar com a luta para que no dia 12 de maio de 1993, a fazenda Caiçara fosse deixada por Jorge Pacheco e seus empregados. Pois, o “final da luta pela reintegração das fazendas São Geraldo, Surubim, Caiçara e Belém (...) é realizada uma romaria” (SANTOS, 2020, p. 54). Essa romaria saía da fazenda São Geraldo com destino a sede da fazenda Caiçara, território Xokó. Pois, era uma celebração em homenagem à luta e



os apoios recebidos pela igreja católica e sociedade civil organizada naquele momento.¹³

Esses apoios são indispensáveis para que o meu povo Xokó festeje todos os anos, na mesma data, o dia 9 de setembro, festa em comemoração à retomada do território em conjunto com a igreja católica até os dias atuais. Uma celebração como sinônimo de identidade cultural Xokó. Nessa perspectiva, as “identidades de diáspora são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, através da transformação e da diferença” (HALL, 1996, p. 75). Entendemos o processo de luta pela (re) afirmação identitária de ser Xokó e a conquista do território como um despertar da autoafirmação indígena, sobretudo, ligada à nossa ancestralidade. Porquanto, a vida cultural hoje Xokó manifesta-se pela retomada da identidade conectada à luta pelo reconhecimento da terra indígena. De acordo com Angelita Queiroz (2020, p. 154), “a construção da identidade Xokó acontece a partir da terra. O que seria dos Xokó sem a Caiçara e sem a Ilha de São Pedro?”. Agricultores e caboclos, talvez, como éramos conhecidos! O Toré; Ouricuri e as manifestações culturais Xokó são retomadas a partir dessa memória da luta e pelo reconhecimento da nossa ancestralidade. Além disso, “A identidade é, portanto, marcada pela diferença e se estabelece no campo simbólico refletindo no campo social e material, desse modo a marcação simbólica é o meio pelo qual as práticas e as relações sociais ganham sentido (...)” (SOUZA, 2016, p. 57).

Nessa perspectiva, foi fundamental a memória histórica trabalhada em conjunto com o grupo, ou seja, elementos constitutivos da memória coletiva, chamamos aqui de memória coletiva os “(...) acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (POLLAK, 1992, p. 201). Assim sendo, é compreensível a afirmação da professora Valéria Maria Santana de Oliveira (2018, p. 20), quando diz que “os Xokó reinventaram e



13 Ver o trabalho tese de Doutorado da professora Valéria Maria Santana Oliveira sobre **Memória e identidade Xokó**. A professora vai tecer explicações sobre o apoio da igreja católica na década de 1970 com as minorias. Esse momento com a teologia da libertação: OLIVEIRA, Valeria Maria Santana. **Memória/ identidade Xokó: práticas educativas e reinvenção das tradições**, 2018. Tese (Doutorado em Educação). - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Tiradentes, Aracaju: UNIT, 2018.

ainda reinventam suas tradições”. Essas reinvenções estão ligadas ao sentimento de pertencimento de ser Xokó da Ilha de São Pedro/Caiçara, Sergipe.

Considerações finais

Ao refletirmos sobre perspectiva decolonial, e considerando o nosso objetivo, entendemos que as estratégias de luta do meu povo Xokó, contra o colonialismo, é ato de resistência. Resistência que resultaram na reconquista do nosso território e no reconhecimento indígena Xokó em 1991. Nessa perspectiva, a luta do meu povo Xokó foi um evento importante para a autoafirmação da nossa identidade indígena. Pois, foi a partir da memória que nos (re) afirmamos Xokó. Concordamos com Michael Pollak (1992, p. 204), quando afirma que “(...) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva”. Esse sentimento está ligado à nossa ancestralidade e ao conhecimento da nossa história.

Destarte, o processo e o projeto colonial nos trouxeram graves prejuízos no decorrer do tempo, no entanto, entendemos a diáspora Xokó como sendo reação e resistência ao colonialismo. A memória histórica nos deu sustentação para (re) afirmarmos que a luta Xokó na década de 1970 foi possível pelos sentimentos de pertencimento de uma ancestralidade conectada a essa memória histórica. Esse passado com o sentimento ancestral efetua e transparece a nossa luta e a busca por nosso reconhecimento perante a sociedade e o Estado. Portanto, a luta pela terra está ligada a identidade pertencente a uma coletividade cultural, neste caso, Xokó. A memória histórica como sustentação dessa (re) afirmação de ser Xokó da Ilha de São Pedro — Sergipe, está ligada a esse ato de resistência. Nessa perspectiva, e, concordando com Angelita Queiroz (2020, p. 154), “a construção da identidade Xokó acontece a partir da terra”. É a partir da luta pela terra que deixamos de ser caboclo e passamos a ser reconhecidos Xokó.

Neste sentido, entendemos que as memórias de experiências das lutas resultaram na homologação da terra indígena em 1991, e que essa homologação é o reconhecimento da memória Xokó con-



tra essa colonialidade. Esse reconhecimento desperta o sentimento cultural e a retomada das práticas ancestrais; como o Toré; o Ouri-curí e outras manifestações tradicionais Xokó. Para Walter Benjamin (2013, t. XIV), “A história é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não por um tempo vazio e homogêneo, mas por um tempo preenchido pelo agora”. Esse agora são as reinvenções como coloca Oliveira, (2018, p. 20). Essas reinvenções estão ligadas ao sentimento de ser Xokó, pois “os Xokó reinventaram e ainda reinventam suas tradições”. Tudo isso é explicado pelo conceito dinâmico de cultura. Vajamos a história!

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo**. Revista História Hoje, v. 1, no 2, p. 21-39 – 2012. Disponível em: <<https://rhjh.anpuh.org/RHHJ/article/view/39>>. Acesso em: 03 de agosto de 2021.

ARRUTI, José Maurício Andion. **Agenciamentos Políticos da “Mistura”: Identificação Étnica e Segmentação Negro-Índigena entre os Pankararú e os Xocó**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, nº 2, 2001, pp. 215-254. Disponível em: <<http://etnolinguistica.wikidot.com/biblio:arruti-2001-agenciamentos>>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

BARROS, José Márcio. **Cultura, memória e identidade – contribuição ao debate**. Cadernos de História Belo Horizonte: PUC Minas, v. 31. 4, n. 5, p. 31-36, dez. 1999. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1696>>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Sobre o conceito da história).

BRASIL. **Decreto nº 401, de 24 de dezembro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, no Estado de Sergipe**. Brasília, DF, 24 de dezembro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0401.htm>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. - São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. - . ed., 3ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2016.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Letras Contemporânea. - Livros & Livros Ltda. 2010.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. -- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DANTAS, Beatriz G; DALLARI, Dalmo. **Terra dos Índios Xokó: estudos e documentos**. São Paulo: Comissão Pró-Índio. 1980.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Serafim Ferreira. Editora ULISSEIA limitada, Lisboa. 1961.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural e Diáspora**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, p.68-75, 1996. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf>>. Acesso em: 31 de julho de 2021.

KOSELLECK, Reinhart. “**História**” como conceito mestre moderno. In: KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de História. Coleção História e Historiografia**. Trad. René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história**. In: BURKE, Peter Burke (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

NORA, Pierre. **Memória: da liberdade à tirania**. In: MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, n. 4, 2009. pp.06-10. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Musas4.pdf>>. Acesso em: 21 de agosto de 2021.

OLIVEIRA, José Nunes de. **Um pouco da minha infância**. Estudos Avançados, [S. l.], v. 13, n. 37, p. 87-103, 1999. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9489>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

OLIVEIRA, Valeria Maria Santana. **Memória/ identidade Xokó: práticas educativas e reinvenção das tradições**. 2018. Tese (Doutorado em Educação). - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Tiradentes, Aracaju: UNIT, 2018.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: <<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>. Acesso em: 08 de julho de 2021.



_____. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 08 de julho de 2021. Lidos

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta.** Tradução: Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

QUEIROZ, Angelita. **A festa da retomada: uma celebração identitária de ser Xokó na Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.** 2020. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Culturas Populares). – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Culturas Populares (PPGCULT). Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão (SE), 2020.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

ROCHA, Leandro Mendes. **Identidades diaspóricas: índios, negros e imigrantes,** 2014/1. Universidade Federal de Goiás – UFG. - Goiás - Brasil. Disponível em: <<https://pos.historia.ufg.br/p/18517-identidades-diasporicas-indios-negros-e-imigrantes-2014-1>>. Acesso em: 17 de julho de 2021.

SANTOS JUNIOR, Avelar Araujo. **A conflitualidade para além da regularização territorial: a propósito das múltiplas determinações das políticas públicas na Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, em Sergipe.** 2016. Tese (Doutorado em Geografia). – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SANTOS, Ivanilson Martins dos. **Balanço histórico sobre o aldeamento São Pedro de Porto da Folha, Sergipe: dos Aramurus aos Xokó.** 2020. Monografia (Licenciatura em História). - Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia-AL, 2020.

SARTRE, Jean-Paul. **Prefácio.** In: FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Tradução de Serafim Ferreira. Editora ULISSEIA limitada, Lisboa. 1961.

SILVA, Joelma Tito da. **Memória, história e historiografia.** Trajetos Revista de História UFC, Fortaleza, v. 5, n. 9/10, p. 295-298, 2007. Resenha da obra de: CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia.** Coimbra: Quareto, 2001. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/20022>>. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

SILVA, Rubens Alexandre da. **As teorias sociais e o conceito de poder.** Cadernos de Campo, n. 7, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10340>>. Acesso em: 28 de agosto de 2021.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

SOUSA, Paula Layane Pereira de. **Silenciando o passado: poder e a produção da história. Quando o passado silencia o presente**. Revista Café com Sociologia | v.8, n.2| pp. 139-146 | Ago./dez., 2019. Resenha da obra de: TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: huya, 2016. Disponível em: <<https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/1107>>. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

SOUZA, Jucimara Araújo Cavalcante. **“Nascer como uma algabora e crescer como um juazeiro” - os Xokó da Ilha de São Pedro**. 2016. Dissertação (Mestra em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2016.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Curitiba: huya, 2016.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil. Antes de sua separação e independência de Portugal, pelo Visconde de Porto Seguro, natural de Sorocaba**. Em casa de E. e H. Laemmert. Rio de Janeiro, 1877.

WALKER, Sheila. **Conhecimento desde dentro: os afro-sulamericanos falam de seus povos e suas histórias**. Rio de Janeiro: Kitabu, 2018.



Quilombo, Cultura Negra e Cultura Popular Sergipana

*Maria Taíres dos Santos**
*Roberto dos Santos Lacerda***

Resumo

O campo das Culturas Populares tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de estudos que valorizem atores e atrizes sociais, historicamente vistos como coadjuvantes. A participação da população negra e quilombola na construção e manutenção de algumas das principais manifestações culturais do estado de Sergipe é um elemento central nos processos de internalização do conceito de sergipanidade. A partir das interseções e distanciamentos entre conceitos como cultura popular, cultura popular negra e quilombola, o presente artigo tem o objetivo de refletir o papel protagonista das populações negra e quilombola na produção cultural sergipana.

Palavras-chave: Quilombo, cultura negra, cultura popular.

* Graduada em Farmácia pela Universidade Federal de Sergipe Campus Prof. Antônio Garcia Filho.

** Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA-UFS). Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS/BA) com estágio na Gillings School of Global Public Health, University of North Carolina/USA. Graduação em Biomedicina pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/BA). Professor Adjunto do Departamento de Educação em Saúde da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares (PPGCULT/UFS). Especialista em Estado e Direito de Povos e Comunidades Tradicionais (UFBA). Áreas de interesse: Saúde Coletiva, Saúde da População Negra, Disparidades em Saúde, Sustentabilidade e Saúde, Comunidades Quilombolas e Práticas Tradicionais de Saúde, Educação Popular em Saúde. Membro do Movimento Popular de Saúde de Sergipe e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UFS)

Quilombo, Black Culture and Popular Culture Sergipana

Quilombo, Cultura Negra y Cultura Popular Sergipana

Abstract

The field of Popular Cultures has significantly contributed to the development of studies that value social actors and actresses, historically seen as supporting actors. The participation of the black and quilombola population in the construction and maintenance of some of the main cultural manifestations in the state of Sergipe is a central element in the processes of internalization of the concept of segipania. From the intersections and distances between concepts such as popular culture, black popular culture and quilombola, this article aims to reflect the leading role of black and quilombola populations in the cultural production of Sergipe.

Keywords: Quilombo, black culture, popular culture

Resumen

El campo de las Culturas Populares ha contribuido significativamente al desarrollo de estudios que valoran a los actores y actrices sociales, históricamente vistos como actores secundarios. La participación de la población negra y quilombola en la construcción y mantenimiento de algunas de las principales manifestaciones culturales en el estado de Sergipe es un elemento central en los procesos de internalización del concepto de segipanía. A partir de las intersecciones y distancias entre conceptos como cultura popular, cultura popular negra y quilombola, este artículo pretende reflejar el protagonismo de las poblaciones negra y quilombola en la producción cultural de Sergipe.

Palabras clave: Quilombo, cultura negra, culturas populares



Introdução

O campo das Culturas Populares tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de estudos que valorizem atores e atrizes sociais, historicamente vistos como coadjuvantes. Tratar como protagonistas dos seus saberes e fazeres nas artes e na cultura valorizar a contribuição desses saberes, fazeres e de seus detentores, sejam eles pessoas, grupos ou comunidade, configura-se como forma de subversão à lógica hegemônica do pensamento eu-rôcentrico que recorrentemente os menospreza.

Em Sergipe, a vasta riqueza de manifestações culturais foi construída a partir da importante contribuição de povos africanos. Estes foram trazidos desde o processo inicial de exploração da Capitania de Sergipe Del Rey, por volta do final do século XVI e início do século XVII. O contingente tornou-se numericamente mais significativo a partir do final do século XVIII, decorrente do cultivo da cana-de-açúcar. Dentre os processos de resistência ao regime escravocrata e de reafirmação dos valores culturais africanos e afro-brasileiros, a formação de quilombos foi uma das principais e mais efetivas estratégias.

Atualmente, segundo a Fundação Cultural Palmares (FCP), Sergipe acolhe em seu espaço geográfico 32 comunidades quilombolas certificadas¹. Comunidades que fazem parte da nossa memória histórica e cultural. É nesse sentido que evidenciar Sergipe como um estado protagonista da cultura afro-brasileira se faz necessário, pois

Embora a escravidão tenha um lugar reconhecido na formação da nação brasileira, e algumas cidades brasileiras mostrem com orgulho seu caráter afrodescendente, o Brasil tem mantido uma relação ambígua com seu passado escravo (CICALO, 2016, p. 49).

Em Sergipe, por vezes, tem-se a impressão de que o fato histórico do estado não ter recebido pessoas diretamente do continente africano, dentre outros fatores, contribuiu para a invisibilidade e

1 Informação atualizada até 22 de abril de 2021. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br>>.

negação da presença negra no estado. Diante do exposto, o objetivo central deste artigo é discutir a influência da cultura negra quilombola na cultura popular sergipana.

Cultura, Cultura Popular e Identidade: Encontros e distanciamento entre cultura negra e identidade nacional

O conhecimento de um povo sobre a sua própria história e cultura, se constitui enquanto um importante e fundamental instrumento de sobrevivência e autonomia. É nesse sentido, que um dos principais teóricos afrocentristas, Molefi K. Asante (2009), ressalta que a cultura é elemento crucial e determinante na construção da emancipação física e mental das pessoas de origem e ascendência africanas, em particular, e da humanidade, de maneira geral.

366

A tentativa de rompimento com os laços culturais, que ocorreu e ainda ocorre com africanos em diáspora no Brasil, é um mecanismo utilizado pela elite dominante para a manutenção e exclusividade nos espaços de poder. A imposição de denominações generalizadas, e o impedimento de se expressar através da língua nativa são exemplos disso, parte de uma estratégia para dominar povos originários e africanos. Sobre essa questão, o grande intelectual brasileiro, o quilombola Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, nos aponta que:

Como sabemos, esses povos possuem várias autodenominações. Os colonizadores, ao generalizarem apenas como “índios”, estavam desenvolvendo uma técnica muito usada pelos adestradores, pois sempre que se quer adestrar um animal a primeira coisa que se muda é o seu nome. Ou seja, os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações desses povos, impondo-os uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/desumanizar. Com relação aos africanos, também aprendi na escola várias versões. Uma delas é a de que pelo fato dos índios terem se rebelado contra o trabalho escravo os portugueses resolveram trazer o povo da África, porque esses se-

riam mais “dóceis”, portanto, mais facilmente “domesticáveis”. No entanto, os povos africanos, assim como os povos pindorâmicos², também se rebelaram contra o trabalho escravo e possuem as suas diversas auto-denominações. Os colonizadores, ao chamá-los apenas de “negros”, estavam utilizando a mesma estratégia usada contra os povos pindorâmicos de quebra da identidade por meio da técnica da domesticação (SANTOS, 2015, p. 27-28).

Uma outra forma utilizada para destituir esses povos de seus valores socioculturais e conseqüentemente atacar suas identidades, diz respeito à religiosidade.

“Faz-se por bem entendermos que as populações desenvolvem sua cosmovisão a partir da sua religiosidade e é a partir dessa cosmovisão que constroem as suas várias maneiras de viver, ver e sentir a vida” (SANTOS, 2015, p. 38).

A catequização se configura como um processo de aculturação dos povos originários, mas tanto estes, quanto os povos africanos considerados “sem alma”, passaram a construir estratégias de resistência, a partir de uma confluência entre as suas práticas religiosas e as do dominador.

Em uma perspectiva de resistência cultural, essas identidades vêm sendo constantemente ressignificadas como forma de enfrentar o preconceito e o etnocídio praticado contra os povos tradicionais. Pensando identidade em um contexto mais contemporâneo, de mundo globalizado, onde as dinâmicas e relações estabelecidas são outras, o autor Stuart Hall (2006) chama atenção para o surgimento de novas identidades, e que estas tem fragmentado o indivíduo moderno, o qual antes era visto como unificado:

2 Pindorama (Terra das Palmeiras) é uma expressão tupi-guarani para designar todas as regiões e territórios da hoje chamada América do Sul. O autor utiliza esse termo como exercício de descolonização da linguagem e do pensamento (SANTOS, 2015).

Assim a chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2006, p. 7).

Hall (2006) explica que há uma fragmentação de paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, raça, etnia e nacionalidade, que é fruto de uma mudança estrutural a qual tem transformado as sociedades modernas. Dessa forma, o que antes se entendia enquanto localizações sólidas dos indivíduos, tem passado por transformações, as quais têm abalado a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados.

Essa é uma discussão importante a ser levantada principalmente quando refletimos sobre o contexto da diáspora, pois nesta, as identidades são numerosas. *“Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas”* (HALL, 2003, p. 30). Sobre essa realidade, Asante (1996) afirma que devemos estar preparados para lidar com o tema complexo das “culturas misturadas”, tendo o cuidado de separar as superposições em termos de definições, explicações e soluções culturais, para a partir disso determinar de que modo elas se juntam ou se diferenciam em determinados ambientes.

Um dos termos que tem sido aplicado para descrever as culturas cada vez mais mistas e diaspóricas é o “hibridismo”. Em estudos construídos a partir da sua experiência diaspórica vivenciada no Caribe e Grã-Bretanha, Stuart Hall (2003) observa que a hibridização ocorre no contexto da diáspora e no processo de tradução cultural³ que os sujeitos experimentam para se habituarem às matrizes culturais diferentes da sua de origem.

3 Stuart Hall (2000) define como tradução cultural, o processo de negociação entre novas e antigas matrizes culturais, vivenciado por pessoas que foram dispersadas de sua terra natal. Elas têm em consequência disso, uma cultura que não as assimila e, ao mesmo tempo, não perdem completamente suas identidades originárias. Mas precisam dialogar constantemente com as duas realidades (SOUSA, 2012).



Na experiência brasileira, o debate sobre identidade ganha notoriedade principalmente a partir do fim do período colonial, onde o país passa a se constituir como nação. A elite política e intelectual da época, ao discutir os fundamentos dessa identidade nacional tinha como preocupação central a diversidade racial. Muito influenciada por fontes europeias e norte-americanas, a partir de uma abordagem raciologista, influenciada pelo determinismo biológico, acreditavam na inferioridade da raça negra e degenerescência da mestiça, julgando que estas gerariam influência negativa e faria do brasileiro um povo inferior.

A solução encontrada pela “tal elite” foi tentar reduzir a pluralidade de raças em uma única coletividade, a partir de uma proposta eugenista que visava o branqueamento da população. Propostas que iam desde enxergar a mestiçagem como fase transitória, a qual com o tempo diluiria os negros e a nação brasileira seria branca com o passar dos séculos. perpassando a proposta de institucionalização das diferenças, pois não se acreditava que a miscigenação resultaria no embranquecimento, mas sim no enegrecimento da população, então não se deveria considerar índios, negros e mestiços como indivíduos iguais a raça branca e por isso seriam necessárias modificações na responsabilidade penal. Se esta última tivesse sido aplicada, talvez o Brasil tivesse construído uma espécie de *apartheid*, cuja dinâmica teria levado a consequências e resultados imprevisíveis (MUNANGA, 2019).

Por outro lado, por volta dos anos trinta do século passado, a solução sugerida se dá a partir de um maior distanciamento do debate biológico, passando o conceito de “raça” a caminhar no plano cultural. Tendo como principal formulador dessa linha de pensamento Gilberto Freyre:

A grande contribuição de Freyre é ter mostrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira; influenciaram profundamente o estilo de vida da classe senhorial em matéria de comida, indumentária e sexo. A mestiçagem, que no pensamento de Nina e outros causava dano irreparável ao Brasil, era vista por ele



como uma vantagem imensa. Em outras palavras, ao transformar a mestiçagem num valor positivo e não negativo sob o aspecto de degenerescência, o autor de *Casa Grande e Senzala* permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada (MUNANGA, 2019, p. 83).

Essa é uma proposta que consolida o mito de única coletividade que a elite brasileira vinha construindo por muito tempo, e introjeta ideologicamente a ideia de que essa mistura tanto biológica quanto cultural gerou uma sociedade sem preconceito, estabelecendo-se assim o mito da democracia racial. Essa ideia de igualdade e harmonia, tem

370



influenciado negativamente na construção de uma identidade política mobilizadora em defesa de plena cidadania e contra a exclusão das classes populares das esferas mais importantes da vida nacional (MUNANGA, 2019, Orelha do livro).

A mestiçagem, como articulada no pensamento brasileiro entre o fim do século XIX e meados do século XX, seja na sua forma biológica (miscigenação), seja na sua forma cultural (sincretismo cultural), desembocaria numa sociedade uniracial e unicultural. Uma tal sociedade seria construída segundo o modelo hegemônico racial e cultural branco ao qual deveriam ser assimiladas todas as outras raças e suas respectivas produções culturais. O que subentende o genocídio e o etnocídio de todas as diferenças para criar uma nova raça e uma nova civilização, ou melhor, uma verdadeira raça e uma verdadeira civilização brasileiras, resultantes da mescla e da síntese das contribuições dos stocks raciais originais. Em nenhum momento se discutiu a possibilidade de consolidação de uma sociedade plural em termos de futuro, já que o Brasil nasceu historicamente plural (MUNANGA, 2019, p. 91).

É a partir da década de 1970 que surgem vozes discordantes que apontam para a necessidade de reconhecer o Brasil como uma sociedade plurirracial e pluricultural. Nomes como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, deram contribuições significativas no combate a alienação do processo de construção da identidade de negros e mestiços. Essa luta que é encabeçada pelos movimentos negros contemporâneos enfatiza o resgate da identidade étnica e o combate a ideia de uma identidade mestiça, que sempre foi encampada pela elite dominante como estratégia de dominação.

A experiência brasileira nos mostra o quanto a cultura também está relacionada ao campo das lutas e das disputas de poder. Em “Notas sobre a desconstrução do ‘popular’”, Stuart Hall (2003) busca entender essa questão não dentro de uma visão binarista, onde a cultura popular é romantizada ou manipulada. Pensa-se a cultura popular enquanto um terreno de luta e resistência, e ao mesmo tempo de apropriação e expropriação. Esse termo “popular” é inclusive muito criticado pelo próprio autor, visto que há uma variedade de significados e que nem todos eles podem ser úteis aos estudos da cultura.

A cultura popular se configura como um campo onde se estabelece uma tensão contínua com a cultura dominante. Essa perspectiva dialética que Hall (2003) apresenta, nos permite entender que a cultura tanto é lugar de exercício do poder hegemônico, quanto um lugar de disputa contra hegemonia. É um campo de batalha, onde se tem vitórias e derrotas, ambas inconstantes, sendo apenas a luta um processo permanente. “*A cultura popular é um dos locais onde a luta a favor ou contra a cultura dos poderosos é engajada; é também o prêmio a ser conquistado ou perdido nessa luta. É a arena do consentimento e da resistência*” (HALL, 2003, p. 246).

Nesse campo de batalha, a resistência concreta à ideologia nacional de unidade cultural imposta pela classe dominante é representada pelos quilombolas, indígenas, ciganos, religiosos de cultos de matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, pescadores artesanais, marisqueiras, mangabeiras, ribeirinhos, sertanejos, jangadeiros, pantaneiros, caatingueiros, e entre outros mais povos e comunidades tradicionais espalhadas



por todo território brasileiro. O Decreto 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais os define como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição (BRASIL, 2007, p. 1).

Os povos e comunidades tradicionais preservam uma relação profunda e sagrada com a natureza, diferentemente da concepção ocidental que a enxerga como algo que deve ser dominado, explorado, a partir de uma relação de suposta superioridade do homem referente ao meio natural. Essa relação de superioridade constrói separações e categoriza aquilo que diz respeito à natureza, ao que diz respeito à cultura:

É natural tudo que se produz sem a ação humana, aquilo que existiu antes do homem e que existirá depois dele, como os oceanos, as montanhas, a atmosfera e as florestas; é cultural tudo que é produzido pela ação humana, sejam objetos, ideias ou ainda certas coisas que estão a meio caminho entre os objetos e as ideias, aquilo que chamamos de instituições: um idioma, a Constituição francesa, ou o sistema escolar, por exemplo (DESCOLA, 2016, p. 7).

A separação entre cultura e natureza não é algo universal, apesar de sermos tentados a achar isso. Por meio da religiosidade, mestre Nego Bispo buscou compreender as diferenças e interlocuções entre a cosmovisão monoteísta dos colonizadores e a cosmovisão politeísta de povos afro-brasileiros e indígenas, e aponta como norteadora a forte relação destes últimos com a natureza:

Nas religiões de matriz afro-pindorâmicas a terra, ao invés de ser amaldiçoada, é uma Deusa e as ervas não



são daninhas. Como não existe o pecado, o que há é uma força vital que integra todas as coisas. As pessoas, ao invés de trabalhar, interagem com a natureza e o resultado dessa interação, por advir de relações com deusas e deuses materializados em elementos do universo, se concretizam em condições de vida (SANTOS, 2015, p. 41).

Ailton Krenak (2019) considera que há uma relação de organicidade muito forte entre esses povos e a natureza, e é justamente essa relação que mais incomoda as grandes corporações, as quais têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses povos do seu lugar de origem. Para as grandes corporações o que importa é a transformação dos recursos naturais em lucro, tudo em nome do desenvolvimento da humanidade.

Aspectos históricos e culturais do quilombo em Sergipe

373


O processo de exploração das terras sergipanas pelos portugueses colonizadores ocorreu entre finais do século XVI e início do século XVII. Desde esse período, se tem indícios tanto da presença africana na Capitania de Sergipe del Rey, quanto de processos de organização e resistência de povos negros ao regime escravocrata, pois *“por esse tempo os negros de Sergipe abandonaram as fazendas e reunidos com outros da Bahia, formavam grandes mocambos no palmares de Itapicurú”* (FREIRE, 1891, p. 36).

Assim como quilombo, o termo mocambo é um vocábulo de origem quimbundo. O desconhecimento do verdadeiro significado dos mesmos pelas autoridades portuguesas, fizeram dos dois sinônimos (NASCIMENTO, 2018).

A chegada de africanos na Capitania de Sergipe se intensifica com a substituição da exploração de mão-de-obra nativa⁴. A econo-

4 A Lei Régia de 3/7/1609 proibiu a escravização de índios e entregou sua civilização e catequese à Companhia de Jesus. Ao longo do tempo houve idas e vindas: a administração religiosa foi reafirmada (Lei de 9/4/1655), depois proibida (Lei de 12/9/1663), restaurada (Lei de 1/10/1680 e Regimento das Missões de 21/12/1686) e definitivamente revogada pelo marquês de Pombal em 1755. (FREITAS & BAHIA, 2017, p. 4).

mia da época baseava-se predominantemente na pecuária e culturas de mantimentos, o cultivo da cana-de-açúcar era ainda muito pequeno. Os engenhos vieram atuar de maneira mais forte anos mais tarde.

Nas terras sergipanas, o processo de organização e enfrentamento ao regime por parte dos africanos e seus descendentes não se deu de forma pontual, apenas na sua chegada. Ele também esteve presente em meados do século XVII, após a guerra contra os holandeses. Os negros sem a rígida fiscalização do período da guerra, “abandonam as fazendas e reúnem-se em mocambos” (FREIRE, 1891, p. 153). Segundo Nunes (2002), na década de 1660 estes predominaram nas regiões do rio Real, do Baixo S. Francisco e, especialmente, às matas de Itabaiana.

Os quilombos tornam-se cada vez mais frequentes em Sergipe Del Rey, num período concomitante ao amplo processo organizativo do Quilombo dos Palmares. Isso pode nos sugerir conexões do ponto de vista simbólico, pois a possibilidade dessa organização ser recriada aqui no Brasil, e ter se constituído em grandes proporções como foi Palmares, pode ter influenciado no imaginário social dos africanos e seus descendentes, e estimulado a criação de assentamentos sociais por todo território.

Após a guerra que culminou no assassinato do líder palmarino Zumbi, Nascimento (2018) sugere a possibilidade da continuidade de Palmares:

A trajetória de Palmares seguiu, grosso modo, a direção Sul. Nos meados do século XVIII levanta-se o grande quilombo de Sergipe, tão forte quanto Palmares. A ausência de estudos mais profundos impossibilita que se estabeleça uma ordem cronológica fidedigna e ao mesmo tempo as relações entre os quilombos dos séculos XVII/XVIII no Nordeste. Entretanto, é fácil perceber que, pelo menos em termos geográficos, o quilombo de Sergipe é a continuação do movimento migratório dos quilombolas rumo ao Sul da região (p. 110).

Sergipe Del Rey era a menor das províncias do Império. Não tinha autonomia para importar mão-de-obra diretamente da África-

ca. Subordinada à província baiana, recebia os africanos vindos de Salvador. Segundo Mott (1987), em meados do século XVIII a província tem um número reduzido de africanos originários sendo escravizados, possuindo predominante número de crioulos e mestiços.

Os anos finais do século XVIII, é marcado por uma recuperação do tráfico de africanos, principalmente envolvendo as relações entre Salvador, Recife e Costa da Mina. Sem a concorrência das Antilhas, o preço por cada africano escravizado caiu e possibilitou que os senhores de engenho baianos, e possivelmente os sergipanos, comprassem um número maior destes. Esse é um período marcado pelo aumento da produção de açúcar, bem como, pela quantidade de viagens anuais para a África em busca de relações comerciais em torno de mão-de-obra (SANTOS, 2010).

Esse pode ser um dos motivos para o grande crescimento da população escravizada em Sergipe no início do século XIX, chegando a alcançar o índice de 1/3 dos cerca de 55 mil habitantes, como aponta Mott (1986). Quando a Lei Áurea foi promulgada em 1888, os escravizados representavam 5,6% da população, essa diminuição percentual ocorreu gradativamente ao longo do século. A proibição do tráfico internacional pode ter colaborado nesse sentido (NUNES, 2006).

Quanto à formação de quilombos em Sergipe no século XIX, sua abrangência geográfica era significativa. De acordo com Cardoso (2005), a maior concentração se deu na região do vale do Cotinguiba, onde era expressivo o número de engenhos e de mão-de-obra escravizada. A partir da Lei do Ventre Livre⁵, sentindo que esta não atendia aos anseios da população escravizada, as fugas dos engenhos e a organização em quilombos tornaram-se constantes, levando o Presidente Luís Soares d’Azevedo Macedo a se manifestar:

Alguns escravos mal aconselhados, e imbuídos da falsa ideia de que se acham de todos livres do cativoiro pela lei no 2040 de setembro, e que não gozam de sua

5 Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871 declara a condição de livre aos filhos da mulher escrava que nascerem desde a data da lei.

liberdade porque os seus senhores a isso se opõem, se têm refugiado nas matas, e reunidos em quilombos [...] (MACEDO⁶ apud SANTOS, 1992, p. 34).

É importante salientar que as fontes primárias e secundárias constituídas principalmente a partir de relatórios oficiais e jornais, que abordam notícias sobre os quilombos, foram documentos produzidos pela elite dominante e, portanto, geralmente elas expressam suas opiniões e valores sobre os africanos e seus descendentes fugidos. Não é à toa que a memória que se tem nesses registros, se resume aos momentos de conflitos e de repressão aos quilombos, contendo uma forte narrativa de criminalização.

Além dos quilombos, a comunidade de negros escravizados também se organizava por meio de revoltas. Estância, Santo Amaro e São Cristóvão foram palcos de diversas delas. Destaca-se a revolta de 1763 citada por Freire (1891, p. 200) “A raça negra alia-se à sua companheira de martírio⁷, contra o atentado do branco e efetuam uma invasão em São Cristóvão, em 1763, levando pânico às famílias”; bem como, em 1808 as revoltas protagonizadas pelos gêges também em São Cristóvão (SANTOS, 2010).

Na África, a média de cada quilombo chegava a mil habitantes. No Brasil, Palmares congregou mais de vinte mil. Em Sergipe, os quilombos na sua maioria compunham-se de dez a quinze indivíduos. Diante disso, por estratégia, os quilombolas evitavam confrontos diretos com as forças do governo e atraíam as tropas para o recesso das matas e lá, em movimentos rápidos, levavam-nas a um desgaste de energia constante e desesperados (SANTOS, 1992). Destaca-se o quilombola mais astuto, João Mulungu⁸, considerado o Zumbi sergipano e que viveu despistando as tropas por oito anos.

Sobre a influência cultural há controvérsias entre autores no que tange a composição étnica dos nascidos em África. Segundo

6 Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), SP1 pacotilha 575.

7 A “companheira de martírio” a que o autor se refere são os índios.

8 Ver sobre em DOMINGUES, P. João Mulungu: a invenção de um herói afro-brasileiro. História: Questões & Debates, Curitiba, vol 63, n.2, p. 211-255, jul./dez. 2015. Editora UFPR.

Nunes (2006), para Nina Rodrigues a origem é sudanesa, Silvio Romero e João Ribeiro defendem que são bantus. Para Luís Mott (1987), nos fins do século XVIII, entre os negros de Sergipe predominava os Nagô, Angola, Congo e Gêge, onde o autor compara a composição étnica de africanos importados para a Bahia em 1785, em que o ciclo da Guiné é seguido pelos ciclos do Congo, Angola e do Golfo do Benin.

Ao analisar a experiência dos negros no século XIX, a partir de anúncios de jornais sergipanos, Mott (1987) e Cardoso (2005) apontam que as marcas étnicas eram uma das formas de identificar fugitivos nos anúncios. Os símbolos tradicionais estampados nos corpos, é sinal de pertença a uma determinada tribo africana, ou até mesmo algum tipo de posição social que aquele africano ou africana tinha em sua terra de origem. As informações também davam indícios sobre o uso de turbantes e a prática de rituais religiosos.

A linguagem também teve destaque em uma das notícias: “Claudino, 28 anos, crioulo, “apesar de pegar na pronúncia da letra ‘R’, é muito retórico, sabe ler e escrever”⁹ (MOTT, 1987, p. 139). Raros eram os escravizados que dominavam a leitura. É provável que a alfabetização deste se deu às escondidas nas casas de seus senhores. A crítica à pronúncia, tratada com desdém na matéria do jornal, reflete como a linguagem também é utilizada como forma de manutenção de poder. Gonzalez (2020) refletiu sobre esse falar “errado”, e nomeou como “pretuguês” a valorização da linguagem falada pelos povos negros africanos escravizados no Brasil.

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é *Framengo*. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erros dos infinitivos verbais, que condensa “você” em “cê”, o “está” em “tá” e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês (GONZALEZ, 2020, p. 90).



A conexão entre saúde e cultura também pôde ser percebida enquanto prática tradicional exercida não somente por africanos, mas também pelos seus descendentes. A prática de mutilação dentária, oriunda de povos de diferentes regiões africanas, era utilizada como forma de reconhecimento entre as pessoas de um mesmo grupo e, também, perante os outros. Recentemente tribos indígenas têm reproduzido tal prática como forma de tornar mais fácil a limpeza dos espaços entre os dentes¹⁰:

Digno de nota são as alterações dentárias: quatro dos fujoês possuíam dentes limados (pontaguados), sendo dois do Congo e curiosamente, dois nacionais: a parca Isabel e o mestiço Joaquim, demonstrando o quão forte ainda na segunda metade do século passado era a influência estética ou ritual africanas, assimiladas inclusive pelos mestiços (MOTT, 1987, p. 136).

378

A relação saúde-doença aparece principalmente através do detalhamento da aparência física nos anúncios de jornais. As marcas dos castigos e as doenças aparentemente visíveis, denunciam as condições do tratamento ao qual os escravizados eram submetidos por seus senhores na província de Sergipe Del Rey.

Começemos pelos pés dos escravos: como o uso de sapato era reservado aos cidadãos livres, frequentemente os anúncios referem-se aos pés dos cativos como grossos, rachados malfeitos, com bicho, fora de articulação, inchados, com cravos dificultando o andar. Alguns são mancos ou faltos de alguns dedos. Os joelhos são descritos como grossos ou inchados, as pernas zambras: um deles, “quando caminha cai a banda para os lados carregando o esqueleto”. Certos têm a virilha quebrada e algumas negras só podem “caminhar muito descansado” certamente por causa de reumatismo ou problemas ortopédicos. É, contudo, na epiderme e que mais se notavam os efeitos de várias

10 Ver sobre em KUBASKI, D. Dentes esculpidos pela tradição. *Jornal Gazeta do Povo*. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/dentes-esculpidos-pela-tradicao-7z2eomhck6sdiusxb0v7b5fy/>>. Acesso em: 30 de março de 2021.

doenças; muitos mostravam a cara, pescoço cobertos de “pano” uma dermatose ainda muito comum no Nordeste (pitíriase versicolor). Outro tanto tinha sinais de bexiga (varíola) por todo o negro corpo, ou “cicatrizas das bichas”. As mãos calejadas destes trabalhadores forçados ostentavam marcas doentias: dedos aleijados, ralados, rombudos, faltos de unhas causados por panariz, unhas podres e comidas por “afomentação”, mãos sarnentas, dedos bichentos. Vários são os que têm sinais na cabeça: cicatrizes, queimaduras, falta de cabelo devido a feridas ou cutiladas, orelhas cortadas, carnosidade no queixo ou bochecha provenientes de dor de dente ou feridas. Dentes podres ou falta de dentes também se repetem miudamente. Os olhos destes escravos espelham facetas subjetivas das vidas destes infelizes: são fundos, amortecidos, vagarosos; às vezes referidos como esfumaçados ou vermelhados. Alguns defeituosos, há vesgos outros com carnosidades e feridas oculares. (MOTT, 1987, p. 141).

Cardoso (2005) sugere que as motivações mais comuns para as fugas masculinas, seria o castigo físico. Mas no caso das mulheres, outro suposto motivo poderia ser o assédio e/ou abuso sexual dos feitores, senhores e agregados. Alguns anúncios com teor erótico, denotavam uma duplicidade de sentido em que a busca não era apenas por uma mercadoria perdida.

Num desses anúncios, publicado no jornal aracajuano *O Raio*, em 1880, o juiz Gonçalo Vieira de Melo (1822-1884) reclamava a fuga de sua escrava Eufrásia, cuja compleição era corpulenta e, acrescentou, ainda é moça.¹¹ Ser moça, além de juventude, também denotava condição de ser sexualmente virgem. Situação, aliás, muito apreciada pelos escravocratas para iniciação dos filhos ou abuso próprio (CARDOSO, 2005, p. 61).

Em 1859, foi publicado no *Jornal Correio* um caso de estupro ocorrido em Aracaju contra a escrava Laurentina:

11 *O Raio*. Aracaju, 25/07/1880, n. 189, p. 4.

(...) menor de oito anos, propriedade do funcionário público José Joaquim Moreira. O crime foi confessado pelo menor Nicolau Teixeira da Cunha, que acusou como seu parceiro o caixeiro português Antônio Pereira da Silva. Este alegou ao subdelegado que apenas tratara de lavar a menina por estar ensanguentada e chorando. Ele fora desmentido pela vítima e por um moleque da casa que levava a negrinha a pedido do caixeiro. O corpo de delito foi procedido pelos doutores Manuel Antunes de Sales (1817-1864) e pelo baiano Francisco Sabino Coelho de Sampaio. Os médicos declararam achar a menor *'estuprada e com as partes sexuais tão dilaceradas, intumescidas e ensangüentadas que fazia consternar'*.¹² Sendo assim, escravas virgens e pueris eram objetos de desejo tanto de adolescentes quanto de adultos (CARDOSO, 2005, p. 61 e 62).

380

Diante de tais registros, a afirmação de Dom Marcos de Souza, endossada por Mott (1987), de que em Sergipe havia um melhor tratamento, se comparado com outras regiões nordestinas para com os escravizados, torna-se incoerente. Essa afirmação relativiza o sofrimento vivido pelos escravizados na capitania de Sergipe Del Rey, sofrimento esse que atinge não somente o plano físico, mas também espiritual e mental. O elo com o seu povo, com a sua terra, havia sido quebrado e nem todos que aqui chegaram conseguiam se inserir no conjunto da sociedade e criar raízes, algo tão fundamental para a sobrevivência de qualquer ser humano.

Os quilombos tiveram presença constante na história de Sergipe. Santos (2010) aponta que aqui, estes, não tiveram grandes proporções, nem desenvolveram uma economia própria em seus redutos. Quem sabe talvez, essa posição se justifique pelo fato de que as fontes não retratam os quilombos de uma outra forma que não seja a criminalização e repressão. Por outro lado, o próprio tamanho do território sergipano poderia ser desfavorável para uma permanência fixa, com acampamentos maiores, sem que caíssem novamente nas mãos dos seus senhores e sujeitados ao cativo.

12 Correio Sergipense. Aracaju, 30/12/1859, n. 89, p. 3.

No final do século XIX, o quilombo continuava a desempenhar o seu papel histórico e cultural, e aparecia como sopro de esperança para o conjunto dos povos africanos e afro-brasileiros escravizados. Esse período é marcado pelo fim do regime escravocrata, mas a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 não foi o suficiente para desfazer uma organização construída ao longo de quatro séculos, sobretudo diante da reestruturação da economia dominante que excluiu principalmente os ex-escravos.

O quilombo agora sobrevive e perdura absorvendo novos elementos, e inaugura o século XX como caracterização ideológica. Com o fim do antigo regime, também terminou a concepção desse estabelecimento como resistência à escravidão. Em um momento de definição da nacionalidade, a produção intelectual passa a se debruçar sobre tal fenômeno, buscando seus aspectos positivos como reforço de uma identidade histórica brasileira (NASCIMENTO, 2018).

A necessidade de reexaminar essas formulações surge fortemente, visto que as ideias hegemônicas não se adequavam aos anseios e necessidades dos povos afro-brasileiros. Estes que sentem na prática os efeitos do passado se reverberar no presente, devem ter as suas vivências e seu olhar como fatores norteadores e imprescindíveis em qualquer elaboração construída.

Os quilombos sergipanos continuam presentes na memória de cada lugar, que, sobretudo, carregam significados que remetem a esse período histórico. Seja o Porto da N'Angola em Estância; os Mocambos em Porto da Folha, Aquidabã, Carmópolis e Frei Paulo; seja Palmares de Riachão do Dantas e o Zumbi em Poço Verde. Seja o Sítio Alto e Serra da Guia, esses lugares e seus povos representam a vivacidade da nossa luta, cultura e história do povo afro-brasileiro em terras sergipanas.

Considerações finais

Há como se falar de cultura popular sergipana e sergipanidade sem reconhecer o protagonismo negro e quilombola na produção cultural do estado?



Sergipe, apesar de ser o menor estado do país em área, é um gigante quando analisamos a riqueza na quantidade e diversidade das manifestações culturais populares presentes em seu território. Não é possível falar de cultura popular sergipana sem reconhecer o protagonismo negro e quilombola na construção e manutenção das principais manifestações culturais do estado, bem como na construção da identidade do povo sergipano.

O reconhecimento da importância da população negra e quilombola no processo formativo da sergipanidade, a partir da ideia de pertencimento, é tarefa imprescindível para o fortalecimento do reconhecimento identitário do povo do estado. Essa tarefa deve transcender o discurso de “influência/contribuição negra” e assumir, reconhecer e valorizar o protagonismo negro nesse processo.

Uma simples análise das principais manifestações culturais sergipanas, representadas no Largo da Gente Sergipana¹³, na capital Aracaju nos permite constatar a determinante participação negra na produção cultural e na construção da sergipanidade. Nas oito esculturas, que representam: Lambe Sujo e Caboclinhos, Chegança, Cacumbi, Taieira, Bacamarteiro, Reisado, São Gonçalo e Parafuso, identifica-se o papel preponderante das comunidades negras e quilombolas na produção e manutenção dessas manifestações.

No Lambe Sujo e Caboclinhos, expressiva celebração negro e indígena, que reconta a trajetória de luta e resistência dos escravizados numa grande ópera a céu aberto, passando pela Taieiras, manifestação afro-brasileira, que assume um caráter religioso ao incorporar o culto em louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, santos conhecidos com protetores dos negros. O Parafuso tem sua gênese na luta pela liberdade dos escravizados, que buscavam os quilombos e em situação de fuga, usavam anáguas das sinhás e chapéus brancos em formato de cone e passavam pelos canais despertando pavor e medo. Apesar de não ser uma celebração exclusiva sergipana, o São Gonçalo de Laranjeira, do quilombo

13 Monumento que celebra a algumas das principais manifestações culturais e a identidade do povo sergipano. Inaugurado em 2018, possui 8 esculturas de 7 metros integradas à paisagem natural do Rio Sergipe em Aracaju.

Mussuca, torna-se referência e destaque ao incorporar e exibir traços marcantes de matriz africana.

O simples exercício de análise da gênese dos principais representantes da cultura popular sergipana, traz como apontamentos, obrigatoriamente: a) Impossível pensar cultura popular de Sergipe sem reconhecer a participação protagonista da população negra e quilombola; b) A resistência negra e quilombola ao regime escravocrata e à lógica racista da sociedade brasileira, se deu, entre outros aspectos pela produção cultural; c) A articulação com manifestações culturais europeias foi uma estratégia de resistência e conservação da vida e cultura afro-brasileira.

A produção do conhecimento sobre cultura popular em Sergipe deve ser como imperativo científico/moral e de reparação étnico-racial, o reconhecimento do protagonismo negro e quilombola na formação cultural do estado.

Referências

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. *In*: NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, p. 93-110, 2009.

ASANTE, Molefi Kete. The principal issues in afrocentric inquiry. *In*: ASANTE, Molefi Kete; ABARRY, Abu Shardow. (orgs.). **African Intellectual heritage**: a book of sources. Filadélfia: Temple University Press, 1996.

BRASIL. **Decreto Federal no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2007, p. 316. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm>. Acesso em: novembro de 2020.

CARDOSO, A. Escravidão em Sergipe: fugas e quilombos, século XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 34, 2003-2005, p. 55-73.

CICALO, André. Uma voz para o passado: A construção de patrimônio da escravidão na região portuária do Rio de Janeiro. *In*: MATTOS, Hebe (Org.). **História oral e comunidade**: Reparações e culturas negras. São Paulo: Letra e voz, p. 49-70, 2016.

DESCOLA, Philippe. Outras naturezas, outras culturas. Editora 34., 1ª Ed., jan, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. João Mulungu: a invenção de um herói afro-brasileiro. **História: Questões & Debates**, Curitiba: Editora UFPR. V. 63, n. 2, p. 211-255, jul./dez. 2015.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe (1575 - 1855)**. Rio de Janeiro, 1891.

FREITAS, Rodrigo Bastos de; BAHIA, Saulo José Casali. Direitos dos Índios na Constituição de 1988: Os Princípios da Autonomia e da Tutela-Proteção. **Prim@ Facie**, v. 16, n. 32, p. 1-42, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11. Ed.-Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Humanitas, 2013.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUBASKI, D. **Dentes esculpidos pela tradição**. *Jornal Gazeta do Povo*. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/dentes-esculpidos-pela-tradicao-7z2eomhck6sdiusxb0v7b5fy/>>. Acesso em: 30 de março de 2021.

MOTT, Luiz. **Sergipe Del Rey - população, economia e sociedade**, Aracaju, Fundesc, 1986. MOTT, Luiz. O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 29, 1983-1987 p. 133-147.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 5. ed. 1. reimp., 2019.

NASCIMENTO, Beatriz, 1942-1995. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NUNES, Maria Thétis. O Escravo Negro e as Culturas de Subsistência de Sergipe d'El Rei. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 33, 2000-2002 p. 199-207.



_____. **Sergipe Colonial I**, São Cristóvão: Editora da UFS\Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos**: modos e significações. Brasília. INCTI, UnB, 2015.

SANTOS, J. C. Um olhar sobre homens e mulheres africanos: indícios da vivência africana nas terras sergipanas (1790-1850). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 40, p. 43- 68, 2010.

SANTOS, Lourival Santana. Quilombos e Quilombolas em terras de Sergipe no século XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 31, p. 31-43, 1992.

SOUSA, Leila Lima. **O processo de hibridação cultural**: prós e contras. *Revista Temática*, a. 9, n.03, mar, 2012.

Cultura popular, patrimônio e paisagem: entrelaços de resistências e reexistências

Maria Augusta Mundim Vargas*

Resumo

O texto traz uma reflexão sobre experiências e vivências que consideraram a paisagem, o patrimônio e a cultura popular como construtos para a compreensão de suas associações e aproximações. Aborda, com ênfase nas festas populares, diversas investigações sobre manifestações culturais dos sergipanos em seus múltiplos territórios. Os entrelaços são revelados pelas práticas impregnadas por saberes e emolduradas pelo sentimento de pertencimento, constitutivos do sentido de patrimônio como um bem cultural.

Palavras-chave: Cultura, Paisagem cultural, Paisagem-patrimônio.

* Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe e Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Ocupou cargos na administração acadêmica no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente e, nas Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis (Codae) e de Extensão (Cecac). Atualmente é profa. voluntária do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Análise Regional e Geografia Cultural. Coordena o grupo de pesquisa Sociedade & Cultura atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, território, sustentabilidade, meio ambiente, agricultura familiar.

Popular culture, heritage and landscape: crossings of resistances and re-existences

Cultura popular, patrimonio y paisaje: entrelazados de resistencias y re-existencias

Abstract

The text reflects on experiences that considered landscape, heritage and popular culture as constructs for understanding their associations and approaches. It addresses, with an emphasis on popular festivals, several investigations on cultural manifestations of Sergipe people in their multiple territories. The ties are revealed by practices impregnated with knowledge and framed by the feeling of belonging, constitutive of the sense of heritage as a cultural asset.

Keywords: Culture, Cultural landscape, Landscape-heritage.

Resumen

El texto reflexiona sobre vivencias que consideraron el paisaje, el patrimonio y la cultura popular como construcciones para comprender sus asociaciones y enfoques. Aborda, con énfasis en las fiestas populares, diversas investigaciones sobre las manifestaciones culturales del pueblo de Sergipe en sus múltiples territorios. Los lazos se revelan en prácticas impregnadas de conocimiento y enmarcadas por el sentimiento de pertenencia, constitutivos del sentido del patrimonio como bien cultural.

Palabras clave: Cultura, Paisaje cultural, Paisaje-patrimonio.



Introdução

A intenção deste texto é realçar a cultura popular pulsante como patrimônio e reveladora de paisagens que resistem e reexistem a despeito das crises desencadeadas e agravadas pela sindemia globalizada que se instalou após fevereiro do ano de 2020¹. A abordagem é delimitada pela temática desafiadora nesta contemporaneidade que nos conduziu a reflexões sobre patrimônio e paisagem pelo olhar da geografia cultural, situando-a, pois, no debate dos entornos de vivências, existências e resistências.

Os limites constitutivos tratados no texto consideram a cultura popular sergipana como objeto e chão das reflexões sobre a paisagem e o patrimônio. E, assim, o distanciamento físico desse chão ocasionado pelas condições atuais nos conduziu ao encontro de entrelaços pelo conhecimento acumulado sobre as expressões e manifestações populares sergipanas com as ideias debatidas recentemente em diversos eventos e publicações recentes promovidos por instituições e pesquisadores da Geografia.

Isto posto, apresentamos este texto como uma reflexão que resgata o acúmulo de experiências e vivências que tiveram a paisagem, o patrimônio e a cultura popular como construtos para a compreensão de suas associações e aproximações. Tais experiências e vivências incluem a inserção em campo para investigação e compreensão das manifestações culturais dos sergipanos em seus múltiplos territórios, tornados lugares reveladores de paisagens constituídas pelas práticas, impregnadas por saberes e emolduradas pelo sentimento de pertencimento e pelo sentido de patrimônio como um bem cultural. Com relação ao debate contemporâneo, de forma complementar, mas não menos importante, acrescentam-se a docência, as orientações, as inserções extensionistas, a participação em eventos e as publicações como impulsionadoras das

1 No sentido do agravamento de uma pandemia ou crise sanitária, com o surgimento de problemas sociais, culturais e econômicos e, no Brasil, acrescido de uma crise política.

investigações tanto quanto do nosso olhar atento aos movimentos da cultura popular sergipana².

Assinalamos o fato de a pesquisa estruturante deste texto ter sido conduzida por procedimentos alinhados pelos levantamentos bibliográfico, documental e cartográfico, que possibilitaram revisar estudos realizados, mas, sobretudo, adensar o diálogo com diversos autores e ampliar nosso olhar sobre os temas tratados pela reflexão de suas resistências e reexistências. Nesse sentido, dialogamos com autores clássicos, tais como: Paul Claval (2013); Milton Santos (1994); Denis Cosgrove (1998, 2003); Yi-Fu Tuan (1983) e James Duncan (2004), nos apropriando de suas conduções sobre cultura, percepção, cultura popular e paisagem. Recorreremos também a teses, dissertações e artigos decorrentes de estudos acadêmicos, o que proporcionou a imersão em diversas realidades e escalas de abordagens sobre cultura, cultura popular sergipana, paisagem, patrimônio e patrimonialização, dentre os quais se destacam os estudiosos D. Santos (2018); Ramos (2018); R. Santos (2015); Vargas (2014); Torres (2013); Bonjardim (2011), Vargas e Neves (2009).

A construção do texto resultou na organização dos conteúdos em três partes, além desta introdução. De pronto tratamos do entrelaço proposto entre cultura popular, patrimônio e paisagem, pontuando e delineando seus constitutivos, para, em seguida, trazer o foco do chão analítico apresentando nosso olhar para algumas paisagens culturais de Sergipe e dos sergipanos. Nas considerações finais, levantamos questões sobre a resistência e reexistência dessas paisagens.

Delimitação: cultura popular, patrimônio e paisagem

A palavra cultura tem várias acepções, e, quando transportado para o campo dos estudos das ciências humanas, o conceito de

2 Destacamos os eventos ocorridos após junho de 2020: o Ciclo de Debate Pautas da Geografia no Brasil em Crise²; o IV Seminário Tempos Espaços da Pesquisa Qualitativa – Lugares, gentes e saberes e, Semana da Geografia promovida pelo Departamento de Geografia da UFS



cultura traz os sentidos do termo e do conceito construídos historicamente por povos e sociedades. O fato é que a cultura “faz parte de uma família de conceitos totalizantes”, isto é, conceitos com finalidades comuns, apreendidos pelos processos simbólicos da sociedade e “por esse motivo estão envolvidos total ou parcialmente de ideologias, mentalidades, representações sociais, imaginário social, hegemonia etc.” (MONTIEL, 2005, p. 31). A esse respeito Certeau (1995, p. 239) tece reflexões sobre os acúmulos, as espessuras e os atrasos das mentalidades em contraposição às invenções extraídas pelas gerações futuras como cultura erudita e ressalta a dicotomia do termo, observando que “[...] a cultura oscila mais essencialmente entre duas formas, das quais uma sempre faz com que se esqueça da outra. De um lado, ela é aquilo que ‘permanece’; do outro, aquilo que se inventa”.

Ainda que brevemente, asseveramos nosso entendimento sobre a adjetivação do popular e pontuamos nossas reflexões com relação às festas populares dos sergipanos. Isso ocorreu ao elaborar o Inventário Cultural de Sergipe, contabilizar mais de 3.000 festas populares ocorrentes em todo o Estado e exclamar: Sergipe é uma festa! (VARGAS; NEVES, 2009). Assim, nos deparamos com as questões inerentes ao termo/conceito popular, carregado de sentidos, seja no senso comum – popular, do povo –, seja como conceito modelado por aqueles que não veem o povo e as ‘coisas’ populares, seja, ainda, pelas interpretações associadas à ‘massa’, ao não erudito, entre outras. Tem-se a situação da cultura popular como ‘cultura do povo’ de forma a explicitar que é ‘produzida’ pelo povo (CHAUÍ, 1981) e, portanto, “qualifica um modo de relação, uma maneira de utilizar os objetos ou as normas que circulam em toda a sociedade, mas que são recebidos, compreendidos, manipulados de diversas formas” (CHARTIER, 2003, p. 152).

Há décadas essas questões permanecem debatidas e são abordadas assinalando-se a necessidade de contextualizar o popular devido ao universo polissêmico em que encontramos as expressões cultura popular e festas populares. No Dicionário do Iphan, Costa (2015, verbete, s/d) chama atenção especial com relação à cultura popular fundamentada na preservação da tradição, em que



pese considerar a singularidade da autoria das manifestações, “já que as expressões da cultura popular costumam estar associadas à ausência de estilos individuais ou de obras assinadas, ao anonimato e à pequena margem para a inovação”. Nesse universo, mantemos nosso entendimento de que o popular que adjetiva a cultura (e as festas) deve ser apreendido como substantivo, isto é, como o chão promotor das manifestações tradicionais, em que o passado sobrevive no presente, mas também impulsiona novas e múltiplas formas de fazer e de festejar.

Os conceitos de cultura e de cultura adjetivada (popular, festa, massa, pop etc.), em permanente diálogo com as mentalidades e em permanente ‘movimento’, conferem sentido aos seus produtores, aos seus intérpretes e a quem deles se apropria; foram esclarecidos e expostos por Clifford Geertz (1989), ao considerar a cultura como uma rede tecida pelas sociedades e, como tal, carregada de significados, visto que a cultura ocorre na mediação das relações dos indivíduos entre si e na produção de seus sentidos. Assim, a cultura dá sentido às ações individuais e coletivas.

Por sua vez, a noção de patrimônio, atribuída em decorrência das ações individuais e coletivas, também carece de ser contextualizada, ou seja, se atribuída ao sentido de propriedade, ao que se herda, ou ainda aos conjuntos históricos e naturais, às práticas tradicionais, aos conhecimentos e às experimentações. Ao abordar o patrimônio cultural nos limites do que nos propomos neste texto, ao menos dois aspectos merecem ser considerados: o sentido de apropriação e o sentido de patrimonialização.

O sentido de patrimônio cultural apropriado na mediação das relações dos indivíduos entre si com a produção de sentidos e significados, tal como posto por Geertz (1989), é, no nosso entendimento, essencializado como um bem pelo zelo carregado de significados na sua produção, introduzindo-o como pertencente aos valores individuais e coletivos. Tal como o patrimônio cultural, a pertença e o pertencimento são produto da cultura em movimento, constitutivos das identidades como algo construído pelo sentido do que se produziu, ‘como invenção e não como descoberta’ (BAUMAN, 2005).



Mas, ao tomar o patrimônio no contexto da produção das normativas sociais considerando-se os determinantes políticos e econômicos e os vieses ideológicos, ele é inserido nos deveres do Estado como executor da vontade coletiva de se qualificar do que se produz, bem como proteger, resguardar e conservar os objetos, os saberes e os fazeres que significam e identificam seu povo. Bezerra (2018, p. 2) destaca que a noção de cultura “homologada à noção de patrimônio aparece, pela primeira vez, na Constituição de 1988” e, pontua que “quem atribui valor às coisas é o ser humano, permanecendo no texto [da Constituição] o imaginário social resultante de compacta formação ideológica”.

Sem nos desprendermos da essência do bem cultural pelo zelo e pela pertença, Carsalade (2015, p. 14) deixa clara a apropriação do conceito de bem cultural pelo aparato normativo, pois “pela prática, acabou se aplicando mais àqueles bens culturais escolhidos para preservação [...] fazendo com que no jargão patrimonial – por força de convenções internacionais -, a locução *bem cultural* queira se referir ao bem cultural protegido”

Considerando essa apropriação imbricada nos processos de produção das normativas sociais, nos debruçamos sobre as contradições da relação entre bem patrimônio cultural/bem cultural patrimonializado, a partir da análise das Leis e dos Decretos Federais e Estaduais, isto é, dos bens patrimonializados em Sergipe desde 1937 até março de 2021 (VARGAS, 2021). As fragilidades sobre preservação, proteção e tombamento³ são assinaladas com destaque para: (i) até o ano de 2002, observa-se o interesse do lphan e do Estado para o tombamento de bens materiais referentes à herança portuguesa; até então, o legislativo estadual não despendia atenções para o patrimônio cultural; (ii) após 2002, nota-se a incorporação de registros de saberes, formas de expressão e modos de fazer e se amplia a atuação do lphan; ocorre com um ‘repentino’ interesse



3 Os termos “preservar” e “conservar” são utilizados para bens naturais e unidades de conservação; “tombar” para preservação e conservação de bens materiais, e “registrar” para a preservação e conservação de bens imateriais. Ainda são usados de forma inadequada e, de certa maneira, de difícil compreensão.

do Legislativo pela patrimonialização de bens imateriais⁴; (iii) após 2019, observa-se a ‘suspensão’ dos tombamentos do lphan em Sergipe bem como a inoperância do órgão estadual sem ocorrência de tombamento desde 2016; a banalização das Leis estaduais para com os bens culturais imateriais, que, embora significativas para Sergipe e os sergipanos, vêm sendo promulgadas com nítida associação à regionalização dos votos do/a Deputado/a proponente, sem registro de memorial e, sequer, consulta ao executivo⁵.

Com esse delineamento de cultura popular, patrimônio e patrimonialização, pode-se apreender a paisagem cultural como um construto social, mas também como um caminho fecundo para se pensar as geografias e as geograficidades das paisagens. Tal como colocado no verbete do Dicionário do lphan (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010, p. 32 apud SCIFONI 2016), “[...] paisagem cultural traz a marca das diferentes temporalidades da relação dos grupos sociais com a natureza, aparecendo, assim, como produto de uma construção que é social e histórica e que se dá a partir de um suporte material, a natureza”.

É evidente a atuação do lphan após a Portaria nº 127/2009, que regulamentou a Chancela da Paisagem Cultural com ênfase na relação sociedade e natureza. Mas, embora a paisagem cultural seja incorporada como categoria produto dessa relação, permanece a chancela de paisagens em que os elementos da natureza são mais destacados (RIBEIRO, 2015). Em Sergipe, a patrimonialização de paisagens dá-se em consequência da normatização dos preceitos da Constituição, na medida em que, em 1990, o trecho do rio Sergipe entre Aracaju e Barra dos Coqueiros é declarado ‘paisagem notável’ e, em 2001, o trecho sergipano do rio São Francisco é declarado ‘patrimônio paisagístico turístico’⁶. Também pelos preceitos

4 Sergipe é beneficiado com o registro de bens de abrangência regional pelo ofício das Rodas de Capoeira e pelo modo de fazer a Renda Irlandesa. (i) De 1937/2002: 41 Decretos e 2 Leis; (ii) de 2003/2018: 14 Decretos e 20 Leis; (iii) de 2019 a março de 2021: nenhum Decreto e 41 Leis.

5 O desmanche da estrutura e gestão da cultura pelo executivo federal impacta sobremaneira o lphan, o que motivou a criação do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro em outubro de 2019.

6 Respectivamente, Lei nº 2.825 e Lei nº 4.491.



da Constituição, o Iphan, em 1995, tomba o ‘conjunto arquitetônico e paisagístico urbano de Laranjeiras’ mas, curiosamente, após a referida Portaria, não ocorreu o tombamento de paisagens culturais em Sergipe.

Todavia, para a Geografia, a paisagem é uma categoria que perpassa a história de seu pensamento, ora em evidência, ora secundarizada, mas sempre considerada pelos diversos métodos, seja como suporte para se avaliar mudanças, seja como forma para análise simbólica ou política. Vale, contudo, sublinhar as interpretações advindas do movimento nomeado “Virada Cultural”, ocorrido na passagem dos séculos XX e XXI, e, mais recentemente, as reflexões decorrentes dos movimentos epistêmicos que insurgem frente à condição colonial dos espaços geohistóricos periféricos, identificados em correntes “decoloniais, (des)coloniais, epistemologias transgressoras, epistemologias do Sul”. São movimentos novos e pulsantes em diversas grafias que se encontram na mudança de posicionamento do ‘lugar que pensa’, isto é, o giro do olhar reflexivo pela realidade dos espaços geohistóricos periféricos: uma produção epistêmica a partir de nossa fala, nosso olhar, nossa visão de mundo.

Paul Claval, no texto “A virada Cultural em Geografia”, traduz a dimensão da cultura por uma nova abordagem, assinalando a distinção da paisagem como um *status* de elementos determinados pelo sistema de produção, tal como produzido pelo paradigma positivista, pois “o sentido de identidade de muitas coletividades sociais está ligado às paisagens da lembrança e da memória” (2013, p.97)

Esse texto de Claval é citado por traduzir tanto o diálogo da escola francesa com a inglesa quanto as releituras fenomenológicas e marxistas em que pesem suas significações de paisagem traduzidas por vários autores. Dentre eles situamos a leitura marxista de Cosgrove na singeleza de sua afirmação “A geografia está em toda a parte”, mostrando-nos que, como construto da Geografia, a paisagem está “intimamente ligada, na Geografia humana, à cultura, à ideia de formas visíveis sobre a superfície da terra e à sua composição” (1998, p. 98) e, como tal, não se resume à leitura ‘restrita’ do cultural, uma vez que considera as dimensões política e econômica.



Sua análise desvela paisagens da cultura dominante e paisagens das culturas alternativas – aquelas que, segundo ele, podem ser residuais, excluídas ou emergentes, cujo ponto de partida interpretativo se dá pela ‘leitura’ da paisagem como um texto a ser decodificado. E nos diz também: “assim, paisagem é um conceito unicamente valioso para uma Geografia efetivamente humana” (COSGROVE, 1998, p. 100).

Ao interpretar a paisagem num percurso etnogeográfico e tomando a observação no processo de descoberta, nos deparamos com a difícil tarefa de ler e escrever sobre ela, como que embarcados “em um jogo que ora expõe revelações, ora enigmas a serem desvelados, pois é inegável sua apreensão como imagem, como tudo que a visão alcança, o que percebemos com nossos sentidos” (VARGAS, 2020, p. 99)⁷. E, assim, nas trilhas de Dardel (2011), para quem a paisagem assume diferentes sentidos segundo o modo de olhar, e de Cosgrove (1998), para quem a paisagem, embora construção coletiva, é interpretada individualmente, apresentamos em seguida os entrelaços das paisagens culturais sergipanas pelo nosso olhar, revelando-as pelo conhecimento e pela memória em paisagens marcas e matrizes de sua geohistória; paisagens expressões de seus signos e paisagens sensoriais das festas que se fazem e se desfazem.

396



Paisagens marcas e matrizes, sensoriais e efêmeras

Ir ao encontro de paisagens culturais sergipanas é, de pronto, se permitir entrar num jogo de entrelaçamento entre o conhecimento advindo de práticas cotidianas com a paisagem, com o entendimento de que as práticas e a objetivação da paisagem têm e produzem os sentidos da vida, daquilo que nos pertence e daquilo que pertencemos. Essas colocações vão ao encontro de Merleau-Ponty (1999), para quem a visão de mundo não retrata o que pensamos sobre ele, mas o quanto e o tanto que o significamos pela vivência. Em sintonia, Duncan (2004) traz a paisagem em movimento, agindo como

7 Traduz-se aqui a paisagem como categoria analítica pelas obras, principalmente, de Yi-Fu Tuan (1980) e Denis Cosgrove (1998).

um sistema de signos, e Cosgrove (1998) a considera reveladora de significados e habilidades cuja leitura deve considerá-la como um texto a ser decodificado, não mais somente por seus elementos físicos e morfológicos.

Assim, esclarecemos que, devido às atuais circunstâncias de isolamento social, discorrer sobre as paisagens culturais nos incita a ativar a memória e trazer as paisagens culturais, com ênfase nos espaços festivos e nas festas, como uma imagem de múltiplos significados. Consideramos, ainda, a impossibilidade de trazer a cultura sergipana em sua totalidade e o fato de esse olhar corresponder às nossas vivências e às imagens analisadas nas pesquisas sobre as festas. Assumimos aqui o acionamento da memória e não propriamente seu resgate (HALBAWACHS, 2006) de forma a atender aos nossos interesses em tratar das paisagens culturais sergipanas em tempos de pandemia/sindemia. Esclarecemos que as paisagens anunciadas – geohistóricas, simbólicas e sensoriais – não se distinguem como tipologia, mas sim como elementos de sua leitura interpretativa enquanto marca e matriz e, portanto, produção e representação, assim como (re)apresentação de como nós a percebemos.

Enxergamos, como Cosgrove (2012), uma paisagem produto de relações hegemônicas em que a supremacia econômica e política imprimiu formas e fixos em extensas áreas de cana de açúcar – nomeada região da Cotinguiba, impregnada de signos geoculturais valorativos, tais como casarões e igrejas católicas. Ao observarmos com mais atenção, enxergamos enclaves, segundo esse autor, uma outra camada de significados dessa paisagem hegemônica, constituída como uma subcultura, uma paisagem alternativa, expressa por povoados, muitos deles antigos quilombos, como Mussuca, pertencente ao município de Laranjeiras.

No entrelaço dessa constituição, direcionamos nosso olhar para as regiões Agreste e Litorânea. A região Agreste, contígua à Cotinguiba no sentido do interior ou Sertão, emerge no ciclo da cana de açúcar como fornecedora de gado e alimentos para a próspera região da Cotinguiba. No início do século XXI, sua paisagem passa a traduzir a hegemonia do cultivo de milho pela visibilidade de placas de multinacionais fornecedoras de insumos fixadas nas cercas. Aí



se desvela uma camada que resiste como, por exemplo, o povoado Catuabo, no município de Frei Paulo. Por sua vez, o litoral, recortado por seis estuários, foi funcionalmente utilizado como canais exportadores de cana de açúcar, sem atenção às terras arenosas e ao emaranhado de canais bordeados por manguezais e restingas, inóspitas aos cultivos, onde se instalaram, também, povoados quilombolas, como Brejão, no município de Brejo Grande, ao Norte, e Cajazeira, no município de Santa Luzia do Itanhy, ao Sul. São as gentes e os espaços “invisibilizados” (SANTOS, R., 2015), portanto, pela paisagem cultural dominante, são lidos somente pela camada da paisagem cultural alternativa.

Nesses povoados e em inúmeras localidades das regiões citadas que se constituíram nessa ‘camada’, pulsa uma cultura popular que se visibiliza por saberes e fazeres associados ao sincretismo das matrizes culturais portuguesa, africana e indígena, com destaque para os folguedos festivos, para o artesanato da pesca e para o preparo de alimentos vindos de suas pequenas roças e da pesca.

Em sequência, enxergamos o Sertão que fez história pelos caminhos de gado, pelos pousos de boiadas que se fizeram Vaquejadas e Pegas de boi e pelas beiras do rio São Francisco que, de passagem dos animais para abastecer os centros da economia açucareira e mineira, se fizeram vilas e cidade (VARGAS; NEVES, 2009). Essa paisagem, encontrada em relatos de quando se forjou a pecuária no século XIX, tem como testemunho casarios e muros de pedra resistindo como marcas do passado. A paisagem se transforma após 1960 em pasto. ‘Sai’ a caatinga e, dela, o boi solto pé-duro, isto é, sem raça, e ‘entra’ a pecuária com cercas, pastos e animais de raça, sinalizando o quê e quem domina. As atuais povoações alternam-se entre os marcos do passado – como os quilombos Mocambo e Serra da Guia (nos municípios de Porto da Folha e Poço Redondo, respectivamente) –, os currais de pedra do município de Gararu e os marcos recentes advindos de assentamentos da reforma agrária constituídos após a década de 1990.

Enxergamos os municípios ribeirinhos do rio São Francisco conformando-se pelas relações com o rio, seja pelo transporte oferecido por gaiolas e canoas de tolda que cederam aos motores, seja



pela pesca e pelos cultivos nas várzeas de inundação, ou seja, aquelas áreas que eram inundadas pelas cheias do rio que não ocorrem mais devido à regularização de seu curso. A passagem de boiadas conformou tradições festivas. Aí, como no Sertão, permanecem as festividades relacionadas a animais de monta, ressignificando o passado e dinamizando o presente, como as Pegas de boi no mato, as Corridas de argola e as Vaquejadas. O rio, entretanto, permanece fornecedor de sentidos e mantenedor de tradições, como as procissões de barco reverenciando Bom Jesus dos Navegantes. (VARGAS; NEVES, 2009; VARGAS, 2020)

Esse relato do que se olha e enxerga - o que se vê na primeira camada e o que se desvela em outras camadas de significados, é demonstrativo de que toda e qualquer paisagem é preñe de significados atribuídos pelas vivências das pessoas e suas relações espaciais. Milton Santos (1994, p. 61-62) traduz a paisagem como “tudo que nós vemos, o que nossa visão alcança [...] pode ser definida como o domínio do visível [...] Não é formada apenas por volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. [...] e, por isso, a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos”. Claval, por sua vez, assinala em seus textos as paisagens como expressão de marcas sociais e culturais em constantes apropriações, sejam elas materiais ou simbólicas (1999, 2013).

Com efeito, os sons *toc-toc* dos teares para a confecção de esteiras são guardados na memória de moradores do povoado Brejão, cuja toponímia indica a ‘fartura’ da matéria-prima, o junco, encontrado com facilidade nos brejos dos arredores. Em 1999, D. Maria, àquela época resistindo como artesã de esteiras, descreveu o manuseio de seu ‘putauá’, isto é, de seu tear: “*a gente coloca o junco no putauá e vai dando amarração com os pares de cambito com corda de croá*” (VARGAS; ALMEIDA, 1999, p. 70)⁸. E Oliveira (2017), ao adentrar esse povoado, mostra os signos e os significados dos maracatus que movimentam o lugar. Um deles traz a tradição dos

8 Nos dicionários “putauá” é uma variação de “patauá”, palmeira de mata pluvial que dá uma espécie de piaçava. Assim constatamos que em Brejão a corruptela do termo foi apropriada para a confecção de esteiras.

ancestrais quilombolas que o introduziram ali, e, o outro, criado em 2006, se apropria da tradição como uma das estratégias para visibilizar a luta de assentados que reivindicam terras em seus arredores. Os tambores e as roupas coloridas os unem em maracatus, todavia as letras e as motivações de suas existências os distinguem. Observamos, pois, tempos plurais expondo a efemeridade da paisagem, mas sem que se percam seus significados.

As materialidades e os simbolismos impressos nas paisagens reforçam nosso olhar sobre os significados da ‘camada’ festiva produzida pela cultura popular. Na cidade de Estância, observamos exemplos de tensões decorrentes de diferentes temporalidades. Citam-se as mais de sessenta manifestações levantadas em doze espaços mapeados (cf. SOUZA; SANTOS; VARGAS, 2014)⁹. Dentre eles, destacamos o microcosmo da produção dos barcos-de-fogo, modo de fazer que envolve um saber único de Estância, estudado por Ramos (2018, p.47) que associou os signos produzidos na confecção do barco à imagem e identidade de ‘ser estanciano’. Tal como no espaço do bairro Porto de Areia onde se produz o barco de fogo e manifestações a ele associadas, o ‘fazer a festa’ traduzem as tessituras das festas sergipanas.

A respeito das diferentes lógicas temporais, ressaltamos as paisagens como expressão de marcas sociais e culturais em constantes apropriações, sejam elas materiais ou simbólicas (CLAVAL, 2013). A racionalidade da reprodução de folguedos e festas, embora tradicional, revela a apropriação pela lógica material, tal como ocorrido com as quadrilhas, que, concomitantemente à diminuição em número, foram se destacando umas poucas com produções cada vez mais complexas e inseridas no circuito de mercado, distintas, pois, das demais quadrilhas e dos muitos folguedos, que se apresentam para ‘o santo na festa’ e ‘no tempo de brincar’, imbuídos pela

9 Artigo produzido em decorrência da pesquisa “A Dimensão Territorial das Festas Populares e do Turismo: Estudo Comparativo do Patrimônio Imaterial nos Estados de Goiás, Ceará e Sergipe”, Edital Pró-Cultura 2008-Capes/Minc. Dentre as manifestações levantadas se distinguem aquelas tradicionais – corrida de barco, cortejo dos grupos Batucada e Pisa Pólvora, apresentações de quadrilhas, demonstração e ‘guerra’ de espadas e buscapés, procissões, bênção de fogueiras e brincadeiras; outras tantas ressignificadas como as quadrilhas, os concursos, as brincadeiras, os shows e os arrastões de forró com trios elétricos.



lógica simbólica de suas manifestações. Estes se quedam minoria, como as Taieiras de Laranjeiras, que saem em cortejo apenas para a coroação da Rainha, os Penitentes na quaresma, a Queima de Judas no Sábado de Aleluia, as Sarandagens na noite de 31 de maio, entre outros (VARGAS, 2014).

Já Daniele Santos (2019, p. 272) aborda o comando da política nas paisagens efêmeras dos cortejos ao analisar os territórios das cavalgadas, mostrando-nos como foram se distanciando dos sentidos originais e se mantendo como tradição ressignificada pela apropriação de “líderes comunitários, vereadores, empresários e, principalmente gestores municipais [...] o que possibilita aos produtores e participantes da festa novos usos, interesses e percepções que podem alterar o seu sentido”. Ademais, em povoados e sedes, principalmente do Sertão e Baixo São Francisco, as Vaquejadas, Pegas de boi e Corridas de argola também movimentam lugares e ‘levantam poeira’ durante todo o ano, além dos Casamentos de Matuto, nos meses de junho, provocando o questionamento sobre o sentimento de valorização da identidade ser superado pela apropriação política e econômica, o que, evidentemente, altera suas paisagens.

E, para além do olhar demonstrado nos exemplos citados, enxergamos as paisagens das festas populares, cujo espaço visual se faz, também, por múltiplos espaços auditivos e tátil-sensoriais (cf. Tuan, 1983), pois, ao se fazerem e se desfazerem – efêmeras nos tempos festivos –, vão fixando objetos alusivos, enraizando o festar nas práticas e modos de ser e, assim, singularizando lugares de Sergipe. Acrescentam-se, então, cantos, coreografias, cheiros, cores, luzes, sabores, rituais, brincadeiras, entre outros, merecedores de registros de pertença tanto quanto de registros dos sentidos de suas ocorrências como manifestações e expressões que singularizam as paisagens culturais sergipanas e, por conseguinte, a cultura sergipana. Com esse delineamento, o conjunto das tradicionais festas de padroeiros bem como o Encontro Cultural de Laranjeiras – ECL, que se realiza desde 1976, revestem as paisagens sergipanas em múltiplos espaços auditivos e tátil-sensoriais.



A paisagem de Laranjeiras é impactante. As formas e o arranjo de seu sítio conferem-lhe o tombamento¹⁰, em 1995, de seu conjunto arquitetônico e paisagístico urbano; sua geohistória fez surgir o Encontro Cultural, que, por sua vez, adensa a paisagem, desvelando, nos primeiros dias de janeiro, a um só tempo, as camadas de suas paisagens residuais, excluídas e emergentes. Saem às ruas e se apresentam em vários palcos, folguedos, grupos musicais, formações de danças locais, estaduais e de várias localidades do país. Artesãos e artesãos expõem suas criações, pesquisadores discutem – em um Simpósio – a cultura sob diversos vieses; a rádio comunitária informa a programação ‘da hora’ e os locais; fogos, tambores, zabumbas e triângulos anunciam a passagem de algum folguedo – para a alegria dos brincantes e visitantes; a feira de sábado se instala como se o dia fosse normal, interrompe a passagem ‘de tudo’ do Encontro Cultural, mas expõe frutas, verduras, legumes, tubérculos, lanches, bolos, tapiocas, bebidas, roupas, calçados, ervas, ou seja, ‘um tudo’ para laranjeirenses e visitantes.

Mas, no segundo domingo, ocorre o grande encontro de todos os grupos do município e participantes de outras localidades. Eles são encabeçados pelas Taieiras, pela Chegança Almirante Tamandaré e pelo Cacumbi, conformando um belo e significativo cortejo de louvação a São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Há que se esclarecer, no entanto, que é o ECL que se instala no tempo dos festejos de Reis! Beatriz Góis Dantas (2015, p. 12), traz à luz ‘a conjugação de esforços’ que impulsionou sua realização: em 1972, o então ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, em visita afirmou: “Laranjeiras é um museu a céu aberto”. Segundo ela, “Os laranjeirenses apropriaram-se dela, inflaram-na com novos significados e transformaram-na num mote para mudar a feição da cidade e reconstruir sua identidade. São, pois, indescritíveis as sensações oriundas da movimentação dos grupos pela profusão de sons, cores e performances promovidos pelo encontro de múltiplas tradições dos cortejos de louvação, dança, ‘lutas’ e brincadeiras. Além dos citados grupos de Taieiras, Chegança e Cacumbi de Laranjeiras,

10 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Portal <http://portal.iphan.gov.br/>.



‘enlaçam’ os significados das performances individuais e do grande cortejo do domingo outros Cacumbis, Cheganças, Reisados, Pastoris, Batalhões, Guerreiros, São Gonçalos e muitos outros.

A construção das identidades pelas reproduções de festas religiosas, sobretudo a de padroeiras, é sublinhada por Almeida (2018, p. 81) com alusão à escala da paisagem na perspectiva dos sujeitos produtores e dos assistentes/visitantes, ou seja, ‘os de dentro e os de fora’, ao descrever “como se existissem duas festas, uma dentro da outra: uma festa central, institucionalizada, de interesse econômico dos políticos e até religiosos, e outra periférica, que continua sendo organizada pela mobilização da comunidade”. A paisagem produzida pela igreja católica em Sergipe é posta em relevo por Bonjardim (2011), tanto pela impressão na paisagem de mais de 500 festas de padroeiros quanto pelos signos impressos, fixos do presente e do passado. O microcosmo das festas de padroeiros singulariza lugares, como o município de Pedrinhas reverencia São José, com a participação dos padroeiros dos povoados no cortejo (DOURADO; VARGAS, 2018) que se adentram a sede pelas macro e microescalas, ou seja, por sua amplitude, alcance e, pelo fazer a festa.

Citam-se, ainda, os objetos e elementos relacionados às manifestações e às festas tomados como ‘marca’ (BERQUE, 1998) ou como ‘símbolo’ (BONNEMAISON, 2002). Eles são claramente configuráveis e legíveis, como a forma, a cor e a disposição que suscitam fortes imagens como referentes que conferem sentido à realidade vivida. Esses elementos podem ser pontos fixos ou móveis que agem como referentes ao observador como, por exemplo, a passagem de um cortejo popular ou de uma procissão ou como bandeirolas e estátuas fixadas e identificáveis na paisagem estática do lugar ou das festas/manifestações, como sinais especiais do e no espaço.

Esses elementos são, assim, referentes de ligação entre as comunidades e as paisagens, intermediando os significados e os sentidos de ser, como mostrado na cartografia cultural do município de Japarutuba pelos eixos norteadores de seu repertório cultural de acordo com jovens de nove povoados e da sede (VARGAS, 2015, p. 6): (i) *a herança rural*, demonstrativa do saber fazer; (ii) *as tra-*



dições demonstrativas do festar; (iii) *a contemporaneidade* pela conexão que se dá entre as escolas e as redes sociais dos jovens. Nesse universo se materializam expressões tradicionais enraizadas pelo reconhecimento aos produtores, aos participantes e aos brincantes. Com efeito, a carga simbólica das narrativas dos jovens constrói suas identidades e “identifica e qualifica os lugares, os sítios, os monumentos, as paisagens e os lugares ordinários, como uma fazenda, um povoado, uma capela” (ALMEIDA, 2018, p. 57).

Acrescenta-se, ainda, que a paisagem da festa é, também, uma paisagem de rua, de salas e salões, de quintais, isto é, uma paisagem em movimento. A festa envolve a animação de rua, bem como de praças e até de lugares pouco frequentados rotineiramente, como povoados. A festa envolve preparação para quem executa, planos para quem a frequenta, sonhos para quem a deseja. No momento da festa, os lugares se enchem de vida, saem de uma espécie de torpor e se oferecem às mais diversas manifestações, segundo as características dos espaços e do tempo nos quais ocorrem.

Considerações finais

Pelo exposto, sublinhamos a materialidade da cultura popular, do patrimônio e da paisagem pelos sentidos do festar, para nós percebida, dentre outros, pelo modo de as pessoas se vestirem; pelo modo de as pessoas enfeitarem suas casas; pelo preparo dos alimentos; pela significação dos lugares. Pelo modo de as pessoas se vestirem – se em festas religiosas, os participantes apresentam-se com suas melhores vestimentas; se em festas populares de rua, os brincantes colorem a paisagem, seja nos entrudos e carnavais de bandas e trios, nas festas das cabacinhas ou nos cortejos de folgedos.

Pelo modo de as pessoas enfeitarem suas casas, janelas, portas e o chão de ruas, praças, palcos, cercas e quintais, observam-se as formas distintas, seja para os cortejos dos santos padroeiros ou para os cortejos de rua e de rio para Bom Jesus dos Navegantes, ou, ainda, pelas cores das manifestações populares ensejarem enfeites pelos brincantes e pelos assistentes seguidores, a exemplo do

amarelo dos Cacumbis e do azul e branco das Cheganças, além do vermelho dominante nas paisagens juninas.

Pelo preparo dos alimentos, nos festejos juninos mesas e cadeiras são deslocadas para calçadas e ruas, muitas destas interditadas ao trânsito de carros; fogueiras são construídas e acesas para o preparo de milho e batata e para acender fogos. No entanto, mais comedidos, mas não menos significativos, preparam-se o pão de Santo Antônio, o caruru de São Cosme e Damião, a peixada da corrida de barcos, as ceias de Natal, o almoço da rainha do Cacumbi etc. Aí se tem uma síntese dos sentidos do festar: paisagem que se faz em cada preparo, imagem que se aciona ou é retomada pelas lembranças.

Pela significação dos lugares, muitos dos geossímbolos destacados na paisagem se associam às festas que dão significado aos seus moradores. Assim o é para os fixos, estátuas erigidas em relevo com destaque em pórticos e praças na entrada dos lugares, bem como para os móveis, aqueles visualizados no tempo das festas como bandeirolas, adereços e luzes que vestem as ruas. Aos sentidos dos geossímbolos incorporam-se os constitutivos sensoriais das paisagens barulhentas e esfumaçadas de fogos, desde as queimas em comemoração aos santos e à passagem dos anos até os múltiplos buscapés, espadas, barcos-de-fogo, que demarcam os tempos e os sons de cada junho.

Sublinhamos o entendimento de que pertencer e pertencimento estão no entrelaçamento da cultura com o patrimônio e a paisagem marcada por bens tomados como patrimônio, por bens patrimonializados e por signos e referentes que vão sendo estabelecidos. Assim, continuamente, vão conferindo novos sentidos à apropriação. A inserção da pertença no sentido de patrimônio nos permite superar a relação dual entre material e imaterial, oferecendo-nos que se apropriar de um patrimônio pelo sentimento de pertença significa, portanto, essencializar o bem pelo zelo; é materializar a cultura pelo cuidado.

Todavia, sublinhamos o estado de opressão política que vivenciamos com o inquestionável dismantelamento das instituições de cultura que desqualifica os sentidos de heranças e pertencimento do que se reconhece como valores individuais e coletivos. Essa

realidade vem sendo acirrada pela sindemia global que assola a todos e coloca as expressões e manifestações da cultura popular numa situação delicada, além de pôr em suspensão os constitutivos das paisagens culturais, despidas de suas camadas materiais e simbólicas.

Nesse contexto, ressaltamos o movimento do giro epistemológico sinalizado pelas epistemologias transgressoras como caminho a ser perseguido, mas também o longo caminho metodológico ainda a ser desbravado pelos estudos sobre as manifestações da cultura popular e as interpretações das paisagens culturais, pois ainda persistem aquelas que teimam reproduzir o pensamento colonial. Nesse sentido, no entrelaço de resistência e reexistência da cultura popular, a Geografia tem muito a contribuir com a interpretação de um processo de ressignificação questionador, contestador, criador e propositivo de alterações nas práticas e nos espaços, isso porque as temáticas e os objetos de estudo surgem, exatamente, desse estado de suspensão e opressão.

406



Referências

ALMEIDA, Maria G. de. Festas de padroeiras e festas rurais: territórios de identidades na contemporaneidade – México e Brasil. In: ALMEIDA, Maria G. de (Org.). **Geografia Cultural: um modo de ver**. Goiânia: Gráfica UFG, 2018, p. 17-34.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 84-91.

BEZERRA, Ricardo. A cultura na constituição federal. **Correioforense.com.br**. A justiça do Direito Online, 18/10/2018. Disponível em: <https://www.correioforense.com.br/colunas/a-cultura-na-constituicao-federal/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BONJARDIM, Solimar G. M. Patrimônio cultural religioso: território e paisagem da igreja católica de Sergipe. **Anais do IX Enanpege – A pesquisa e a produção geográficas: o pulsar no tempo e no espaço**. Goiânia, UFG, 2011.

- BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. (Orgs.). **Geografia Cultural: um século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-116.
- CARSALADE, Flávio. Bem. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.
- CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: EdUFSC, 1999.
- CLAVAL, Paul. A virada cultural em Geografia. In: ALMEIDA, M. G. de; ARRAIS, T. A. (Orgs.). **É geografia, é Paul Claval**. Goiânia: Funape, 2013, p. 92-105.
- CERTEAU, Michel de. **A cultura no Plural**. São Paulo: Papirus, 1995.
- CHARTIER, Roger. **Formas e sentido, cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2003.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Ed. Moderna, 1981.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte - cultura e simbolismo nas paisagens. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 92-123.
- _____. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 103-134.
- _____. Mundos de Significados: Geografia cultural e imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural: Uma antologia**. Vol. 1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 105-118.
- COSTA, Maria Elisabeth de Andrade. Cultura popular. In: REZENDE, Maria B. et al. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. ISBN 978-85-7334-279-6.
- DANTAS, Beatriz G. **Encontro cultural de Laranjeiras – 40 anos do Simpósio**. Aracaju: IHGSE, 2015.
- DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DOURADO, A. M.; VARGAS, M. A. M. Permanências e singularidades da festa de São José no município de Pedrinhas/SE. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 12, n. 3, p. 195-211, 2018.
- DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagens, textos e identidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 90-132.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. São Paulo: Zahar Ed., 1978.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MONTIEL, Gilberto G. **Teoría y analisis de cultura**. Mexico DC: Instituto Coahuilense de Cultura, 2005.

NASCIMENTO, Flávia B.; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção do patrimônio cultural: a experiência do Vale do Ribeira-SP. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out. 2010.

OLIVEIRA, Edivaldo A. de. **Os territórios dos maracatus do povoado Brejão/Brejo Grande/SE**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2017.

RAMOS, Luan L. **Materialidades e simbolismos do Barco-de-fogo em Estância/SE**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2018.

RIBEIRO, R. W. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. ISBN 978-85-7334-279-6.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: CES, 2009, p. 23-73.

SANTOS, Daniele L. As cavalgadas de Itaporanga D'Ajuda/SE: pelos trotes da pesquisa qualitativa. In: VARGAS, M. A. M. et al. (Orgs.). **Tempos e espaços da pesquisa qualitativa**. Aracaju: IFS, 2019. p. 253-278.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Rodrigo H. dos. Os suaílis sergipanos: apropriação e formação de territórios pelas comunidades litorâneas. In: VARGAS, M. A. M.; DOURADO, Auceia M.; SANTOS, R. H. (Orgs.). **Práticas e vivências com a geografia cultural**. Aracaju: Edise, 2015, p. 217-256.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio**



Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. ISBN 978-85-7334-299-4.

SOUZA, Angela F. G. de; SANTOS, Rodrigo H. dos; VARGAS, Maria A. M. Tempos conectivos: os festejos juninos de Estância, Sergipe. In: ALMEIDA, Maria G. de. **Territórios de tradições e de festas**. Curitiba: Ed. UFPR, 2018, p. 59-92.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VARGAS, M. A. M. Festas Patrimônio: os ciclos natalino e junino de Sergipe. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 252-273, ago. 2014.

_____. **Cartografia cultural: patrimônio cultural e identidade dos jovens do município de Japaratuba/SE**. Aracaju: Instituto Banese, 2015.

_____. O exercício da observação no estudo da paisagem: redundâncias e essencialidades. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 21, n. 76, p. 98-115, ago. 2020.

_____. Os ribeirinhos do Baixo São Francisco: outros sentidos de ser. **Geograficidade**, v. 10, n. 1, p.58-75, verão 2020.

_____. Referentes das Paisagens Culturais na Legislação em Sergipe – do Patrimônio e da Patrimonialização. **Revista Sociedade e Território**, Natal. [aceito para publicação 2021].

VARGAS, M. A. M.; ALMEIDA, M. G. de. **Expressões culturais: Vale do São Francisco – região de tabuleiros costeiros e pediplano sertanejo**. Relatório. Aracaju: Convênio Codevasf/Seplantec/UFS-Fapese, 1999.

VARGAS, M. A. M.; NEVES, P. S. da Costa. **Inventário cultural dos territórios de Sergipe** - elaboração de um atlas da cultura sergipana. Relatório. Aracaju: UFS/PPGEO; Seplan, 2009.



SEÇÃO LIVRE

Saber tradicional e conhecimento científico: a perspectiva de um pesquisador iniciado

Arivaldo de Lima Alves*

Resumo

Neste trabalho, proponho discutir meu reposicionamento no campo de pesquisa sobre religiões afro-brasileiras. Ao fazer isso, aproximo meu posicionamento transitivo como negro pesquisador e adepto da religião do candomblé à perspectiva do Caboclo quando aponta para o sincretismo como um todo maior que aproxima ao mesmo tempo em que afasta as “águas” ou nações de candomblé, considerando suas supostas teologias puras. Meu interesse pela reflexão acadêmica e escrita sobre o universo das religiões afro-brasileiras é um desdobramento da minha inserção nesse universo não como pesquisador e sim como praticante iniciado. Do ponto de vista etnográfico, mas também de formação e experiência cotidiana, o Nzo kwa Mutá Lombô ye Kaiongo, um candomblé angola, é a referência do debate proposto.

Palavras-chave: Candomblé, pesquisador, iniciado.

* Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Comunicação e Cultura (UFRJ) e Doutor em Antropologia Social (UNB). Professor Titular Pleno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Campus II/UNEB). Coordenador do Núcleo das Tradições Oraís e Patrimônio Imaterial (NUTOPIA/UNEB). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, atuando nos seguintes temas: relações raciais, patrimônio imaterial, cultura popular e negra. Tem atuado como pesquisador ou consultor em vários projetos de extensão sobre cultura popular e negra, tal como, o inventário sobre o samba de roda do Recôncavo baiano encomendado pelo IPHAN (2005) e o Projeto Cantador de Chula (2009) que registrou a história e o canto de mestres cantadores do samba chula na Bahia. Em 2019, concluiu estágio Pós-Doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHSS) em Paris, França.

Traditional knowledge and scientific knowledge: the perspective of an initiated researcher

Conocimientos tradicionales y conocimientos científicos: la perspectiva de un investigador iniciado

Abstract

In this paper, I propose to discuss my repositioning in the field of research on Afro-Brazilian religions. In doing so, I bring my transitive position as a black researcher and adept of the Candomblé religion closer to the Caboclo perspective when he points to syncretism as a larger whole that brings together at the same time it moves away the “waters” or Candomblé nations, considering their supposed pure theologies. My interest in academic reflection and writing on the universe of Afro-Brazilian religions is a consequence of my insertion in this universe not as a researcher but as an initiated practitioner. From an ethnographic point of view, but also in terms of training and daily experience, the Nzo kwa Mutá Lombô ye Kaiongo, an Angolan Candomblé, is the reference for the proposed debate.

Keywords: Candomblé, researcher, initiate.

Resumen

En este artículo propongo discutir mi repositionamiento en el campo de la investigación sobre las religiones afrobrasileñas. Al hacerlo, acerco mi posición transitiva como investigador negro y adepto de la religión Candomblé a la perspectiva Caboclo cuando apunta al sincretismo como un todo mayor que aglutina al mismo tiempo que aleja las “aguas” o Naciones Candomblé, considerando sus supuestas teologías puras. Mi interés por la reflexión académica y la escritura sobre el universo de las religiones afrobrasileñas es consecuencia de mi inserción en este universo no como investigador sino como practicante iniciado. Desde un punto de vista etnográfico, pero también en términos de formación y experiencia diaria, el Nzo kwa Mutá Lombô ye Kaiongo, un Candomblé angoleño, es la referencia para el debate propuesto.

Palabras clave: Candomblé, investigador, iniciado.



Desde quando iniciei o estudo e pesquisa sobre relações raciais e culturas negras, há cerca de 25 anos, decidi que não realizaria pesquisa de campo nem escreveria sobre religiões afro-brasileiras. Isto porque, desde a infância, em maior ou menor grau, estive imerso como praticante no universo religioso afro-brasileiro. Acreditava que o posicionamento, o deslocamento e crítica que o trabalho acadêmico exigia de mim era incompatível com o posicionamento, o deslocamento e crítica que o culto de deuses africanos, afro-brasileiros e caboclos me propunha. Não obstante, ao longo da minha formação como estudioso, pesquisador e, em seguida, professor das relações raciais e culturas negras na Bahia, fui compelido a revisar boa parte da literatura clássica sobre religiões afro-brasileiras e, na medida do possível, acompanhar a produção contemporânea sobre esse tema tão curioso. Desde então, obtive, através dos livros, um razoável conhecimento das práticas religiosas afro-brasileiras, ou melhor, da tradição do Candomblé Ketu - também conhecida como Nagô ou Iorubá - uma vez que a grande maioria dos pesquisadores se dedica à descrição de rituais e ao estudo da formação dessa tradição a despeito da existência de outras vertentes tais como a Jeje e a Angola. Tal tendência, aliás, foi definida como nagocentrismo (DANTAS, 1982) e explica também o interesse ainda mais restrito pelo estudo e compreensão do papel dos caboclos no “sincrético” e “impuro” (CARNEIRO, 1991; LANDES, 1967) Candomblé de Caboclo e Angola, também conhecido como Candomblé Banto.

Além disso, Figueiredo e Araújo (2013) observam que entre o final do século XIX e início do século XX, muitos terreiros de candomblé de origem iorubá instalados na Bahia reivindicaram um lugar na história através da afirmação de uma origem africana.

Esse imaginário mobilizou um duplo processo: por um lado, incentivou a estigmatização e exclusão das manifestações consideradas crioulas e, por outro, enalteceu a identidade iorubá ou nagô, como portadora dessa africanidade. [...]. Entretanto, um dado é fundamental nessa altura da discussão: os povos iorubás cultuavam divindades chamadas orixás. Já os bantus cultuavam os nkisis. Hoje, no Brasil, quando



se fala de religiões afrobrasileiras, automaticamente se pensa em orixás. [...]. Assim, se partirmos do pressuposto que o Candomblé é um sistema religioso que nasce em fins do século XIX como resultado de múltiplos processos de reinterpretação e sincretismos, é possível afirmar que o modelo bantu esteve presente na sua conformação. (FIGUEIREDO e ARAÚJO, 2013, p.36; 37).

A partir do ano de 2010, por razões de ordem pessoal, intensifiquei meu interesse religioso pelo candomblé a ponto de ser iniciado na nação ¹ Angolão Paquetan Malembá do Nzo kwa Mutá Lombô ye Kaiongo, no ano de 2015. Ocorreu então que contrariando minha expectativa, meu orientador espiritual, sacerdote Mutá Imê, assim como um Caboclo que o acompanha, Tupiaçu, repetiram a ideia de que deveria escrever sobre práticas religiosas afro-brasileiras também, desde que trilhasse um caminho de pesquisa, reflexão e questionamento diferente daquele muitas vezes seguido pelos estudos sobre o Candomblé Ketu. Ou seja, eles me deram uma pauta: não deveria incorrer na revelação dos mistérios do candomblé, tornando-o ainda mais desencantado e mundano. Não deveria insistir na descrição de fundamentos ². Não deveria permitir que meu reposicionamento, meu deslocamento e crítica acadêmica bloqueasse o

- 1 Sobre o conceito de “nação de candomblé”, Vivaldo da Costa Lima afirma que, apesar dos empréstimos recíprocos e ostensivos e das influências perceptíveis tanto no ritual quanto na linguagem, os terreiros de candomblé mantêm “os padrões mais característicos e distintivos de suas culturas formadoras, como uma espécie de arquétipo da perda totalidade ontológica original. Esses padrões dominantes são como a linha mestra num processo multilinear de evolução, aceitando ou rejeitando inovações, mas retendo sempre a marca reveladora de sua origem, em meio à integração e à mudança. [...] A ‘nação’, portanto, dos antigos africanos na Bahia foi aos poucos perdendo sua conotação política, para se transformar num conceito quase exclusivamente teológico. ‘Nação’ passou a ser, desse modo, o padrão ideológico e ritual dos terreiros de candomblé da Bahia, estes, sim, fundados por africanos angolas, congos, jejes, nagôs, sacerdotes iniciados de seus antigos cultos, que souberam dar aos grupos que formaram a norma dos ritos e o corpo doutrinário que se vêm transmitindo através dos tempos e da mudança nos tempos”. (LIMA, 1984, p.19-20).
- 2 Os praticantes do candomblé costumam usar o termo “fundamento” quando se referem a informações relacionadas a determinados rituais, orações, cânticos, oferendas, palavras, modos de fazer que acionem forças ou energias extraordinárias. Idealmente, os fundamentos só devem ser revelados àquelas ou àqueles escolhidos pelos deuses e antepassados depois de terem adquirido maturidade espiritual e vivência no candomblé. Tornam-se, a partir deste momento, guardiões do segredo e continuadores de uma tradição ancestral.

retorno à minha “própria natureza”, experiência fundamental que o Candomblé Angolão Paquetan Malembá me propôs. Essa foi a primeira motivação para a elaboração da reflexão que agora apresento.

A segunda motivação ocorreu a partir da observação do discurso de segmentos do Candomblé Angola baiano que argumentam a importância de definir e defender as diferentes “águas” ou nações do candomblé baiano, porém cultuam e tomam, muitas vezes, como referência fundamental uma categoria étnico-racial, um sujeito e entidade espiritual que se define e se distingue pela trajetória, pelo aparecimento e representação sincrética, o caboclo. Esse sujeito social e entidade espiritual, por sua vez, embora sincrético, reivindica sempre marcadores diacríticos em relação ao modo de seu culto e à sua origem, vinculada, sobretudo, à herança do contato e pertencimento a grupos indígenas distintos que desde sempre estiveram presentes em território nacional. Encontramos o culto ao caboclo não apenas na Bahia, como também em vários outros estados brasileiros. Ocorre, entretanto, que, apesar dos tangenciamentos, é variado e inusitado o modo como o caboclo pode ser cultuado, sincretizado e particularizado desde o contexto social, cultural e histórico considerado (CARNEIRO, 1991; SANTOS, 1995; FERRETI, 1996; AMIM, 2009; TROMBONI, 2012; ASSUNÇÃO, 2014). Outro aspecto importante é a referência ao culto do caboclo já nos primeiros autores (LANDES, 1967; PIERSON, 1971; RODRIGUES, 1988; RAMOS, 1988; CARNEIRO, 1991) que observaram e elaboraram na Bahia, no final do século XIX e na primeira metade do século XX, estudos sobre a prática do candomblé, marginal ao catolicismo, considerado, no passado, religião oficial do Estado e do povo brasileiro. Acredito que meu reposicionamento no campo de estudo das religiões afro-brasileiras e a trajetória do caboclo se tangenciam, primeiro, pela situação de transitividade num caso e sincretismo no outro, em seguida, pelo fato de que a minha experiência transitiva e o sincretismo do caboclo, no modo como o compreendo, não pretendem ratificar o amálgama político-ideológico e cultural proposto pelo argumento da mestiçagem (FREYRE, 1989). Ao contrário disso, pretendem afirmar a diferença cultural ainda que em seu viés mais discreto (BARTH, 1998).



Reitero que meu interesse, aqui expresso, pela reflexão acadêmica e escrita sobre o universo das religiões afro-brasileiras é um desdobramento da minha inserção neste universo não como pesquisador e sim como praticante. Um caminho quase sempre oposto ao da grande maioria dos pesquisadores, sobretudo aqueles clássicos, predominantemente brancos, que fundaram esse campo de pesquisa. Além disso, a essa altura da minha trajetória intelectual já me definia como um “negro intelectual” e não, tal qual ordinariamente ocorreu no passado, como um “intelectual negro”. A propósito, Santos (2007) define o “negro intelectual” ou “negro pesquisador” como aquele que porta:

uma ética da convicção anti-racismo adquirida ou incorporada dos Movimentos Sociais Negros, bem como um *ethos* acadêmico-científico ativo, posicionado pró-igualdade racial e pró-políticas de promoção da igualdade racial; *ethos* este oriundo da interatividade daquela ética com uma ética acadêmico-científica adquirida ou incorporada de cursos acadêmico-científicos. (SANTOS, 2007, p. 226).

De fato, comecei o processo de iniciação no Candomblé Angolão Paquetan Malembá no ano de 2010, cinco anos antes do ritual de feitura³. Desde aquele momento, fui informado por meu orientador espiritual, e através dele, pelo oráculo, que estava prevista minha iniciação e preparação para uma carreira tardia, porém longa no candomblé. Desse modo, foi-me também dito que era fundamental que me dispusesse à escuta interessada todas às vezes que fosse convocado a ouvir, à observação o mais silenciosa possível dos outros e de mim mesmo e à obediência aos mais velhos, ao “divino”, ao “sagrado” e a um “mestre pessoal” (BÂ, 1982) que pouco a pouco se revelaria para mim. A princípio, não fui proibido de anotar ou gravar conversas, porém fui motivado a privilegiar a escuta e, além disso,

3 No candomblé brasileiro, normalmente, a consagração da iniciação religiosa se dá através de um ritual chamado de “feitura”. Nessa ocasião, o/a orientador(a) espiritual e toda a comunidade do terreiro ou casa, durante um período que pode variar de 30 a 90 dias, realizam uma série de rituais sagrados e secretos que objetivam aproximar o novo filho de sua energia sagrada particular – seu santo – assim como introduzi-lo ao vasto e complexo campo de saberes tradicionais do candomblé.

as circunstâncias têm sempre favorecido o acesso oral à informação, a relatos e fundamentos enunciados de maneira assistemática e inesperada. Desde então, portanto, tenho ampliado minha vocação para a escuta e ampliado minha percepção da realidade recorrendo a todos os sentidos assim como tenho acionado o meu treino antropológico como observador. Nesse sentido, falo muito menos do que escuto e procuro estar atento a todo tipo de informação acessível. Na medida do possível e do permitido, tenho recorrido à gravação de conversas, assim como às anotações em um “caderno de fundamento” que é também um “caderno de campo” (SILVA, 1995; CASTILLO, 2010; ARAÚJO, 2016) ou vice-versa.

Aliás, a propósito dos “cadernos de fundamento”, Araújo (2016), ao mesmo tempo em que se refere aos seus autores como rebeldes e insubmissos, afirma:

Os cadernos confeccionados por seus próprios autores iniciados podem ser de toda sorte de cores, formatos e tamanhos. Um ponto que vale a pena ressaltar é que não existe um tempo estabelecido para que um iniciado tenha um caderno de fundamento. É possível que alguns já tenham mesmo antes de serem iniciados – *abiã*⁴. Mas também há cadernos criados pelos próprios sacerdotes – como uma espécie de módulo ou cartilha – para serem entregues aos seus filhos (as) iniciados. Esta modalidade de caderno, adotada por algumas casas mais novas e, talvez por isso, com maior flexibilidade com a escrita, dividem os cadernos em dois tipos básicos: caderno de *iaô/iyawó*⁵ para os iniciados com menos de sete anos e caderno de *ebomi/egbomi* para os filhos com mais de sete anos de iniciação cumpridas. Segundo relatos informais, as diferenças de um para o outro estão na quantidade de fundamentos. Nos cadernos de *ebomi*, por exem-



- 4 Na tradição do Candomblé Ketu, aquele ou aquela que ainda não foi submetido (a) à feitura do santo é nomeado (a) “*abiã*”. Na tradição do Candomblé Angola essa mesma pessoa é nomeada “*ndumbe*”.
- 5 Na tradição do Candomblé Ketu, aquele ou aquela que já foi submetido (a) à feitura do santo é nomeado (a) “*iaô*”, na tradição do Candomblé Angola esta mesma pessoa é nomeada “*muzenza*” durante os sete anos seguidos à feitura.

plo, encontram-se os fundamentos do jogo de búzios. (ARAÚJO, 2016, p.121).

E quem pode ou pôde acessar os cadernos de fundamento mais desejados do candomblé? Normalmente, esse acesso é franqueado aos discípulos mais próximos em algum momento, aos discípulos mais confiáveis, aos discípulos mais curiosos e rebeldes, mas também aos pesquisadores que por razões não reveladas têm acesso privilegiado às lideranças, aos segredos e fundamentos que, a princípio, só deveriam ser de domínio de poucos iniciados e praticantes longínquos do candomblé. Entre os clássicos, Nina Rodrigues, Edison Carneiro, Roger Bastide, Pierre Fatumbi Verger, Juana Elbein dos Santos ou, mais recentemente, Reginaldo Prandi e Miriam Rabelo são exemplos de pesquisadores senão assumidamente iniciados – como é o caso de Pierre Fatumbi Verger e Miriam Rabelo, foram indicados para a iniciação ao mesmo tempo em que eram pesquisadores de grande intimidade de lideranças importantes do Candomblé Ketu. Independente de qual seja o caso, é muito provável que esses autores tenham tido acesso aos cadernos das lideranças com as quais conviveram (CASTILLO, 2010; ARAÚJO, 2016). A propósito, muitas vezes tenho ouvido no contexto do Candomblé Angolão Paquetan Malembá que as lideranças ketu permitiram acesso exagerado assim como revelaram “segredos” e fundamentos que deveriam ter sido mantidos e transmitidos apenas oralmente aos iniciados e, em alguns casos, apenas aos iniciados mais graduados e mais confiáveis.

Vou me deter um pouco mais na questão do “segredo” no candomblé, assim como na questão do “divino”, do “sagrado”, da revelação do “mestre pessoal” e do retorno à “própria natureza” prometida pelas “águas” do Candomblé Angolão Paquetan Malembá, uma vez que o desenvolvimento dessas questões favoreceu a minha autocompreensão como iniciado e minha reflexão sobre o candomblé. No que diz respeito à questão do segredo no candomblé, ocorre que a não revelação ou revelação parcial de determinadas informações está relacionada à compreensão de que o poder, a legitimidade e o respeito de um iniciado fora e dentro do candomblé são diretamente proporcionais ao quanto ele conhece sobre os mais importantes

fundamentos no que diz respeito ao culto dos orixás, inquices, voduns ou caboclos, assim como ao quanto ele conhece do sentido dos mitos, da identificação e uso das folhas ou dos elementos que deverão compor um ritual simples ou complexo. Do mesmo modo, a palavra precisa, em língua portuguesa ou língua africana, que aciona o sagrado de modo mais eficaz é poder e domínio de poucos que aprenderam com outros poucos ou foram escolhidos por deuses e energias invisíveis às pessoas comuns para ver, ouvir, sentir e sonhar com essas informações secretas e poderosas. Nesse sentido,

Da natureza intocável do saber sagrado decorrem também outras questões interligadas. Primeiramente, pela existência de um saber secreto, requer-se um sistema hierárquico, segundo o qual um pequeno grupo de pessoas é encarregado da responsabilidade de regular o acesso ao conhecimento interno. Em segundo lugar, a dificuldade de acesso ao segredo faz com que o saber secreto acabe sendo um bem simbólico de alto valor, o que gera uma rede complexa de relações de poder predicadas na busca para, e domínio sobre, tal saber. Uma terceira questão acerca do segredo resulta da inserção dos terreiros no contexto social externo. A longa história de perseguição do candomblé provocou um aumento no espaço discursivo do que era considerado secreto. Como veremos, a etnografia sobre o candomblé, à medida que expõe o saber religioso para o olhar público, apresenta uma ameaça, pois desestabiliza o controle hierárquico sobre este saber. (CASTILLO, 2008, p. 32-33).

Ainda no que diz respeito à questão do segredo, Carvalho (1987) também afirma que os mais antigos não transferiram todos os conhecimentos que possuíam. Ou então, transferiram espécies distintas de conhecimentos para pessoas distintas. Desse modo, é cada vez mais raro encontrar um especialista completo. Além disso, o autor chama a atenção para uma “prática suicida” de se deixar de realizar propositalmente alguns rituais importantes e de grande eficácia mágica de modo a impedir que presenças indesejáveis, inimigos ou potenciais continuadores pudessem aprendê-los pela observação.

Enfim, para Carvalho, a “estrutura do segredo” no candomblé, seu longo processo de iniciação, seus registros basicamente orais ou através de cadernos e práticas que só são revelados pouco a pouco levam todas as vertentes dos cultos afro-brasileiros a sofrerem crises periódicas e reincidentes de perda de memória, sentimento nostálgico, orgulho de pertencer a um mundo religioso que já foi tão glorioso e carência da ausência daqueles mortos que dominaram de modo extraordinário todas as funções: o canto, a dança, a música, a evocação de energia do processo iniciatório e mesmo do mais simples ato cotidiano. Assim, os saberes fundamentais, a continuidade com a plenitude do passado é retomada, pelos mais novos, através de leituras sobre o continente africano, de etnografias de grande impacto no mundo do candomblé, de contatos intermitentes e mal vistos com lideranças de variados terreiros ou através da proximidade forçada ou casual com África e africanos.

422

Em todo caso, há que se dizer também que o segredo, o veto à enunciação oral e mais ainda ao registro escrito indiscriminado de certas informações, está relacionado a aspectos que são constitutivos do modo como o candomblé - nesse caso, falo mais especificamente na pedagogia do Candomblé Angolão Paquetan Malembá – concebe a verdade, o processo de transmissão de informação e conhecimento, a “dimensão divinal” e “sagrada” da realidade. Em outras palavras, para o candomblé, tudo que existe no mundo e tudo que pode ter sua existência suscitada é energia e tem força de ação e reação sobre as pessoas, sobre as coisas (SANTOS, 1986). E a palavra falada, sobretudo, mas também a palavra escrita são instrumentos fundamentais que acionam, que revelam, que evocam o que existe ou pode vir a existir. Nesse sentido, do ponto de vista da teologia do candomblé, utilizada sem a devida propriedade, a palavra pode ter um efeito perturbador e destrutivo sobre a ordenação das coisas e sobre a ação dos sujeitos. Além disso, o acesso à informação parece estar diretamente relacionado também ao grau de sensibilidade do iniciado. Ou seja, o iniciado teria que trazer em sua “própria natureza” uma acuidade dos sentidos que se manifestaria desde a mais tenra idade, seria desenvolvido a partir de algum momento específico do seu processo vital

ou de iniciação religiosa. A sabedoria, portanto, o acesso ao conhecimento dos fundamentos seria resultado de uma inteligência que permite aprender mais ou menos, acionar a memória mais ou menos, mas seria também uma determinação divina conferida à natureza de um sujeito específico.

É porque a sabedoria daquela época num era só uma sabedoria por ter vivido muito, a sabedoria daquela época, era muito uma sabedoria de sensibilidade. As pessoas tinha uma audição muito forte. Os seus inqüices falava muito aos seus ouvidos, né. Qualquer coisa que mexesse no fundamento o santo avisava logo o pai de santo ou a mãe de santo. Se acontecesse alguma coisa com o filho de santo em tal lugar, o santo ia avisar logo à mãe de santo. Então tinha muito esse tipo de sabedoria, que hoje assim pela própria evolução do candomblé, o candomblé se abriu muito, em função da própria evolução pra vida, da sobrevivência e aí o candomblé vai perdendo essa força. (Depoimento do sacerdote Mutá Imê em 29 de janeiro de 2012).

Eu lhe diria assim. Eu acho que não necessariamente você precise guardar as coisas, mas também você não pode queimar essas etapas. A gente tá indo muito na onda da quantidade e não da qualidade. Por exemplo, naquela época elas demoravam de ensinar porque tinham medo de que esses ensinamentos caísse na mão de pessoas não éticas e que fossem inclusive vendidos e todo esse processo que tá aí escrito foi tudo vendido. Porque a cada ano que você fazia a sua *abrigação*, você aprofundava o seu conhecimento. Não é que elas não passassem, elas passavam sim, de forma gradativa. Claro que o ser humano é muito curioso e quer aprender o mais rápido possível, isso desde o tempo que se descobriu o fogo. Então você tinha sete anos para aprender. [...] Esses segredos que eram guardados, eram passados ao longo do tempo. Agora sim, muita gente não tem interesse ou se tem interesse, tem interesse em usar de forma diferenciada, mal-dosa, então esses pais e mães de santo não ensinava mesmo. (Depoimento do sacerdote Mutá Imê em 9 de fevereiro de 2012).



A concepção de candomblé do sacerdote Mutá Imê compreende uma distinção entre “divino” e “sagrado” que, por ora, também orienta minha conduta como pesquisador e como filho de santo. Em seus termos, o “divino” e o “sagrado” aparecem relacionados ou são coordenados ao que ele também compreende como “mestre pessoal” que, por sua vez, se confunde ao mesmo tempo em que é um desdobramento da presença, no indivíduo, do santo ou inquite que lhe corresponde. Ou seja, o “mestre pessoal” é uma fala, uma manifestação “sagrada” do “divino” que se acopla à consciência, à existência física e espiritual do iniciado, mas é também, a partir de um determinado momento de sua trajetória, a própria consciência, a existência física e espiritual do iniciado.

Aliás, o pensamento teológico e tradicionalista de Mutá Imê se aproxima bastante daquilo que também afirma Hampaté Bâ (1982) sobre o “divino”, o “sagrado”, o “mestre pessoal” de cada um e o valor da palavra oral. Nesse caso, seguindo Bâ (1982), a primeira referência importante é o valor moral e sagrado atribuído à palavra oral nas tradições africanas. Ou seja, na tradição oral, o material e o espiritual estão associados um ao outro. De tal modo que a palavra oral é capaz de criar movimento, gerar forças que agem sobre os espíritos que são, assim, potência para a ação social. Do mesmo modo, afirma o autor, o que se sabe, o que se fala é o que se vive. Além disso, ao mesmo tempo em que a experiência vital é carregada de intensidade, categorias de sujeitos distintos, desde que iniciados no mundo tradicional africano, têm acesso distinto à palavra, acesso distinto ao conhecimento, e, por conseguinte, responsabilidades distintas no que diz respeito ao uso e transmissão da verdade que a palavra oral emana.

Uma vez que se liga ao comportamento cotidiano do homem e da comunidade, a “cultura” africana não é, portanto, algo abstrato que possa ser isolado da vida. Ela envolve uma visão particular do mundo, ou, melhor dizendo, uma *presença* particular no mundo – um mundo concebido como um Todo onde todas as coisas se religam e interagem. [...] a tradição africana, portanto, concebe a fala como um dom de Deus. Ela é

ao mesmo tempo divina no sentido descendente e sagrada no sentido ascendente. [...] Pois existem coisas que não “se explicam”, mas que se experimentam e se vivem (BÁ, 1982, p. 169; 172; 182).

Enfim, para Mutá Imê, se o “divino” se manifesta como uma energia ou força transcendente ao humano, o “sagrado” se manifesta como evidência parcial da ação dessa grande energia sobre a realidade natural – a diversidade e valor específico das tantas folhas, das águas, dos minerais, dos animais, do ar – e humana. Por outro lado, no que diz respeito à sua concepção de “mestre pessoal”, afirma:

Todos nós trazemos o nosso mestre e o mestre superior tem a obrigação de cuidar daquele mestre que tá procurando ele, seja ndumbe, seja iniciado, seja muzenza... Tenha sete, dez, quinze anos, esse mestre tá ali pra ser cuidado, pra ser respeitado por esse grande mestre que é chamado de tata ou mameto. Então esse respeito vai se dando na medida em que um vai seguindo o outro. Você como mestre, eu lhe sigo, na medida em que eu estou lhe seguindo, você está me seguindo, você não só está me direcionando, você está me seguindo... Então, nós, bakongo, temos a visão de que cada um de nós traz um mestre dentro de nós. Esse mestre pode ser evoluído ou não. Você pode pegar uma criança que vem com um mestre, com uma sabedoria muito antiga. Você pode pegar uma criança muito esperta, sabida, inteligente assim como você pode pegar uma criança que vem com uma sabedoria muito antiga, mas já sem muito desenvolvimento, porque ela traz um mestre antigo, mas já cansado, menos desenvolvido no sentido de abertura de caminho, com o caminho mais pesado, que precisa ser melhor trabalhado com as ervas, com os ebós, com muita conversa. São pessoas que são muito ligadas ao chão, presas ao chão, que traz muitas coisas, muitos fundamentos que não podem ser feitos de qualquer jeito, a qualquer hora e isso é trabalhado dentro da comunidade com os mais velhos, com os mais antigos, jogando búzio, chamando os inquices mais velhos para se pergun-



tar coisas. Então essa filosofia de educação ela vai se dando na medida em que a pessoa vai percebendo a sua responsabilidade. Então, voltando àquela história de que os antigos não ensinavam muito... Eles não ensinavam muito quando percebiam que você não trazia muita responsabilidade para sua vida. Não era só a capacidade de aprendizado, mas responsabilidade com a sua vida! Você era uma pessoa que veio por vim, que acaba não desenvolvendo um processo, que fica brincando ali de ser grande. Então, quando eles percebiam isso, eles não ensinavam, porque eles sabiam que era uma pessoa que ia botar pra fora, dar, vender, emprestar de qualquer jeito. (Depoimento do sacerdote Mutá Imê em 29 de fevereiro de 2013).

Ainda segundo Mutá Imê, esse mestre pessoal que é o santo, o inquite de cada um, de fato, conduz à compreensão e entendimento de uma “natureza” africana ou afro-brasileira roubada pela condição de escravo, mas que pode ser recuperada pela experiência da “abrigação” em rituais importantes ocasionais, como a feitura, e, desse modo, se desdobrar no cotidiano vulgar daquele que se apropria de uma atitude sacerdotal sem que seu mestre venha a se manifestar em seu corpo ou altere sua consciência através do transe. A partir daí, é possível se estabelecer um diálogo consigo mesmo “de dentro, para dentro, para fora”. Nesses termos, a iniciação religiosa no candomblé e sua renovação periódica ao longo do sacerdócio não seria uma “obrigação” com o santo, com o inquite, ao contrário disso, é resultado, sobretudo, de uma escolha responsável. É “abrigação”.

Ah é... O termo é abrigação, sempre foi. Abrigação significa você abrigar em si a responsabilidade por estar vivo, né, abrigar em você esta responsabilidade por você, pelo outro, pela família, pela comunidade, pela sociedade, pelo mundo, buscar a paz é uma abrigação. Eu acho lindo! Aí, minha mãe quando falava isso, eu ficava, viajava... Minha mãe, meus mais velhos falavam abrigação. [...] Obrigação, obrigação de quê? Os tabus, as dificuldades que são colocadas num são nem tão ruins assim, é o seu entendimento. Por isso, volta



aquela questão de que os pais, as mães de santo naquela época não ensinava, num davam na mão beijada, porque elas não se sentiam na obrigação, obrigação de quê? Todos esses “não pode”, “não pode” por quê? E é isso que as pessoas não querem entender, e é isso que as pessoas não sabem. Isto é falta de conhecimento da filosofia do candomblé. Ou seja, se você tá fazendo um trabalho pra você, tá cuidando de você, da sua centralização, então você não pode uma série de coisas, porque aí você vai estar descentralizando. Então você tem que ficar quietinho den da roça, se cuidando, naquele período de tempo você poder se encaixar dentro de si mesmo, se encontrar na sua abrigação. (Depoimento do sacerdote Mutá Imê em 9 de fevereiro de 2012).

Esta compreensão da pedagogia do candomblé sobre o segredo e o trânsito da informação e do conhecimento, muitas vezes, se choca com a concepção sobre a informação e o conhecimento que o iniciado pesquisador já traz consigo. Ou seja, a “obrigação” de ter acesso o mais rápido possível à qualquer tipo de informação e conhecimento. A “obrigação” de acessar a informação e o conhecimento sem que tenha tempo disponível para vivenciar as experiências relacionadas a cada informação ou conhecimento recebido. A “obrigação”, sobretudo de explicar e escrever sobre as coisas, os sujeitos, as situações e nunca de se abrigar naquilo que não é revelado nem é dito. Quer dizer, o pesquisador contumaz das religiões afro-brasileiras repercute o mito da ciência que pretende a “transparência absoluta, a lucidez total, a literalidade, a compartimentação segura, e principalmente: a disposição e a compulsão, mais que a necessidade, de revelar universalmente suas descobertas”. (CARVALHO, p. 9).

Há casos, por exemplo, de pesquisadores iniciados ou indicados para iniciação que descrevem e revelam em documentos escritos e publicados, aspectos de rituais os quais, normalmente, os iniciados não pesquisadores evitam descrever e comentar publicamente e sobre os quais só escrevem em seus cadernos secretos de fundamento. É o caso, por exemplo, de descrições muito minuciosas e atentas

de rituais secretos tal a “comida de cabeça”⁶ (RABELO, 2014; SILVA, 1995). Essa atitude causa estranheza no que diz respeito a uma ética consignada com o candomblé, no que diz respeito ao relativo distanciamento exigido ao pesquisador em relação ao seu contexto sacerdotal e também no que diz respeito ao relativo distanciamento do iniciado em relação à sua condição de pesquisador.

Em outras palavras, a meu ver, o pesquisador que tem tal atitude não se torna o outro iniciado tampouco se aproxima da sua experiência como iniciado e continua a atuar como pesquisador em todas as circunstâncias. Do mesmo modo, tal atitude não se justifica nem mesmo quando o pesquisador não “roda no santo”⁷ uma vez que mantida, em grande medida, sua consciência dos fatos, ao estar imerso na performance de um ritual secreto, sua condição de sujeito e objeto ritualístico lhe exige um alto grau de concentração. Nas situações em que tem dificuldade pessoal em atingir a concentração indicada, cabe àquele ou àquela liderança que conduz o ritual, impedir a apreensão detalhada daquilo que lhe “afeta” ou lhe sucede em uma circunstância específica.

Por fim, vou voltar à afirmação que venho fazendo desde o início quando me defini como um pesquisador transitivo. Confesso que, por diversas vezes, diferente de outras situações em que atuei como pesquisador, não tive e não tenho ansiedade e interesse em anotar ou gravar falas ou informações importantes. Percebi que, não raro, enquanto acesso informação e conhecimento, e, dessa forma, aprofundo minha iniciação no candomblé, meu corpo por inteiro e todos os meus sentidos, todas as possibilidades de apren-

6 A teologia e o pensamento da tradição do candomblé no Brasil consideram a “cabeça” o principal órgão do ser humano. De tal modo, o processo de iniciação de um novo adepto deve ocorrer através de um ritual para a “cabeça” em um sentido abstrato, metafórico e sobre a “cabeça” em sentido concreto, físico. É sobre a “cabeça” que se depositam objetos que simbolizam os segredos ancestrais e é a cabeça dos novos e antigos adeptos que deve guiar o contato com o sagrado e a condução responsável no tempo e no espaço das práticas, do pensamento e da instituição religiosa. Uma “cabeça” enfraquecida, desprotegida está sempre vulnerável a todo tipo de ameaça espiritual ou a ações e pensamentos que não deveriam lhe corresponder.

7 “Rodar no santo” é a expressão que o povo de candomblé usa para se referir àquela pessoa que ao ter um contato com elementos ou energia relacionada ao deus/deusa ao qual/à qual foi consagrada perde sua própria consciência e assume parcialmente a personalidade arquetípica desse deus ou dessa deusa.



dizado, conscientes e inconscientes, são invocados. Desse modo, há situações de inconsciência, de semiconsciência e até mesmo de consciência em que a possibilidade do registro escrito ou o uso do gravador significaria a interrupção ou um desvio de um fluxo dos sentidos, da consciência e do inconsciente no processo de iniciação e absorção daquilo que é transmitido pelo que se fala ou não se fala, pelo que se vê ou não se vê, pelo gesto que se faz e por atitudes, circunstancialmente, requisitadas ao corpo. Além disso, em várias situações, para aprender e ser reeducado, sou convocado a atuar, a performar - no mais variado sentido que se possa entender a performance (DREWAL, 1992; ZUMTHOR, 2000), o que impossibilita o registro escrito uma vez que todo o meu corpo, circunstancialmente, se dedica a uma determinada e multifacetada atividade que exclui a escrita ou o manuseio de um gravador. Sendo assim, em certo sentido, o registro escrito de uma atividade ou performance enquanto a realizo se torna impossível. Do mesmo modo, o registro escrito de uma ou outra após sua realização parece ser possível enquanto excesso etnográfico ⁸.

Sendo assim, admito que não tenho sido, rigorosamente, um etnógrafo. Por outro lado, não tenho sido, rigorosamente, um filho de santo. Ou seja, tenho vivenciado experiências sobre as quais não devo falar, não quero falar, não posso falar ou sobre as quais não devo escrever porque a linguagem oral e, sobretudo, a linguagem escrita, acionadas, resultariam em dispersão de um caminho para o autoconhecimento, para o acesso aos mistérios do candomblé, assim como dispersão de um compromisso com uma ética sacerdotal e vital que o sistema religioso do candomblé me exige. Ou seja, há coisas que se veem, que se ouvem, que se fazem que devem ser guardadas e mantidas em segredo. Apesar disso, estou de acordo com Carvalho (1989) quando ele diz que o candomblé não exclui o inquirir racional sobre o mundo, ao contrário disso, traz a revelação do segredo para o interior do mito e da estrutura iniciática já que



8 Ao se referir a “excessos etnográficos”, Certeau (1989) aponta o papel e o poder da escrita etnográfica em pôr os objetos e identidades em seu devido lugar. Ou seja, a escrita faz história daquilo que se esvanece num corte cultural de alteridade, na oralidade, na inconsciência, na espacialidade ou quadro sincrônico de um sistema sem história.

“se o segredo existe supostamente para não ser contado, paradoxalmente, a graça está em contá-lo, do contrário ele desaparece” (CARVALHO, 1989, p. 19).

Não obstante, mantenho também o vínculo com o caminho para o autoconhecimento prometido pela racionalidade acadêmica, o interesse pela elaboração de perguntas e busca de respostas para dilemas da realidade social desde casos específicos, tal qual o candomblé ou a condição social do negro, e esforço pelo respeito e correspondência à ética característica do trabalho acadêmico-científico. Nesse sentido, acredito que devo, quero e posso falar e escrever sobre problemáticas úteis para o aperfeiçoamento do fazer acadêmico-científico das ciências humanas e sociais, assim como úteis para melhor compreensão das demandas e dilemas característicos da trajetória sociocultural e histórica de africanos e descendentes na sociedade brasileira. Portanto, devo, quero e posso descrever, discutir e produzir teoria e crítica sobre os mecanismos coletivos de trânsito de ideias e, por conseguinte, de afirmação e negação de agência dessa religião e de sujeitos particulares que lhe dizem respeito, qual seja o Caboclo como categoria étnico-racial, sujeito social e espírito sem lei ou o sujeito que emerge, em um determinado tempo histórico, como negro pesquisador e iniciado no candomblé angolá. Sendo assim, acredito que compenso o impedimento circunstancial da minha fala e escrita, acionando em um segundo momento a fala e a escrita como experiências singulares, protegidas pela memória, recuperáveis através de atitudes e performances que reaparecem inscritas em uma nova fala de um novo corpo negro e em um novo texto etnográfico que pretende ser inteligível na academia e no candomblé. (GOLDMAN, 2003, p. 460).

Portanto, aqui, confesso estar sob o impacto do “coque”, do “toque no juízo” (CARVALHO, 2001, p. 141) que o Candomblé Angolão Paquetan Malembá proferiu sobre minha cabeça – meu “mutuê”, em língua quimbundo utilizada no Angolão Paquetan Malembá - de modo que venha a se abrir um ‘terceiro olho, uma passagem no meu mutuê para um plano superior da humanidade, da fraternidade, da solidariedade, do conhecimento, da sabedoria e da justiça’ social.



Referências

- AMIM, Valéria. *Águas de angola em Ilhéus*: um estudo sobre construções identitárias no candomblé do sul da Bahia. 2009. 303 f. Tese de Doutorado em Cultura e Sociedade. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.
- ARAÚJO, Leandro Alves de. *Oralidade e escrita na diáspora religiosa afro-brasileira*. Travessias, rupturas e confluências. 2016. 174 f. Dissertação de Mestrado em Crítica Cultural. Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Universidade d Estado da Bahia. Alagoinhas, 2016.
- ASSUNÇÃO, Luís Carvalho de. A tradição de Acais na Jurema natalense: Memória, identidade, política. *Revista da Pós Ciências Sociais*, São Luís: PPGSOC/UFMA, v.11, n. 21, p. 143-165, jan/jun. 2014.
- BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. *História Geral da África. I*; metodologia e pré-história da África. Tradução UNESCO. 2ª Edição. São Paulo: UNESCO, 2010. p. 167-212.
- BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998. p.185-228.
- BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. Tradução de Maria Elois Capellato e Olívia Krähenbühl. 2ª Edição. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1985.
- BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia*: Rito nagô. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CARNEIRO, Edison. *Religiões negras*: Negros Bantos. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.
- CARVALHO, José Jorge de. A força da nostalgia: a concepção de tempo histórico dos cultos afro-brasileiros tradicionais. *Série Antropologia*, Brasília: Departamento de Antropologia da UnB, n. 59, p. 1-36. 1987.
- CARVALHO, José Jorge de. Nietzsche e Xangô: dois mitos do ceticismo e do desmascaramento. *Série Antropologia*, Brasília: Departamento de Antropologia da UnB, n. 80, p. 1-37. 1989.
- CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, n. 15, ano 7, p. 107-147, julho. 2001.

CASTILLO, Lisa Earl. **Entre a oralidade e a escrita**: A etnografia nos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2010.

CERTEAU, Michel de. Etnografia. A oralidade ou o espaço do outro: Léry. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria e Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1989. p.188-218.

DANTAS, Beatriz Góis. **Vovô nagô e papai branco**. Usos e Abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

DREWAL, Margaret Thompson. **Yoruba ritual**. Performers, play, agency. Bloomington: Indiana University Press, 1992.

FERRETI, Mundicarmo. Tambor de Mina e Umbanda: O culto aos caboclos no Maranhão. 1996, p. 1-9. Disponível em <http://www.geocities.com/Augusta/1531/tambor.htm>. Acesso em 9/11/2021.

FIGUEIREDO, Janaína de e ARAÚJO, Patrício Carneiro. Nkisi na diáspora. In: FIGUEIREDO, Janaina de (org.). **Nkisi na Diaspora**: raízes Bantu no Brasil. São Paulo: Associação de cultura Banto do Litoral Norte, 2013. p.30-41.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 27ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1989.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo: Editora USP, v. 46, n. 2, p. 445-476. 2003.

LANDES, Ruth. **A Cidade das Mulheres**. Tradução de Maria Lúcia do Eirado Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LIMA, Vivaldo da Costa. “Nações-de-Candomblé”. Encontro de nações-de-candomblé. Salvador: Ianamá/Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA/ Centro Editorial e Didático da UFBA, 1984. p. 10-26.

PIERSON, Donald. **Branços e Prêtos na Bahia**. Estudo de contacto racial. 2ª Edição. São Paulo: Ed. Nacional (Col. Brasileira, n. 241), 1971.

PRANDI, Reginaldo. **Os candomblés de São Paulo**: a velha magia na metrópole nova. São Paulo, Hucitec, 1991.

PRANDI, Reginaldo. O candomblé e o tempo. Concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. **RBCS, São Paulo**: ANPOCS, v. 16 n. 47, 43-58, outubro. 2001.

RABELO, Miram C. M. **Enredos, feituuras e modos de cuidado**: Dimensões da vida e da convivência no candomblé. Salvador: EDUFBA, 2014.

RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro**: Etnografia religiosa e psicanálise. 2ª. ed. Recife: FUNDAJ/ Editora Massangana, 1988.



RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 7ª Edição. São Paulo/ Brasília: Ed. Nacional/ Ed. Universidade de Brasília, 1988.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *O dono da terra: o caboclo nos candomblés da Bahia*. Salvador: Sarah Letras, 1995.

SANTOS, Juana Elbein dos. *Os Nãgô e a morte: Padê, Àsèsè e o culto Égun na Bahia*. 5ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Movimentos negros, educação e ações afirmativas*. 2007. 555 f. Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Os Orixás da metrópole*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia: Trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

TROMBONI, Marcos. A jurema das ramas até o tronco. Ensaio sobre algumas categorias de classificação religiosa. In: CARVALHO, Maria Rosário de e CARVALHO, Ana Magda (orgs.). *Índios e caboclos: A história recontada*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 95-125.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção e leitura*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Educ, 2000.





RESENHA

SILVA, Tomaz Tadeu
(org.). **Identidade
e diferença – a
perspectiva dos
estudos culturais.**
Petrópolis: Vozes,
2014, 133p.

*Danilo Mota de Jesus**

Dados sobre a obra

O livro “Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais” é um livro organizado por Tomaz Tadeu Silva, composto por três ensaios que procuram apresentar os problemas que permeiam a questão da identidade e da diferença. O primeiro ensaio foi escrito por Kathryn Woodward, professora da Open University; o segundo ensaio é do organizador; e o terceiro é de autoria de Stuart Hall que também é professor da Open University. O que une esses autores é o seu interesse pelos Estudos Culturais, sendo Stuart Hall o que mais publicou sobre o tema.

437


Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual

O ensaio de abertura escrito por Kathryn Woodward¹ inicia a discussão analisando o diálogo do radialista e escritor Michael Ignatieff com um miliciano sérvio, no qual tenta-se mostrar duas identidades diferentes entre povos que são claramente identificáveis (os sérvios e os croatas).

* Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Odontologia Legal pela Faculdade Ingá (UNINGÁ). Graduado em Pedagogia e Odontologia (UNIT). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior (GREPHES/UFS/CNPq).

1 O mesmo ensaio também faz parte do livro de sua autoria Identity and Difference.

Trata-se de dois povos que dividiram por cinquenta anos uma unidade política e econômica, além de partilharem um local e vários aspectos culturais de suas vidas cotidianas. No entanto, o ponto mais interessante desse diálogo, é o fato de que o miliciano buscando a própria identidade acaba por afirmar que eles (sérvios) e os croatas são todos iguais, em suas palavras, “lixos dos Balcãs”.

Nesse diálogo, a identidade é claramente marcada por símbolos, a exemplo do cigarro, que no contexto, funciona como um significante da diferença e da identidade, e que pode ser associado à masculinidade. Woodward nos leva a compreender que a identidade é uma construção simbólica e social. Ainda com base no diálogo, a autora traz o conceito de identidade nacional, um conceito que é produzido por figuras masculinas e ligadas por uma ideia militarista de masculinidade.

438

A autora aponta que a identidade é marcada pela diferença, a emergência das diferenças de identidades é histórica e está localizada em um momento específico do tempo. Buscar no passado a reafirmação das suas identidades pode produzir novas identidades, e era isso que estava acontecendo com os sérvios e croatas. Essa redescoberta do passado faz parte de um processo que a autora chama de construção da identidade, processo esse que tem como características o conflito, a contestação e uma possível crise, e que segundo ela é algo que está acontecendo no mundo neste momento. Mas, o que nos leva a crer que existe uma crise da identidade?

Para responder essa e outras questões, Kathryn Woodward afirma que é necessário um quadro teórico que possa ampliar a compreensão dos processos que fazem parte da construção da identidade, e estabelecer os conceitos centrais que estão envolvidos na discussão. Os pontos abordados neste capítulo são permeados pelo conceito de identidade, por visões de identidade, pela relação identidade e diferença, pelo vínculo da identidade com condições sociais e materiais, pela construção e a manutenção das identidades com base no social e no simbólico, pela não unificação das identidades, e pelo fato das pessoas assumirem posições de identidade e se identificarem com elas.

Para analisar o conceito de identidade é necessário examinar como a identidade é inserida no circuito da cultura² (identidade, representação, regulação, consumo e produção), e para compreender por que este conceito é tão importante, é preciso examinar as preocupações da atualidade com questões de identidade e diferença. A autora coloca a diferença como um elemento central dos sistemas classificatórios por meio dos quais são produzidos os significados, e discute esse conceito com bases em obras de Lévi-Strauss e de Mary Douglas.

Woodward fecha sua linha de raciocínio acerca das questões identitárias discutindo como a identidade e a subjetividade são colocadas como termos de mesmo sentido, uma vez que para ela a subjetividade envolve os pensamentos e as emoções (conscientes e inconscientes) que compõem as nossas compreensões de quem nós somos. E para discutir essa dimensão psíquica da identidade a autora se apropria de conceitos de Althusser e Lacan, e conclui afirmando que

A discussão das teorias psicanalíticas sugeriu que, embora as dimensões sociais e simbólicas da identidade sejam importantes para compreender como as posições de identidade são produzidas, é necessário estender essa análise, buscando compreender aqueles processos que asseguram o investimento do sujeito em uma identidade (p.68).

Assim, é possível concluir desse ensaio que as diferenças e as identidades são construídas e estão em constante mudança, uma vez que não são fixas. Porém, ainda investimos em identidades porque elas podem nos ajudar a compreender e participar da subjetividade da psicologia humana.

2 É necessário analisar os processos de representação, identidade, produção, consumo e regulação. Como se trata de um circuito, é possível começar em qualquer ponto; não se trata de um processo linear, sequencial.



A produção social da identidade e da diferença

Em seu ensaio, Tomaz Tadeu da Silva dá continuidade a discussão sobre identidade e traz explicações que, a meu ver, ficaram incompreendidas no texto de Woodward. E inicia sua escrita abordando uma perspectiva sobre a diversidade e como ela tende a naturalizar a diferença e a identidade. De forma bem didática, ele afirma que “a identidade é simplesmente aquilo que se é”(p.74), é o “ser”: “sou homem”, sou sergipano”, “sou jovem”; já a diferença, “é aquilo que o outro é”, “ela é índia”, “ela é mulher”, “ela idosa”. A diferença e a identidade são codependentes e elas simplesmente existem.

Em um mundo homogêneo, onde as pessoas partilham a mesma identidade, as afirmações de identidade não teriam sentido. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade, afirmando essa mútua dependência, identidade e diferença são indissociáveis, e elas são criações sociais e culturais. O autor afirma que, a identidade (ou mesmidade) apresenta sempre o traço da diferença (ou da outridade). Embora exista essa co-dependência entre elas, a diferença e a identidade são impostas e disputadas, pois estão em uma estreita relação de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas do poder (p.81). Não há inocência na relação entre a identidade e a diferença.

O autor traz na sua escrita um ponto sobre as relações de identidade e diferença que também foram apontados por Woodward em seu ensaio. Segundo Silva, esses dois conceitos ordenam-se em torno de oposições binárias: homem/mulher, branco/preto, homo/hetero. Ele também chama a atenção para o caráter cultural e construído do gênero e da sexualidade, e afirma que a teoria feminista e a teoria *queer* corroboram para o questionamento das relações binárias, nas quais se baseiam o processo de fixação das identidades sexuais e de gênero. Assim, a possibilidade de ultrapassar as linhas das fronteiras e de “ficar em cima do muro”, de ter uma identidade dúbia, indefinida, é uma demonstração de caráter imposto artificialmente por identidades fixas.

Compreendendo a identidade como um significado atribuído ao sistema cultural e social, os estudiosos da teoria cultural têm expres-



sado esse mesmo pensamento através do conceito de representação. Silva defende que é por meio da representação que a identidade e a diferença adquirem sentido, pois é através dela que a identidade passa a existir. Ainda segundo ele, quem tem o poder de representar, também tem o poder de definir e determinar a identidade. Nesse contexto, questionar a identidade e a diferença significa questionar os sistemas de representação que lhes dão suporte e sustentação.

Embora em termos conceituais o ensaio de Silva apresente algumas ideias que também são discutidas por Woodward, o segundo ensaio do livro aborda um campo relacionado à identidade e a diferença que muito me chamou a atenção, uma compreensão pedagógica a respeito de identidade e da diferença. O autor considera que essa questão vai além de um problema social, é também pedagógico e curricular, se mostrando ele a favor de uma estratégia pedagógica e curricular que aborda a identidade e a diferença e que leva em conta as contribuições da teoria cultural recente, na qual tratariam a identidade e a diferença como um problema político. Na visão dele, uma política pedagógica e curricular da identidade e da diferença tem por obrigação colocar em seu centro uma teoria que permita não apenas celebrar e reconhecer a diferença e a identidade, mas também questioná-las.

De uma forma generalizada podemos concluir do escrito de Silva que a identidade não é uma essência, não é um dado, não é um fato, não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente, homogênea, definitiva, acabada, tampouco idêntica. Ela é uma construção, um feito, um processo de produção, é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente e inacabada. Em resumo, identidade é o que se é!

Quem precisa de identidade?

O último ensaio do livro é de autoria Stuart Hall, o título que enuncia o texto é o ponto de partida utilizado por ele para iniciar a discussão. Mas antes disso, ele traz uma afirmação que faz o leitor refletir sobre o conceito de identidade na contemporaneidade. Segundo Hall, a emergência de discussões acerca da questão da identidade tem trazido também duras críticas ao conceito. Mas, na verdade, quem precisa de identidade?



Para responder a esse questionamento Hall aponta dois caminhos, o primeiro “consiste em observar a existência de algo que distingue a crítica desconstrutiva à qual muitos conceitos essencialistas têm sido submetidos” (p.103). o segundo caminho “exige que observemos onde e em relação a qual conjunto de problemas emerge a *irredutibilidade* do conceito de identidade” (p.104). Buscando expressar melhor as questões que permeiam a identidade, o autor se embasa em escritos de Foucault, e afirma que é buscando redefinir a relação entre sujeitos e práticas discursivas que as questões da identidade (ou de identificação) reaparecem. Além de Foucault, Stuart Hall evoca outros teóricos para desenvolver sua escrita, dentre eles Freud, Lacan e Althusser.

O conceito de identidade que Hall desenvolve não é um conceito essencialista, e sim um conceito estratégico e posicional. A concepção de identidade, segundo ele, não tem como referência aquele segmento do “eu” que permanece idêntico ao longo do tempo, tampouco aquele “eu coletivo que se esconde dentro de outros eus”. A identidade é concebida em um discurso e, nesse discurso, precisamos entendê-la como produto de um determinado sítio histórico, por meio de estratégias e medidas específicas, e na formação e práticas discursivas específicas.

Diferente dos outros textos presentes no livro, esse último se atenta às questões de identidade e identificação. Stuart Hall reforça o que foi escrito por Woodward e Silva, quando afirma que as identidades não são unificadas, nem singulares, e estão sujeitas a uma historicização radical e, com isso, estão em constante processo de mudança e transformação. Mas ele não aborda as questões sobre diferença de maneira explícita.

A leitura deste livro é de grande valia, visto que ele gira em torno da identidade e da diferença de uma forma clara e bem fundamentada. O tema é bastante atual e importante para discutir nosso contexto contemporâneo. Os autores trazem um conteúdo rico e profundo e uma escrita agradável de ler porque seus depoimentos não são enfadonhos.





HOMENAGENS PÓSTUMAS

Homenagem aos que partiram O som das palavras

Aglaé D'Avila Fontes

A palavra sempre despertou em mim, um desejo de aprofundar o conhecer de sua força e uso. Como elemento da comunicação entre as pessoas, elas têm o poder de unir ou espalhar o ódio, de levar emoção ou de lançar a desconfiança entre os humanos.

445


Ela é fogo ou gelo!
Ela eleva ou destrói!

Dona do poder, a depender de quem a usa, pode causar benefício ou trabalhar a discórdia. Pode-se então ver que, mesmo depois de tanto desenvolvimento, o mundo se posta diante da dualidade: o bem e o mal.

O que desejo, na verdade, é que o som da palavra possa cantar a vida dos que passaram pelo IHCSE que agora estou a presidir. Vejo que a morte é muito cruel com os seres humanos, pois quando chega, leva aos que amamos, aos que admiramos e respeitamos.

Como um mecanismo de defesa dos que ficam, os fazeres dos que partem começam a ser esquecidos. Temos até um conjunto de palavras próprias para justificar isso:

...devemos nos conformar
...foi Deus quem quis
...a vida continua

A palavra, pela sua força, tem poder de convencimento. Soa aos ouvidos de todos e começa a limpar as lágrimas choradas, as ausências sentidas porque, afinal, a vida continua.

Por isso, é preciso que se fale dos que foram levados pela morte, para que o som do seu nome seja repetido, para que a melodia da vida seja cantada.

Os anos de 2018-2020 foram cruéis com o IHGSE pois tivemos o falecimento de grandes sócios:

Pedrinho dos Santos
Estácio Bahia Guimarães
João Gomes Barreto
João Alves Filho
Luiz Eduardo Magalhães

446



A cada um, a saudade do IHGSE, pois como diz o poeta:

“E hoje, dizer seus
Nomes é fazer
Música como elegia
Aos que foram
Para o silêncio”
(Wagner Lemos)

Estácio Bahia Guimarães

Conheci Estácio no Conselho Estadual de Cultura, quando fazíamos parte do mesmo colegiado. Aprendi a admirar aquele moço que tinha sempre uma forma educada de opinar sobre os temas estudados ou nos pareceres que sabiamente apresentava nos processos culturais.

Depois, fiquei sabendo que era advogado, escritor, formado também em administração, empresário, com um tempo de vida ilustrado por muitas ações culturais, vindas de sua família, Bahia, no sobrenome. Estácio nasceu em Salvador, no dia 9 de fevereiro de 1943, filho de Carlos da Silva Guimarães e de Sílvia Regina Bahia Guimarães.

Sua família respirava arte. Sua mãe era pianista e a tia, Maria Bahia, também formada em música, era professora de piano e cravo na UFBA vindo a casar-se com Joaquim Kellrouther, músico alemão radicado no Brasil e fundador dos Seminários Livres de Música da UFBA dos quais fui aluna. Para completar, o seu tio José Bahia, esteve presente nas artes visuais baianas com destaque, tendo sido aluno de Pancetti. Isto sem falar no avô Álvaro Bahia, que sempre estimulou a família na área de literatura e das artes em geral.

Não é, pois, de estranhar que esse clima respirando arte, tenha levado o jovem Estácio a se inscrever nos cursos de música e de teatro da UFBA. Na música, escolheu como instrumento a clarineta e, no teatro, chegou a participar sob a direção de Martins Gonçalves de várias montagens como “A ópera dos três tostões”, de Bertold Brechet; “A longa jornada noite adentro”, de Eugéne O’Neill, Sara e Tobias de Paul Clodel, sem falar na “Rosa Tatuada”, de Tennessee Williams.

Pela relação dos autores, se pode ver o nível da dramaturgia trabalhada na formação do jovem Estácio. Suas experiências culturais também o levaram para a área das artes visuais e esta a conquistou completamente. Teve seus trabalhos selecionados para o Salão Esso de Artistas Plásticos do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Depois, veio a Primeira Bienal Nacional do Artes Plásticas da Bahia, em 1966. E em 1986 ganhou a Medalha de Prata do Salão Nacional de Artes Plásticas “Genaro Carvalho”.

O menino que fez ginásio nos “Maristas” e segundo grau no “Antônio Vieira” se via agora a descobrir seu caminho na arte, e a maturar seus conhecimentos na UFBA. Na verdade, as artes visuais e a literatura exerceram um encanto maior na sua vida. Isto sem falar no amor, quando conheceu Amélia da Cruz Leite Franco, com a quem veio a se casar em 1968. A união foi enriquecedora com a chegada de Carlos Augusto, Silvia, Gustavo e Estácio, filhos queridos, que lhe deram certidão afetuosa de sergipanidade. Além disso recebeu título de ‘Cidadão Aracajuano’, em 1995, pela Prefeitura a partir da indicação da vereadora Suzana Azevedo. Confirmado em 1999 pelo Governo do Estado como cidadão sergipano, indicado

pelo deputado Jorge Alberto, pois ‘Sergipano’ já era pelo afeto e pelo compromisso cultural com nossa gente.

Escritor, poeta modernista e contista, deixou sua marca de grande sensibilidade nos livros que escreveu, fora os artigos em revistas e jornais. “Respingos” e “Tecidos de Arco-íris” são alguns de seus livros.

Quando assumi a presidência do IHGSE em 2018, ele já era sócio efetivo desde maio de 2013. Sua capacidade intelectual era sempre comentada pela beleza dos seus pronunciamentos, discursos e poesias. A Academia Sergipana de Letras o acolheu como membro eleito na cadeira nº 29, em 2001, cujo patrono é Jackson de Figueiredo e fundador Abelardo Cardoso. Antes dele a cadeira foi ocupada por Padre Domingos Fonseca e Luiz Rabelo Leite. Sua posse foi na verdade, uma noite memorável, pelo discurso brilhante do acadêmico empossado que traçou um perfil do seu patrono.

Sempre havia uma conversa agradável nos eventos que frequentávamos. Assim é que numa solenidade do Instituto Banese, falávamos sobre a importância da cultura popular, e sua presença no Largo Sergipano, e a música que unia todos os personagens, quando Estácio lançou uma pergunta:

“Professora, a senhora quer um piano para o Instituto?”

Não existe não para uma instituição que, no passado, teve um piano de cauda destruído por um caminhão desgovernado quando saía para ser consertado. Dele, guardamos os teclados de suas notas silenciadas. Então, a ideia de um piano para o Instituto soava como um canto dos anjos. Estácio confirmou que o piano era da sua família e que estava sem uso com a ida do filho para São Paulo. Terminei sabendo que o piano estava no sétimo andar do prédio onde se situava seu apartamento, para o qual fui convidada a visitar.

A procura de uma firma que fizesse retirada do piano e sua chegada ao IHGSE foi outra uma ação dificultosa, pois o Instituto não podia arcar com seus custos. Mas, Estácio, o homem gentileza, deu um jeito na situação, pedindo ao Dr. Albano Franco, também sócio do Instituto, que se responsabilizar pelos Dois mil reais cobrados

pela firma. E assim, o piano alemão saiu das alturas do apartamento para o Auditório do IHGSE. Hoje, aguarda uma revisão técnica para ser tocado.

Tenho certeza, que se estivesse ainda entre nós, o Estácio sensível a arte, o grande poeta e artista plástico, iria descobrir uma forma do som do piano, que marcou os saraus familiares e acompanhou as escalas, minuetos e sonatas do seu filho, voltar a soar junto à história do nosso IHGSE.

João Gomes Cardoso Barreto

Quando dr. João Gomes Barreto nos deixou, ficou um grande vácuo no IHGSE. Na sua ficha de sócio benemérito estava escrito: “Nasceu a 8 de abril em Maruim, filho de Bráulio Meneses Barreto e de Cecília Cardoso Barreto”. E era o dia 9 de maio de 2020.

A descoberta das letras e da leitura ele fez em Maruim mesmo, com a prof^a Leopoldina Batista de Almeida. Os cursos ginásial e técnico em Contabilidade foram feitos nos colégios Tobias Barreto e Salesiano, pois a família se mudou para Aracaju. Aos 16 anos já começou a trabalhar e foi ganhando experiência no Escritório dos Irmãos Barreto e depois na Ribeiro & Cia. Foi aluno da 1ª turma de Administração da UNIT.

Sua integridade lhe deu um passe para entrada no Serviço Público pela mão do deputado Francisco Porto – pai do médico Lauro Porto. Depois foi a vez do Prefeito Cleovansóstenes Pereira de Aguiar (1971 a 1975), convidá-lo para o posto de Secretário de Administração. Aí sua trajetória se firmou, participando de várias outras administrações, principalmente, a de João Alves Filho de quem se tornou grande amigo. O acompanhou quando o amigo foi desempenhar o cargo de Ministro do Exterior. Por várias vezes foi Secretário de Educação, Chefe de Gabinete Civil; sempre requisitado pela sua honestidade e capacidade de trabalho.

Tive a honra de substituí-lo no último governo João Alves como Secretário de Educação. Por onde passava, Dr. João Barreto era apreciado pela educação, integridade e respeito no trato público. Possuía uma forma muito especial de transitar no meio político;



acalmando ânimos exaltados, aconselhando em situações conflituosas.

Foi reconhecido pela sua atuação e agraciado com a Medalha Serigy pelo então Prefeito José Carlos Teixeira. Recebeu também a Medalha de Mérito Cultural Aperipê no Governo João Alves Filho, e agraciado com a Medalha Rio Branco pelo Presidente Sarney.

Quando assumi o IHGSE, em 2018, ele já era sócio muito participativo e cooperativo; o que o tornou 'sócio benemérito', título sempre honrado com posições significativas. Um exemplo da sua preocupação com os destinos do sodalício se deu em 2019, quando passamos por um período de grande dificuldade financeira. Fiz um apelo aos sócios beneméritos, pedindo ajuda para fecharmos o ano. Era uma tarde qualquer, quando um carro parou em frente ao IHGSE e o motorista me entregou um envelope enviado pelo Dr. João Barreto. Pensei, no momento, que fosse um cartão de Natal. Era mais do que isso! Havia um cheque de 3 mil reais, o que nos permitiu pagar o salário do nosso funcionário e outras despesas. Quando me voltei para agradecer, já havia partido. Ficou a ação generosa, a gentileza do gesto, e a nossa gratidão. Esse é o seu perfil, de sensibilidade e de grande generosidade!

Quando nos deixou, em plena pandemia, estava sempre acompanhado de sua querida esposa Olga, outra pessoa de igual beleza moral e sensibilidade. Faleceu com 90 anos, em 9 de maio de 2020.

A bandeira a meio-pau no IHGSE foi como expressamos nosso sentimento de perda. Era muito pouco para aquela espécie de ser humano que, cada dia vai rareando entre nós!

Um canto de adeus para João Alves Filho

A um grande homem, dolorosa é a forma de se dizer adeus. Não há preparo que nos torne aptos, e as palavras fogem, inúteis e incompletas. Não há estrutura emocional que não seja derrubada, na hora de se dizer adeus. Ainda não conseguimos penetrar na filosofia da vida e do adeus que a morte provoca. Só nos resta mesmo, arrumar as lembranças...

Era o senhor da alegria, da risada estrondosa que enchia a sala e desaparecia pelas janelas, pra ser ouvida em outros espaços. Era o senhor da coragem, pois conseguia transformar os sonhos em realidade, com a ousadia de um desbravador. Era o senhor da confiança em quem com ele trabalhava. Era o senhor da gentileza no trato administrativo.

Senhor do tempo quando, sem olhar o relógio, acompanhava de perto suas obras, instruindo, buscando os detalhes, num misto de paixão e responsabilidade. O seu fazer foi muito grande, quase assombroso. Só não viu quem, colocando as vendas da insensatez, se impediu de olhar.

Estão aí para provar seu grande compromisso com o Estado, que se fez grande pela sua mão administrativa. Na área cultural, deixou marcas profundas: o Centro de Criatividade, a primeira unidade de arte educação do Estado (1985); a Orquestra Sinfônica de Sergipe (1985); o Centro Cultural de Aracaju, o guardião da memória da cidade e irradiador da memória (2014); a Orla da Atalaia com seus três espaços distintos: a Roda de convivência Cultural, que valoriza os grandes vultos da cultura sergipana; Os Formadores da Nacionalidade, homenagem aos grandes brasileiros; e o louvor a Inácio Barbosa, fundador da cidade. Espaços ornados por esculturas que, pelas mãos criativas de Leo Santana e Otto Dumovich, tornaram viva a história brasileira e sergipana. E ainda, o Teatro Tobias Barreto, sonhado e construído no seu tempo e apenas inaugurado em outro governo. Todos são espaços que transformaram a cidade, que era dele por nascimento e bem querer.

Seria o momento, agora, para que a mesquinhez humana que retirou seu busto (presenteado pelo escultor Otto Dumovich) do Centro de Criatividade e jogou num depósito, o recolocasse no seu lugar e, assim, lhe devolvesse a memória merecida!

Sua caminhada foi marcada pelo dinamismo e por realizações muito importantes para o crescimento da cidade e do Estado de Sergipe. Homens desse porte fazem muita falta quando dão Adeus. Mas fica a memória e essa não pode ser esquecida, porque é forte e viva, ultrapassando o tempo.

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe também integra a lista das suas realizações. Instituição comprometida com a memória



da cultura sergipana, encontrou em João Alves Filho o apoio para sua estabilidade física e cultural, através de uma grande reforma por ele autorizada e concluída em 1992. Do IHGSE se fez sócio benemérito, com os ouvidos e o coração abertos para lhe dar o apoio sempre que solicitado. Já como Prefeito de Aracaju, em dezembro de 2013, dotou o sodalício de uma ajuda anual de dez mil reais, através da Lei Municipal nº 4.479. Depois dele, não cumprida.

O IHGSE se despede do seu benfeitor, João Alves Filho, com um Canto de Adeus doloroso, pois esteve contemplado na sua trajetória administrativa. E a História não se apaga!



Luiz Eduardo Magalhães (1938-2021)

Ibarê Dantas

Faleceu na capital de Sergipe, vítima de câncer, em 09.10.2021, Luiz Eduardo de Magalhães, cidadão participativo que muito se empenhou pelo progresso do seu estado.

Nascido em 1938, em Aracaju, Luiz Eduardo viveu grande parte de sua infância em Itabaiana, onde seus pais, Maria Violeta de Farias Magalhães e Luiz Magalhães, residiram no período 1942-1956.¹ O casal viera do Ceará. A mãe, da cidade de Baturité e o pai, de Canindé para ocupar o cargo de promotor em Neópolis. Depois foi nomeado juiz de Itabaiana, certamente a comarca mais difícil do estado para o exercício da judicatura. Era o tempo em que os líderes políticos voluntariosos Euclides Paes Mendonça (UDN) e Manoel Teles (PSD) competiam entre si, atuavam de forma agressiva e, nos ajustes de conduta, o Tribunal de Justiça do Estado não garantia segurança aos seus magistrados.²

Apesar desse clima muitas vezes tenso, o filho do juiz, Luiz Eduardo, ao apresentar seu texto autobiográfico ao Rotary, escreveu:

“Se meu mundo é o Nordeste, minha pátria é Itabaiana. Pois, embora nascido em Aracaju, são dali os sons, os cheiros e as cores que indelevelmente marcam os meus sentidos. São dali as primeiras ami-

1 Cf. Vladimir Carvalho em carta de 29.09.1983 ao autor e em seu livro *Santas Almas de Itabaiana Grande*. Itabaiana, O Serrano, 1973, p. 123.

2 Ver José Ibarê Costa Dantas. *Coronelismo e Dominação*. Aracaju, Diplomata/UFS, 1987, 110 p. 2ª. Edição. Criação. Aracaju, 2019, 295 p.



zades e as primeiras paixões. São dali também as primeiras lições sobre a dureza das lutas pelo poder político em nosso interior”.³

Em discurso no ingresso da Academia Itabaianense de Letras, também evocou suas professoras “Dona Terezita, Dona Candinha e Dona Bebé (Isabel Esteves de Freitas)”, os amigos com quem compartilhou as brincadeiras e as “férias anuais com toda a família a Bom Jardim”⁴ no pé da serra.

Após a instrução básica, Luiz Eduardo esteve interno no Colégio Jackson de Figueiredo de 1950 a 1953, quando ampliou sua amizade com Augusto Newton Costa e construiu novos amigos, entre os quais Fernando Sampaio Leite e José Monteiro Sobral, preservando-os até a morte. Agregador, polido, desde cedo revelou sua personalidade afável, tolerante, solidário com os companheiros e afeito a boa convivência.

Concluído o curso ginasial, Luiz Eduardo transferiu-se para Fortaleza (CE), onde, hospedado na casa do seu tio Josa Magalhães, frequentou o Liceu Cearense.⁵ O economista Marcos Melo, grande amigo, parceiro de viagens e um dos maiores conhecedores de sua trajetória, em um texto rico em dados, afirmou que, ao servir o exército, no quadro do Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva (CPOR), o acadêmico “potencializou a sua natural vocação de líder, tornando-se um especialista em comandar homens em situações críticas.”⁶

Por ocasião da seca de 1958, ainda morando no Ceará, Luiz Eduardo observou de perto o drama e o desespero dos flagelados. Sensibilizado, dedicou-se a estudar os problemas do semiárido com o ardor de sua mocidade. Ao deparar-se com as relações sociais entre os proprietários de terra e os trabalhadores, tendeu para o

3 Luiz Eduardo Magalhães. *Autobiografia* apresentada à Academia Brasileira Rotária de Letras de Sergipe, cadeira n. 20, distrito 4392, patrono Sadi Paulo Castiel Gitz.

4 Luiz Eduardo Magalhães. Discurso de posse na Academia Itabaianense de Letras, enviado por e-mail ao autor.

5 Marcos Melo. Saudação a Luiz Eduardo de Magalhães na posse no Conselho Diretor da Universidade Federal de Sergipe, enviado por e-mail ao autor.

6 Idem.

socialismo e filiou-se ao partido comunista.⁷ Ingressou no curso de engenharia em Campina Grande (PB), dedicou-se à política estudantil, como membro do diretório acadêmico, e prosseguiu investigando a região. Empolgou-se com a Operação Nordeste, continuou ativo na militância e, cada vez mais envolvido na atividade clandestina, tornou-se um quadro de certo destaque. Não por acaso foi selecionado para, em 1962, comparecer “ao Festival da Juventude em Helsinque, na Finlândia, Organizado pela Internacional Socialista,” que “congregava jovens comunistas e simpatizantes do mundo inteiro.”⁸ Ao fazer um tour pela Europa, inclusive pela Alemanha Oriental, começou a ver a realidade dos países do Leste europeu sob intervenção de Moscou e desencantou-se.

Graduado em engenharia em 1963, primeiramente atuou como executivo de órgãos públicos. Trabalhou no Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas: o DNOCS. Na Sudene, especializou-se em programação global em curso ministrado pelo ILPES/CEPAL e “no Departamento de Industrialização, adquiriu sólida experiência na elaboração e implantação de projetos industriais, assumindo, também, a direção desse importante órgão.”⁹

Posteriormente, emprestou seus conhecimentos no DER-SE. No quadriênio 1980-1983 foi prefeito do campus da UFS na gestão do Reitor Gilson Cajueiro e, posteriormente, esteve como superintendente do Instituto de Pesquisa Econômicas (INEP) 1986-1989.

Além da experiência no setor público, dedicou-se à iniciativa privada como um liberal empreendedor. Operou como consultor empresarial junto a Conai S.A., a maior firma de consultoria do Nordeste. Foi o mentor e também sócio da Curtinbra, em Itaporanga, anos depois transformada numa unidade industrial da Azaléia. Dirigiu a Cerâmica Sergipe S.A., associou-se com o engenheiro Sadi Gitz e contou com o aporte da Construtora Norcon, daí nascendo a Cerâmica Escurial, que se revelou uma das grandes produtoras de piso e azulejo por vários anos.

7 Idem.

8 Idem.

9 Idem.



Sua presença adquiriu grande visibilidade e importância nos órgãos corporativos. Cortês e respeitoso nos debates mais candentes, dotado de mente criativa, fundamentada em estudo e reflexão, exercitou habilidades em construir um clima de entendimento. Atuou nos órgãos de classe com nítido destaque no seio do empresariado, dialogando com o setor público. Coordenou vários seminários sobre desenvolvimento do Nordeste. Esteve como vice-presidente da Associação Comercial de Sergipe, presidente do Fórum Empresarial de Sergipe e do Clube de Engenharia de Sergipe.¹⁰ Comandou por vários anos o grupo de estudos debates na sede do Conselho Regional de Economia (Corecon) e exerceu a presidência do Instituto de Engenharia. Dirigiu a Fundação Oviêdo Teixeira e participou do Conselho Diretor da UFS.

Liderou e/ou encampou várias campanhas cívicas, entre as quais em prol do parlamentarismo no Brasil em 1992. Em todos os ambientes, empenhou-se em contribuir para formação de uma mentalidade liberal voltada para o desenvolvimento do Brasil.

Solidário, sua disponibilidade para servir revelou-se, por exemplo, no período de 2003-2009, quando me empenhava para reformar o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Junto com seu filho João Ricardo, Luiz Eduardo orientou e apoiou a presidência nas obras mais difíceis, inclusive colaborando com a logística. Fez expressivas doações ao patrimônio do IHGSE e tentou tornar o Instituto um órgão autônomo financeiramente com a incorporação do edifício da antiga Sociedade da Cultura Artística, o que não se realizou. Ademais, colaborou na Revista da casa, n. 37/2007 com artigo sobre “a migração de cearenses para Sergipe” e n. 47/2017 tratando de “O sergipano Euclides Roxo na educação matemática no Brasil”.

Enfim, era um homem empenhado, nos diferentes espaços públicos, para melhorar o quadro econômico, político, social e cultural do estado e do país. Crítico dos governos populistas, defensor do papel do empresariado, era também um cidadão sonhador, cheio de projetos e iniciativas surpreendentes, entre as quais o financiamento de “uma embarcação para navegar nos sete mares”, na previsão

10 Cf. Curriculum de Luiz Eduardo de Magalhães.

elevada de seu amigo Marcos Melo.¹¹ Mas singrou apenas no Rio São Francisco e nas águas do Atlântico.

Casado com a portuguesa Maria de Fátima Maia Magalhães, deixou quatro filhos – os engenheiros João Ricardo, Paulo Renato e Mário Jorge e o advogado Carlos Henrique.

11 Marcos Melo. Saudação a Luiz Eduardo de Magalhães na posse no Conselho Diretor da UFS.



BALANÇO DE GESTÃO (2018-2021)

IHGSE: Balanço de Gestão

A Diretoria

No ano de 2018, com a edição n. 48 da Revista do IHGSE, a Presidente Aglaé D'Ávila Fontes se manifestou nessa publicação, através do discurso de posse que tomou suas sete últimas páginas. Ali fez uso da “Palavra” e, pela “palavra”, declarou os seus receios e registrou algumas das “palavras” que a convenceram a assumir tamanho desafio. Algumas ‘palavras’ diziam de dela, da sua trajetória no cenário cultural sergipano; quase nenhuma promessa fazia...

Assim, deu continuidade às atividades costumeiras do sodalício, especialmente as comemorações relativas ao 08 de Julho, Emancipação Política de Sergipe, e aos aniversários do Instituto, nos dias 06 de agosto de cada ano. Deve-se registrar que, em razão das restrições impostas pela Pandemia da Covid-19, nos anos de 2020 e 2021, essas se deram de modo virtual, com vídeos produzidos e veiculados no Canal Youtube do IHGSE.

Há cerca de 20 anos, os museus brasileiros costumam chamar a atenção das comunidades para sua importância enquanto espaços de guarda e exposição da memória histórica do país, através da conhecida Semana Nacional dos Museus. Há tempos, o IHGSE vem se engajando na iniciativa e, desde 2018, procuramos incrementar essa participação realizando eventos que divulgam o acervo do Museu Galdino Bicho. Na 19ª Semana Nacional dos Museus, por exemplo, o evento “Nas Trilhas das Artes”, apresentou e historiou as obras de arte presentes no nosso museu.



Em 2019, iniciamos o “Café com Prosa”, uma iniciativa que, no formato de entrevista descontraída, realizada na nossa ‘sala de cafezinho’, trouxe à público temas da história e da cultura da nossa gente. A primeira edição comemorou o Dia da Criança (Outubro/2019), onde rememoramos antigas brincadeiras populares interagindo com crianças convidadas. Em outra edição, a biblioteconomista Rosângela Soares de Jesus, diretora da biblioteca e do arquivo do IHGSE, falou sobre a organização que estava promovendo na seção sergipana da biblioteca do instituto (Agosto/2020); com a mesma colaboradora, fizemos uma edição comemorativa ao Dia do Folclore (Agosto/2020). No café seguinte, a Vice-Presidente Tereza Cristina Cerqueira da Graça (Fevereiro/2021), falou sobre o seu livro “Malinos, Zuadentos, Andejos e Sibites: o Aribé nos anos 70 e 80” que estava sendo finalizado. Em mais uma edição entrevistamos o professor mestre em História, Wanderlei de Oliveira Menezes, que falou sobre a mudança da capital de Sergipe de São Cristóvão para Aracaju (Março/2021). Todos os episódios foram gravados e veiculados pelo Youtube.

462



Transformamos a seção sergipana da biblioteca geral do IHGSE na Biblioteca Manoel Bomfim, e a inauguramos no dia 11 de setembro de 2020. O espaço foi revitalizado e todo o acervo catalogado, limpo e rearrumado dentro das mais atuais normas arquivísticas. É, portanto, uma biblioteca especializada na produção acadêmica sergipana, com um programa de busca digital que permite ao pesquisador localizar a obra que deseja em poucos minutos. Feito isto, passamos a reorganizar a Biblioteca Geral e o Arquivo, cujo processo está ainda em andamento

Por ocasião da realização do VI Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste, na capital pernambucana, em 2019, o IHGSE se ofereceu para recepcionar o congresso seguinte, dentro das comemorações dos 200 anos da Emancipação Política do nosso Estado. Por conta das medidas restritivas de prevenção contra a pandemia da Covid-19, iniciadas no país no mês de março de 2020, não pudemos realizar o evento de modo presencial. Mas, não esmorecemos.

Assim, de 13 a 15 de julho deste ano de 2021, realizamos o VII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste, de forma virtual,

contando com o apoio decisivo da Universidade Federal de Sergipe e de outros parceiros. Institutos de oito estados nordestinos estiveram representados no evento, além de onze institutos municipais. O evento prestou homenagem à Emancipação de Sergipe e discutiu as dificuldades pelas quais passam os sodalícios e os desafios impostos pela pandemia.

Como nossos congêneres, aprimoramos os canais de comunicação com as comunidades, revitalizando nosso site e ampliando nossas redes sociais (Facebook, Instagram, Youtube). Foram iniciativas que permitiram divulgar nossas ações, realizar reuniões, trocar informações e trazer o usuário para ‘dentro do IHGSE’. Seguindo as orientações dos órgãos de saúde, adquirimos equipamentos e materiais necessários à proteção dos funcionários e visitantes, e conseguimos manter o instituto aberto ao pesquisador, mediante escala semanal.

A Revista do IHGSE, desde sempre, agrega estudos e pesquisas de autores locais, nacionais e estrangeiros e, nos últimos anos, conquistou a avaliação *Qualis A* por parte da CAPES, figurando entre as melhores publicações de instituições congêneres do país. Sem perder de vista a qualidade conquistada, resolvemos promover mudanças nesta última edição, algumas delas necessárias pela renovação de quadros e pelas limitações de recursos financeiros. Assim, a nossa publicação ganhou uma nova equipe editorial, recompôs seu Conselho Editorial e, embora mantenha o design gráfico anterior, precisou diminuir o tamanho físico pelo barateamento de custos. Além disso, trouxe a lume dois temas (dossiês) pouco recorrentes em sua trajetória histórica e reabriu o espaço para informes, balanços, discursos, obituários, encômios e outros textos necessários e do interesse da diretoria.

Nos últimos anos, instituições como o IHGSE têm enfrentado muitas dificuldades para sobreviver. Continuar guardando e cuidando da memória histórica dos seus estados e servindo às suas coletividades vem sendo uma luta hercúlea. Atualmente, o nosso instituto conta com apenas um funcionário e 4 estagiários, sendo 02 cedidos pelo Instituto Banese e 02 pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SEDUC). Uma pequena subvenção do Governo de Sergipe,



anuidades pagas pelos sócios e o trabalho contínuo e persistente de voluntários sustentam nosso sodalício.

Quando a Professora Aglaé Fontes assumiu a Presidência do Instituto Histórico em 2018, a necessidade de uma reforma em suas instalações já era conhecida. Somente no início do seu segundo mandato, conseguimos verbas do Governo do Estado e outros recursos oriundos de emendas impositivas de deputados estaduais e um federal, em diferentes cotas. Desse modo, as esperanças se renovaram em setembro deste ano, quando foi aberto processo licitatório ainda em tramitação. A esperança continua acesa e os esforços revigorados na certeza de nosso prédio ganhará os melhoramentos de que tanto precisa. Será, com certeza, um dos maiores feitos de uma Diretoria atuante e comprometida com o presente e o futuro do nosso Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.



Edição	: 2021
Impressão	: Gráfica J. Andrade
Papel de miolo	: Off Set 75g/m ² da Suzano
Papel da capa	: Supremo 350g/m ² da Suzano
Tiragem	: 150 Exemplares
Tipologia	: Philosopher

